

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Evandro Fantoni Rodrigues Alves

A Revolução Farroupilha na literatura brasileira.

A conversão ficcional de personagens históricos em obras literárias nacionais

DOUTORADO EM LITERATURA E CRÍTICA LITERÁRIA

São Paulo
2022

Evandro Fantoni Rodrigues Alves

A Revolução Farroupilha na literatura brasileira.

A conversão ficcional de personagens históricos em obras literárias nacionais

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de DOUTOR em **Literatura e Crítica Literária**, sob a orientação da Profa. Dra. Diana Navas.

São Paulo

2022

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Alves, Evandro Fantoni Rodrigues
/ Evandro Fantoni Rodrigues Alves. -- São Paulo:
[s.n.], 2022.
297p. il. ; cm.

Orientadora: Diana Navas.
Tese (Doutorado)-- Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em
Administração.

1. Literatura Brasileira. 2. Ficção Histórica. 3.
História do Brasil. 4. Revolução Farroupilha. I.
Navas, Diana. II. Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em
Administração. III. Título.

CDD

Evandro Fantoni Rodrigues Alves

A Revolução Farroupilha na literatura brasileira.

A conversão ficcional de personagens históricos em obras literárias nacionais

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de DOUTOR em **Literatura e Crítica Literária**, área de concentração Literatura Comparada, sob a orientação da Profa. Dra. **Diana Navas**.

Aprovada em: ____/____/_____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Diana Navas – PUC-SP

Prof. Dr. Josias Abdalla Duarte – PUC-SP

Prof. Dra. Elisabeth Brait – PUC-SP

Prof. Dra. Márcia do Carmo Felismino Fusaro – UNINOVE

Prof. Dr. Maurício Pedro da Silva – PUC-SP

*Dedicado a minha Família Gaúcha
Bruno Balconi (In Memoriam)
Fulvia Fantoni Balconi (In Memoriam)
Neide, Homero, Fabíola, Bibiane, Eduardo e Arthur*

Agradecimentos

Ao longo dos quatro anos levados para construir a presente tese, muitas pessoas me ajudaram e apoiaram de diferentes formas, e sou imensamente grato a todas elas, de uma forma que não sou capaz de traduzir em palavras. Dentre essas pessoas, porém, algumas merecem um agradecimento especial.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus.

Aos meus pais – Inês Haydée Fantoni e Wagner Rodrigues Alves –, por estar ao meu lado em todos os momentos da pesquisa, apoiando cada passo desse longo e trabalhoso percurso, desde o projeto inicial até a sua redação final.

À Silvia Aparecida da Cruz, que esteve ao meu lado durante todo o processo de elaboração e escrita da tese, me auxiliando de todas as formas que estavam ao seu alcance.

Aos meus irmãos – Leandro Marques Borges e Renê Ferreira Gonçalves por todo o apoio e ajuda ao longo do processo de elaboração e escrita da presente tese.

A Eduardo Longo e Waleriany, que, com sua profunda sabedoria, me ajudaram no percurso do meu doutorado de uma forma que não conseguia traduzir em palavras, mas que sei que eles sabem de alguma forma.

À Letícia Wierzchowski e Tabajara Ruas, por terem me recebido em suas casas com bondade e gentileza, respondendo às perguntas que fiz sobre suas obras com carinho e atenção, e inspirando-me a mergulhar cada vez mais fundo na literatura rio-grandense.

A minha orientadora, Diana Navas, que desde o Mestrado acompanha e guia minha trajetória acadêmica com carinho e gentileza, e de quem eu muito me orgulho de ser orientando e aluno.

À Ana Maria – colega e amiga da PUC –, que, desde a escolha do meu tema de pesquisa, muito me apoiou e incentivou, inclusive sendo a responsável por me colocar em contato com a autora de duas das obras estudadas.

Aos meus primos e primas do Rio Grande do Sul – Neide, Homero, Fabíola, Bibiane, Eduardo e Arthur –, que me receberam de braços abertos e muito me ajudaram em tudo que lhes era possível para que a presente tese pudesse se tornar realidade, sobretudo no que diz respeito aos aspectos culturais rio-grandenses.

À disponibilidade e atenção de Franciele, supervisora de Patrimônio da Fundação Cultura de Laguna, e Alexandre, analista arquivista do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, que me forneceram acesso às fontes históricas presentes na tese, inclusive enviando-me suas cópias digitalizadas.

Aos professores Josias Duarte e Beth Brait, que gentilmente aceitaram fazer parte da minha banca de qualificação, compartilhando comigo um pouco de seus preciosos conhecimentos.

Ao grande amigo e mentor Rafael Theodoro, cujos conhecimentos históricos foram – e sempre são – fundamentais e de grande importância para a composição da tese.

A Valéria Ignácio, amiga e companheira desde a época do mestrado, e que realizou a revisão desse trabalho em tempo recorde.

A todos os colegas, professores e professoras do Programa de Literatura e Crítica Literária da PUC-SP, pois tiveram grande participação no processo de construção da pesquisa.

Por fim, agradeço aos colegas e alunos da EMEF Padre Antonio Vieira, que acompanharam – e acompanham – desde o começo todo o percurso que levou à escrita deste trabalho.

ALVES, Evandro Fantoni Rodrigues. **A Revolução Farroupilha na literatura brasileira.** A conversão ficcional de personagens históricos em obras literárias nacionais. 2022. 297f. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

RESUMO

A presente tese versa sobre o processo de conversão ficcional de personagens históricas da Revolução Farroupilha em quatro obras da literatura brasileira, publicadas em diferentes períodos entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XXI. São elas: *O gaúcho* (1870), de José de Alencar; *Os amores de Canabarro* (1933), de Othelo Rosa; *Os varões assinalados* (1985), de Tabajara Ruas; e *A casa das sete mulheres* (2002), de Letícia Wierzchowski. Nossa objetivo é entender de que forma certas personagens históricas são apresentadas em obras literárias de diferentes períodos, e de que forma esses textos de ficção histórica se aproximam das formulações teóricas de György Lukács acerca do romance histórico tradicional, e de Linda Hutcheon acerca da metaficção historiográfica. Para tanto, nossa metodologia foi a de escolher quatro importantes episódios históricos da Revolução Farroupilha – a tomada de Porto Alegre, a proclamação da República Rio-Grandense, a República Juliana e a Paz de Ponche Verde – e verificar em que medida se aproximam ou se distanciam dos construtos teóricos que fundamentam nossa pesquisa. Ao final dessas análises, verificaremos se nossa tese – que gira em torno da ideia de que os limites entre o romance histórico tradicional e a metaficção historiográfica se tornam cada vez mais difusos, na medida em que as obras literárias de cariz histórico possuem uma dupla aproximação com as duas teorias – pode ser confirmada ou refutada pelas análises literárias realizadas ao longo do presente estudo.

Palavras-Chave: Literatura brasileira. Ficção histórica. Personagem. História do Brasil; Revolução Farroupilha.

ALVES, Evandro Fantoni Rodrigues. **The Farroupilha Revolution in Brazilian Literature.** The fictional conversion of historical characters in national literary works. 2022. 297p. Thesis. (Doctorade degree) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

ABSTRACT

This thesis deals with the process of fictional conversion of historical characters from the Farroupilha Revolution in four works of Brazilian literature, published in different periods between the second half of the 19th century and the first half of the 21st century. They are: *O gaúcho* (1870), by José de Alencar; *Os amores de Canabarro* (1933), by Othelo Rosa; *Os varões assinalados* (1985), by Tabajara Ruas; and *A casa das sete mulheres* (2002), by Letícia Wierzchowski. Our objective is to understand how certain historical characters are presented in literary works from different periods, and how these historical fiction texts approach the theoretical formulations of György Lukács about the traditional historical novel, or Linda Hutcheon's about the historiographic metafiction. For that, our methodology was to choose four important historical episodes of the Farroupilha Revolution – the taking of Porto Alegre; the proclamation of the Rio-Grandense Republic; the Julian Republic; and the Ponche Verde peace – and to verify to how they approach or distance themselves from the theoretical constructs that underlie our research. At the end of these analyzes we will verify if our thesis - which revolves around the idea that the limits between the traditional historical novel and the historiographic metafiction become increasingly diffuse, insofar as literary works of a historical nature have a double approach to the two theories – can be confirmed or refuted by the literary analyzes carried out throughout the present study.

Keywords: Brazilian literature. Historical fiction. Character. Brazilian history; Farroupilha Revolution.

ALVES, Evandro Fantoni Rodrigues. **La Revolución Farroupilha en la Literatura Brasileña** La conversión ficcional de personajes históricos en obras literarias nacionales. 2022. 297h. Tesis de Doctorado – Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

RESUMEN

La presente tesis trata del proceso de conversión ficcional de personajes históricos de la Revolución Farroupilha en cuatro obras de la literatura brasileña, publicadas en diferentes períodos entre la segunda mitad del siglo XIX y la primera mitad del siglo XXI. Son ellas: *El Gaucho* (1870), de José de Alencar; *Los amores de Canabarro* (1933), de Othelo Rosa; *Los varones señalados* (1985), de Tabajara Ruas; y *La casa de las siete mujeres* (2002), de Letícia Wierzchowski. Nuestro objetivo es comprender cómo se presentan ciertos personajes históricos en obras literarias de diferentes épocas, y cómo estos textos de ficción histórica se acercan a las formulaciones teóricas de György Lukács sobre lo Romance Histórico Tradicional, o de Linda Hutcheon sobre la Metaficción Historiográfica. Para eso, nuestra metodología fue elegir cuatro episodios históricos importantes de la Revolución Farroupilha – la toma de Porto Alegre; la proclamación de la República Rio-Grandense; la República Juliana; y la Paz de Ponche Verde – y verificar en qué medida se acercan o se alejan de los constructos teóricos que sustentan nuestra investigación. Al final de estas análisis comprobaremos si nuestra tesis - que gira en torno a la idea de que los límites entre lo Romance Histórico Tradicional y la Metaficción Historiográfica se vuelven cada vez más difusos, en la medida en que las obras literarias de carácter histórico tienen un doble acercamiento a las dos teorías- – puede ser confirmada o refutada por los análisis literarios realizados a lo largo del presente estudio.

Palabras clave: Literatura Brasileña; Ficción histórica; Personaje; Historia de Brasil; La Revolución Farroupilla.

SUMÁRIO

PARTE I – FICÇÃO E HISTÓRIA: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
1 LITERATURA E HISTÓRIA	14
1.1 Relação entre literatura e história: um panorama	14
1.2 Romance histórico x metaficção historiográfica	21
1.3 Ficção histórica no Brasil	32
2 CONSTRUÇÃO DO DISCURSO HISTÓRICO.....	41
2.1 A escrita histórica	41
2.1.1 História e memória	50
2.2 Breve histórico da Guerra dos Farrapos	54
2.2.1 Discurso histórico e a Revolução Farroupilha	57
3 FICÇÃO E HISTÓRIA: CONCEPÇÕES	67
3.1 Ficção histórica: ideias fundamentais	67
3.1.1 Conversão ficcional da personagem histórica	75
3.2 Metodologia de análise de episódios e personagens históricos	86
PARTE II – A REVOLUÇÃO FARROUPILHA NA LITERATURA BRASILEIRA	91
4 GUERRA DOS FARRPOS NA LITERATURA BRASILEIRA: QUATRO GERAÇÕES DE PRODUÇÃO FICCIONAL.....	92
4.1 Ficção histórica sobre a Guerra dos Farrapos	92
4.1.1 Apresentação das obras selecionadas	102
4.1.1.1 <i>O gaúcho</i> , de José de Alencar	102
4.1.1.2 <i>Os amores de Canabarro</i> , de Othelo Rosa	106
4.1.1.3 <i>Os varões assinalados</i> , de Tabajara Ruas	110
4.1.1.4 <i>A casa das sete mulheres</i> , de Letícia Wierzchowski	115

5 TOMADA DE PORTO ALEGRE	123
5.1 O discurso histórico sobre a tomada de Porto Alegre	123
5.2 Análise das reconstruções literárias da Tomada de Porto Alegre	127
6 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE	153
6.1 O discurso histórico sobre a Proclamação da República Rio-Grandense ..	153
6.2 Análise das reconstruções literárias da Proclamação da República Rio-Grandense	157
7 A REPÚBLICA JULIANA	177
7.1 O discurso histórico acerca da República Juliana	177
7.2 Análise das reconstruções literárias da República Juliana	182
7.2.1 A travessia dos lanchões	185
7.2.2 A Invasão de Laguna	192
7.2.3 Retirada de Laguna	199
8 PAZ DE PONCHE VERDE.....	209
8.1 O discurso histórico acerca da Paz de Ponche Verde	209
8.2 Análise das reconstruções literárias da Paz de Ponche Verde	213
CONSIDERAÇÕES FINAIS	232
REFERÊNCIAS.....	248
PARTE III – ANEXOS	254
Anexo I – Documentos Históricos	255
Anexo II – Entrevistas	288

PARTE I

FICÇÃO E HISTÓRIA: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1 LITERATURA E HISTÓRIA

1.1 Relação entre literatura e história: um panorama

A literatura e a história são dois campos do conhecimento que, desde a antiguidade, apresentam-se nos registros escritos da humanidade. E, desde o seu surgimento, discutem-se as relações que podem ou não existir entre ambos. Assim sendo, iniciaremos nosso estudo estabelecendo um breve panorama do pensamento de alguns teóricos¹ que refletiram sobre a questão ao longo dos séculos, partindo de Aristóteles, que, já na Grécia antiga, pensava a literatura e a história.

No capítulo IX de sua *Poética*, Aristóteles foi o primeiro a separar o historiador do poeta – aqui compreendido como autor de obras literárias, fossem epopeias, tragédias ou comédias – pelo critério da verossimilhança, ou seja, partindo do princípio de que ao primeiro caberia relatar os fatos tal qual teriam ocorrido, em referência ao particular, enquanto ao segundo caberia narrar os acontecimentos de acordo com a verossimilhança e a necessidade, o que significa dizer que ao poeta caberia apresentar os acontecimentos não necessariamente como sucederam, mas como poderiam ter ocorrido.

[...] a tarefa do poeta não é a de dizer o que de fato ocorreu, mas o que é possível e poderia ter ocorrido segundo a verossimilhança ou a necessidade. Com efeito, o historiador e o poeta diferem entre si não por descreverem os eventos em versos ou em prosa (poder-se-iam apresentar os relatos de Heródoto em versos, pois não deixariam de ser relatos históricos por se servirem ou não dos recursos da metrificação), mas porque um se refere aos eventos que de fato ocorreram, enquanto o outro aos que poderiam ter ocorrido. (ARISTÓTELES, 2017, p. 95-97).

Alcmeno Bastos, em *Introdução ao romance histórico* (2007), refletirá sobre a ideia do filósofo, sintetizando seu pensamento acerca da relação entre a literatura e a história na máxima: “A história é um romance que foi, o romance é a história que poderia ter sido.” (BASTOS, 2007, p. 19). Essa síntese do pensamento aristotélico

¹ Diante da evidente impossibilidade de apresentar neste trabalho um panorama com todos aqueles que refletiram acerca da questão da literatura e da história, foi feita uma seleção de teóricos, respeitando-se um critério conceitual, ou seja, selecionamos para este breve panorama os pensadores cujas ideias consideramos importantes para os conceitos de ficção histórica com os quais trabalharemos na tese.

trazida por Bastos nos será importante, uma vez que não compreendemos literatura e história como domínios separados, mas, sim, como complementares, conforme veremos.

Tendo como base o pensamento de Aristóteles, Márcia Valéria Zamboni Gobbi, em artigo publicado em 2004, intitulado “Relações entre ficção e história: uma breve revisão teórica”, amplia os conceitos trazidos pelo filósofo para todo o campo da ficção, não mais apenas restringindo-os à poesia. Traz também a informação de que o fato de o poeta ser capaz de compor uma narrativa plausível, verossímil, não significa que essa narrativa não possa eventualmente também conter o real, que seria objeto da história, levando-nos à reflexão de que a ficção e a história não se excluiriam mutuamente em campos separados, mas que a primeira poderia conter a segunda.

[...] o poeta é, para Aristóteles, aquele que é capaz de *organizar uma história* plausível que, eventualmente, pode até conter o real. Assim, o mito (a ficção) constituiria um conjunto elaborado de elementos escolhidos e agenciados segundo uma ordem necessária.

À história, por outro lado, caberia narrar os acontecimentos que realmente sucederam, regidos por uma diversidade aleatória que não se submete ao necessário e ao verossímil. (GOBBI, 2004, p. 40; grifos da autora).

Aristóteles coloca ainda, em sua *Poética*, um elemento qualificador entre o historiador e o poeta, fazendo pender a balança para o lado do último. Esse elemento qualificador seria a universalidade dos escritos do segundo frente à particularidade dos escritos do primeiro, o que faria com que o poeta estivesse mais próximo do campo da filosofia, tornando, assim, sua arte mais elevada.

[...] Eis porque a poesia é mais filosófica e mais nobre do que a história: a poesia se refere, de preferência, ao universal; a história, ao particular. Universal é o que se apresenta a tal tipo de homem que fará ou dirá tal tipo de coisa em conformidade com a verossimilhança ou a necessidade; eis o que a poesia visa, muito embora atribua nomes às personagens. Particular é o que fez Alcibíades ou o que lhe aconteceu. (ARISTÓTELES, 2017, p. 97)².

² É interessante notar que já em Aristóteles, quando este fala em “tal tipo de homem”, podemos encontrar indícios do conceito de personagem que será trazido por Lukács de forma aprofundada em sua obra *O romance histórico* (2011), segundo a qual as personagens em um romance histórico deveriam retratar não indivíduos, mas, sim, tipos sociais, representativos de seu tempo e classe social.

Essa concepção de Aristóteles que coloca o poeta acima do historiador e a poesia – portanto, a literatura – acima da história durará por muitos séculos, atravessando toda a antiguidade até a passagem do século XVIII para o XIX, quando passará a ser reinterpretada por diferentes pensadores, dentre os quais destacamos os irmãos Edmond e Jules Gouncourt.

Os irmãos Gouncourt enfatizam a função documental e realista do romance – que no século XIX ainda era muito recentemente consolidado –, aproximando-o da escrita da história, ao mesmo tempo em que aprofundam a distinção entre presente e passado, propondo que tanto o discurso literário como o histórico são narrativas, que diferem especialmente pelo fato de que o romance seria uma narrativa do presente, enquanto a história seria uma narrativa do passado. Bastos assim sintetiza o pensamento dos irmãos:

[...] os Gouncourt enfatizavam o contraste passado x presente, o que, de algum modo, parecia inviabilizar a fatura do romance histórico, já que este, por definição, estaria interessado no relato de acontecimentos pretéritos, campo reservado ao historiador. O jogo de palavras entre *história* e *romance*, um podendo ser o outro, mesmo que sob o domínio da metáfora, não deixa de relativizar a diferenciação aristotélica, pois admite-se alguma forma de permutação. A fórmula dos irmãos Gouncourt inscreve-se no esforço comum a tantos ficcionistas do século XIX de conferir respeitabilidade ao romance. (BASTOS, 2007, p. 19-20; grifos do autor).

Além da relativização da separação aristotélica entre historiador e poeta, os irmãos Gouncourt tocam em outro ponto interessante, a ideia de conferir, por meio da aproximação com o discurso histórico, respeitabilidade ao romance, em fase de ascensão e consolidação entre os séculos XVIII e XIX.

Hoje que o Romance se alarga e cresce, que ele começa a ser a grande forma séria, apaixonada, viva, do estudo literário e da enquete social, que se torna pela análise e pela pesquisa psicológica, a História moral contemporânea, hoje que o Romance se impôs os estudos e os deveres da ciência, ele pode reivindicar as liberdades e as franquias. E que ele busque a Arte e a Verdade. (GONCOURT, 2009, p. 11)³.

³ Do original "Aujourd'hui que le Roman s'élargit et grandit, qu'il commence à être la grande forme sérieuse, passionnée, vivante, de l'étude littéraire et de l'enquête sociale, qu'il devient, par l'analyse et par la recherche psychologique, l'Histoire morale contemporaine, aujourd'hui que le Roman s'est imposé les études et les devoirs de la science, il peut en revendiquer les libertés et les franchises. Et qu'il cherche l'Art et la Vérité.". Tradução nossa.

A ideia de legitimação por meio da aproximação com o discurso histórico pode servir ainda como um primeiro indicativo de uma interpretação que inverteia a lógica aristotélica, e que viria ainda no mesmo século, com Honorè de Balzac.

No prefácio de sua *Comédia humana*, originalmente publicada em 1842, Balzac dá um passo além da interpretação dos irmãos Gouncourt acerca da aproximação entre o discurso histórico e o romance e propõe a inversão da lógica aristotélica, defendendo que é o contato com a história – nos romances históricos, especificamente – que eleva a literatura a um patamar filosófico, já alcançado, segundo o autor, pelo discurso histórico.

Walter Scott, esse *trouvezur* moderno, imprimia então proporções gigantescas a um gênero de composição injustamente considerado secundário [...]. Walter Scott elevara, pois, ao valor filosófico da história o romance. (BALZAC, 2012, p. 82; grifos do autor).

Apesar dessa afirmação – que aparentemente coloca a história acima da ficção –, Balzac levanta um argumento em defesa do romance e separa o historiador do poeta por um critério moral, uma vez que no romance o mal tende a ser sempre punido, enquanto a história nem sempre tende para o bem, o que faria com que o romancista, nesse tocante, estivesse acima do historiador.

Neste ponto, cumpre-me observar que os mais conscientiosos moralistas têm fortes dúvidas de que a sociedade possa oferecer tantas boas quantas más ações, e no quadro que dela façõ encontram-se mais personagens virtuosas do que personagens censuráveis. As ações repreensíveis, as faltas, os crimes, dos mais leves aos mais graves, nele encontram sempre o castigo humano ou divino, ruidoso ou secreto. Fiz melhor que o historiador. [...] A história não tem por lei, como o romance, propender para o belo ideal. A história é, ou deveria ser, o que foi; ao passo que o *romance deveria ser o mundo melhor*. (BALZAC, 2012, p. 86-87; grifos do autor).

É interessante notar que, ao afirmar que a “história é, ou deveria ser, o que foi”, Balzac já está apontando para um questionamento à ideia de que a história seria um retrato verídico dos acontecimentos tal qual ocorreram, uma vez que esse “deveria ser” pode ser interpretado como uma indicação de que nem sempre ela é de fato “o que foi”. Com essa afirmação, Balzac começa a apontar – talvez não propositalmente, mas de forma clara – para um questionamento à ideia de verdade histórica, ou da

história como portadora da verdade do passado. Esse questionamento é de importância para nosso estudo e a ele voltaremos adiante.

Ainda no século XIX, outro pensador que refletirá sobre as relações entre a história e a literatura é Georg Wilhelm Friedrich Hegel, que, em sua obra *Estética* (2004), será o primeiro a admitir a subjetividade da escrita da história, o que a aproximaria da ficção, embora não admita no historiador nenhum tipo de interferência de qualquer ordem, além do trabalho de organização dos eventos históricos tal como ocorreram. Assim Gobbi sintetiza o pensamento do filósofo alemão:

Com relação à historiografia, Hegel aponta para uma aproximação entre ela e a ficção ao admitir a subjetividade da escrita da história. Identifica o surgimento da historiografia com o desaparecimento da época heroica (a perda da totalidade do mundo antigo), coincidindo, portanto, com uma alteração significativa na maneira de conceber e representar a realidade. A reprodução da história encetada pelo historiador não se deve contentar com a simples exatidão dos fatos, mas necessita introduzir uma certa ordem nos eventos documentados, reuni-los, agrupá-los, dar-lhes uma configuração sucessiva – enfim, construir uma imagem do objeto tratado. Portanto, Hegel admite a presença do sujeito como organizador do texto na historiografia. (2004, p. 41-42).

Ao admitir a subjetividade da escrita da história, aproximando-a da escrita ficcional, Hegel dá um importante passo no sentido de discutir a veracidade do discurso histórico, de forma até mais aprofundada do que fora feito por Balzac, pois, ao afirmar que o historiador deve fazer um trabalho de organização do discurso histórico, o filósofo está dizendo que inevitavelmente há uma escolha deliberada na composição desse discurso, o que por si só – mesmo que nenhum outro tipo de alteração fosse feita – já comprometeria de forma irrefutável o suposto compromisso da história com a verdade e, como consequência, o próprio *status* de verdade arrogado pela história.

α) Nesse sentido, no que diz respeito à *historiografia*, ela deixa sobretudo espaço livre suficiente para *um* lado da atividade artística.
 αα) O desenvolvimento da existência humana na religião e no Estado, os acontecimentos e os destinos dos indivíduos e povos mais proeminentes, os quais são nestes âmbitos de atividade viva, executam grandes finalidades ou veem a sua empreitada arruinar-se, - este objeto e conteúdo da narrativa histórica podem ser, por si mesmos, importantes, sólidos e interessantes, e por mais que o historiador deva se esforçar em reproduzir aquilo que efetivamente

aconteceu, ele tem, todavia, de acolher este conteúdo variegado dos acontecimentos e dos caracteres na representação e, a partir do espírito, recriá-lo e expô-lo para a representação. Em tal reprodução, ele não pode se satisfazer depois com a mera exatidão singular, mas deve ordenar e configurar ao mesmo tempo o que foi apreendido e reunir e agrupar os traços, acontecimentos e atos singulares de tal modo que desperte em nós, por um lado, a partir deles, uma imagem nítida da nação, da época, das circunstâncias exteriores e da grandeza ou fraqueza interior dos indivíduos agentes. (HEGEL, 2004, p. 36-37; grifos do autor).

Aprofundando-se na relação entre a ficção e a história, Hegel defende que, por ser uma arte livre – ao contrário da história, que estaria subordinada a certos elementos constitutivos –, a ficção poderia assumir a função de corrigir a história a partir do descobrimento – por parte do poeta – do sentido mais íntimo de um acontecimento, e que essa ação corretora do discurso histórico seria justamente a principal função da poesia/literatura.

Para Hegel, portanto, a história apresenta-se subordinada a dois elementos constitutivos – a substancialidade e a accidentalidade (seu elemento characteristicamente “prosaico”), sem que sobre ela o historiador possa exercer qualquer modificação; a poesia, contrariamente, é a arte livre, substancial por excelência – e pode, por isso, “corrigir a história” (sua principal tarefa, inclusive) [...]. Este sentido da “correção da história” que encontramos em Hegel parece exercitar-se, ainda que de forma irônica, nos romances contemporâneos. (GOBBI, 2004, p. 42-43).

Também no século XIX, pouco menos de 30 anos depois da publicação do trabalho supracitado de Hegel, Alessandro Manzoni, autor da obra *Os noivos* – considerada, de acordo com Bastos, um dos melhores e mais completos romances históricos de todos os tempos, embora o próprio autor se recusasse a classificá-lo como tal –, dá um passo adiante nas reflexões sobre as aproximações entre a ficção e a história, afirmindo, pela primeira vez, que não haveria de fato uma relação entre o romance e a história, mas, sim, um processo de hibridismo inescapável.

Partindo do conceito de *vero positivo* dentro do romance histórico – que pode ser compreendido aqui como o que haveria de elementos de realidade dentro desse gênero –, Manzoni apresenta duas posições diametralmente distintas, e discute acerca de cada uma delas em *Sobre o romance histórico e, em geral, sobre obras que mesclam história e invenção* (2012).

Manzoni aponta aqueles que criticam o romance histórico por ele não fazer em seu conteúdo uma distinção explícita e aprofundada dos elementos que seriam ficcionais – inventados pelo autor – daqueles explicitamente reais, retirados da história, que seriam os elementos do *vero positivo*. Esses críticos, segundo Manzoni, seriam aqueles que têm como referencial primário os documentos e fontes históricas, e buscam nos romances uma reprodução do discurso histórico, evidenciando-o na escrita literária da forma mais contundente possível. Bastos assim nos apresenta o ponto de vista do autor:

Os que assim procedem, diz Manzoni, pertenceriam ao grupo dos que privilegiam, mesmo no romance histórico, o componente documental, em desfavor da invenção ficcional. [...] Por outro lado, dado que ‘conhecer é crer’, como será possível crer na veracidade da reconstituição histórica se ela não se distingue da parte inventada? (BASTOS, 2007, p. 35).

Por outro lado, Manzoni também aponta aqueles que fazem críticas ao romance histórico por um motivo diametralmente oposto, ou seja, criticam-no justamente por trazer em seu corpo o que esses grupos consideram uma carga excessiva de fatos históricos, o que comprometeria a liberdade artística, e romperia a unidade do romance, por conter elementos estranhos ao ficcional, por terem sido trazidos do discurso histórico. Novamente recorremos às palavras de Bastos para sintetizar esse apontamento de Manzoni.

Existem, porém, continua Manzoni, pessoas que se queixam exatamente do contrário, isto é, do fato de que ‘neste ou naquele romance histórico, nesta ou naquela parte de um romance histórico, o autor distingue expressamente o *vero positivo* da invenção’, de que resulta ser destruída ‘aquela unidade que é a sua condição vital, como em qualquer obra de arte’. (BASTOS, 2007, p. 36; grifos do autor).

Ao afirmar o hibridismo entre a ficção e a literatura, e pensar esse hibridismo no contexto do romance histórico, Manzoni acaba por chegar a uma avaliação negativa dessa modalidade de romance, afirmando que justamente em decorrência desse inescapável hibridismo, o romance histórico não poderia atingir validade nem como histórico e nem como romance.

[...] parece-me poder concluir que têm razão uns, ao desejar que a verdade histórica seja sempre representada como tal, e outros, ao desejar que uma narração produza um consentimento homogêneo, mas que estão ambos errados ao esperar este ou aquele efeito de um romance histórico, pois o primeiro é incompatível com sua forma, que é a narrativa, e o segundo com seus materiais, que não são homogêneos. [...]

Mas neste caso, imagino se dirá, seria em essência o romance histórico a ser falho em todos os sentidos.

É precisamente esta minha tese. Esperava demonstrar, e acredito tê-lo feito, que o romance histórico se trata de um tipo de obra no qual o necessário resulta impossível; no qual não se pode conciliar duas exigências essenciais, e não consegue satisfazer nenhuma. (MANZONI, 2012, p.40-41)

Essa conclusão negativa de Manzoni acerca do romance histórico não se perpetuará por longo período, e passará a sofrer questionamentos em sua ideia mais fundamental: a da existência de um *vero positivo* composto por acontecimentos registrados historiograficamente da exata maneira como teriam ocorrido. Isso ocorrerá já na primeira metade do século XX, com o pensamento de György Lukács, que desenvolve uma profunda reflexão acerca das relações entre a ficção e a história, em especial no que diz respeito ao romance histórico propriamente dito; e, posteriormente, com as formulações da crítica canadense Linda Hutcheon, que, partindo da reflexão de Lukács, irá propor o conceito de metaficção historiográfica.

Esses dois conceitos – o de romance histórico proposto por Lukács e o de metaficção historiográfica, por Hutcheon – serão aqueles com os quais trabalharemos de forma aprofundada na presente investigação, uma vez que serão a referência para nossa compreensão da ficção histórica na contemporaneidade. Em razão disso, dedicaremos a eles um item, a fim de elucidar suas características e em que momentos as duas concepções se aproximam ou se distanciam.

1.2 Romance histórico x metaficção historiográfica

Antes de nos debruçar na conceituação de romance histórico e de metaficção historiográfica, faz-se necessário afirmar dois pontos de grande importância para o trabalho. O primeiro deles é que, a despeito do título deste intertítulo, não acreditamos e não pretendemos criar uma oposição entre os dois conceitos, mas, sim, estabelecer

relações de aproximação e distanciamento entre eles, tendo como objetivo dar foco aos elementos que são relevantes para esta pesquisa.

O segundo ponto a destacar é que, embora até o presente momento tenhamos nos valido de diferentes nomenclaturas para o fenômeno da ficção histórica, e que a partir de agora iremos usar com maior frequência as expressões “romance histórico” e “metaficção historiográfica”, não o faremos com o intuito de classificar qualquer obra literária que seja sob um único rótulo, pois isso seria uma atitude reducionista e inadequada, uma vez que nenhum texto de ficção pode ser “encaixotado” em uma determinada denominação, uma vez que nenhuma delas seria capaz de dar conta de todas as possibilidades de escrita, leitura e interpretação de uma obra de arte.

Se nos valemos dos conceitos de “romance histórico” e de “metaficção historiográfica” é com o intuito de estabelecer um horizonte de trabalho para a pesquisa, ou seja, um prisma através do qual olharemos nosso *corpora*, que não é nem o único, e nem muito menos o correto, mas apenas uma das infinitas possibilidades que se apresentam enquanto pontos de observação crítica de uma determinada obra.

Tendo sido feitas essas afirmações, podemos começar a conceituar os dois construtos teóricos que, junto com os elementos já referidos, nortearão nosso trabalho, começando com a ideia de romance histórico, conforme estabelecido por György Lukács.

Lukács dedica toda uma obra à ficção histórica – entre os anos de 1936 e 1937, durante seu período de exílio na União Soviética –, intitulada *O romance histórico*, na qual discute o gênero que dá nome ao livro, procurando estabelecer parâmetros para que se possa definir o que seria um romance histórico.

O primeiro aspecto levantado pelo teórico marxista refere-se ao surgimento do romance histórico enquanto fenômeno literário, o que teria ocorrido nas primeiras décadas do século XIX, com as obras de Walter Scott, cuja estrutura e narrativa são consideradas por Lukács os mais perfeitos e bem-acabados exemplos do gênero, chegando a ser por ele classificados como a forma clássica do romance histórico.

O romance histórico surgiu no início do século XIX, por volta da época da queda de Napoleão (*Waverly*, de Walter Scott foi publicado em 1814). É óbvio que, já nos séculos XVII e XVIII havia romances de temática histórica, e quem quiser pode considerar as adaptações de histórias e mitos antigos na Idade Média ‘precursoras’ do romance

histórico, e ir além, retrocedendo à China e à Índia. Mas por essa via não se encontrará nada que possa de algum modo iluminar, em sua essência, o fenômeno do romance histórico. Os chamados romances históricos do século XVII (Scudéry, Calprenède etc.) são históricos apenas por sua temática puramente exterior, por sua roupagem. [...] O que falta ao pretenso romance histórico anterior ao de Walter Scott é o elemento especificamente histórico: o fato de a particularidade dos homens ativos derivar da especificidade histórica de seu tempo. (LUKÁCS, 2011, p. 33).

O primeiro ponto que chama a atenção na citação é o fato de Lukács escolher uma data específica para o surgimento do romance histórico, inclusive atribuindo a um autor o seu surgimento, ainda que admita, como podemos ver no mesmo excerto, a existência de obras literárias com temáticas históricas, publicadas em datas anteriores à do livro de Scott.

Tendo isso em mente, a pergunta que nos cabe fazer é: quais seriam os elementos considerados por Lukács como definidores de um romance histórico como tal? A resposta – ainda que bastante extensa e complexa, pode ser sintetizada, em um primeiro momento, com as palavras de Gobbi.

[Lukács] define o romance histórico pela presença de uma *perspectiva histórica*, que seleciona e determina a representatividade dos elementos, a fim de lhes fazer recobrar a significação – ou torná-los significantes. [...] Esta noção de perspectiva inaugura, então, uma maneira nova de perceber e de representar a História. Para conduzir a ela, o processo de criação romanesca exige determinados critérios de representação que constituem, assim, as ‘características’ do romance histórico. [...] Para o mestre marxista, portanto, o romance histórico poderia encenar o processo histórico por meio da apresentação de um microcosmo que generaliza e concentra. Ou seja, por uma parcela da vida, o romance desvendaria uma totalidade, pela própria autonomia e coerência do mundo ficcional criado. (GOBBI, 2004, p. 45; grifos do autor).

Essa ideia de perspectiva histórica apresentada por Gobbi permeia toda a obra de Lukács e significa dizer que, para o filósofo húngaro, o romance histórico, para possuir validade, deve ser autoconsciente dos problemas sociais do período em que foi escrito, e que, mesmo falando de um passado, deve fazê-lo através de vinculações com o presente, na medida em que as características de uma época e sociedade explicam e são explicadas pelo passado dessa mesma sociedade. Para Lukács, essa relação é fundamental para a ficção histórica. Nas palavras de Gobbi:

[...] a relação presente/passado também apresenta suas próprias nuances quando entendida pelo teórico marxista. Para ele, essa relação é regida por um princípio de derivação, ou de explicação, se a tomarmos na contramão (o presente deriva do passado, o passado explica o presente). Segundo Lukács, essa vinculação é fundamental para a coerência do romance histórico; é mesmo a característica final para o seu ajuizamento. [...] há uma interação viva entre a ligação do escritor com os problemas sociais de sua época e sua percepção da história. [...] A percepção histórica é dada, portanto, à distância, mas da necessidade desse distanciamento vem sua correspondência com o conjunto do processo histórico. No entanto, Lukács faz questão de frisar a distinção entre a tarefa do romancista e a do historiador. Não se pode identificar a perspectiva estética com a perspectiva teórica, ainda que o objeto possa ser o mesmo. (GOBBI, 2004, p.46)

Além da importância da relação entre presente e passado, um segundo elemento que nos salta aos olhos é o fato de o teórico marxista evidenciar que ainda que o objeto seja o mesmo, a tarefa do romancista e a do historiador não podem se confundir, tendo em vista que o primeiro teria uma perspectiva estética, enquanto o segundo, uma perspectiva teórica.

Assim sendo, é possível inferir que, para Lukács, o romance histórico deve possuir uma função diferente da escrita historiográfica, e que seria tarefa do romancista fazer com que sua obra cumpra essa função própria, que seria justamente a de despertar o leitor para a questão da luta de classes⁴, para que possa vir a ter uma perspectiva histórica da sua própria realidade, estimulando-o a transformá-la. A formulação de Gobbi é solar nesse sentido:

[...] a história, portando a marca do necessário ‘deslocamento’ que torna possível a ficção, está presente em dois níveis no romance: ela intervém na elaboração das perspectivas estéticas (a representação é condicionada por determinantes histórico-sociais); ela se dá como totalidade suscetível de ser traduzida e refletida. [...] O leitor, assim vislumbrando, pela ficção, uma realidade mais profunda, desejará transformar a sua própria realidade objetiva. [...] Como se vê, o romance histórico de Lukács é movido pelas noções de coerência, totalidade e verossimilhança e pelo seu poder de encaminhar para uma transformação da realidade. (GOBBI, 2004, p. 45).

⁴ O conceito de luta de classes é o ponto central da teoria de interpretação da sociedade dos filósofos Karl Marx e Friedrich Engels. Segundo essa teoria – que será explicada mais detalhadamente no segundo capítulo –, a história se move através de uma constante luta entre as classes sociais oprimidas contra as classes sociais mais favorecidas e, por isso, opressoras. Uma vez conquistado o poder pelas classes menos favorecidas, elas tendem a também tornar-se exploradoras de outros grupos, reiniciando o processo de lutas.

Essa ideia de que o romance histórico deve cumprir a função de despertar a perspectiva histórica dos leitores é fundamental no pensamento do teórico marxista, e demonstra que o autor entende este gênero como um recurso intelectual e ideológico, cujo objetivo – concretizado, segundo Lukács, de forma grandiosa, por Walter Scott – é o de explicitar para o leitor as questões sociais que movimentam a história, e o impacto delas em suas vidas, ao mesmo tempo em que exorta esses mesmos leitores a transformar suas próprias realidades. O autor, como é comum em suas formulações, novamente recorre aos escritos de Walter Scott para exemplificar os conceitos.

Scott figura as grandes convulsões da história como convulsões da vida do povo. Seu ponto de partida é sempre a figuração do modo como mudanças históricas importantes afetam a vida cotidiana do povo, quais mudanças materiais e psicológicas elas provocam nos homens, que, não compreendendo suas causas, reagem de forma imediata e veemente. Apenas a partir dessa base é que ele figura as complicadas correntes ideológicas, políticas e morais que nascem necessariamente dessas mudanças. [...] Como todo grande ficcionista popular, Walter Scott parte da figuração da totalidade da vida nacional em sua complicada interação entre ‘alto’ e ‘baixo’; aqui, a enérgica tendência ao caráter popular se manifesta no fato de que ele enxerga no ‘baixo’ a base material e a explicação daquilo que ocorre no ‘alto’. [...] O grande objetivo ficcional de Walter Scott, ao figurar as crises históricas da vida nacional, é mostrar a *grandeza humana* que se desnuda em seus representantes significativos a partir da comoção de toda a vida da nação. (LUKÁCS, 2011, p. 68-70; grifos do autor).

Além do recurso de explicitar o impacto das transformações históricas na vida cotidiana do povo, Lukács apresenta a ideia de que o romance histórico deveria encenar um passado histórico, a fim de que o leitor não apenas tome conhecimento dele, mas que dele se sinta parte. Esse processo de recriação do passado para que o leitor o vivencie – e o relacione com sua própria realidade para transformá-la – só poderia, segundo o filósofo, ser realizado pela construção literária.

Não é por acaso que o desenvolvimento da consciência histórica em Walter Scott tenha levado exatamente a esse modo de figuração. Para fazer com que tempos há muito desaparecidos possam ser revividos, ele teve de retratar da maneira mais ampla possível essa relação entre o homem e seu ambiente social. A inclusão do elemento dramático no romance, a concentração dos acontecimentos, a suma importância dos diálogos, isto é, do conflito imediato entre concepções opostas que se manifestam na conversação, têm íntima conexão com o empenho em figurar a realidade histórica tal como de fato ocorreu, de

um modo que seja humanamente autêntico e a torne passível de ser vivenciada pelo leitor de uma época posterior. (LUKÁCS, 2011, p. 58).

A noção de Lukács de que determinados episódios históricos podem ser recriados literariamente vai ao encontro da concepção de que a história precisa passar por um processo de ficcionalização a fim de que possa ser melhor compreendida⁵. O ponto em que discordamos do pensador marxista é aquele no qual ele afirma a possibilidade de figurar a realidade histórica tal como ela ocorreu. Em nossa compreensão, uma reprodução – ou figuração – de qualquer realidade tal qual ela teria ocorrido seria impossível, uma vez que a própria noção de verdade histórica vem sendo questionada ao longo do tempo, e nos colocamos ao lado daqueles que acreditam não haver um evento do passado que possa ser representado de forma plena, posto que qualquer tentativa de reproduzi-lo ou figurá-lo se daria necessariamente a partir do ponto de vista daquele que faz a reprodução ou figuração.

Está claro que essa reflexão vai muito além das concepções de romance histórico propostas por Lukács – muito válidas e pertinentes até os dias de hoje – e que toca na própria concepção teleológica da história proposta pela filosofia marxista, que ainda na primeira metade do século XX começa a sofrer questionamentos de diferentes grupos de pensadores, que acabarão não apenas por mudar as concepções de história como área do conhecimento humano, mas abrirão as portas para as mais modernas teorias acerca da relação entre a ficção e a história.

Dentre esses pensadores, podemos destacar, em primeiro lugar, o historiador norte-americano Hayden White, que vai partir das reflexões de Hegel a respeito da função de seleção e organização do historiador frente à escrita da história para afirmar que nem mesmo esses procedimentos seriam capazes de construir uma narrativa histórica. Isso porque, sem a presença criativa da imaginação – que ele considera fundamental –, os textos resultantes não passariam de amontoados de fatos, conforme podemos ler em sua obra *Tropics of discourse*.

[...] nenhum grupo de eventos históricos casualmente registrados pode constituir uma história por si mesmo; o máximo que pode oferecer ao historiador são *elementos históricos*. Os eventos são *transformados* em história pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo destaque dado a outros, pela caracterização, repetições motivadas, variação de tom e pontos de vista, estratégias descritivas alternativas

⁵ Trabalharemos essa ideia com maiores detalhes adiante, no terceiro capítulo, por ser um dos conceitos chave sobre a ficção histórica que escolhemos para nortear a pesquisa.

e, em resumo, todas as técnicas que nós normalmente esperaríamos encontrar na composição de um romance ou peça teatral. (WHITE, 1985, p. 84; grifos do autor)⁶.

Ao afirmar que a escrita da história se vale de recursos semelhantes – para não dizer os mesmos – encontrados na composição de uma peça teatral ou de um romance, White dá um importante passo no sentido de romper definitivamente com a lógica aristotélica e colocar a “ficção e a história em um mesmo regime de sentido”⁷ (RANCIÈRE, 2005).

O historiador norte-americano também propõe a identificação entre os textos literários e os históricos, mas partindo de outra abordagem, a da forma e não a do conteúdo, e utilizando elementos linguísticos para defender essa identificação. Henrique Carvalho Pereira, no artigo “O conceito de ficção em Hayden White e sua validade para os debates em história e literatura” (2017), sintetiza os principais argumentos apresentados pelo historiador nessa abordagem específica:

O argumento de que é possível identificar os textos poéticos com os de história tem como eixo a identidade linguística entre ambos. Para Hayden White, os dois têm como objetivo apresentar uma imagem verbal da realidade, e se definem não por sua ‘verdade de correspondência [com os fatos]’, mas por sua ‘verdade de coerência [interna do texto]’. (p. 95).

Nessa mesma reflexão de White a respeito da identidade linguística entre os escritos poéticos – ficcionais/literários – com os históricos, encontramos o pensamento da crítica canadense Linda Hutcheon, que vai reafirmar a ideia do historiador norte-americano, ao mesmo tempo em que propõe a flexibilização do próprio registro histórico, colocando em xeque não apenas o *status* de verdade arrogado pela história, mas também sua própria posição como ciência do passado, defendida por muitos historiadores ainda no século XXI.

⁶ Do original: “[...] no given set of casually recorded historical events can in itself constitute a story; the most it might offer to the historian are story elements. The events are *made* into a story by the suppression or subordination of certain of them and the highlighting of others, by characterization, motific repetition, variation of tone and point of view, alternative descriptive strategies, and the like – in short, all of techniques that we would normally expect to find in the emplotment of a novel or a play.” Tradução nossa.

⁷ Trataremos mais detalhadamente essa questão no terceiro capítulo, quando o pensamento de Rancière acerca da ficção histórica – e da ficcionalização da história principalmente – será trazido de forma mais aprofundada.

[...] a mais produtiva das considerações feitas por Hutcheon parece ser mesmo a do estatuto comum de *discurso*, atribuído tanto à história como à metaficação historiográfica e, extensivamente, à ficção histórica, em qualquer de suas modalidades. É ela que flexibiliza a ideia de que o registro histórico seja o lugar único da verdade, pois coloca em evidência a impossibilidade do discurso verbal cientificamente objetivo, neutro e incontestável. Não que o discurso historiográfico deva entregar-se à irresponsável acolhida de toda e qualquer versão, mas pela consciência necessária de que o acesso ao passado só pode dar-se discursivamente. Eticamente, o historiador está muito mais comprometido com a *busca* da verdade que com a própria verdade. (BASTOS, 2007, p.45; grifos do autor).

A metaficação historiográfica mencionada por Bastos é a proposição de Hutcheon acerca da maneira – ou maneiras – pelas quais a ficção histórica deveria ser escrita na pós-modernidade, e está apresentada detalhadamente na obra *Poética do pós-modernismo* (1991).

A preocupação de Hutcheon está principalmente em apresentar os elementos que considera essenciais para sua teoria de forma comparativa com reflexões de pensadores que discutiram a ficção histórica – e mesmo a escrita da história propriamente dita – antes dela, explicitando os aspectos em que seus próprios conceitos aproximam-se ou distanciam-se dos edifícios teóricos de seus antecessores.

Mesmo não havendo uma definição formal, existem alguns aspectos que se destacam de forma mais contundente em sua teoria, sendo que o primeiro deles consiste na não distinção entre a ficção e a história a partir do que a autora chama de métodos naturais, ou de senso comum.

A metaficação historiográfica refuta os métodos naturais, ou de senso comum, para distinguir entre o fato histórico e a ficção. Ela recusa a visão de que apenas a história tem uma pretensão à verdade, por meio do questionamento da base dessa pretensão na historiografia e por meio da afirmação de que tanto a história como a ficção são discursos, construtos humanos, sistemas de significação, e é a partir dessa identidade que as duas obtém sua principal pretensão à verdade. Esse tipo de ficção pós-moderna também recusa a relegação do passado extratextual ao domínio da historiografia em nome da autonomia da arte. (HUTCHEON, 1991, p. 127).

Uma leitura desatenta do excerto pode sugerir que a autora propõe algum tipo de pretensão à verdade no sentido de representação de uma realidade tal como ela

ocorreu de fato, de forma absoluta e incontestável, mas nada poderia estar mais distante do pensamento de Hutcheon.

Quando a crítica canadense fala em pretensão à verdade, está se referindo a uma verdade discursiva, ou seja, partindo do princípio de que tanto a ficção quanto a história são discursos construídos por seus respectivos autores. A verdade que se pretende é contextual da produção da obra, e não uma proposição fechada que dê conta de reproduzir um evento.

Prova disso está no fato de que, para Hutcheon, a metaficção historiográfica deve se aproveitar tanto dos elementos comprováveis – vestígios – do registro histórico, quanto daqueles que seriam considerados falsos, ou não passíveis de verificação, em um movimento no qual a ficção histórica passa a questionar a própria escrita da história.

Em primeiro lugar, a metaficção historiográfica se aproveita das verdades e das mentiras do registro histórico. Em romances como *Foe*, *Burning Water* ou *Famous Last Words* [As Famosas Palavras Finais], certos detalhes históricos conhecidos são deliberadamente falsificados para ressaltar as possíveis falhas mnemônicas da história registrada e o constante potencial para o erro proposital ou inadvertido. A segunda diferença está na forma como a ficção pós-moderna realmente utiliza os detalhes ou os dados históricos. A ficção (*pace Lukács*) costuma incorporar e assimilar esses dados a fim de proporcionar uma sensação de verificabilidade (ou um ar de densa especificidade e particularidade) ao mundo ficcional. A metaficção historiográfica incorpora esses dados, mas raramente os assimila. Na maioria das vezes, o que se enfatiza é o processo de *tentar assimilar*. [...] A metaficção historiográfica não reconhece o paradoxo da *realidade* do passado, mas sua *acessibilidade textualizada* para nós atualmente. (HUTCHEON, 1991, p. 152; grifos da autora).

Um segundo ponto de importância na teoria de Hutcheon pode também ser encontrado nessa mesma citação. Trata-se da natureza metadiscursiva da ficção histórica contemporânea, ou seja, a metaficção historiográfica constrói-se com uma escrita que, ao mesmo tempo em que incorpora o referente histórico em suas obras, questiona-o dentro do próprio texto.

Essa natureza metadiscursiva – e também autorreflexiva e autoconsciente, para retomar expressões utilizadas pela própria autora – permite um movimento duplo na metaficção historiográfica, que é também um dos elementos mais importantes da teoria da crítica canadense. Trata-se da ideia de contestação da ordem vigente, seja

ela estética ou histórica, procurando demonstrar a efemeridade dessa mesma ordem frente às diferentes possibilidades da interpretação de um mesmo discurso.

[...] a metaficação historiográfica se enquadra paradoxalmente nas duas definições: ela estabelece a ordem totalizante, só para contestá-la, com sua provisoredade, sua intertextualidade e, muitas vezes, sua fragmentação radical. (HUTCHEON, 1991, p. 155).

Um terceiro elemento fundamental na teoria da crítica canadense é mencionado de passagem nesse excerto, mas merece maior destaque e reflexão por se tratar de um aspecto que está na base da teoria de Hutcheon, e é uma das características da metaficação historiográfica que a autora mais destaca em sua obra, em diferentes momentos. Trata-se da ideia de intertextualidade.

Quase na mesma medida e com a mesma intensidade com que ocorre na natureza metadiscursiva da ficção pós-moderna, a intertextualidade é fundamental para a metaficação historiográfica. Isso se deve ao fato de que essa modalidade de discurso é necessariamente intertextual, uma vez que o referente para sua composição está fora do próprio texto – esses referentes seriam os vestígios, o discurso histórico ou uma combinação de ambos –, o que impediria que fosse uma narrativa autorreferencial de forma exclusiva.

Entendendo que a ficção histórica pós-moderna é intertextual, cabe observar quais ligações ela faz e com que outros textos/discursos dialoga. A própria pensadora nos oferece essa resposta, afirmando que a metaficação historiográfica estabelece uma relação intertextual com o passado – histórico e literário – e com toda sorte de vestígios e documentos a ele relacionados, visando uma aproximação discursiva entre o presente e o passado, na mesma medida em que recria textualmente esse passado.

A intertextualidade pós-moderna é uma manifestação formal de um desejo de reduzir a distância entre o passado e o presente do leitor e também de um desejo de reescrever o passado dentro de um novo contexto. Não é um desejo modernista de organizar o presente por meio do passado ou de fazer com que o presente pareça pobre em contraste com a riqueza do passado. Não é uma tentativa de esvaziar ou de evitar a história. Em vez disso, ele confronta diretamente o passado da literatura – e da historiografia, pois ela também se origina de outros textos (documentos). (HUTCHEON, 1991, p. 157).

Dentro dessa mesma concepção de aproximar o presente e o passado em um contexto narrativo, encontramos um quarto elemento de importância para a

compreensão da metaficção historiográfica: as múltiplas maneiras pelas quais esse passado poderia ser reconstruído no discurso.

A autora não nos dá uma resposta fechada a esse respeito, mas indica que a ficção histórica pós-moderna tem uma predileção por uma estrutura narrativa que procura mesclar os elementos totalizantes da história nacional, ou de grandes eventos e episódios históricos com aspectos da vida cotidiana dos cidadãos comuns, ou mesmo de personagens históricas presentes nos romances, ressaltando tanto as maneiras pelas quais essas figuras podem ser decisivas para o processo histórico, como também as maneiras pelas quais podem ser influenciadas por esses mesmos processos.

Não significa dizer, contudo, que seja proposta qualquer forma de determinismo histórico, ou seja, em nenhum momento Hutcheon indica que a metaficção historiográfica traga um discurso teleológico para as suas narrativas. Ao contrário, o que o romance metaficcional propõe é que sejam apresentados todos os aspectos de uma realidade recriada textualmente, cruzando elementos públicos e privados, demonstrando que não existe uma separação formal entre esses dois universos, mas sim uma mútua influência.

Na verdade, elevar a ‘experiência privada à consciência pública’ na metaficção historiográfica pós-moderna não equivale a expandir o subjetivo; equivale, isso sim, a entrecruzar o público e o histórico, o privado e o biográfico. [...] As obras desse tipo especulam abertamente sobre a forma como se escreve a respeito da ‘realidade’ do passado, sobre aquilo que constitui ‘os fatos conhecidos’ de qualquer acontecimento. (HUTCHEON, 1991, p. 128)

Tendo observado alguns dos elementos mais relevantes propostos em *Poética do pós-modernismo*, torna-se claro que essa não existência de uma definição fechada do que seria a metaficção historiográfica por parte daquela que cunhou essa expressão é uma escolha deliberada de Hutcheon, uma vez que, ao longo de toda sua obra citada, ela argumenta em favor da fluidez das definições de qualquer espécie na pós-modernidade.

No que diz respeito à ficção histórica, Hutcheon evidencia sua opinião de que o texto ficcional pós-moderno deve trazer os contextos históricos de forma significativa, e até mesmo determinante, mas nunca de forma ingênua. Ou seja, os diferentes contextos e interpretações históricos devem ser problematizados e

observados de forma crítica, sempre tendo em mente a impossibilidade de uma interpretação única de um determinado evento ou acontecimento do passado.

O pós-moderno realiza dois movimentos simultâneos. Ele reinsere os contextos históricos como sendo significantes, e até determinantes, mas, ao fazê-lo, problematiza toda a noção de conhecimento histórico. Esse é mais um dos paradoxos que caracterizam todos os atuais discursos pós-modernos. E a conclusão que se tira é a de que não pode haver um conceito único, essencializado e transcidente de ‘historicidade autêntica’ (conforme o deseja Frederic Jameson), não importa qual seja a nostalgia (marxista ou tradicionalista) existente em relação a uma entidade desse tipo. Em sua revisão crítica e dialógica das formas, dos contextos e dos valores do passado, o historicismo pós-moderno está voluntariamente livre da nostalgia. (HUTCHEON, 1991, p. 122).

O conceito de metaficação historiográfica, dentro da ficção pós-moderna de maneira mais ampla, é, ao mesmo tempo, amplo e questionador, permitindo que a fronteira que desde a antiguidade se vem estabelecendo – e se transformando – entre a ficção e a história torne-se cada vez mais fluída, quase tocando a possibilidade de deixar de existir em termos de discurso.

Essa amplitude e fluidez do pensamento de Hutcheon não deixam de apontar para novas perspectivas e interpretações acerca da ficção histórica que ainda não são possíveis de prever ou medir, o que nos leva – tanto por questões teóricas como por questões de extensão dessa pesquisa – a encerrar o nosso panorama histórico das relações entre a ficção e a história justamente com a metaficação historiográfica, em termos cronológicos. Não podemos, porém, encerrar o capítulo sem antes observar como todo esse longo debate a respeito da ficção histórica chegou ao nosso país.

Tendo isso em mente, cabe-nos agora compreender com que transformações, adaptações e intensidade todo esse debate se desenvolveu no Brasil e de que forma a ficção histórica foi produzida em nossa literatura.

1.3 Ficção histórica no Brasil

As relações entre a ficção e a história são muito antigas, remontam à antiguidade grega. Porém, a ideia de romance histórico como tal só passa a ser colocada em questão a partir dos séculos XVIII e XIX – com o surgimento do próprio romance enquanto estrutura literária – e o auge de sua produção na Europa se dá

justamente no século XIX, especialmente com a publicação das obras de Walter Scott, se tomarmos o pensamento de Lukács como referência, tendo o ano de 1814 como baliza temporal mais específica.

O romance histórico chega ao Brasil ainda no século XIX, se desenvolve no seio do movimento romântico brasileiro, e assume um caráter de idealização do passado indígena nacional, buscando sua legitimidade junto aos modelos europeus, compostos tendo como referência um passado medieval igualmente idealizado.

A Idade Média, por exemplo, foi recuperada apenas em seus aspectos de positividade – grandeza, bravura, lealdade, fé extremada, amor cortês –, e o protagonista, cumulado de virtudes que, se não o elevavam à condição de sobrenaturalidade do herói da epopeia, pelo menos o faziam muito superior à média dos homens com quem se relacionava. Assim, a idealização superlativa processada no romance histórico europeu terá servido como uma espécie de aval ao projeto de criação de um passado mítico nacional nos nossos românticos, especialmente Gonçalves Dias e José de Alencar, os nomes tutelares do movimento. (BASTOS, 2007, p. 69-70).

É justamente José de Alencar quem é considerado a grande referência para a ficção histórica brasileira, que no século XIX tinha uma produção ainda bastante discreta, segundo Cleia da Rocha Sumiya, no artigo “O romance histórico no Brasil: um breve panorama da produção ficcional”:

Com relação ao percurso ficcional, no Brasil, das obras que ‘encenam o passado histórico’ podemos observar que desde o século XIX elas vêm sendo produzidas, ainda que em número reduzido ou restritas a um só autor: José de Alencar, por exemplo, nos romances *As minas de prata* e *A guerra dos mascates* recria enredos ficcionais centrados em episódios históricos do Brasil colônia. (SUMIYA, 2016, p. 15; grifos da autora).

Além das obras mencionadas por Sumiya, podemos citar também outras obras de José de Alencar que encenam o passado histórico nacional, especialmente no que diz respeito à imagem idealizada do indígena na literatura brasileira do período, sendo *Iracema* (1865), *O Guarani* (1857), e *Ubirajara* (1874) os mais importantes e emblemáticos romances sobre o tema.

Para não nos restringir a José de Alencar – ainda que a autora nos diga que a produção de obras de romances históricos no Brasil durante o século XIX seja restrita apenas a ele –, podemos citar outros escritores de menor vulto que também

produziram esse tipo de ficção em nosso país na mesma época. Luis Alves Leite de Oliveira Belo, autor de *Os farrapos*, de 1877, e Apolinário José Gomes Porto Alegre, que escreveu *O vaqueano* em 1872, como uma resposta crítica ao livro *O gaúcho*, de autoria de José de Alencar, afirmado que ele nada poderia falar sobre o Rio Grande do Sul e seu povo, uma vez que jamais lá estivera, são dois exemplos.

A partir da primeira metade do século XX, começa a aparecer no cenário nacional um maior número de obras de ficção histórica, sendo que o primeiro livro que pode ser considerado como tal é *Os sertões*⁸, de Euclides da Cunha, que tem sua publicação original já em 1902, e versa sobre a campanha do governo brasileiro contra o arraial de Canudos, culminando com sua destruição no ano de 1897.

Nesse período, o autor de ficção histórica que alcança maior destaque no Brasil é indubitavelmente Erico Veríssimo, que, em sua trilogia *O tempo e o vento – O continente* (1949), *O retrato* (1951), e *O arquipélago* (1961) –, narra a saga da família Terra-Cambará ao mesmo tempo em que conta a história do Rio Grande do Sul desde seus primórdios coloniais até a renúncia de Getúlio Vargas, ocorrida no ano de 1945.

Mesmo com a publicação das obras de Veríssimo e o surgimento de alguns outros livros do gênero – como *Os amores de Canabarro* (1933), de Othelo Rosa, por exemplo –, a ficção histórica continuou sendo um gênero secundário na produção literária nacional até o final da década de 1970, período a partir do qual, de acordo com Carlos Alexandre Baumgarten, em “O novo romance histórico brasileiro”, observou-se um crescimento do gênero no Brasil.

No caso brasileiro, podemos afirmar que, após os anos 70, assistimos ao aparecimento de um grande número de romances voltados para a recuperação e a escrita da história nacional, que é revisitada em seus diferentes momentos. A leitura do conjunto dessa produção revela, pelo menos, a existência de dois caminhos que, preferencialmente têm sido observados pelos autores: de um lado, situam-se as narrativas que focalizam acontecimentos integrantes da história oficial [...] de outro, aquelas que promovem a revisão do percurso desenvolvido pela história literária nacional. (BAUMGARTEN, 2000, p. 170).

⁸ Acerca da obra de Euclides da Cunha, é importante fazer um breve parêntese para dizer que *Os sertões* é um excelente exemplo do já referido sobre a impossibilidade de classificar uma obra literária com um único rótulo. Ninguém poderia negar que o livro de Cunha é de fato um romance histórico, assim como também é inegável que seja um romance de denúncia social, e também de descrição da paisagem, e igualmente um romance antropológico, ou seja, *Os sertões*, sendo uma única obra, pode ser lido – e classificado – sob diferentes chaves e interpretações, sem que isso comprometa sua qualidade estética e importância social.

A existência desse duplo caminho, mencionado por Baumgarten, seria uma forma de lidar com o passado histórico, procurando compreendê-lo de uma maneira mais ampla, seja buscando informações para corroborar, por meio da literatura, o discurso oficial, seja questionando esse mesmo discurso valendo-se da produção ficcional.

Essa ideia de revisitar o passado por meio da literatura a fim de encontrar respostas está também de acordo com o pensamento de Perry Anderson, explicitado no texto “Trajetos de uma forma literária”, no qual defende que o aumento de interesse na produção de romances históricos a partir do final da década de 1970 – não apenas no Brasil, mas em toda América Latina – ocorre devido ao processo de ditaduras militares que varreram o continente ao longo da segunda metade do século XX e que, tendo chegado ao fim, deixaram de herança um passado traumático, que precisa ser resolvido.

[...] foi claramente a própria experiência da América Latina que deu origem a essas imaginações de seu passado. Resta saber em que consistiu essa experiência.

Uma resposta-padrão diria que, se deixarmos de lado precursores individuais, a decolagem dessas formas data dos anos 1970. O que elas traduzem, essencialmente, é a experiência da derrota – a história do que deu errado no continente, a despeito do heroísmo, lirismo e colorido: o descarte das democracias, o esmagamento das guerrilhas, a expansão das ditaduras militares, os desaparecimentos e torturas que marcaram o período. (ANDERSON, 2007, p. 218).

Partindo das informações de Baumgarten e de Anderson acerca da expansão da produção ficcional histórica nacional a partir do final da década de 1970, podemos fazer um breve levantamento – apoiados no estudo de Sumiya – de obras publicadas no Brasil ao longo das décadas de 1970 e 1980, tendo como referencial a qualidade literária desses textos, posto que, conforme afirma Anderson, há muitos romances históricos que seriam um “imenso monte de lixo” (*apud* SUMIYA, 2016).

Durante esse período, foram publicados em nosso país importantes romances focalizando eventos significativos da história oficial, tanto para corroborar o seu discurso quanto para questioná-lo, seguindo os dois principais caminhos apontados por Baumgarten.

Destacam-se, nesses anos, obras regionalistas que dão primazia a episódios e eventos do nosso passado mais do que a figuras históricas propriamente ditas.

Exemplos disso são os livros *Os varões assinalados* (1985), de Tabajara Ruas; *A prole do corvo* (1978), de Luiz Antonio Assis Brasil; *A guerra dos farrapos* (1984), de Alcy Cheiuche; e *República das carretas* (1987), de Barbosa Lessa, todos a respeito da Revolução Farroupilha.

Ainda na década de 1980, mais especificamente no ano de 1981, é publicada a obra *Em liberdade*, de Silviano Santiago, que, de acordo com Sumiya, constituirá o pontapé inicial de uma tendência que se expandirá e se consagrará na década seguinte: a de ficcionalizar a vida de autores brasileiros, em um movimento metaficcional.

Em 1981 Silviano Santiago publica *Em liberdade*, romance-diário que ficcionaliza a vida de Graciliano Ramos. A obra é marco de uma linha de romances históricos que, em um exercício metaficcional, ficcionalizam a própria história da literatura brasileira. (SUMIYA, 2016, p. 155).

Mesmo com o crescimento da publicação de romances históricos no Brasil no final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980, é na década seguinte que esse gênero literário atinge seu auge no nosso país, dando um gigantesco salto quantitativo, conforme Antonio Esteves nos informa no artigo “Considerações sobre o romance histórico (no Brasil, no limiar do século XXI)”:

Nota-se, nos últimos anos, uma excepcional proliferação de romances históricos. Enquanto de 1949 até o final da década dos 70 encontramos 52 publicações, nos anos 80, o número passa para 69 publicações, e na década de 90, chega-se à cifra de 110 publicações, beirando a média de uma publicação mensal. (ESTEVES, 2008, p. 61).

Nesse período, multiplicaram-se também os enfoque e abordagens dados à ficção histórica, mas ainda é possível observar a prevalência dos dois caminhos indicados por Baumgarten, com a coexistência de obras ora legitimadoras, ora questionadoras do discurso histórico oficial. É possível notar, contudo, que existe uma preferência em parte dos autores por uma postura que relativiza a narrativa histórica, quando não a questiona ou ironiza de forma mais contundente.

Dentre as obras produzidas nesse período podemos destacar *Agosto* (1990), de Rubem Fonseca; *Sonhos tropicais* (1993), de Moacyr Scliar, e *Galantes memórias e admiráveis aventuras do virtuoso conselheiro Gomes* (1994), de José Roberto

Torero. Tais obras versam, respectivamente, sobre os eventos que levaram ao suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954 (inclusive levantando a possibilidade de uma conspiração em torno da morte do presidente); sobre os planos de reestruturação da cidade do Rio de Janeiro – popularmente conhecidos como “bota abaixo” – perpetrados pelo prefeito Pereira Passos no início do século XX, ao mesmo tempo em que ocorria a Revolta da Vacina, na mesma cidade, no ano de 1904; e sobre a figura polêmica e controversa de Francisco Gomes da Silva, amigo e confidente de Dom Pedro I, conhecido principalmente pela alcunha de “Chalaça”.

Também é na década de 1990 que Ana Miranda publica a maioria de seus romances históricos, alcançando papel de destaque e proeminência no gênero, especialmente pela qualidade de suas obras. A autora se destaca pelo trabalho metaficcional, ao (re)criar em obras literárias grandes nomes da literatura brasileira, tais como Clarice Lispector, Augusto dos Anjos e, mais recentemente, Gonçalves Dias, na obra *Dias & dias*.

Ana Miranda que estreara na poesia em 1978, produz em 1989 seu primeiro romance histórico *Boca do Inferno*, no qual ficcionaliza a vida do poeta Gregório de Matos, na Bahia do século XVII. Seu próximo romance *O retrato do rei* (1990) situa o enredo no século XVIII, focalizando o episódio histórico da guerra dos emboabas. Nos anos seguintes, a autora publica na linha da ficção histórica: *A última quimera* (1995) e *Clarice* (1996) em que ficcionaliza, respectivamente, a vida de Augusto dos Anjos e Clarice Lispector. Ainda em 1996 publica *Desmundo* cuja narrativa recria ficcionalmente um episódio empírico do século XVI e *Amrik* romance sobre a imigração árabe. (SUMIYA, 2016, p. 155).

Chegando à primeira década do século XXI, há uma queda na produção de ficção histórica no Brasil, que continua a ser produzida, mas não com a mesma intensidade da década anterior, quando encontrou seu auge. Mesmo que existente, a intensidade dessa queda pode ser – segundo Marilene Weinhardt, no artigo “A memória ficcionalizada em *Heranças* e *Leite derramado*: rastros, apagamentos e negociações” –, apenas aparente, devido a uma questão de atenção dada pela crítica.

A curva descendente no número de publicações de ficção histórica – se é que de fato é descendente, se essa impressão não resulta da atenção da crítica ao que se mostra como ruptura, em detrimento das permanências, independente do potencial estético de uma e outras – não indica acentuada perda do interesse no passado, da parte de escritores e leitores, e está longe de indicar tendência de

desaparecimento da ficção histórica. A listagem de títulos lançados na primeira década do século XXI que se pode classificar como ficção histórica está muito próxima de uma centena. (WEINHARDT, 2012, p. 247).

Em termos temáticos, na primeira década deste século, a ficção histórica brasileira rompe algumas barreiras estilísticas, e passa a assumir um caráter memorialista, no sentido de merecerem destaque obras cuja narração, majoritariamente em primeira pessoa, conjugam a vida pessoal do narrador com episódios ou momentos históricos, sobretudo da contemporaneidade. Desse fenômeno nos fala Weinhardt.

[...] expressiva parcela [de romances históricos], em termos numéricos e particularmente quanto à realização estética, é constituída por discursos em primeira pessoa, figurando a ação de relatar no presente da escrita, ou seja, na contemporaneidade. Os narradores apresentam-se como indivíduos maduros ou mesmo muito idosos, e contam suas próprias vivências, na modalidade memorialística, situando suas ações em conjunção com o momento histórico. (WEINHARDT, 2012, p. 247).

É a própria autora quem nos indica dois exemplos de obras que se encaixam nesse movimento memorialista da ficção histórica brasileira: *Leite derramado* (2009), de Chico Buarque, e *Heranças* (2008), de Silviano Santiago, que tratam do processo de decadência de uma família burguesa ao longo de 200 anos de nossa história nacional, e sobre a decadência pessoal ao longo dos últimos 70 anos antes da data de publicação da obra, respectivamente. Nos dois casos, o narrador é uma pessoa já de idade avançada e a narrativa em primeira pessoa é permeada por episódios da história brasileira.

De nossa parte, destacamos a obra *A casa das sete mulheres* (2002), de autoria de Letícia Wierzchowski, por possuir uma interessante narrativa híbrida, que alterna a narração em terceira pessoa em alguns capítulos com outros cuja narração em primeira pessoa segue a tendência memorialista apresentada por Weinhardt. A obra tem a figura histórica de Manuela de Paula Ferreira – sobrinha de Bento Gonçalves da Silva, líder da Revolução Farroupilha – como a personagem/narradora que visita seu passado durante a Guerra dos Farrapos.

Ainda na primeira década deste século, encontramos as primeiras incursões da historiadora Mary Del Priori no campo da ficção histórica – incursões essas que irão

permanecer na segunda década do século XXI –, em um movimento bastante interessante e curioso, por se tratar de uma espécie de movimento inverso ao do romance histórico, uma vez que a autora é renomada historiadora, que decide dedicar-se à composição de romances como recurso para a interpretação histórica.

Um exemplo na contramão da relação entre história e literatura nos é dado pela historiadora Mary Del Priori que têm revisitado a história por meio dos recursos do discurso ficcional. Em 2007, ela lançou *O príncipe maldito*, um romance de ‘não-ficção’, como declarou Eduardo Bueno na apresentação da obra sobre o príncipe Pedro Augusto, neto de d. Pedro II. Recentemente Mary Del Priori mergulha de vez na apropriação literária do discurso histórico com seu romance *Beija-me onde o sol não alcança* (2015), no qual constrói o relato ficcional de um triângulo amoroso ocorrido nos oitocentos. Sem dúvida que a historiadora subverte a lógica de até então, na qual eram os romancistas que se utilizavam do discurso histórico para compor romances, e é entre nós a primeira historiadora a escrever um romance histórico. (SUMIYA, 2016, p. 159).

Chegando à segunda década do século XXI, encontramos novamente um aumento no número de publicações de romances históricos, porém, não com a mesma força e intensidade da década de 1990. Nesse período, observamos que, em sua maioria, as obras de ficção histórica revisitam momentos traumáticos da história nacional e mundial, com especial destaque para as ditaduras militares. Perry Anderson nos fala acerca desses temas e do clima de incertezas e traumas.

Ditaduras militares, assassinatos raciais, vigilância onipresente, guerra tecnológica e genocídio programado. O persistente pano de fundo da ficção histórica do período pós-moderno está nos antípodas de suas formas clássicas. Não a emergência da nação, mas as devastações do império; não o progresso como emancipação, mas a catástrofe iminente ou consumada. Em termos joycianos, a história como um pesadelo do qual ainda não conseguimos despertar. (ANDERSON, 2007, p.219)

Essa concepção da “história como um pesadelo do qual ainda não conseguimos despertar” se mostra particularmente presente em obras como *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2014), de Bernardo Kucinski, que apresenta uma coletânea de contos acerca da prática da tortura durante a ditadura militar brasileira; e *Contos da Primeira Guerra Mundial* (2014), de Lúcia do Valle, que, como sugere o próprio título, versa sobre o conflito ocorrido entre os anos de 1914 e 1918, e que deixou feridas até hoje não completamente fechadas.

Ainda nesse contexto, observamos uma tendência à adoção de elementos autobiográficos nas obras de ficção histórica, sendo compostos romances que trazem um profundo caráter pessoal – em geral relacionado com momentos traumáticos, ainda não completamente resolvidos – para a narrativa literária, tendo como pano de fundo episódios de dor e sofrimento, não apenas no autor, mas em grandes parcelas da sociedade.

Alguns exemplos emblemáticos desse tipo de narrativa podem ser encontrados em *A resistência* (2016), de Julián Fuks, que aborda a relação do narrador/personagem – biograficamente identificado quase que totalmente com o próprio autor – com seu irmão, adotado pelos pais em Buenos Aires durante o período da ditadura militar argentina, famosa por sequestrar filhos de militantes de oposição e encaminhá-los para adoção. Também se enquadram nesse âmbito as obras *K. Relato de uma busca* (2011), de Bernardo Kucinski, e *O irmão alemão* (2014), de Chico Buarque.

K. Relato de uma busca trata-se de um conciso romance que por meio da sobreposição de um conjunto de vozes tenta recuperar o percurso de Ana Kucinski, desaparecida durante a ditadura militar. [...] *O irmão alemão*, de Chico Buarque, por meio de uma narração em primeira pessoa, centra-se na descoberta de um irmão alemão, cujas últimas informações referem-se ao período que antecede à 2ª Guerra. [...] Nos romances o diálogo com a história se faz por meio da memória dos autores em profunda consonância com a própria memória coletiva, [...] pois os acontecimentos traumáticos que tentam recuperar, via discurso, são de conhecimento e relevância pública. [...] Nos dois romances o enredo está totalmente ligado à história. Uma história que é do passado, que não existe mais, mas que ainda causa dor ou silêncio em seus donos. (SUMIYA, 2016, p. 161-162).

Tendo estabelecido um breve panorama das relações entre a ficção histórica ao longo dos séculos, tanto em contexto global, como em contexto nacional, destacando as formas do romance histórico, segundo Lukács, e da metaficção historiográfica, segundo Hutcheon – por serem os eixos norteadores da pesquisa –, podemos partir, agora, para o segundo capítulo, no qual estabeleceremos alguns conceitos fundamentais em torno da ficção histórica, como base para a análise das obras escolhidas.

2 CONSTRUÇÃO DO DISCURSO HISTÓRICO

2.1 A escrita histórica

No capítulo anterior, traçamos e percorremos um breve percurso cronológico acerca das relações entre a ficção e a história desde a antiguidade grega até a contemporaneidade, tanto em âmbito global como em âmbito nacional. Uma vez feito isso, e tendo sempre em mente o percurso percorrido, consideramos importante empreender o levantamento acerca dos métodos pelos quais o discurso histórico foi construído ao longo do tempo.

Da mesma forma como, no capítulo anterior, não pudemos visitar todas as formulações a respeito das relações entre a ficção e a história, agora nos será impossível apresentar todas as teorias em torno da construção do discurso histórico. Tendo essa impossibilidade em mente, escolhemos apresentar três principais construtos teóricos, elaborados a partir do século XIX, sobre o assunto.

Essa escolha está diretamente ligada aos conceitos de ficção histórica com os quais trabalharemos na pesquisa, e têm como critério secundário o estabelecimento da história como disciplina independente, o que se dá a partir da sociologia positivista de Auguste Comte. Esta dará origem – entre outras teorias da história – tanto ao materialismo histórico de Karl Marx e Friedrich Engels (que foi utilizado por Lukács como teoria histórica fundamental no processo de construção de sua teoria sobre o romance histórico) quanto à nova história de Jacques LeGoff (cujas teorias são amplamente trazidas e discutidas por Hutcheon em suas formulações acerca da metaficção historiográfica), que nasce da crítica feita por Marc Bloch e Lucien Febvre às duas teorias anteriores.

Feita a escolha – e explicados os motivos que levaram a ela –, podemos começar a refletir sobre a primeira das teorias da história selecionadas, a história positivista ou tradicional. É importante ressaltar que o aprofundamento sobre essa teoria em especial não será tão extenso quanto o das outras duas, uma vez que sua importância para a pesquisa consiste principalmente em ser ela que originou o materialismo histórico e a nova história, essas, sim, teorias fundamentais em nossa investigação.

A história positivista, também chamada de história tradicional, e muitas vezes confundida com a história metódica – talvez até por serem muito próximas conceitualmente –, foi a primeira tentativa de estabelecer uma independência do conhecimento histórico em relação à sociologia, e de dar a esse conhecimento um *status* de verdade, baseado em procedimentos científicos, que visavam a descoberta do conjunto de leis que regeriam o conhecimento histórico. Silva e Silva oferecem-nos algumas informações acerca da escola metódica e positivista do estudo da história.

É muito comum, inclusive, confundirmos o positivismo, a escola histórica seguidora de Auguste Comte, com a escola metódica: o que se convencionou chamar de positivismo é, na realidade, a escola metódica, influenciada pelo pensamento do filósofo alemão Leopold Von Ranke, que supervalorizava o documento e defendia a objetividade na História. A escola metódica teve seu auge no século XIX, defendida sobretudo pelos historiadores franceses Langlois e Seignobos, que pregavam uma História narrativa, política, com forte caráter nacionalista. O positivismo propriamente dito, por outro lado, buscava estudar a História a partir do estabelecimento de leis que regulassem o desenvolvimento humano. (SILVA; SILVA, 2008, p. 190).

Como é possível observar a partir da citação, além da busca por leis que regessem o desenvolvimento humano, a história tradicional apresentava também uma predileção – para não dizer um uso exclusivo – pelas fontes escritas, e mesmo dentro desse importante, porém não único, conjunto de fontes, a historiografia tradicional demonstrava preferência por documentos oficiais, por serem eles, segundo os defensores da corrente positivista, dotados da verdade, justamente por terem sido produzidos por órgãos de governo.

Não é difícil extrair daí duas importantes informações: a primeira, de que a seleção documental escolhida pela história tradicional excluía a grande maioria das fontes históricas – e seus agentes –, configurando, assim, uma historiografia elitista e de valorização de grandes figuras de governo. A segunda, que decorre igualmente da primeira, de que, ao adotar como verdadeiras testemunhas incontestáveis do passado apenas os documentos de origem oficial, a historiografia tradicional compunha uma narrativa histórica essencialmente política.

É justamente a essa narrativa histórica essencialmente política e elitista que se direciona – ainda no século XIX – a crítica dos filósofos Friedrich Engels e Karl Marx, que, baseando-se em uma análise da sociedade industrial inglesa de sua época,

compreenderão que a escrita da história deveria ser feita a partir do ponto de vista econômico e a partir da perspectiva da existência de uma luta de classes, conforme podemos observar nas palavras do próprio Engels em sua obra *Do socialismo utópico ao socialismo científico*.

Os novos fatos [a análise da sociedade industrial inglesa] obrigaram à revisão de toda a história anterior, e então viu-se que, com exceção do Estado primitivo, toda a história anterior era a história das lutas de classes, e que essas classes sociais em luta entre si eram, em todas as épocas fruto das relações de produção e de troca, isto é, das relações econômicas da sua época; que a estrutura econômica da sociedade em cada época da história constitui, portanto, a base real cujas propriedades explicam, em última análise, toda a superestrutura integrada pelas instituições jurídicas e políticas, assim como pela ideologia religiosa, filosófica etc. (ENGELS, 1985, p. 52; grifos do autor).

Por basear suas análises primordialmente em relações econômicas, e condicionar todas as demais estruturas sociais a ela, e por entender o percurso da história com uma perspectiva de oposições – entre classes sociais, e não entre ideias, conforme originalmente proposto por Hegel –, a teoria histórica composta pelos filósofos alemães recebeu o nome de materialismo histórico ou materialismo dialético.

Segundo o materialismo histórico – cujas ideias centrais são desenvolvidas nas obras *O capital* (1867-1894), de Karl Marx, e *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (1880), de Friedrich Engels –, a história se movimenta por meio de estruturas econômicas, movimentadas pela troca de mercadorias (comércio) e da acumulação de riquezas de diferentes naturezas (capital), que, ao serem transformadas, modificam toda a sociedade ao seu redor. A essas estruturas econômicas os autores atribuem o nome de modos de produção, relativos aos diferentes períodos históricos, cada um deles contendo características específicas, de acordo com sua época.

O desenvolvimento do comércio e do capital comercial orienta cada vez mais a produção para o valor de troca, estende-a, diversifica-a, internacionaliza-a e transforma o dinheiro em moeda universal. Daí uma decomposição mais ou menos pronunciada da organização existente da produção, organização que, sob diversas formas, tinha sobretudo em vista o valor de uso. A importância dessa composição depende em primeiro lugar da solidez e da organização interna da antiga produção. E a culminância desse processo de decomposição, o novo modo de produção que deve substituir o velho, não depende do próprio comércio, mas do caráter do antigo modo de produção. No mundo antigo, o desenvolvimento do comércio e do capital comercial

atingiu sempre o regime escravista, ou, conforme o ponto de partida, a transformação do sistema patriarcal de escravidão orientado para a produção de mais-valia¹. No mundo moderno, ao contrário, atinge o modo de produção capitalista. (MARX, 1982, p. 319).

Como o objeto de estudo dos dois filósofos era a Europa e o Oriente Próximo, os modos de produção por eles definidos – comunista primitivo para os agrupamentos humanos pré-históricos; asiático para Egito e Mesopotâmia; escravista para Grécia e Império Romano; feudal para a Europa Medieval; capitalista para as sociedades burguesas a partir do século XV; e socialista para as sociedades governadas pelo proletariado, ainda a serem estabelecidas –, aplicam-se especificamente aos processos históricos dessas regiões. Os modos de produção associados a outras culturas e regiões – como o chamado modo de produção colonial, ligado ao processo de domínio das potências econômicas europeias sobre a América Latina, por exemplo – foram desenvolvidos posteriormente por seguidores de Marx e Engels.

Segundo a teoria dos dois filósofos alemães, a passagem de um modo de produção para outro ocorria por meio de um processo de transformação – muitas vezes violento, e sempre impactante – causado pela luta de classes. Nesse movimento, as camadas sociais mais baixas, oprimidas pelas classes sociais mais ricas, se davam conta de sua condição de exploradas e, por meio de revoltas, reformas ou revoluções, tomavam os meios produtivos, ou seja, os meios pelos quais se produziam riquezas, e se estabeleciaam como uma nova elite econômica, que, por consequência, também se configuraria como uma nova elite política, social, e opressora.

Ainda de acordo com essa mesma concepção de luta de classes, Marx e Engels estabelecem que cada modo de produção cria dentro de si – devido ao processo de exploração – o germe de sua própria destruição. Isso significa dizer que, ao alcançar o poder e se tornar a nova elite opressora, uma determinada classe social cria condições para que os novos explorados, ao longo do tempo, também se reconheçam como oprimidos e iniciem um novo processo de transformação, que acabará por criar

¹ A ideia de mais-valia é um dos conceitos fundamentais da teoria marxista de análise econômica, que diz – de forma extremamente sintética – que o valor de comercialização de um produto qualquer é superior ao seu valor de produção, e que essa diferença decorre da exploração do tempo de trabalho do operário pelo capitalista que o emprega, sobretudo no modo de produção capitalista. Não nos aprofundaremos nesse conceito por não ser ele relevante para a pesquisa

um novo modo de produção, com novas elites opressoras e novos grupos oprimidos, sucessivamente.

Segundo tal pensamento, esse processo cíclico de formação de novos modos de produção seria interrompido com o estabelecimento do chamado modo de produção socialista, em que os trabalhadores das sociedades capitalistas superdesenvolvidas tomariam consciência de sua condição de explorados e, por meio de um processo revolucionário, estabeleceriam uma ditadura do proletariado. Esta, por sua vez, guiaria a humanidade para o comunismo, ou seja, para uma sociedade sem Estado e sem classes sociais, em que toda a produção global seria dividida igualmente e os meios produtivos pertenceriam a todas as pessoas coletivamente, conforme assegura Engels.

O modo capitalista de produção, ao converter mais e mais em proletários a imensa maioria dos indivíduos de cada país, cria a força que, se não quiser perecer, está obrigada a fazer essa revolução. E, ao forçar cada vez mais a conversão dos grandes meios socializados de produção em propriedade do Estado, já indica por si mesmo o caminho pelo qual deve produzir-se essa revolução. O *proletariado toma nas suas mãos o Poder do Estado e começa por converter os meios de produção em propriedade do estado*. Mas, nesse mesmo ato, destrói-se a si próprio como proletariado, destruindo toda a diferença e todo o antagonismo de classes, e com isso o Estado como tal. (ENGELS, 1985, p. 72; grifos do autor).

Não desejamos, aqui, entrar no mérito da validade ou não da teoria marxista – mesmo porque não é o nosso objetivo –, entretanto, dois pontos dela merecem especial destaque por estarem ligados à pesquisa.

O primeiro deles é o de que o pensamento de Marx e Engels atribui à história um aspecto teleológico, na medida em que os filósofos entendem que a história possui um determinado sentido e objetivo, ou seja, que caminha para o comunismo. Esse caminhar seria uma direção certa e inevitável no pensamento dos filósofos, e se daria independentemente do fato de seus agentes – os membros oprimidos de qualquer sociedade – estarem ou não conscientes dele.

O segundo ponto que merece destaque é o de que o materialismo histórico entende que a teoria da luta de classes é aplicável a todas as sociedades humanas ao longo dos anos e que, portanto, pode ser encarada como uma espécie de explicação universal para a compreensão do processo histórico.

Tomando como base esses dois pontos, podemos inferir que a teoria marxista de análise histórica peca em um aspecto fundamental. Mesmo fazendo críticas ao modelo tradicional da escrita da história, e trazendo importantes inovações em relação a ela, o materialismo histórico ainda entende a história como uma ciência, com leis específicas – a da mais-valia, da luta de classes, do caminhar inevitável para o comunismo –, ou seja, a teoria marxista continua sustentando que o discurso histórico, elaborado a partir de suas próprias premissas, é detentor de um *status de verdade*.

Ambas nascidas no século XIX, a história tradicional e o materialismo histórico dominariam os estudos historiográficos – defendendo suas próprias concepções de verdade histórica – até o ano de 1929, quando teriam de passar a conviver com um terceiro construto teórico, que daria o passo que nenhuma das duas teorias dera: a de romper com a ideia da existência de uma ciência ou verdade do passado. Trata-se da publicação inicial da *Revue des Annales d'histoire économique et sociale* – posteriormente rebatizada de *Annales: économies, sociétés, civilisations* –, periódico criado pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, que estabelecerá novas possibilidades de interpretação histórica, dando origem ao movimento da nova história, conforme nos informa Peter Burke, em *A escrita da história*:

A expressão ‘a nova história’ é mais bem conhecida na França. *La nouvelle histoire* é o título de uma coleção de ensaios editada pelo renomado medievalista francês Jacques Le Goff. Le Goff também auxiliou na edição de uma maciça coleção de ensaios em três volumes acerca de ‘novos problemas’, ‘novas abordagens’, e ‘novos objetos’. [...] Nesses casos está claro o que é a nova história: é uma história *made in France*. [...] Mais exatamente, é a história associada à chamada *École des Annales*, agrupada em torno da revista *Annales: économies, sociétés, civilisations*.

A nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional. [...] com muita frequência considerado a maneira de se fazer história, em vez de ser percebido como uma dentre várias abordagens possíveis do passado. (2011, p. 9-10; grifos do autor).

Ao configurar-se “como uma reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional”, a nova história assume um papel de crítica aos diferentes conceitos fundamentais a esse paradigma tradicional, especialmente em dois aspectos principais: a postura do historiador frente ao conhecimento histórico e o uso exclusivo de documentos escritos como únicas fontes confiáveis para a escrita da história.

Na obra *Apologia da história ou o ofício de historiador* – escrita no cárcere e deixada incompleta devido à execução do autor pela Gestapo, devido à militância que exerceu na Resistência Francesa durante a Segunda Guerra Mundial –, o historiador francês Marc Bloch questiona diretamente, e em tom irônico, a pretensa posição privilegiada do historiador frente à escrita histórica.

O teórico francês condena a postura de diversos dos seus colegas que visavam o estabelecimento de um determinado conjunto de elementos a serem considerados como “história”, e desqualificavam como não-histórico tudo o mais que não fosse selecionado por eles e englobado nesse conjunto.

‘Este tema’, diz o guardião dos deuses palavras, ‘ou esta maneira de tratá-lo, eis provavelmente o que é capaz de seduzir. Mas toma cuidado, ó efebo: isso não é a história.’ Somos então um jurado dos tempos antigos para codificar as tarefas permitidas às pessoas do ofício e, provavelmente, uma vez a lista fechada, reservar seu exercício a nossos mestres patenteados? Os físicos e os químicos são mais esclarecidos, já que nenhum deles, que eu saiba, jamais foi visto polemizando sobre os direitos respectivos da física, da química, da química física ou – supondo que o termo exista – da física-química. (BLOCH, 2001, p. 52).

Ainda na mesma obra, Bloch aprofunda um elemento trazido por Hegel, acerca da função de organização que o historiador teria frente à escrita da história, conforme vimos, afirmando que essa função não seria apenas organizacional, mas também seletiva, na medida em que inevitavelmente o historiador deveria fazer recortes e escolhas no ato de escrever sua narrativa.

Não deixa de ser menos verdade que, face à imensa e confusa realidade, o historiador é necessariamente levado a nela recortar o ponto de aplicação particular de suas ferramentas; em consequência, a nela fazer uma escolha que, muito claramente, não é a mesma que a do biólogo, por exemplo; que será propriamente uma escolha de historiador. (p. 52).

Já no que diz respeito à preferência – quase exclusiva – do uso de documentos escritos pela historiografia tradicional, a crítica de Marc Bloch é ainda mais contundente, direcionando-se tanto à escrita tradicional da história, como às fontes por ela consagradas:

Que a palavra das testemunhas não deve ser obrigatoriamente digna de crédito, os mais ingênuos dos policiais sabem bem. Livres, de resto, para nem sempre tirar desse conhecimento teórico o partido que seria preciso. Do mesmo modo, há muito tempo, estamos alertados no sentido de não aceitar cegamente todos os testemunhos históricos. Uma experiência, quase tão velha quanto a humanidade, nos ensinou que mais de um texto se diz de outra proveniência do que de fato é: nem todos os relatos são verídicos e os vestígios materiais, eles também, podem ser falsificados. [...] ‘Com tinta, qualquer um pode escrever qualquer coisa’, exclamava, no século XI, um fidalgo provinciano loreno, em processo contra monges que armavam-se de provas documentais contra ele. (2001, p. 89).

Ao afirmar – na verdade, retomar a afirmação de um fidalgo do século XI, que pode ou não ter existido, inclusive – que “com tinta, qualquer um pode escrever qualquer coisa”, Bloch está colocando em xeque toda a historiografia tradicional e a sua pretensão científica, uma vez que afirma – sem usar esses termos de forma explícita, mas deixando evidente essa interpretação – que os documentos escritos poderiam, como qualquer fonte, ser manipulados e forjados, talvez até com maior facilidade do que outras fontes, já que, em princípio, apenas papel e tinta seriam necessários para criá-los ou adulterá-los.

Ao criticar o posicionamento do historiador como detentor de um conhecimento que lhe permitiria determinar o que seria ou não matéria histórica, e especialmente o uso preferencial ou exclusivo de fontes escritas, a nova história promoveu duas verdadeiras revoluções na historiografia, que passa a ser muito mais ampla e interdisciplinar.

O primeiro elemento revolucionário trazido pela nova história está justamente na interpretação do conceito de fonte histórica. Para ela, tudo quanto foi criado, influenciado ou tocado pelo homem passa a ser considerado passível de análise e estudo por parte do historiador, sem que haja prevalência de um tipo de fonte sobre os outros, conforme nos informa Jacques Le Goff, em sua obra *A história nova*.

A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem. (1990, p. 28-29).

Essa ampliação no uso de fontes permitiu que os historiadores pudessem direcionar seus olhares para o passado a partir de outras perspectivas além da história política, preconizada pelo paradigma tradicional, e da história econômica, favorita do paradigma marxista, mesmo que esse último não fosse o alvo primeiro das críticas da nova história, mas considerado limitante em decorrência de sua abordagem exclusivamente econômica e principalmente de sua base teleológica. Le Goff aponta os principais elementos de distanciamento entre os dois paradigmas.

[...] o primado grosseiro do econômico na explicação histórica, a tendência de situar nas superestruturas as mentalidades [...] e, sobretudo, a crença numa história linear, que se desenvolve segundo um só modo de evolução, enquanto a história nova insiste sobre as diferenças das experiências históricas e sobre a necessidade de uma multiplicidade de enfoques. (1990, p. 52).

Essa multiplicidade de enfoques dada aos estudos históricos mencionada por LeGoff pode ser exemplificada pela quantidade de abordagens presentes nos ensaios que compõe a obra referida, publicada originalmente em 1978, na França. Atentando-nos apenas aos títulos – como indicativos das abordagens apresentadas –, encontramos, na coletânea, os ensaios *A história e a longa duração*, *A história das estruturas*, *A antropologia histórica*, *A história das mentalidades*, *História da cultura material*, *A história imediata*, *Marxismo e história nova*, *A história dos marginais* e *A história do imaginário*.

Se tomarmos como um contraponto mais contemporâneo a também citada obra organizada por Peter Burke – originalmente publicada em 1991 –, podemos observar que, durante os anos que separam as duas publicações, além das apresentadas por LeGoff, novas abordagens são trazidas pela nova história. Novamente tomando os títulos dos ensaios, encontramos em Burke *A história vista de baixo*, *História das mulheres*, *História de além-mar*, *Sobre a micro-história*, *História oral*, *História da leitura*, *História das imagens*, *História do pensamento político*, *História do corpo* e *A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa*.

Devido a essa multiplicidade de abordagens, era natural que a nova história se tornasse necessariamente interdisciplinar, e não apenas um paradigma histórico fechado em torno de si mesmo. Dentre as diferentes relações interdisciplinares, a que nos interessa mais é a da nova história com a literatura.

No âmbito dessa relação, muitos debates e discussões foram realizados ao longo dos anos – encabeçadas especialmente pelo historiador Hayden White e pela crítica Linda Hutcheon – e uma significativa quantidade de conceitos foram propostos pelos diferentes pensadores dessa relação, dentre os quais selecionamos alguns para nortear as análises que faremos das obras do *corpora*.

Apresentaremos esses conceitos no próximo capítulo, porém, antes de nos debruçar sobre eles, consideramos importante nos deter alguns momentos na questão da memória, um importante elemento neste estudo, uma vez que ela pode muitas vezes ser construída e reconstruída a fim de atender a determinados discursos historiográficos, e mesmo literários.

2.1.1 História e memória

Ao contrário do que versa o senso comum, os conceitos – e objetivos – de história e memória não são necessariamente coincidentes, ainda que bastante aproximados, e até mesmo interconectados de forma profunda. De acordo com Silva e Silva, em seu *Dicionário de conceitos históricos*, a

[...] distinção entre História e memória está no fato de a História trabalhar com o acontecimento colocado para e pela sociedade, enquanto para a memória o principal é a reação que o fato causa no indivíduo. A memória recupera o que está submerso, seja do indivíduo, seja do grupo, e a História trabalha com o que a sociedade trouxe à público. (SILVA; SILVA, 2008, p. 276).

Podemos observar, na citação, que os autores mencionam tanto uma memória do grupo como uma memória individual, o que nos remete ao fato de que existem ao menos dois tipos de memórias: uma subjetiva ou individual, e uma outra, coletiva, que engloba a primeira e é objeto de maior atenção da parte dos historiadores, por conter em sua amplitude elementos mais relevantes para o estudo histórico.

Na verdade, a forma de maior interesse para o historiador é a memória coletiva, composta pelas lembranças vividas pelo indivíduo ou que lhe foram repassadas, mas que não lhe pertencem somente, e são entendidas como propriedades de uma comunidade, um grupo. [...] A memória coletiva fundamenta a própria identidade do grupo ou comunidade, mas normalmente tende a se apegar a um acontecimento considerado fundador, simplificando todo o restante do passado. [...] Além disso, mais do que em datas, a memória coletiva

se baseia em imagens e paisagens. O próprio esquecimento é também um aspecto relevante para a compreensão da memória de grupos e comunidades, pois muitas vezes é voluntário, indicando a vontade do grupo de ocultar determinados fatos. (SILVA; SILVA, 2008, p. 276).

Ainda a respeito do conceito de memória e de seus usos, é importante destacar que ela não deve ser confundida ou assumida como um sinônimo da verdade, uma vez que ela – individual ou coletiva – pode ser construída e, portanto, está necessariamente sujeita aos efeitos da mente humana, que, muitas vezes, não nos oferece os fatos exatamente como ocorreram, mas as percepções individuais desses fatos que nossos cérebros registraram como elementos mais significativos. Walter Benjamin, em seu trabalho “Sobre o conceito de História”, apresenta-nos uma definição bastante interessante de passado, a qual, no caso do presente trabalho, pode também ser aplicável à ideia de memória. Assim afirma o teórico alemão:

A verdadeira imagem do passado passa voando. O passado só se deixa capturar como imagem que relampeja irreversivelmente no momento de sua conhecibilidade. [...] Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo. (BENJAMIN, 2016, p. 243).

Ao observarmos as afirmações de Benjamin acerca da apropriação de um passado “no momento de um perigo” e de Silva e Silva, de que certos esquecimentos são voluntários – e, portanto, deliberados –, os autores quase que automaticamente nos fazem refletir a respeito dos discursos revisionistas e negacionistas que ainda hoje procuram negar a ocorrência do Holocausto, baseando-se no esforço nazista para destruir as evidências dos seus crimes para que eles não fossem lembrados, e que suas vítimas não tivessem credibilidade, conforme nos informa Primo Levi, em sua obra *The drowned and the saved*, originalmente publicada em 1986.

Os soldados da SS costumavam se divertir provocando os prisioneiros com um cínico aviso: Não importa como essa guerra vai terminar, nós vencemos a guerra contra vocês. Ninguém vai sobrar para testemunhar [...]. Nós vamos destruir tanto vocês como as evidências. [...] Nós somos aqueles que vão ditar a história dos campos de concentração. [...]

Muita da evidência material dos extermínios em massa foi destruída, ou tentativas foram feitas para destruí-las, com sucesso variável. Na

queda em 1944, os nazistas explodiram as câmaras de gás e crematórios em Auschwitz, mas as ruínas continuam lá. [...] Todos os registros dos *lagers* foram queimados nos dias finais da guerra. (LEVI, 2015, p. 2430-2431; grifos nossos)².

Jeanne Marie Gagnebin, no texto “Verdade e memória do passado”, nos traz ainda um forte exemplo acerca da construção deliberada de uma determinada memória, ou do que poderíamos chamar de uma produção deliberada de um esquecimento acerca de determinado evento histórico, recorrendo às palavras de ninguém menos do que Adolf Hitler em relação à Solução Final – como era chamado o programa nazista para extermínio de judeus e de outros grupos sociais considerados pelos nazistas como inferiores. Assim nos fala a autora:

Querendo aniquilar um povo inteiro, a ‘solução final’ pretendia também destruir toda uma face da história e da memória. Essa capacidade de destruição da memória cobre uma dimensão política e ética a respeito da qual Hitler estava perfeitamente consciente. [...] ‘Eu dei ordem às unidades especiais da SS de se apoderarem do fronte polonês e de matarem sem piedade homens, mulheres e crianças. Quem ainda fala dos extermínios dos armênios, hoje?’, declara ele em 21 de agosto de 1939. (2014, p. 47).

O massacre armênio, ao qual Hitler se refere, ocorreu em 1915, durante o contexto da I Guerra Mundial, e já em 1939 – e ainda hoje, a não ser em grupos culturais armênios ou a eles ligados – era muito pouco falado ou denunciado de forma geral. Durante esse evento, o governo totalitário liderado pelo partido Jovens Turcos realizou um massacre étnico em suas fronteiras, causando a morte de mais de um milhão e meio de armênios inocentes, sem sofrer nenhum tipo de sanção.

A bem da verdade, até hoje o governo turco não admite que se use o termo genocídio para se referir ao evento, afirmando que o que ocorreu foi, sim, uma atrocidade no sentido de deportar mais de um milhão de armênios para o deserto da Síria, e afirma que não houve tentativa sistemática de extermínio dessa população.

² Do original “SS soldiers used to enjoy taunting the prisoners with a cynical warning: No matter how this war ends, we have won the war against you. No one will be left to testify, [...] we will destroy both you and the evidence. [...] We are the ones who will dictate the history of the concentration camps. [...] Much of the material evidence of the mass exterminations was destroyed or attempts were made to destroy it, with varying success. In the fall of 1944, the Nazis blew up the gas chambers and crematoriums at Auschwitz, but the ruins are still there [...] All the records of the Lagers were burned in the final days of the war.” Tradução nossa.

Toda essa discussão acerca da memória e dos seus usos e construções inevitavelmente acabam por nos levar a refletir sobre a ideia de memória do objeto, conceito do filósofo russo Mikhail Bakhtin, segundo quem os objetos – não apenas físicos, devemos destacar, mas também sociais e culturais – possuem determinada memória, advinda da memória coletiva, e devem circular entre e para os indivíduos, a fim de se manter vivos, conforme nos explica Marília Amorim em “Memória do objeto – uma transposição bakhtiniana e algumas questões para a educação”:

[...] A palavra é um objeto cultural e como tal possui memória. Mas se a palavra não esquece, os sujeitos podem esquecer, e assim retirar-lhe a vida. Sem a circulação e a transmissão, o texto morre, o objeto morre. Morre por não ser recriado, reinterpretado, e morre com ele a sua memória que não é outra coisa senão a memória coletiva. Então, podemos definir a memória coletiva como sendo a memória do objeto que é falado e transmitido entre os sujeitos. [...] A memória coletiva ou memória dos objetos não está *nos* sujeitos, mas para não se perder, ela precisa estar *entre* eles. Ela precisa do elo que cada sujeito representa com sua participação na cultura. (AMORIM, 2009, p. 14; grifos da autora).

A leitura atenta da citação nos chama imediatamente a atenção para o fato de que a autora trata da palavra como objeto cultural, e veículo de circulação da memória coletiva enquanto memória do objeto, e essa afirmação é, para nós, de fundamental importância, uma vez que, ao estudar na segunda parte desta tese as representações literárias da Revolução Farroupilha em algumas obras de ficção histórica, estaremos, em outras palavras, estudando também as (re)construções da memória do objeto histórico-cultural chamado “Guerra dos Farrapos”, seja para reforçar ou contestar essas mesmas memórias.

É interessante notar que a produção literária acerca de um determinado tema – ou seja, a memória de um determinado objeto construída por meio da literatura – é considerada privilegiada até mesmo pelo próprio Bakhtin, devido a sua característica de poder suplantar – com seu aspecto necessariamente social – as memórias individuais, inclusive dos seus autores, como podemos observar em *Questões de literatura e estética*.

As tradições culturais e literárias (inclusive as mais antigas) se conservam e vivem não na memória individual e subjetiva de um homem isolado em algum ‘psiquismo’ coletivo, mas nas formas objetivas da própria cultura (inclusive nas formas linguísticas e

verbais), e nesse sentido elas são intersubjetivas e interindividuais (consequentemente, também sociais); daí elas chegam às obras literárias, às vezes quase passando por cima da memória individual subjetiva dos autores. (BAKHTIN, 1993, p. 354).

Uma vez apresentadas algumas concepções acerca da construção tanto do discurso histórico como da ideia de memória com as quais trabalharemos nos capítulos seguintes a fim de realizar nossa análise das obras selecionadas, podemos, agora, trazer algumas informações a respeito de como a história e a memória da Guerra dos Farrapos – evento central do estudo – vêm sendo construídas ao longo dos anos.

2.2 Breve histórico da Guerra dos Farrapos

A Revolução Farroupilha – também conhecida como Guerra dos Farrapos – foi um dos eventos históricos mais importantes do Rio Grande do Sul, estando diretamente ligada à figura do gaúcho, personagem que representa os valores, a cultura e a identidade dos rio-grandenses, conforme assegura Sandra Jatahy Pesavento, em *A Revolução Farroupilha*.

A Revolução Farroupilha é, seguramente, o acontecimento mais festejado da historiografia oficial do Rio Grande do Sul, e sobre o qual mais se tem escrito, em termos regionais. [...] A Revolução Farroupilha tornou-se o símbolo do espírito de bravura do povo gaúcho e de suas ‘tendências libertárias’. Quanto a seus principais vultos, converteram-se nos exemplos mais representativos da ‘raça’ gaúcha, tais como alivez, coragem, desprendimento. (PESAVENTO, 2003, p. 7-8).

Antes de apresentar os principais acontecimentos da Guerra dos Farrapos, é importante deixar claro que o faremos de forma bastante resumida, devido ao fato de que na segunda parte da tese retornaremos a alguns dos mais significativos deles de forma detalhada, por constituírem importante elemento em nosso processo de análise. Assim sendo, nos limitamos, aqui, a dar apenas um panorama dos eventos históricos, a fim de que possa ser conhecida tal revolução.

A Guerra dos Farrapos ocorreu entre os anos de 1835 e 1845, podendo ser considerada um dos mais significativos eventos da história nacional. Ela se iniciou como um movimento de oposição à política tributária do charque e do couro, cujo comércio era fundamental para a economia da região.

A postura, tanto do governo central, como a do então presidente da província, Antonio Rodrigues Fernandes Braga, de fazer ouvidos moucos às reivindicações dos estancieiros fez com que eles depusessem Braga na madrugada do dia 20 de setembro, dando início à revolução.

Segundo Bóris Fausto, em *História do Brasil*, ao longo do tempo, diferentes grupos associaram-se aos revolucionários, além dos próprios gaúchos, que constituíam a grande maioria das tropas farroupilhas.

Ela [a revolta] foi preparada por estancieiros da fronteira e algumas figuras da classe média das cidades, obtendo apoio principalmente nesses setores sociais [...]

Os farrapos contaram com o concurso de alguns oficiais do Exército, chegados recentemente ao Rio Grande do Sul. [...] Nas fileiras dos revoltosos, destacaram-se pelo menos duas dezenas de revolucionários italianos refugiados no Brasil, sendo o mais célebre deles Giuseppe Garibaldi. A figura mais importante do movimento foi Bento Gonçalves, filho de um rico estancieiro, com larga experiência militar nas guerras da região. (FAUSTO, 1995, p. 169).

Já em 1836, poucos dias antes de completar um ano do início da revolta, deu-se o maior ponto de inflexão do movimento, quando os farrapos – que até então declaravam-se fiéis à monarquia –, após uma importante vitória militar, proclamaram, pela pessoa de Antonio de Souza Netto, sua separação do resto do país, conforme nos informa Pesavento no texto “Farrapos com a faca na bota”.

Em 11 de setembro de 1836, no Campo dos Menezes, Antonio de Souza Netto proclamou a República Rio-Grandense, a que se seguiu o ato de 5 de novembro, quando os farrapos ratificaram a medida na Câmara Municipal de Piratini, declarando a independência do Rio Grande do Sul, sob a forma republicana. [...] Piratini foi escolhida como a capital da nova República Rio-Grandense, e Bento Gonçalves, por aclamação geral, seu presidente. (PESAVENTO, 2013, p. 331-332).

A partir dessa proclamação, as relações entre os revoltosos e os legalistas se tornaram mais complicadas, e os pampas gaúchos se tornaram palco de violentos combates entre os dois grupos, em geral decididos por cargas de cavalaria, de um lado e de outro.

A cavalaria era considerada elemento fundamental na estratégia de guerra dos farroupilhas, e é atribuída ao General Antonio de Souza Netto a afirmação de que a

República Rio-Grandense não chegaria ao fim enquanto ele dispusesse de mil gaúchos e dois mil cavalos.

Durante os quase 10 anos de conflagração armada, ocorreram episódios verdadeiramente românticos, dentre os quais podemos destacar a fuga do General Bento Gonçalves, a nado, da Fortaleza do Mar, onde havia sido aprisionado pelas tropas do Império; e a passagem por terra – puxadas por bois, sobre carros especialmente construídos para isso – das embarcações farroupilhas, quando da invasão de Laguna, em Santa Catarina, liderada por Giuseppe Garibaldi e pelo General David Canabarro.

Ao longo desse período, o governo imperial nomeou diferentes líderes políticos e militares para tentar apaziguar o conflito, mas todos fracassaram sucessivamente diante da resistência dos gaúchos. Foi somente com a nomeação de Luis Alves de Lima e Silva – Barão de Caxias, e futuro duque – que a possibilidade de paz passou a ser vislumbrada no horizonte:

Um passo importante para pôr fim ao conflito ocorreu quando, em 1842, Caxias foi nomeado presidente e comandante de armas da província. Ele combinou habilmente uma política de ataque militar e medidas de apaziguamento. (FAUSTO, 1995, p. 170).

Somente nos primeiros meses de 1845, devido às ações do Barão de Caxias e do esgotamento físico das tropas farrapas, é que se assinou, em Ponche Verde, um honroso tratado de paz, em que o governo imperial anistiava os revolucionários, assumia as dívidas da República Rio-Grandense, e dava certa autonomia tributária e política à região.

Os farrapos viram atendidas [...] uma série de antigas reivindicações, como a faculdade de escolher o presidente de província que quisessem. A dívida contraída [...] pelo governo republicano seria paga pelo Império, e os oficiais do exército farroupilha passariam para o exército imperial com os mesmos postos que ocupavam. Concedia-se também liberdade aos escravos que combateram na revolução. (PESAVENTO, 2013, p. 333).

Tendo apresentado, de forma bastante breve e concisa, alguns dos principais eventos da Guerra dos Farrapos, podemos partir agora para o estudo das maneiras pelas quais a memória desse passado histórico foi construída – e apropriada – por diferentes grupos ao longo dos anos.

2.2.1 Discurso histórico e a Revolução Farroupilha

Sendo a Guerra dos Farrapos um evento de grande importância para a sociedade brasileira, em especial para a gaúcha – que tem, até a contemporaneidade, o 20 de setembro, data da deflagração da Revolução com a tomada de Porto Alegre, como seu mais importante feriado regional –, é natural que muitas publicações sejam feitas a seu respeito – inclusive diferentes obras literárias – e que seu passado seja constantemente revisitado e apropriado por diferentes grupos.

Ao longo dos mais de 150 anos que nos separam da Revolução Farroupilha, um extenso – e intenso – debate se estabeleceu em torno de sua memória, o que significa dizer que, sendo um evento identitário, classificado até como uma epopeia do povo gaúcho (PESAVENTO, 2003) e definidor da cultura e orgulho gaúchos, a memória da Guerra dos Farrapos foi disputada por diferentes grupos ao longo dos anos.

Neste item, revisitaremos aqueles que consideramos os momentos-chave de disputa pela memória farroupilha, ao mesmo tempo em que procuramos apresentar os principais argumentos tanto dos grupos defensores do movimento, que têm sobre ele uma visão positiva, quanto dos seus detratores, que têm sobre o movimento uma visão negativa.

Os primeiros textos históricos a respeito da Guerra dos Farrapos datam já do século XIX, alguns tendo sido escritos durante o processo revolucionário, e tinham um caráter deliberadamente anti-farroupilha, apresentando os revoltosos de forma negativa, com ares de traidores da nação. No artigo “O processo de construção da memória da revolução farroupilha”, Eduardo Scheidt nos apresenta dois desses textos, escritos por pessoas que participaram da revolução, como combatentes legalistas ao lado do Império.

A primeira memória é de João Cunha Lobo Barreto, major do exército imperial e português de nascimento. Não há certeza quanto ao ano da produção de seu texto, mas é provável que tenha sido em 1838, ano da expansão das forças farroupilhas, cuja vitória na Batalha do rio Pardo é definida como ‘deplorável’ pelo autor já no título de suas memórias. [...]

O autor da outra memória é Rodrigo Pontes, que escreveu seu texto em 1844, nos momentos finais do movimento farroupilha. [...] Pontes caracteriza o movimento rio-grandense como uma sedição, a qual,

além da propagação de ideias [republicanas], foi causada também pela ‘ignorância’ da população, que teria sido enganada pelo discurso de separação. [...]

Na perspectiva destes autores, a revolução Farroupilha é caracterizada como uma revolta, rebelião contra o Império, promovida por ‘agitadores’, ‘desordeiros’, ‘utopistas’ influenciados tanto por ideologias consideradas equivocadas quanto pelas proximidades das Repúblicas do Rio da Prata, que, através de seus ‘caudilhos’, teriam estimulado e até ajudado a eclosão da rebelião na província sulina. (SCHEIDT, 2002, p. 192-193).

Aos dois exemplos mencionados por Scheidt acerca da memória de participantes efetivos da Revolução Farroupilha, acrescentamos os escritos de um terceiro: Saturnino de Souza e Oliveira, presidente da província do Rio Grande do Sul, nomeado pelo Império entre 24 de junho de 1839 e 27 de junho de 1840, e depois novamente entre 17 de abril de 1841 e 9 de novembro de 1842.

Durante esse período, o político escreveu duas obras, a título de relatório inicialmente, as quais intitulou *Bosquejo histórico e documentado das operações militares na província do Rio Grande do Sul* (1840), e *Negócios do Rio Grande – As operações do Passo Fundo* (1841). Essas duas obras, como se é de esperar, possuem uma visão negativa do movimento revolucionário, mas merecem destaque por trazer, segundo Tarcísio Deretti – na apresentação da edição fac-similar das obras de Saturnino Oliveira, publicadas no contexto das comemorações do sesquicentenário da Revolução Farroupilha, em 1985 –, um aspecto já de ensaio histórico, contendo farta documentação e críticas direcionadas aos próprios oficiais do Império.

Do ponto de vista histórico, ambos os trabalhos suscitam interesse, quer pelo que contêm na interpretação dos fatos vistos e vividos por um de seus destacados protagonistas, quer principalmente pela farta documentação que os acompanha. Neles ficam evidenciados os desentendimentos que grassavam entre os militares e os políticos imperiais. [...] Entre os muitos aspectos que a leitura permitirá analisar, é digna de nota a forma teórica e clássica com que o esforçado bacharel analisa o andamento da guerra, invocando tratatistas europeus e criticando asperamente o comandante-em-chefe, o quase septuagenário general Manoel Jorge Rodrigues, na forma como combatia os farrapos. (DERETTI, 1986, p. 1-2).

Retornando à citação de Scheidt, encontramos a menção à questão da separação, que se refere ao profundo debate acerca do separatismo ou não no movimento farroupilha. Essa questão, como veremos adiante, será um dos pontos nevrálgicos – talvez o mais importante – na disputa pela memória histórica da Guerra

dos Farrapos, sendo ora defendido, ora debelado, de acordo com os interesses de diferentes grupos.

Já na segunda metade do século XIX, encontramos os primeiros discursos contraditórios acerca da memória farroupilha, o que se dá, em grande medida, por dois motivos principais. O primeiro deles está diretamente ligado à política internacional: o ditador paraguaio Francisco Solano López fazia seus primeiros movimentos expansionistas, que culminariam com a Guerra do Paraguai. Por ser uma região fronteiriça, com grupos militares acostumados ao confronto armado constante, o Rio Grande do Sul torna-se peça importante do xadrez político, na medida em que suas tropas – em especial sua cavalaria – assumiriam papel fundamental no combate contra o país vizinho. Prova disso é a participação, em postos de importância, do líder farroupilha Antônio de Souza Neto – o mesmo que proclamara a República Rio-Grandense em 1836 – na Guerra do Paraguai, onde perderia a vida.

Nesse sentido, ainda que prevalecesse um discurso crítico ao movimento revolucionário como um todo, os valores dos gaúchos – em especial sua habilidade como guerreiros experimentados, resistentes e habilidosos – eram elogiados, em um discurso ambíguo, que se opunha à revolução, ao mesmo tempo em que apreciava os valores dos homens que a conduziam.

As duas partes desse discurso ambíguo podem ser sintetizadas com as palavras de Jocelito Zalla e Carla Menegat, no artigo “História e memória da Revolução farroupilha: breve genealogia do mito”:

Valores como a habilidade guerreira, adquirida nos muitos anos de guerras, tanto podiam, num mesmo comunicado, ser louvadas como parte de um conjunto que permitia à província defender o Império das ameaças provenientes dos países vizinhos, quanto ser o eixo central de uma acusação da incapacidade de estabelecer ordem e civilização, impelindo os cidadãos a cometerem crime. (2011, p. 53).

É interessante notar que o que era elogiado nos gaúchos era apenas o seu valor e sua habilidade como combatentes, e não sua postura como agentes da ordem ou da civilização, o que não deixa de consistir em uma crítica ao movimento farroupilha como um todo, e à questão do separatismo em especial. A mensagem circulante na época era clara: os gaúchos seriam bons enquanto guerreiros defensores do Império, mas incapazes de estabelecer uma nação civilizada.

O segundo motivo pelo qual encontramos discursos contraditórios acerca da Guerra dos Farrapos reside no fato de estar em discussão nesse período – em âmbito nacional – o movimento republicano, que visava acabar com a monarquia em nosso país. No calor desse debate, a memória da Revolução Farroupilha foi evocada tanto pelos grupos defensores do republicanismo, que focavam seus discursos nas vantagens do governo republicano, tomando a República Rio-Grandense como exemplo, como pelos grupos defensores da monarquia, que focavam seus discursos nas desvantagens do republicanismo, evocando o mesmo exemplo, porém sob um prisma que focalizava os pontos negativos da revolução.

Nesse contexto, Scheidt apresenta-nos duas obras publicadas no período, que se destacam por exemplificar os dois lados do debate: *Guerra civil no Rio Grande do Sul* (1881), de Tristão de Alencar Araripe, que apresentava a revolução de forma negativa, focalizando o suposto separatismo do movimento; e *História da República Rio-Grandense* (1882), de Joaquim Francisco de Assis Brasil, na qual o movimento era defendido, ao mesmo tempo em que seu autor combatia a ideia de separatismo, afirmindo que a “raça” gaúcha se diferenciava dos vizinhos platinos.

Mais do que a memória da Revolução, o que estava em jogo era o movimento republicano. [...] Neste sentido, enquanto Araripe, monarquista convicto, procurava, por meio de uma análise desfavorável à República Rio-Grandense, apontar as mazelas do regime republicano, Assis Brasil, ligado ao clube dos republicanos rio-grandenses ‘20 de Setembro’, fazia exatamente o contrário, justificando e defendendo o republicanismo dos farroupilhas. Durante as lutas políticas do final do Império, a Revolução Farroupilha cresceu de importância como fato, sendo evocada tanto pelas facções contrárias quanto pelas favoráveis à instalação do regime republicano no Brasil. (SCHEIDT, 2002, p. 195).

Ainda no crepúsculo do século XIX, mas tendo sua influência no debate historiográfico exercida no início do XX, Alfredo Varela publica, em 1897, *Rio Grande do Sul: descrição física, histórica e econômica*, que merece especial destaque pela interpretação peculiar que o autor oferece no que diz respeito à sempre presente questão do caráter separatista do movimento.

Varela se coloca, na obra, como um defensor do movimento farrapo, elogiando suas qualidades e valores, porém reconhece – e também elogia – o seu separatismo, que é normalmente um elemento evocado pelos detratores dos farroupilhas.

Essa aparente ambiguidade se desfaz quando pensamos que, uma vez finalizada a Guerra do Paraguai e proclamada a república no Brasil, o modelo federalista implementado não atendia aos interesses da elite rio-grandense, insatisfeita com os rumos políticos brasileiros durante a República Velha, que privilegiava os estados de São Paulo e Minas Gerais, em detrimento de todos os outros.

O Rio Grande do Sul era um dos mais poderosos e ricos estados da federação, constituindo, segundo Fausto, uma espécie de estrela de terceira grandeza, ficando nacionalmente atrás apenas dos dois protagonistas do “café-com-leite”³. Havia, na época, um descontentamento, refletido em uma política estadual de isolamento em relação ao resto do Brasil, ao qual o elogio do aspecto separatista dos farrapos servia plenamente, funcionando como uma espécie de ameaça velada ao governo central, caso os interesses rio-grandenses não fossem atendidos, e o federalismo aplicado de fato e não apenas no discurso.

Alfredo Varela identificou um potencial político instrumental na evocação da revolta. Num contexto em que a autonomia realmente alcançada dentro da república não satisfazia a elite sul-rio-grandense, Varela atentava ao fato de que a secessão já seria uma alternativa viável, e o sacrifício da pátria poderia ser o predecessor de um momento de glórias. A memória da Revolução Farroupilha era transformada em ameaça velada, como um aviso de que a separação do restante do Brasil poderia ser a solução eleita quando o federalismo não fosse respeitado. (MENEGAT; ZALLA, 2011, p. 56).

Essa visão positiva do separatismo dentro de um discurso elogioso ao movimento farroupilha permanecerá praticamente sem alterações durante as três primeiras décadas do século XX, quando ocorre a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Dorneles Vargas, colocando um ponto final na República Velha.

O governo central estabelecido com a Revolução de 1930 tinha um caráter extremamente nacionalista – chegando ao ponto de proibir as bandeiras estaduais – e era liderado por um gaúcho, que fazia questão de incorporar em sua figura os elementos característicos e culturais dessa figura dos pampas.

³ Nome dado à política da qual se valiam os estados de São Paulo e Minas Gerais para garantir – durante a República Velha, também chamada de República Oligárquica – a sucessão alternada de presidentes paulistas e mineiros no poder central.

Um exemplo desse orgulho regional de Vargas pode ser encontrado no fato de que, ao tomar o poder em 24 de outubro de 1930, o caudilho vestia pilcha – conjunto de roupas tradicionais do seu estado, incluindo botas de cano alto para cavalgada, bombachas⁴, e um lenço vermelho amarrado no pescoço, a mesma cor adotada pelos líderes da República Rio-Grandense em seus próprios lenços durante a revolução.

Fica claro que o discurso até então construído sobre a Guerra dos Farrapos, focando seus aspectos separatistas e isolacionistas, não corresponderia à nova realidade nacional, liderada por um gaúcho. Assim sendo, a partir da consolidação da Revolução de 1930, a memória da Revolução Farroupilha passa a ser transformada, na medida em que era apropriada por grupos políticos nacionalistas, que passaram, então, a praticamente ocultar do discurso histórico qualquer referência que se pudesse ter acerca do separatismo farroupilha, na mesma medida em que destacavam um aspecto “nacionalista” do movimento gaúcho.

Dentre os autores desse período, seguimos na esteira de Scheidt, que destaca três obras representantes de correntes que disputavam a memória farroupilha no período, divergindo em alguns detalhes, mas concordando integralmente no que concerne ao não separatismo dos farrapos

O primeiro dos autores destacados é Emílio Fernandes de Souza Decca, que, em *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*, de 1935, defende que o objetivo dos farrapos era exclusivamente o de implementar o federalismo no Brasil, o que seria natural, dada a dimensão continental do país. A segunda obra destacada – *História da República Rio-Grandense (1835-1845)* – foi publicada em 1936 e é da autoria de Dante de Laytano, que ataca a ideia de separatismo do movimento farroupilha, defendendo que a República de Piratini⁵ foi apenas uma solução temporária para aguardar a proclamação da república em escala nacional. A terceira – e mais radical das obras destacadas – é a de Walter Spalding, também de 1936, intitulada *A Revolução Farroupilha*, que, além de negar o separatismo dos farrapos, defende que o movimento não era sequer republicano, e que seu único objetivo seria o de proteger a província dos abusos do governo regencial, atuando como um defensor não apenas do Rio Grande do Sul, mas de toda a nação brasileira.

⁴ Um tipo de calça para cavalgadas, abotoadas nos tornozelos, típicas do Rio Grande do Sul.

⁵ Outro nome para a República Rio-Grandense, fazendo referência à cidade escolhida para ser a capital dos farroupilhas.

Nesse sentido, é possível perceber que o discurso histórico pós-Revolução de 1930 procurava projetar no passado farroupilha os ideais do movimento do início do século XX, conforme Scheidt nos chama atenção.

A partir dessa nova memória da Revolução Farroupilha, procurava-se não mais destacar as diferenças do Rio Grande do Sul em relação ao resto do país, mas justamente o contrário. Agora, tentava-se, através da construção da memória histórica, mostrar que os rio-grandenses sempre foram ‘bons brasileiros’ [...]. Assim como Getúlio Vargas, os farroupilhas também teriam seguido o lema ‘o Rio Grande de pé, pelo Brasil’. (SCHEIDT, 2002, p. 198-199).

Com o final do Estado Novo, e já avançando para a segunda metade do século XX, ocorre a intensificação do processo de mitificação e heroicização do movimento farroupilha, iniciado ainda na década de 1880, com a fundação do Clube 20 de Setembro pelos gaúchos da Faculdade de Direito de São Paulo, tendo como expoentes os nomes de Alcides Lima e Joaquim Francisco Assis Brasil, conforme nos informam Menegat e Zalla:

Em seu processo de ‘resgate’ dos valorosos farroupilhas injustamente esquecidos, iniciaram a construção de uma memória pública, moldada a partir da premissa de um pioneirismo rio-grandense na instituição de determinadas causas, especialmente a abolicionista e a republicana. Os farrapos passavam a ser considerados exemplos a serem seguidos, nomes a serem laureados e monumentalizados. Suas ações durante a rebelião contra o Império eram consideradas como embrião da causa dos republicanos. (2011, p. 55).

Esse processo se torna mais intenso e abrangente com a fundação, entre 1947 e 1948, do Movimento Tradicionalista Gaúcho, que atuará no sentido de glorificar tanto o passado farroupilha como as tradições rio-grandenses, dando ares quase míticos à figura do gaúcho. De acordo com Menegat e Zalla, as origens desse movimento remontariam ao cortejo “tradicionalista” organizado por Paixão Côrtes na ocasião do translado dos restos mortais do general farroupilha David Canabarro.

Segundo as narrativas consagradas sobre o surgimento do movimento, Paixão Côrtes teria aproveitado o translado dos restos mortais do general farroupilha David Canabarro para organizar, em 5 de setembro de 1947, um cortejo de cavaleiros, ‘tipicamente’ trajados com o vestuário campeiro, representado por bombachas, botas de cano alto e esporas, além do lenço atado ao pescoço [...] ponchos e palas. (2011, p. 64).

A partir desse evento inicial, diversos outros foram organizados ao longo do tempo, com especial destaque para os desfiles montados, e exibições de bandeiras tricolores da República Rio-Grandense, concentrando-se em um primeiro momento em torno da data de 7 de Setembro, em que se comemora a Independência do Brasil, mas que progressivamente passaram a girar em torno da data de 20 de setembro, quando teve início a Revolução Farroupilha.

Muitos desses eventos, propostos pelos Centros Tradicionalistas Gaúchos e repetidos ao longo dos anos, passariam a fazer parte do calendário oficial do estado do Rio Grande do Sul, institucionalizados em torno da chamada Semana Farroupilha, celebrada nos sete dias que antecedem o 20 de setembro, quando se dá o auge das comemorações em torno do movimento farrapo.

A partir do final dos anos 1940 até meados dos anos 1970, o processo de mitificação do movimento farroupilha foi se tornando mais intenso, o que fez com que as vozes detratoras do movimento se tornassem menos frequentes – ou menos evidentes –, mas também acabou por gerar uma disputa entre duas perspectivas de incorporação e acesso às sociedades tradicionalistas que se criaram a partir de 1948.

A primeira perspectiva dava primazia ao gaúcho popular, predicando, ainda, a abertura da sociedade a todos os rio-grandenses, do campo e da cidade, com ou sem vínculo real com o mundo rural. Já a segunda previa a fundação de uma instituição fechada, de inspiração maçônica, com 35 membros efetivos e vitalícios, em homenagem ao ano de eclosão da Revolução Farroupilha. [...] a solução encontrada foi a conciliação de ambos os elementos, além de qualquer interessado, mediante prova campeira ou intelectual – dissertações sobre a cultura local – avaliada pelos pares, chamada ‘condição de ajuste’. (MENEGAT; ZALLA, 2011, p. 66).

A partir dos anos 1970 – e avançando pelos anos 1980 –, tem início um processo de estudo da Guerra dos Farrapos a partir de um ponto de vista das relações da província revoltosa com o restante do país, revisitando a questão do separatismo de forma mais aprofundada, e com diferentes perspectivas.

Scheidt nos destaca, nessa época, os trabalhos de Moacyr Flores – que admite, em *Modelo político dos farrapos* (1978), o separatismo da República Rio-Grandense, mas afirma que não era esse o projeto inicial dos revolucionários, ao mesmo tempo em que nega a influência das demais repúblicas platinas no processo – e de Helga

Piccolo, que em diferentes artigos publicados entre 1985 e 1987, defende que o movimento farroupilha não era separatista, mas, sim, autonomista, ou seja, sua intenção não era a separação do restante do país, mas a de conquistar maior autonomia para o Rio Grande do Sul.

A partir dos anos 1990, é possível observar que os estudos históricos passam a adquirir um caráter menos maniqueísta em relação aos farroupilhas, com a proposição de que não haveria entre os revoltosos um pensamento hegemônico, mas uma pluralidade de pensamentos e ideologias, o que torna mais complexa tanto a questão do separatismo como a das relações com os países do Rio da Prata. Podemos, uma vez mais, recorrer às palavras de Scheidt a esse respeito:

É somente a partir de meados da década de noventa, que surgem, especialmente nos meios acadêmicos, trabalhos renovados sobre a Revolução Farroupilha. [...]

Um desses trabalhos recentes é a dissertação de mestrado *As cisões políticas entre os farroupilhas durante a guerra de 1835 a 1845 no Rio Grande do Sul*, de José Plínio Fachel. A idéia central do autor é a de que os farrapos, ao contrário do que se costumava demonstrar até então, não eram um grupo homogêneo, havendo muitas divergências e disputas entre eles [...]. Assim, a questão do separatismo revela-se complexa, uma vez que termos como ‘republicanismo’ e ‘federalismo’ tinham distintos significados para as diferentes facções farroupilhas. [...]

Em sua tese de doutorado, intitulada *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*, César Augusto Guazzelli demonstra os entrelaçamentos da luta dos farrapos com as facções políticas em disputa no Rio da Prata, defendendo que [...] as alianças e os intercâmbios com as facções políticas do Prata foram fundamentais [...] especialmente pelo fato dos farrapos terem sido dependentes do porto de Montevideu para o seu comércio externo. (2002, p. 201-202).

Avançando, finalmente, para os primeiros anos do século XXI, encontramos o aprofundamento e a ampliação das proposições realizadas a partir dos anos 1990, com o estabelecimento de debates voltados especialmente para as características internas do movimento, ou seja, sobre as diferentes interpretações que certos conceitos – como federalismo e república – tinham para os diversos grupos farroupilhas.

Nesse sentido, encontramos, por exemplo, a dissertação de mestrado do próprio Scheidt – *Concepções da república na região platina à época da Revolução Farroupilha* (1999) –, em que são apresentadas ao menos duas diferentes visões de

república entre os revolucionários: a primeira, mais radical, que a entendia como um advento da modernidade e garantia de plena igualdade, e a segunda, mais moderada, que a compreendia como um sistema garantidor das liberdades individuais, em especial da propriedade e da manutenção da ordem.

No que concerne aos estudos contemporâneos, Scheidt informa-nos que se concentram no objetivo de entender de forma mais profunda a complexidade das questões fundamentais do movimento farroupilha, como a dicotomia entre o separatismo e o não-separatismo, que, desde o século XIX, tem sido um dos mais importantes pontos de divergência entre os defensores e detratores do movimento.

Esse aprofundamento teórico e intelectual não significa, contudo, que a memória da Revolução Farroupilha tenha deixado de ser apropriada por diferentes grupos, com fins políticos e econômicos, conforme podemos observar em dois exemplos trazidos por Menegat e Zalla.

O primeiro deles, de ordem econômica, consiste no fato de que, durante a década de 1980, a memória farrapa foi evocada pelo governo estadual – causador de uma crise econômica local bastante séria – para pressionar a União a auxiliar economicamente o banco regional, à beira da falência, a despeito do bom momento financeiro do restante do país. O segundo desses exemplos, já de ordem política, está no fato de que dois governadores relativamente recentes do Rio Grande do Sul – Olívio Dutra e Tarso Genro – adotaram em suas campanhas eleitorais vitoriosas a imagem do gaúcho heróico, apresentando-se como herdeiros dessa figura mítica dos pampas.

Por fim, encerramos o capítulo com as palavras de Anderson Marcelo Schmidt, que, no artigo “Guerra dos Farrapos (1835-1845): entre o fato histórico e suas apropriações”, apresenta uma reflexão que acreditamos demonstrar a importância desse episódio para a cultura local, independentemente das apropriações e interpretações que dele têm sido feitas ao longo dos anos.

As comemorações da Semana Farroupilha se alastram pelo Estado do Rio Grande do Sul – e para além dele – durante a semana que antecede a data do 20 de Setembro, rememorando o dia e ritualizando a data em que as forças rebeldes farroupilhas adentraram em Porto Alegre e destituíram o presidente de província Antônio Rodrigues Fernandes Braga (1805-1875), dando início à guerra civil. A própria existência desta data comemorativa, que é institucionalizada desde a década de 1970, demonstra o quanto este conflito é importante para a construção da sociedade sul-rio-grandense. (SCHMIDT, 2018, p. 360).

3 FICÇÃO E HISTÓRIA: CONCEPÇÕES

3.1 Ficção histórica: ideias fundamentais

Ao trabalhar com um tema que é forçosamente interdisciplinar, como a ficção histórica, fazem-se necessárias algumas escolhas para viabilizar a análise do *corpora*, sem as quais seria impossível realizar qualquer estudo que fosse, pela extensão que a pesquisa assumiria.

Tendo isso em mente, selecionamos quatro concepções¹ acerca da relação entre a ficção e a história que consideramos fundamentais para a análise que realizaremos nos capítulos seguintes. Essas quatro concepções estão relacionadas especialmente à questão da existência ou não de uma verdade histórica; da ideia da literatura e da história como duas faces da mesma moeda; da necessidade ou não de ficcionalização da história para que ela possa ser compreendida; e do processo de conversão ficcional das personagens históricas.

A primeira das concepções que apresentaremos é justamente a da existência ou não de uma verdade histórica ou, mais precisamente, se de alguma forma a escrita da história poderia ser considerada como uma representação do passado tal qual ele teria ocorrido.

Como vimos acima, Hegel foi pioneiro em admitir a interferência do historiador na escrita histórica, mesmo que fosse apenas como organizador de fatos históricos “reais”, sem alterá-los. Mas, foi com a nova história que a crítica ao *status* de verdade do fato histórico e de sua representação textual passou a ser mais intensa e contundente. Para essa corrente historiográfica, o discurso histórico é uma narrativa construída e ideológica, e que mesmo sendo baseada em documentos e vestígios, não pode ser considerada como a verdade do passado.

Porque onde é que se ia buscar o facto em si, esse átomo pretendido pela história? Será o assassinato de Henrique IV por Ravaillac, um

¹ Consideramos importante deixar claro neste momento que, ao tratarmos de diferentes concepções relacionadas às possíveis relações entre a literatura e a história, não estamos de forma nenhuma fechando conceitos, ou seja, estamos trabalhando com diferentes ideias que consideramos importantes para o nosso trabalho, sem assumir que tais ideias sejam as únicas possíveis, ou mesmo que carreguem em seu bojo qualquer tipo de incontestabilidade. Muito ao contrário, estamos plenamente conscientes do fato de que as concepções escolhidas como referencial teórico para o presente trabalho são algumas dentre tantas outras possíveis, e que foram selecionadas por nós não por serem “as mais corretas”, mas, sim, por atender de forma mais precisa os objetivos do estudo que realizamos na tese.

facto? Se se quiser analisa-lo, decompô-lo nos seus elementos, matérias uns, espirituais outros, resultado combinado de lei gerais, de circunstâncias particulares de tempos e lugares, enfim, de circunstâncias próprias de cada um dos indivíduos, conhecidos ou ignorados, que desempenharam um papel na tragédia; bem depressa se verá dividir-se, decompor-se, dissociar-se um complexo enredo... Dado? Não, criado pelo historiador, quantas vezes? Inventado e fabricado com a ajuda de hipóteses e de conjecturas, através de um trabalho delicado e apaixonante. [...]

E aqui está, sem dúvida, com que abalar outra doutrina, tantas vezes ensinada. ‘O historiador não poderia escolher os factos. Escolher? Com que direito? Em nome de que princípio? Escolher, a própria negação da obra científica... - Mas toda a história é escolha.’ (FEBVRE, 1989, p. 18-19).

Como podemos observar, Lucien Febvre – fundador da Escola dos Annales ao lado de Marc Bloch – não descarta o referente histórico no trabalho do historiador, mas afirma que a escrita da história não é a recriação do fato em si, mas uma construção feita pelo historiador, baseado em um acontecimento do passado, porém interpretado de acordo com sua própria ideologia e valores.

A presença de ideologias e valores na composição de uma narrativa – seja ela qual for – torna inviável a sua associação com uma pretensão de verdade, ou seja, para que um texto pudesse ser considerado uma representação da realidade tal qual ela ocorreu, seria necessário que fosse completamente isento de ideologias e valores, o que, por definição é impossível, uma vez que qualquer pessoa, ao contar uma história – seja uma narrativa ficcional ou um episódio histórico, mesmo que tenha sido dele testemunha ocular ou participante efetivo – o fará de acordo com seu próprio ponto de vista, mesmo que procure fazê-lo com a maior imparcialidade.

Acerca da presença de valores e ideologias na escrita da história, novamente recorremos ao pensamento de White, que em *Meta-história: a imaginação histórica* do século XIX, levantará essa questão, e definirá de que forma esses elementos interferem no trabalho do historiador.

As dimensões ideológicas de um relato histórico refletem o elemento ético envolvido na assunção pelo historiador de uma postura pessoal sobre a questão da natureza do conhecimento histórico e as implicações que podem ser inferidas dos acontecimentos passados para o entendimento dos atuais. Por ‘ideologia’ entendo um conjunto de prescrições para a tomada de posição no mundo presente da práxis social e a atuação sobre ele (seja para mudar, seja para mantê-lo no estado em que se encontra). (WHITE, 1992, p. 36-37).

Hayden White defende ainda que a pesquisa histórica deve se concentrar mais em buscar o significado de um acontecimento para determinada sociedade do que a comprovação e/ou legitimação do referido acontecimento. Nesse sentido, a questão principal não seria quais são os fatos históricos, mas, sim, como descrevê-los, uma vez que essa descrição vai necessariamente legitimar uma forma de escrita, um discurso em detrimento de outros.

O historiador afirma ainda que não existe historicamente uma verdade completa, mas verdades; e nem uma falsidade absoluta, apenas verdades de outrem, tornando ideológica também a narrativa histórica, que não deveria arrogar-se ao posto de verdade, uma vez que seria ela apenas mais um discurso a propósito da verdade e não a verdade *per se*.

Nesse tocante, o historiador Paul Veyne, em *Como se escreve a história*, criticará também o pensamento de que o discurso histórico poderia reviver o passado, concordando com Febvre e White acerca da ideia de diferentes interpretações poderem ser feitas de um mesmo evento histórico a partir das escolhas, simplificações e organizações realizadas pelos historiadores.

A história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso. Já que é, de fato, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos, assim como tampouco o faz o romance. [...] Como o romance, a história seleciona, simplifica e organiza. (VEYNE, 1998, p. 18).

Seguindo nessa mesma direção, em sua já citada obra *Poética do pós-modernismo*, Hutcheon reafirma o caráter ideológico da escrita histórica, e assevera que o historiador – assim como o crítico e o escritor em geral – deve estar atento a esse fato, e fazer de seu próprio texto também alvo de críticas e questionamentos.

[...] existe nesses campos uma nova consciência de que a história não pode ser escrita sem análise ideológica e institucional, inclusive a análise do próprio ato de escrever. Já não basta, como escritor, ser desconfiado ou bem-humorado em relação à arte ou à literatura (ou à história, embora nesse caso nunca tenha de fato bastado); o teórico e o crítico estão inevitavelmente envolvidos com as ideologias e as instituições. (HUTCHEON, 1991, p. 125).

Partindo dessa ideia inicial de que não poderia haver uma verdade histórica, e tomando como base as proposições de Veyne e Hutcheon – que aproximam a escrita histórica do romance, e o trabalho do crítico ao trabalho do historiador –, podemos

partir para a segunda concepção fundamental que nos orientará: a de que a ficção e a história não estariam separadas de forma radical, mas que poderiam ser interpretadas como duas formas de interpretação da realidade. Isso significa dizer que a história e a literatura, ao invés de mutuamente excludentes, seriam complementares.

Um dos pensadores que traz esse conceito de forma direta é Jacques Rancière, que, em *Partilha do sensível*, posiciona a ficção e a realidade em um mesmo regime de sentido², partindo do princípio de que criar ficção e agir como sujeitos históricos são ações relacionadas, duas faces da mesma moeda, o que romperia definitivamente com a lógica aristotélica, e promoveria uma aproximação mais forte entre a literatura e a história.

Assim se encontra revogada a linha divisória aristotélica entre duas ‘histórias’ – a dos historiadores e a dos poetas –, a qual não separava somente a realidade e a ficção, mas também a sucessão empírica e a necessidade construída. Aristóteles fundava a superioridade da poesia, que conta ‘o que poderia suceder’ segundo a necessidade ou a verossimilhança da ordenação das ações poéticas, sobre a história, concebida como sucessão empírica dos acontecimentos, ‘do que sucedeu’. A revolução estética transforma radicalmente as coisas: o testemunho e a ficção pertencem a um mesmo regime de sentido. (RANCIÈRE, 2005, p. 56-57).

Partindo dessa ideia, o pensador francês postula a impossibilidade de uma separação rígida entre a realidade e a ficção, apontando a literatura como possuidora de um papel de ordenação de signos históricos que, por meio do recurso ficcional, poderá se opor à tradicional história dos grandes eventos e personagens, dando voz aos grupos normalmente marginalizados pela escrita histórica.

Hutcheon também defenderá a complementaridade entre a literatura e a história, afirmando que sempre houve aproximações entre ambas, mas que apenas na contemporaneidade essas aproximações passaram a ser valorizadas e não

² A ideia de “regime de sentido” é uma importante parte do pensamento de Rancière, sobretudo no que se refere aos seus aspectos políticos, acerca do qual não nos aprofundaremos aqui devido ao fato que tal aprofundamento fugiria do propósito de nosso estudo. Ainda assim, consideramos relevante apresentar uma breve definição do conceito, conforme trazido por Hilário Correia Ramos, em *Tempo e acontecimento*: a história social e o pensamento de Jacques Rancière: “Para Rancière, o regime estético parece se constituir num regime de sentido que vê (ou permite ver) no insignificante uma marca específica de significação. [...] A reflexão epistemológica sobre ‘o significado do insignificante’ cumpre papel relevante na articulação entre História, Estética e Política: em história, a subversão à hierarquia se dá na ordem dos tempos. [...] na arte, os sujeitos que produzem e experienciam as heterotopias a partir de diferentes suportes e linguagens, abrem margem a outros processos de subjetivação; a política, por fim, está em todos estes processos, [...] como subversão que visa estabelecer, instaurar ou atualizar uma situação de igualdade entre os sujeitos.” (RAMOS, 2019, p. 36).

ocultadas. A crítica canadense afirma ainda que essa aproximação consiste especialmente no fato de serem ambas as escritas – histórica e literária – discursos construídos, com “denominadores” comuns.

O que a escrita pós-moderna da história e da literatura nos ensinou é que a ficção e a história são discursos, que ambas constituem sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado. [...] O romance e a história têm revelado com frequência suas afinidades naturais por intermédio de seus denominadores comuns em termos de narrativa. (HUTCHEON, 1991, p. 122-123).

Dando um passo adiante nessa reflexão, uma vez mais recorremos ao pensamento de White, que aprofunda suas ideias acerca da identificação entre ficção e história e chega à conclusão de que não apenas ambas são complementares, mas também que toda a escrita histórica é essencialmente literária, na medida em que é composta por uma narrativa construída por meio de escolhas e interpretações do historiador que a está escrevendo.

Essa contribuição de White tanto para a Teoria da História como para os estudos acerca da ficção histórica de maneira mais ampla foi sintetizada por Gabriella Lima de Assis, em artigo intitulado “Hayden White entre a história e a literatura”.

Uma das contribuições de Hayden White à teoria da história está em considerar que o passado só existe na forma como ele é escrito pelos historiadores. Para ele, a história é uma criação literária, já que sempre será interpretada através de relíquias textualizadas que, por sua vez, só podem ser compreendidas por meio das pistas de interpretação a serem organizadas pelos historiadores. O método histórico de White parte da concepção de que a história escrita é indiscutivelmente um empreendimento literário, e não podemos ter acesso sobre que foi o passado a não ser através da forma narrativa que criamos para organizá-lo. (ASSIS, 2012, p. 134-135).

Ainda que essa interpretação possa ser considerada um pouco radical por alguns teóricos, ela não deixa de possuir uma grande importância, em especial para este trabalho, que entende – como Rancière – a ficção e a história como duas faces da mesma moeda e, portanto, complementares entre si, ao invés de entendê-las como campos separados do conhecimento humano.

Consideramos fundamental, porém, ressaltar que literatura e história, mesmo sendo compreendidas como sempre complementares, são entendidas por nós como duas áreas distintas do conhecimento, com suas próprias metodologias, objetos e

características próprias, o que as torna independentes uma da outra, ainda que sempre em diálogo.

Mesmo concordando com Hutcheon e White no que diz respeito ao discurso histórico ser uma narrativa construída, não defendemos a ideia de que essa narrativa historiográfica seja necessariamente também literária, e vice-versa.

Partindo das duas primeiras concepções fundamentais de nosso estudo acerca da relação de proximidade que se estabelece entre a literatura e a história, e da impossibilidade de uma identificação do discurso histórico com qualquer tipo de verdade ou recriação do passado tal qual teria ocorrido, podemos, agora, nos concentrar no terceiro conceito, que é o da necessidade de ficcionalização da história, para usarmos o termo cunhado por Rancière em *A partilha do sensível*.

O real precisa ser ficcionado para ser pensado. Essa proposição deve ser distinguida de todo discurso – positivo ou negativo – segundo o qual tudo seria ‘narrativa’, com alternâncias entre ‘grandes’ e ‘pequenas’ narrativas. [...] Não se trata de dizer que tudo é ficção. Trata-se de constatar que a ficção da era estética definiu modelos de conexão entre a apresentação dos fatos e formas de inteligibilidade que tornam indefinida razão dos fatos e razão da ficção, e que esses modos de conexão foram retomados pelos historiadores e analistas da realidade social. (RANCIÈRE, 2005, p. 58).

Ao afirmar a necessidade de transformar a realidade – no caso específico de nossa investigação, os fatos históricos – em obras de ficção para que possam ser pensados, Rancière não apenas está rompendo em definitivo com a lógica aristotélica, como também está indiretamente afirmando que o discurso ficcional seria mais eficiente que o próprio discurso histórico no sentido de levar o leitor à reflexão acerca do passado, uma vez que ambos os discursos são narrativas construídas na contemporaneidade e que não representam, como vimos, a verdade dos fatos tal como teriam ocorrido.

Essa impossibilidade de reprodução do passado tal qual teria ocorrido – tanto no discurso historiográfico como no literário – pode nos levar a questionar, então, em que medida o processo de ficcionalização da história faz com que o texto literário se aproxime dos fatos históricos, e a resposta desse questionamento é bastante simples: no discurso, ou melhor dizendo, na construção do discurso literário. Acreditamos, conforme o pensamento de Rancière sobre a necessidade de ficcionalizar o passado para que ele possa ser pensado, que o discurso literário tem potencial para levar o

leitor à reflexão sobre o passado por meio de um processo de imersão e de identificação com o texto e suas personagens.

Ainda nessa proposição de ficcionalização do passado – mesmo que não use esse termo de forma explícita –, Hutcheon argumenta que a mistura do histórico com o fictício é a mais eficiente forma de conscientizar o leitor do referente histórico, defendendo que a ficção e a história não se opõem, mas se apoiam mutuamente:

[...] é a essa mistura do histórico e do fictício e a essa adulteração dos ‘fatos’ da história consagrada que Jameson³ se opõe. Porém, esse é o principal meio de fazer com que o leitor se conscientize sobre a natureza específica do referente histórico. Também não existe conflito entre essa reconstrução/construção histórica e política do romance, [...] na verdade, elas se apoiam mutuamente. (HUTCHEON, 1991, p. 122-123).

Mesmo que a citação refira-se especificamente à escrita pós-moderna, não nos parece impossível expandir a ideia trazida por Hutcheon para toda escrita literária e histórica, uma vez que, mesmo sem ter a consciência disso – ou a intencionalidade deliberada –, o ficcionista e o historiador de qualquer época não poderiam se furtar ao fato de que suas narrativas são construções linguísticas de um passado, e jamais a recriação desse passado de forma absoluta e imparcial, tal qual teria ocorrido.

É interessante também notar que a crítica canadense utiliza as expressões construção e reconstrução histórica em relação ao romance, deixando evidente sua posição de que ambos os discursos – historiográfico e ficcional – são construções narrativas, que visam à recriação de um passado por meio de sua textualização.

Essa necessidade de textualização do passado para que se possa reconstruí-lo está de acordo com as proposições de Rancière apresentadas e remete à ideia de Hutcheon de que o passado só poderia ser pensado a partir de uma reconstrução textual, uma vez que mesmo tendo ele existido em algum momento anterior a essa reconstrução, enquanto referente ele só é parcialmente acessível, e em “fragmentos” muitas vezes dispersos.

³Frederic Jameson, que defende a existência de uma “historicidade autêntica”, criticando a ficcionalização da história. Como vimos, esse conceito estaria ligado a uma noção de verdade histórica que é insustentável. Além disso, o autor apresenta a obra *Ragtime* como um dos melhores exemplos de ausência do referente histórico, porém Hutcheon demonstra a fragilidade desse exemplo, apontando os elementos históricos explícitos nesse romance de Doctorow.

Romances como *The Public Burning* e *A Lenda de ‘Legs’* afirmam que o passado realmente existiu antes de sua ‘textualização’ na ficção ou na história. Eles também demonstram que ambos os gêneros constroem inevitavelmente à medida que textualizam esse passado. O referente ‘real’ de sua linguagem já existiu, mas hoje só nos é acessível em forma textualizada: documentos, relatos de testemunhas oculares, arquivos. O passado é ‘arqueologizado’, mas sempre se reconhece seu repositório de materiais disponíveis como sendo textualizado. (HUTCHEON, 1991, p. 127; grifos da autora).

Retomando a proposição de White de que todo texto histórico seria literário, Henrique Carvalho Pereira, no artigo “O conceito de ficção em Hayden White e sua validade para os debates em história e literatura”, formula um questionamento sobre a possibilidade de o próprio discurso histórico ser ou não ficcional, e dá um passo adiante defendendo a ideia de que mesmo que o passado pudesse voltar, ele ainda assim precisaria passar por um processo de organização textual narrativo para que pudesse ser compreendido, ou seja, ainda que tivéssemos acesso direto ao passado – seja trazendo-o de volta para o presente, seja retornando a ele em sua própria época – ainda assim ele precisaria passar por um processo de ficcionalização para que pudesse ser pensado e compreendido.

Com isso, responde-se se pode um texto de história ser ficcional, e a resposta parece ser *afirmativa*. O passado não pode retornar e, mesmo que pudesse, precisaria ser organizado coerentemente pela narrativa para poder ser compreendido. O texto da história precisa apresentar uma hipótese coesa e coerente sobre o passado. Sua verdade está em sua hipótese ser uma construção justificada sobre os fatos. Quem o lê não deve buscar as informações enciclopédicas, mas antes uma imagem consistente criada conforme disposições estruturadas e figurativas de signos. Busca-se, no livro de história, uma construção de sentido nova, que possa trazer novas reflexões e construções linguísticas relativas ao passado. (PEREIRA, 2017, p. 101; grifos do autor).

Considerando que existe uma relação de complementaridade entre a ficção e a história, e que os eventos históricos precisam passar por uma conversão ficcional para serem compreendidos, é natural que nos perguntemos a seguir que tipo de tratamento se deve dar às figuras históricas no processo de ficcionalização do passado.

É justamente essa a quarta concepção fundamental para o presente trabalho: como pode ocorrer a conversão ficcional da personagem histórica nas obras de ficção – sejam elas romances históricos ou metaficações historiográficas. Desde já, podemos

adiantar que ao menos duas abordagens são possíveis para entender esse processo de ficcionalização, e que ambas são de grande relevância para nossa pesquisa.

Por ser uma das principais categorias que utilizaremos nos capítulos seguintes para a análise das obras, apresentaremos esses conceitos de representação ficcional de figuras históricas separadamente.

3.1.1 Conversão ficcional da personagem histórica

O primeiro passo a ser dado no sentido de compreender como se dá o processo de conversão de personagens históricos em personagens de ficção – seja em obras de romance histórico, seja em obras de metaficação historiográfica – é apresentar alguns breves conceitos teóricos acerca do elemento narrativo que denominamos “personagem”.

Para tanto, recorremos a alguns teóricos que pensaram sobre a personagem literária, elaborando teorias a seu respeito. O primeiro desses críticos aos quais recorreremos é Fernando Segolin, que em sua obra *Personagem e anti-personagem*, nos apresenta a seguinte definição:

Curioso e fascinante sósia dos seres humanos, em seu ‘*status*’ de criatura em relação a um criador onipotente, em sua fisionomia físico-moral, em sua inserção num universo que frequentemente mantém relações de semelhanças com o nosso, em sua luta por dominar um mundo que jamais lhe pertencerá por inteiro, essa pretendida imagem especular do homem sempre o atraiu, impondo-lhe uma contemplação narcísica, que, se o levou a ressaltar-lhe as semelhanças, o obrigou, por outro lado, a quase ignorar-lhe as diferenças. (SEGOLIN, 1978, p. 11).

Como é possível observar claramente na citação, Segolin considera a personagem uma espécie de reflexo textual do ser humano, ou seja, considera que os leitores sentem-se atraídos pelas diferentes personagens pelo fato de se identificar com elas ou com o mundo em que vivem. Anatol Rosenfeld, em “Literatura e personagem” (2000), segue na mesma linha, afirmando terem as personagens um forte elemento de identificação e experiência compartilhada, como se leitor e personagem vivessem juntos a narrativa.

Também Antonio Cândido, em “A personagem do romance”, parece concordar com os dois teóricos, afirmando que, por serem ficcionais, as personagens – mesmo

as históricas, acreditamos – são mais lógicas, o que nos permite uma identificação máxima com elas. Propõe ainda que a relação entre enredo e personagem é indissolúvel, e que entre os elementos que compõe um romance de qualidade “[...] avulta a personagem, que representa a possibilidade de adesão afetiva e intelectual do leitor, pelos mecanismos de identificações, projeção, transferência etc. A personagem vive o enredo e as ideias, e os torna vivos.” (CANDIDO, 2000, p. 54).

Esse processo de identificação entre o leitor e as personagens pode tornar-se bastante intenso e profundo, fazendo, em alguns casos, com que o leitor chegue a tomá-las como pessoas de existência real, e não como seres cuja vida se dá apenas na linguagem. Um exemplo disso nos é apresentado por Beth Brait em *A personagem*, ao tratar da personagem Sherlock Holmes.

É provável que os leitores mais críticos, aqueles que têm contato menos ingênuo com a obra de ficção, achem curioso e até engraçado que muitos leitores do escritor Arthur Conan Doyle (1859/Escócia – 1930/Inglaterra) reservem um espaço de sua viagem turística à visita a Baker Street, número 221B, na esperança de ali encontrar os aposentos, o laboratório e os velhos livros de Sherlock Holmes. Esses amantes da ficção policial, que leram e releram cada uma das aventuras do herói, acreditam na existência de uma pessoa chamada Sherlock Holmes, um ser humano muito especial, o detetive que viveu todas as apaixonantes peripécias relatadas por um ‘outro ser humano’, o caro Dr. Watson. (BRAIT, 2017, p. 15).

Ainda que essa crença na existência real de personagens literários não seja universal – como a própria autora indica no início da citação –, a relação que se estabelece entre leitor e personagem se torna mais complexa quando a obra em questão possui um referente fora do texto, como é o caso da ficção histórica, na qual muitas personagens são inspiradas por figuras reais, que tiveram existência fora da literatura, participando de eventos históricos que ocorreram fora da obra ficcional.

Mesmo os leitores mais críticos, que possuem um contato menos ingênuo com a literatura, para citarmos as palavras de Brait, não poderão se manter isentos ao observar, em uma obra de ficção histórica, uma personagem inspirada em uma figura histórica real. Isso se deve ao fato de que, dependendo do alcance e da importância social dessa figura, inevitavelmente serão criadas algumas expectativas a seu respeito, diretamente relacionadas às impressões que o leitor tem dela, conforme nos diz Bastos.

A personagem de extração histórica que se ergue então no corpo do romance histórico, porém, confirmará a visão que dela já tinha o leitor antes da primeira linha, ou a desmentirá, no todo ou em parte. Nunca, entretanto, será recebida com a renúncia a essas informações prévias, que se tornam, assim, indispensáveis a sua caracterização. Mesmo levando em conta que algumas dessas personagens de extração histórica sejam, ainda na sua existência apenas histórica, controvertidas, e que delas não existe um retrato de contornos indiscutíveis, algo de essencial permanece depositado na memória coletiva. (BASTOS, 2007, p. 85).

Mesmo que a personagem de extração histórica traga uma carga de elementos e características exteriores ao texto, é importante sempre ter em mente que, a partir do momento em que ela aparece figurada dentro de uma obra literária, ela se torna uma personagem ficcional, e inventada em muitas de suas características. Ou seja, em termos narrativos, a diferença entre uma personagem histórica e outra estritamente literária consiste apenas na ausência de neutralidade do leitor frente à primeira, posto que ela existia antes de fazer parte do universo literário, e dela o leitor já ter criado expectativas – positivas ou negativas – mais ou menos aprofundadas.

Ainda acerca da natureza ficcional de todas as personagens – mesmo as históricas – dentro de uma obra literária, podemos recorrer novamente às formulações de Cândido (2000). Em relação à natureza necessariamente inventada de todas as personagens, ainda que encontrem origem na realidade, e que seja essa origem ligada a pessoas reais – como é o caso das personagens de extração histórica –, ao contexto de produção da obra, ou a um passado que o autor deseja resgatar, é importante ter em mente que elas não representam essa realidade integralmente, mesmo tendo nascido dela.

Um último elemento a ser destacado, antes de nos debruçarmos de forma mais direta na questão dos processos de conversão ficcional de personagens históricas, é o de que, no desenvolvimento de uma narrativa – seja um romance histórico, seja uma metaficação historiográfica – não se deve, por dois motivos, fazer diferença entre as personagens de extração histórica e as puramente ficcionais.

O primeiro desses motivos consiste no fato de que o próprio leitor olhará essas personagens – histórica e inventada – de forma diferente, devido às expectativas que tem em relação às primeiras; e o segundo se faz presente no pacto entre leitor e obra, em que o primeiro – em uma obra de ficção histórica – deve, ou deveria, esperar tanto eventos que realmente teriam ocorrido, como episódios puramente inventados.

Novamente recorremos às palavras de Bastos, que evidencia – e relaciona – os dois motivos apresentados.

Num romance histórico, não se faz distinção entre personagens que provêm da história e personagens que são inventadas, mas o leitor dá a elas assentimentos diferentes. [...] Isso porque o leitor sabe perfeitamente a procedência de umas e outras, sabe que num romance histórico depara-se tanto com fatos e personagens inventados como verdadeiros. (BASTOS, 2007, p. 37-38).

Tendo claras algumas definições teóricas sobre a personagem, e em especial a natureza ficcional da personagem histórica quando presente em obras literárias – ainda que ela encontre referencialidade em figuras e episódios reais –, é importante verificar como o elemento narrativo da personagem histórica é compreendido pelas teorias de Lukács acerca do romance histórico, e da metaficação historiográfica, conforme proposta por Hutcheon.

Conforme vimos, Lukács possui uma filiação intelectual com o pensamento marxista, e entende que o romance histórico deve apresentar ao seu leitor uma perspectiva histórica, no sentido de despertar nele a consciência para os problemas sociais do presente a partir do contato ficcional com os problemas sociais do passado. Considerando este pensamento, e partindo da lógica marxista de que o motor que faz girar a roda da história é o povo oprimido, por meio do processo de luta de classes, e não grandes figuras individualmente, o pensador húngaro propõe que as personagens centrais de um romance histórico sejam figuras ficcionais, criadas para concentrar em si os valores de uma determinada época. Novamente, é aos romances de Walter Scott que Lukács recorrerá para exemplificar suas proposições teóricas.

As reações contrárias e contraditórias a certos acontecimentos movem-se sempre, em seus [de Scott] romances bem-sucedidos, no quadro da dialética objetiva de determinada crise histórica. Nesse sentido, ele jamais cria personagens excêntricas, personagens que, por sua psicologia, fogem da atmosfera da época. (LUKÁCS, 2011, p. 80).

Essas personagens que concentrariam em si os valores e tendências de uma época recebem o nome de tipos, ou seja, suas características individuais seriam estabelecidas em “uma relação muito complexa e viva com o tempo em que eles vivem, com a corrente que eles representam e a cuja vitória eles dedicam seus

esforços” (LUKÁCS, 2011, p. 66). Gobbi nos apresenta uma possível definição desses personagens-tipo, em relação às concepções do teórico húngaro sobre o romance histórico e em função da perspectiva histórica.

A *perspectiva histórica* exige, portanto, a representação de *tipos* histórico-sociais. [...] O *tipo* diferencia-se fundamentalmente do herói romântico por seu lugar e seu papel na obra: não são os grandes homens que fazem a história; as figuras importantes resultam da ‘essência da época’, porque a representação da grandeza histórica de um personagem não poderá ser destacada daquilo que constitui sua verdadeira tela de fundo – as condições histórico-sociais enquanto possibilidades de inserção num determinado processo histórico. (GOBBI, 2004, p. 48; grifos da autora).

Ao mesmo tempo em que apresenta uma definição do que seriam os “tipos histórico-sociais”, a autora nos fornece pistas sobre o papel que as figuras históricas deveriam assumir nos romances, ao afirmar que a grandeza de uma personagem não poderia destacar-se das condições históricas nas quais ela estaria inserida. Ou seja, a grandeza de uma personagem estaria diretamente relacionada ao contexto social do qual ela se origina, que seria determinante até mesmo para suas características individuais.

Podemos encontrar essa noção de que a grandiosidade de uma personagem histórica só é possível em decorrência da sua afiliação com o contexto e as condições históricas que a cercam de forma mais aprofundada nas palavras do próprio Lukács, quando tece reflexões acerca das personalidades históricas.

[...] a grande personalidade histórica é precisamente o representante de uma corrente importante, significativa, que abrange boa parte da nação. Ela é grande porque sua paixão pessoal, seu objetivo pessoal, coincide com essa grande corrente histórica, porque reúne em si os lados positivo e negativo de tal corrente, e porque é a mais nítida expressão, o mais luminoso pendão dessas aspirações populares. (LUKÁCS, 2011, p. 55).

Sendo as figuras históricas – de acordo com Lukács – a manifestação mais evidente de uma corrente histórica, é natural que elas apareçam como coadjuvantes na trama do romance histórico, e apenas assumam certo protagonismo em momentos-chave da narrativa, quando se faz necessária sua intervenção, geralmente em momentos históricos importantes, nos quais manifestam sua grandiosidade

enquanto expressão da corrente histórica que representam, sendo apenas pessoas comuns em todos os outros momentos.

As grandes personagens históricas, os líderes das classes e dos partidos em luta são, do ponto de vista da trama, apenas figuras coadjuvantes. [...] pessoas dotadas de virtudes e fraquezas, de boas e más qualidades. No entanto, elas nunca dão a impressão de mesquinhez. Com todas as suas fraquezas, agem de modo historicamente grandioso. [...]

A grande personagem histórica, no papel de coadjuvante, pode gozar plenamente a vida como ser humano, aplicar na ação todas as suas qualidades grandiosas e mesquinhias; porém, no enredo, ela é figurada de modo que só age, só chega à expressão de sua personalidade em situações historicamente importantes. (LUKÁCS, 2011, p. 64-65).

Ao afirmar que as grandes figuras históricas, mesmo em suas vidas cotidianas, devem ser representadas sem nunca dar “impressão de mesquinhez” e que mesmo com “todas as suas fraquezas, agem de modo historicamente grandioso”, nos faz quase que automaticamente pensar na ideia de herói, com a qual – sem mencionar isso textualmente, contudo – o teórico húngaro parece entender as representações literárias de personagens históricas.

Como prova disso podemos recorrer às palavras de Thomas Carlyle em sua obra *Os heróis*, na qual, ao se referir a determinadas figuras históricas, por ele denominadas “grandes homens”, usa termos e expressões que em muito se aproximam das palavras de Lukács.

Éles foram os condutores de homens, êstes grandes homens, os modeladores, padrões e, em sentido amplo, criadores de tudo o que a massa geral dos homens imaginou fazer ou atingir; [...] a alma de toda tôda história universal. [...]

É que os grandes homens, seja como fôr que os tomemos, são companhia proveitosa. Não podemos olhar, por mais imperfeitamente, para um grande homem, sem lucrarmos alguma coisa com êle. (CARLYLE, s/d, p. 9).

A citação permite notar, em um primeiro momento e quase que instantaneamente, a aparente filiação de Carlyle às teorias positivistas da história acerca das quais falamos anteriormente. Mas isso não necessariamente anula as afirmações que o historiador faz acerca das figuras históricas, se entendermos suas palavras como representações de um homem ideal – que o próprio autor admite, mais

adiante, na mesma obra –, que poucas vezes se manifesta em toda a sua grandeza, com todas as características mencionadas presentes em sua personalidade, ainda que possa trazer mais de uma delas ao mesmo tempo.

Esses heróis da realidade histórica poderiam, segundo o autor, apresentar-se em diferentes segmentos sociais e em todas as épocas. Nos ensaios que compõem o livro, Carlyle trata de heróis apresentando-se como profetas, poetas, sacerdotes, homens de letras e como reis.

É justamente nesse último caso que vamos nos deter um pouco mais, por considerarmos mais relevante para nossa pesquisa, uma vez que as grandes figuras históricas acerca das quais trataremos nos capítulos seguintes – tais como Bento Gonçalves da Silva, e Antônio de Souza Netto – são líderes políticos, ainda que não fossem reis, como sugere Carlyle, mas ainda assim “homens capazes”, cujas decisões políticas foram seguidas por muitos de forma quase devocional, e cujas figuras foram – e ainda hoje o são – heroicizadas.

Chegamos agora à última forma de heroísmo; aquela que nós chamamos realeza. O comandante de homens; aquêle a cuja vontade as nossas vontades se têm de subordinar e render, encontrando o seu bem-estar ao fazerem isto, pode ser considerado o mais importante dos grandes homens. Ele é praticamente para nós o sumário de todos os vários símbolos de heroísmo; sacerdote, professor, tudo o que de dignidade terrena ou espiritual nós podemos conceber que resida num homem, incorpora-se aqui, para nos *comandar*, para nos fornecer constantemente ensino prático, para nos dizer, para o dia e para a hora, o que devemos *fazer*. É chamado *Rex*, regulador, *Roi*: o nosso próprio nome é ainda melhor; King, *Könning*, que significa *Can-ning*, homem capaz. (CARLYLE, s/d, p. 187; grifos do autor).

Ainda segundo Carlyle, esse grande homem deverá ser conduzido à liderança política, e nesse papel será capaz de manifestar sua grandiosidade da melhor forma possível para o contexto histórico-social em que estará inserido, assumindo um protagonismo que permitirá realizar os grandes feitos aos quais está destinado, de forma muito semelhante ao que Lukács fala sobre as figurações de personagens extraídas da realidade em romances históricos, que deveriam mostrar todos os traços de sua personalidade nos momentos de maior relevância. Assim Carlyle descreve a ação político-governamental dessa classe de líderes políticos.

Descobri em qualquer país o homem mais capaz que lá exista; elevai-o ao supremo lugar e reverencie-o lealmente: assim tereis um perfeito

govêrno para êsse país. [...] Êsse país está em perfeito estado; é um país ideal. O homem mais capaz; isto significa também o de coração mais verdadeiro, o mais justo, o homem mais nobre: o que êle *nos diz que façamos* deve ser precisamente a coisa mais sábia, mais apropriada, que nós possamos em qualquer parte ou de qualquer forma aprender. [...] Os nossos *feitos* e a nossa vida seriam então, tanto quanto o govêrno os pode regular, bem regulados. (CARLYLE, s/d, p. 187-188; grifos do autor).

É bem verdade que enquanto Lukács está falando da representação ficcional de figuras históricas, Carlyle trata das concepções que ele tem de pessoais reais, os “grandes homens” que seriam os responsáveis por mover a roda da história de acordo com os historiadores positivistas. Ainda assim, consideramos válido o exercício de comparação entre os dois discursos, uma vez que, pensando em diferentes representações das figuras históricas em questão, os dois autores convergem nas mesmas ideias, e direcionam para tais personagens as mesmas características – e ações – fundamentais.

Essa caracterização que fazem tanto Lukács como Carlyle – respeitadas as diferenças de paradigma mencionadas – corresponde aos elementos apontados por Joseph Campbell, em sua indispensável obra *O herói de mil faces*, uma vez que tanto o homem historicamente grandioso da figuração literária de Lukács como o homem capaz de Carlyle dividem a mesma função heroica: agir não de forma egoísta ou individual, mas, sim, da melhor forma possível para o momento histórico, guiando as pessoas menos valorosas para um futuro que deverá ser, se não glorioso, ao menos melhor do que o presente em que estão inseridas.

O herói, por conseguinte, é o homem ou a mulher que conseguiu vencer suas limitações históricas, pessoais e locais e alcançou formas normalmente válidas, humanas. As visões, ideias e inspirações dessas pessoas vêm diretamente das fontes primárias da vida e do pensamento humanos. Eis por que falam com eloquência, não da sociedade e da psique atuais, em estado de desintegração, mas da fonte inesgotável por intermédio da qual a sociedade renasce. O herói morreu como homem moderno; mas como homem eterno – aperfeiçoado, não específico e universal –, renasceu. Sua segunda e solene tarefa e façanha é, por conseguinte [...] retornar ao nosso meio, transfigurado, e ensinar a lição de vida renovada que aprendeu. (CAMPBELL, 2007, p. 28).

Diametralmente opostas às formulações de Lukács acerca das formas pelas quais as personagens de extração histórica deveriam ser figuradas nos romances

históricos, estão as proposições feitas por Hutcheon, no que diz respeito às diferentes representações que essas personalidades poderiam ter nas obras de metaficação historiográfica.

Como vimos acima, em muitos aspectos Hutcheon não apresenta uma definição fechada acerca dos elementos que compõe a metaficação historiográfica, optando por uma espécie de conceituação inversa, em que sua teoria é apresentada, sobretudo, na forma pela qual se opõe a paradigmas dos quais discorda. No que diz respeito à metaficação historiográfica, em relação ao romance histórico, a crítica canadense afirma que a primeira tende a problematizar todas as características fundamentais do segundo, em especial, no que concerne à presente pesquisa, a ideia de personagens-tipo.

Para Hutcheon, os protagonistas de obras metaficcionalis historiográficas não devem limitar-se à representação sintética e generalista de uma determinada época, mas, sim, serem construídos como seres individuais, com suas próprias características, definidoras de suas personalidades e, portanto, de suas ações dentro da narrativa. Ela critica ainda o elogio de Lukács acerca da postura de Scott de não criar personagens excêntricos, que não compartilhassem a atmosfera de sua própria época, defendendo justamente o oposto, que não apenas essas figuras excêntricas devem estar presentes, mas também devem ser alçadas à condição de protagonistas.

[...] os protagonistas da metaficação historiográfica podem ser tudo, menos tipos propriamente ditos: são os ex-cênicos, os marginalizados, as figuras periféricas da história ficcional. [...] Até os personagens históricos assumem um *status* diferente, particularizado e, em última hipótese, ex-cêntrico. [...] A metaficação historiográfica adota uma ideologia pós-moderna de pluralidade e reconhecimento da diferença; o 'tipo' tem poucas funções, exceto como algo a ser atacado com ironia. Não existe nenhuma noção de universalidade cultural. Em sua reação à história, pública ou privada, o protagonista de um romance pós-moderno [...] é declaradamente específico, individual, condicionado cultural e familiarmente. A forma narrativa encena o fato de que [...] não é tipo de coisa nenhuma. (HUTCHEON, 1991, p. 151; grifos da autora).

Como podemos observar, a crítica apresenta também uma contestação da ideia de uma universalidade cultural, que poderia ser compreendida como sendo a força motriz da consciência de classe, que daria aos personagens – e aos seus leitores – a perspectiva histórica necessária para promover as transformações sociais pregadas pela filosofia marxista.

Não havendo a existência de uma universalidade cultural e ideológica que motivaria as ações das personagens, Hutcheon contesta outra proposição de Lukács, a de que as figuras históricas deveriam ser representadas como coadjuvantes nas obras literárias, defendendo sua presença como protagonistas, ressaltando seus aspectos humanos, e criticando o uso que muitas vezes se faz das personagens históricas como elementos legitimadores do discurso ficcional.

[...] grande característica definitória estabelecida por Lukács para o romance histórico é a relegação dos personagens históricos a papéis secundários. É fácil ver que isso não ocorre com romances pós-modernos. [...] Em muitos romances históricos, as figuras reais do passado são desenvolvidas com o objetivo de legitimizar ou autenticar o mundo ficcional com sua presença, como se para ocultar as ligações entre ficção e história com um passe de mágica ontológico e formal. A auto-reflexividade metaficcional dos romances pós-modernos impede todo subterfúgio desse tipo e coloca essa ligação ontológica como um problema: como é que conhecemos o passado? O que é que conhecemos (o que podemos conhecer) sobre ele no momento. (HUTCHEON, 1991, p. 152).

Ao criticar o uso de personagens históricas como elementos legitimadores da ficção, Hutcheon traz ao primeiro plano a questão da existência ou não de uma verdade histórica – a respeito da qual já discorremos – e indica que a questão das múltiplas possibilidades de interpretação da história está presente na ficção histórica contemporânea, sobretudo no que diz respeito às personagens, uma vez que, não havendo uma universalidade cultural e nem uma verdade histórica – ou qualquer tipo de representação absoluta do passado –, seria impossível encontrar uma mesma figura histórica convertida ficcionalmente da mesma forma em dois romances diferentes.

Podemos encontrar um exemplo dessa multiplicidade de representações – com diferentes características e nuances – de uma mesma figura histórica em obras de metaficção historiográfica diferentes na obra de Bastos, em uma citação que, apesar de relativamente extensa, exemplifica esse conceito.

[...] dois romances publicados na década de 1990 tomam o poeta Bento Teixeira como protagonista: *Os rios turvos*, de Luzilá Gonçalves Ferreira (1993) e *O primeiro brasileiro – Bento Teixeira: poeta*, de Gilberto Villar (1995). O primeiro praticamente *inocenta* da acusação de adultério a mulher do poeta, Filipa Raposa, a quem ele assassinou, com esse pretexto. O poeta, porém, é retratado como um homem ressentido, brutal, egoísta e ciumento, além de ser insinuado que ela

Ihe era superior até mesmo aos dons poéticos. O segundo é francamente favorável a Bento Teixeira. Filipa Raposa é apenas uma adúltera compulsiva e não tem nenhuma das qualidades que o outro romance lhe atribui. Não que neste o narrador exima o poeta de culpas ou o apresente como poeta maior do que realmente foi. Mas já o subtítulo [...] 'Onde se conta a história de Bento Teixeira, cristão-novo, instruído, desbocado e livre, *primeiro poeta do Brasil*, perseguido e preso pela Inquisição', aponta para uma espécie de heroicização do infeliz 'primeiro brasileiro'. (BASTOS, 2007, p. 88; grifos nossos).

Recorrendo uma vez mais à obra de Hutcheon, encontramos um interessante exercício da crítica. A partir da citação da obra *Telling the truth*, em que Barbara Foley (1986, p. 160) apresenta uma descrição resumida do paradigma do romance histórico – dando especial enfoque às personagens –, Hutcheon assinala entre colchetes, no próprio corpo da citação, o que ela mesma chama de mudanças pós-modernas da metaficação historiográfica.

Os personagens [nunca] constituem uma descrição microcósmica dos tipos sociais representativos; enfrentam complicações e conflitos que abrangem importantes tendências [não] no desenvolvimento histórico [não importa qual o sentido disso, mas na trama narrativa, muitas vezes atribuível a outros intertextos]; uma ou mais figuras da história entram no mundo fictício, dando uma aura de legitimização extratextual às generalizações e aos julgamentos do texto [que são imediatamente atacados e questionados pela revelação da verdadeira identidade intertextual, e não extratextual, das fontes dessa legitimização]; a conclusão [nunca] reafirma [mas contesta] a legitimidade de uma norma que transforma o conflito social e político num debate moral. (HUTCHEON, 1991, p. 159).

A citação, como é possível observar, permite uma dupla leitura – sem os colchetes para uma definição do paradigma do romance histórico, ou com eles para uma definição do paradigma da metaficação historiográfica – para o papel e função que as personagens de extração histórica deveriam assumir em obras literárias, conforme o construto teórico adotado pelo autor.

Antes de concluir este item, consideramos importante ressaltar que, embora opostas, as interpretações de Lukács e de Hutcheon para a conversão ficcional de personagens históricas não são necessariamente excludentes, e acreditamos que as duas figurações – como coadjuvantes e como protagonistas, com características heroicas ou humanas – possuem valor estético, podendo ser trazidas igualmente na ficção histórica contemporânea, desde que em nenhum dos casos se interprete a representação dessas figuras como a contraparte literária e idêntica do ser humano

que a inspirou, mas, sim, como personagens ficcionais, ainda que referenciadas em pessoas reais.

Tendo apresentado brevemente as principais concepções teóricas com as quais trabalharemos na tese, destacando a questão da conversão ficcional da personagem histórica, podemos, no próximo item, estabelecer os critérios e metodologias que utilizaremos nos capítulos seguintes, nos quais serão feitas as análises das obras selecionadas.

3.2 Metodologia de análise de episódios e personagens históricos

Uma pesquisa que busca compreender de que forma o evento histórico da Guerra dos Farrapos foi representado na literatura brasileira demanda alguns recortes e escolhas procedimentais para que se torne viável. São esses recortes e escolhas – nossos critérios para seleção e análise das obras – que apresentaremos a partir de agora.

O primeiro critério de seleção que utilizamos foi temporal e contempla uma série de obras de diferentes períodos, por trazer obras de ficção histórica produzidas ao longo dos anos, tomando como referência quatro recortes temporais: a segunda metade do século XIX, a primeira metade do século XX, a segunda metade do século XX e a primeira metade do século XXI.

Escolhemos esses recortes por considerar importante o fato de que, mesmo com o passar dos anos, não se deixou de escrever obras ficcionais acerca da Revolução Farroupilha, o que indica que seus valores e questões – para retomar o pensamento de Perry Anderson – não foram exclusivos do contexto revolucionário, mas permaneceram e permanecem presentes até a contemporaneidade.

Os romances escolhidos foram: *O gaúcho* (1870), de José de Alencar; *Os amores de Canabarro* (1833), de Othelo Rosa; *Os varões assinalados* (1985), de Tabajara Ruas – este ligado às comemorações do sesquicentenário da Revolução Farroupilha, realizado em 1985 – e *A casa das sete mulheres* (2002), de Letícia Wierzchowski.

Feita a escolha das obras, é necessário evidenciar os recursos metodológicos dos quais nos valeremos para efetivar a análise.

Ao longo de toda nossa análise trabalharemos com as três concepções fundamentais apresentadas – da não existência de uma verdade histórica; da história e a ficção poderem ser consideradas duas faces de uma mesma moeda; e da necessidade de ficcionalização da história para sua melhor compreensão – partindo do princípio de que são eles perfeitamente aplicáveis a qualquer das obras selecionadas para estudo, ainda que seus autores não tivessem deles consciência.

Ainda que essas concepções não constituam diretamente um instrumento de análise, as tratamos como fundamentais para o embasamento da pesquisa, tendo em vista que, ao dirigir nosso olhar para as obras, estaremos considerando-as como produções ficcionais de referencial histórico, que não representam uma tradução literária do passado tal como ele teria ocorrido, mas, sim, como a interpretação de seus autores sobre eventos pretéritos, baseando-se em fontes históricas – nunca em “incontestáveis” fatos históricos – produzidas em um determinado contexto e sob determinados valores.

Além disso, consideraremos, em nossa análise, que os eventos e personagens apresentados ficcionalmente trazem em si elementos que, embora cronologicamente pertencentes ao passado, causam ainda impacto nos diferentes contextos de produção dos romances analisados, ou seja, se os episódios da Revolução Farroupilha são revisitados literariamente, significa que esse passado ainda precisa ser pensado, para retomarmos o pensamento de Rancière.

Dito isso, podemos especificar os procedimentos metodológicos de forma mais detalhada, a fim de evidenciar os passos percorridos na pesquisa. Neste ponto, o trabalho se dividirá em dois momentos.

Em um primeiro momento selecionaremos diferentes episódios históricos da Guerra dos Farrapos e os apresentaremos conforme entendidos pela produção historiográfica, tendo como critério a escolha de obras de natureza acadêmica⁴ para essa apresentação. Essa escolha de determinados episódios da narrativa para o estudo aprofundado está de acordo com o modelo estático de análise, conforme apresentado por Massaud Moisés no *Guia prático de análise literário*:

⁴ Por obras acadêmicas entendemos os artigos publicados em periódicos universitários e/ou especializados; os livros publicados por editoras de universidades; e produções de diferentes naturezas publicadas por órgãos especializados de pesquisa e estudo, tais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), por exemplo.

[...] imobiliza-se a personagem no encalço de saber como ela é. [...] A tarefa do analista reside no confronto entre as diversas descrições da personagem, no rumo de suas metamorfoses patentes ou recônditas. Por outro lado, a descrição procura ser integral, abarcando os aspectos físicos e psíquicos da personagem, suas vestimentas e suas idiossincrasias. (MOISÉS, 1952, p. 112).

A escolha de obras acadêmicas para nos servir de referencial histórico é deliberada e proposital, estando ligada à ideia de que uma produção historiográfica dessa natureza deve necessariamente ter sido produzida a partir de pesquisas, e passado por algum tipo de avaliação institucional, o que daria às interpretações e proposições nela contidas uma legitimação investigativa.

Mesmo que as interpretações, análises e conclusões das diferentes obras possam divergir entre si – o que é natural, tendo em vista a impossibilidade de uma interpretação única do passado –, acreditamos que a vinculação acadêmica atesta que o conhecimento produzido por essas publicações teria embasamento teórico e documental, não podendo ser fruto de mero “achismo”.

No segundo momento, apresentaremos os mesmos episódios históricos conforme reproduzidos ficcionalmente nas diferentes obras selecionadas, procedendo uma análise comparativa entre essas reproduções.

Uma vez selecionados os episódios históricos a serem estudados, um novo recorte foi feito, o da escolha dos elementos narrativos sobre os quais nos debruçaremos com maior profundidade para compreender o processo de conversão ficcional desses eventos do passado. Essa escolha recaiu sobre as personagens, tanto devido ao fato de ser às suas caracterizações que os autores dos diferentes romances escolhidos dedicam maior esforço e cuidado, como também ao fato de as considerarmos os elementos narrativos responsáveis por dar vida à ficção, conforme formula Rosenfeld.

A descrição de uma paisagem, de um animal ou de objetos quaisquer pode resultar, talvez, em excelente ‘prosa de arte’. Mas esta excelência resulta em ficção somente quando a paisagem ou o animal [...] se ‘animam’ e se humanizam através da imaginação pessoal. [...] A narração – mesmo a não fictícia – para não se tornar mera descrição ou relato, exige, portanto, que não haja ausências demasiado prolongadas do elemento humano. (ROSENFELD, 2000, p. 27-28).

A análise das personagens se dará especialmente em relação às figuras históricas presentes nos episódios selecionados, procurando compreender de que

maneira(s) elas são representadas, e buscando responder a quatro perguntas fundamentais, que serão os parâmetros para nosso estudo:

1. As representações dessa personagem nesse episódio estão mais ligadas ao paradigma do romance histórico de Lukács, ou ao paradigma da metaficção historiográfica de Hutcheon?
2. As representações dessa personagem nesse episódio indicam uma postura de valorização/mitificação/heroicização da Guerra dos Farrapos ou de questionamento/detração?
3. Quais as semelhanças e as diferenças que podemos estabelecer entre as representações dessa personagem em relação ao discurso histórico apresentado?
4. Quais as semelhanças e as diferenças que podemos estabelecer entre as representações dessa personagem nesse episódio nos diferentes romances analisados?

Para responder a essas perguntas, observaremos – em cada um dos romances selecionados – as ações das personagens em cada evento histórico representado, analisando tanto seus aspectos internos como externos em relação a esses eventos. Novamente recorremos às palavras de Moisés no que diz respeito a essas duas modalidades de ação.

A ação pode ser externa e interna: uma viagem, o deslocamento de uma sala para outra, o apanhar de um objeto para defesa contra um agressor, e assim por diante, classificam-se como ação externa. [...] a ação interna passa-se na consciência e/ou na subconsciência da personagem. [...] Decerto não existe ação externa pura nem ação interna pura. [...] numa mesma obra coexistem as duas formas de ação. (MOISÉS, 1952, p. 89).

Tão logo tenham sido feitas as observações das personagens individualmente – em cada um dos romances do *corpora* – procederemos uma análise comparativa de suas ações, procurando estabelecer semelhanças, diferenças, e afiliações entre as suas representações nas diferentes obras, o que nos permitirá tratar da questão da conversão ficcional das personagens históricas de forma mais ampla e aprofundada.

Tendo apresentado as principais concepções de ficção e história com as quais trabalharemos na pesquisa, bem como os critérios de análise das obras de ficção histórica selecionadas para nosso estudo, podemos, agora, avançar para a segunda parte da tese, na qual procederemos as análises propriamente ditas.

PARTE II
A REVOLUÇÃO FARROUPILHA NA LITERATURA BRASILEIRA

4 GUERRA DOS FARRAPOS NA LITERATURA BRASILEIRA: QUATRO GERAÇÕES DE PRODUÇÃO FICCIONAL

4.1 Ficção histórica sobre a Guerra dos Farrapos

Um dos mais importantes episódios da história do Brasil, e evento fundador da identidade gaúcha, além do fato de trazer ainda – conforme o pensamento de Perry Anderson (2007) – elementos e questões não completamente resolvidas pelos grupos sociais envolvidos, mesmo passados mais de cento e cinquenta anos, é natural que a Revolução Farroupilha seja um dos episódios históricos nacionais mais representados literariamente ao longo do tempo, superando em larga escala qualquer outro evento histórico em termos de quantidade de produção ficcional.

Tendo isso em mente, é plausível que a ficção histórica sobre a Guerra dos Farrapos assuma, para os gaúchos, um caráter de romance de fundação, ou seja, uma obra ficcional que visa estabelecer as origens e principalmente a identidade de um povo, conforme nos informa Bastos.

São uma vertente da ficção que se apropria da matéria de extração histórica, mas não apenas dela. Seu propósito maior é o de contribuir para a fixação de uma origem nacional, e para tanto recorre ao passado na busca dos elementos *fundadores* de uma determinada nacionalidade. Não se conformam, necessariamente, ao modelo mais tradicional do romance histórico e muitas vezes tratam o problema da identidade nacional pela via alegórica, não se constrangendo em recorrer ao mítico, que assim se superpõe ao propriamente histórico. (BASTOS, 2007, p. 79; grifos do autor).

Partindo dessa definição de Bastos, e pensando nos romances históricos⁵ acerca da Revolução Farroupilha, é importante nos perguntar quais elementos fundadores estariam sendo destacados nessas obras e, mais profundamente, se tomarmos o episódio da Guerra dos Farrapos como evento fundador da identidade gaúcha, quais seriam os valores que estariam sendo trazidos na forma de ficção histórica que poderíamos considerar como identitários.

⁵ Aqui compreendendo tanto os romances históricos propriamente ditos, de acordo com o modelo proposto por Lukács, quanto as obras de metaficção historiográfica, conforme as formulações de Linda Hutcheon.

A resposta a esse questionamento é mais complicada do que pode parecer num primeiro momento, tendo em vista que a escrita histórica tem se apropriado do episódio revolucionário de diferentes maneiras ao longo do tempo, tanto de forma positiva, apoiando-o, como de forma negativa, fazendo-lhe a detração.

Sabendo disso, é válido observar se existe algum elemento específico que pode ser encontrado em ambos os discursos, e que é apresentado pelos ficcionistas das duas vertentes. E esse elemento consiste no valor militar do gaúcho, ou seja, tanto apoiadores quanto detratores dos farroupilhas reconhecem nos revolucionários valores como a coragem, a destreza como cavaleiros e a inclinação bélica.

Esses valores, por sua vez, podem ser encontrados nas diferentes obras literárias acerca do movimento. Mesmo que textos detratores da Guerra dos Farrapos critiquem a ideologia dos revolucionários, e até mesmo sua inteligência e lealdade, é curioso notar que suas qualidades militares eram respeitadas.

Na obra *Heróis de papel*. As representações sobre a Revolução Farroupilha na literatura, Jerri Roberto Almeida apresenta como esses valores do gaúcho se constroem, ao mesmo tempo em que nos dá informações acerca do processo pelo qual passaram em sua conversão ficcional.

A formação histórica do Rio Grande do Sul se estruturou em múltiplos conflitos e disputas de fronteiras, naturalmente, originando uma sociedade militarizada e belicosa, onde não faltaram elementos reais que exigissem coragem, principalmente do homem da Campanha. Um dos principais suportes da construção da identidade gaúcha são, portanto, as relações de tensão, ao mesmo tempo, entre autonomia e integração perante o resto do Brasil e o Prata. [...] Os diversos conflitos armados para a manutenção das fronteiras e para o resguardo dos interesses das próprias elites latifundiárias, em conjunto com outros fatores mesológicos, geraram um clima de adversidades ideal para a criação de representações sobre a noção de regionalidade e discursos sobre o habitante sulino. [...]

Considera-se que a plasmagem da identidade está vinculada à questão da alteridade, no caso do Rio Grande do Sul em relação ao Brasil e ao Prata. A literatura sul-rio-grandense soube explorar essas especificidades. (ALMEIDA, 2007, p. 38-39).

Além da questão da bravura e dos valores bélicos em si, Almeida toca em um segundo ponto interessante no que concerne à construção da identidade gaúcha. Esse ponto é justamente o da alteridade que se estabelece entre essa identidade rio-grandense de um lado, e as do Império do Brasil e da região do Prata, de outro.

Ao afirmar que a identidade gaúcha – e portanto as representações literárias dessa identidade – se constrói a partir de uma relação de alteridade, Almeida está dizendo que não seria possível identificar os elementos essencialmente rio-grandenses sem que esses elementos fossem estabelecidos de forma comparativa, ou seja, a identidade do habitante do Rio Grande do Sul se daria de forma relacional, para usarmos um termo de Almeida.

No campo dos estudos culturais se diz que a identidade é relacional, isto é, a identidade gaúcha, por exemplo, para existir, necessitaria de uma espécie de ‘identidade brasileira’, diferenciando-se, também em relação à região do Prata, ou América Espanhola. Dessa forma, a identidade rio-grandense se forma através da ‘diferença’. (ALMEIDA, 2007, p. 33).

Almeida ainda nos traz – na mesma obra, em um capítulo dedicado ao estudo da identidade gaúcha – um terceiro aspecto bastante importante e relevante acerca da identidade rio-grandense, e que provavelmente é o mais reconhecido de todos: a relação do gaúcho com o seu meio, tanto de forma simbólica, como de forma prática. “A identidade [rio-grandense] é marcada por meio de símbolos, por exemplo, ‘o rio-grandense é o homem da natureza’, ou seja, existe uma associação entre as pessoas, o que elas fazem e o meio onde vivem.” (2007, p.33)

Ao tratar da questão da relação do rio-grandense com o seu meio, afirmando que ela se dá tanto de forma simbólica como de forma prática, consideramos importante fazer algumas considerações sobre esse ponto em especial, uma vez que a questão do meio de vida dos gaúchos teve bastante destaque na justificativa do processo revolucionário de 1835.

Um dos motivos que levou ao processo revolucionário no Rio Grande do Sul foi a política tributária do governo brasileiro em relação ao comércio do couro e do charque, que eram da mais fundamental importância para o modo de vida dos gaúchos – tanto estancieiros quanto peões, sendo que a principal diferença entre esses dois grupos está no poder econômico, e não no modo de vida em si.

Tendo isso em mente, é possível interpretar a Revolução Farroupilha como um movimento que defendia não apenas os interesses econômicos de determinados grupos sociais – embora seja impossível negar a presença deles –, mas também como uma conflagração que visava defender um modo de vida, o do gaúcho, com seus

valores e especificidades, ao mesmo tempo em que os afirmava em oposição às identidades culturais do Império brasileiro e do Prata.

Esse modo de vida pode, por sua vez, ser compreendido como a própria identidade do rio-grandense, e as características acima apresentadas – a bravura, a alteridade, e a relação com o meio – podem ser compreendidas como pilares desse modo de vida que é também identitário.

Ainda sobre a identidade rio-grandense, faz-se necessário acrescentar um elemento que faz parte do modo de vida gaúcho, e que possui tanta importância na cultura local que é considerado um dos seus pontos fundamentais: a cavalaria.

A cavalaria é algo tão importante no modo de vida rio-grandense que é praticamente inconcebível a ideia de separar o gaúcho de seu cavalo, sendo ambos muitas vezes encarados como um só ser, ou, no mínimo, como familiares próximos. Prova disso pode ser encontrada no fato de que as cargas de cavalaria consistiam na principal estratégia de combate durante a Guerra dos Farrapos, conforme observamos no segundo capítulo da tese.

Também é possível encontrar prova dessa relação intensa entre o gaúcho e seu cavalo nas suas representações literárias em pelo menos dois casos emblemáticos: o primeiro deles está na obra *Os varões assinalados*, de Tabajara Ruas. Essa obra, em algumas edições aparece dividida em três partes diferentes, sendo que a primeira recebe o nome de “País dos centauros”, indicando que a proximidade entre cavaleiro e montaria é tão intensificada que chegam a agir como um mesmo ser: os míticos animais híbridos da mitologia grega, que possuem a parte superior de seus corpos de seres humanos, e a parte inferior – abaixo da cintura – de cavalos.

De forma ainda mais intensa essa relação pode ser observada em *O gaúcho*, de José de Alencar, que tem como um de seus mais importantes elementos narrativos a relação da personagem principal da trama – Manoel Canho – com diferentes cavalos, tais como Juca, Morena e Morzello. Em certo momento da narrativa, Alencar se preocupa em apresentar textualmente a importância dessa conexão entre homem e animal:

- Eh pingó! Exclamou o peão, dando com entusiasmo uma palmada na anca do animal.

Só comprehenderá a energia da exclamação do Chico Baêta quem souber que pingó é o epitheto mais terno que o gaúcho dá a seu

Cavallo. Quando elle diz ‘meu pingo’ é como se dissesse meu amigo do coração, meu amigo leal e generoso. [...] Canho estava gostando de ouvir o elogio feito a seu animal; o Cavallo é uma das fibras mais sensíveis do coração do gaúcho. (ALENCAR, 1870a, p. 12).

Tendo apresentado alguns dos elementos que consideramos fundamentais para a construção da identidade gaúcha – e que esperamos encontrar tanto em romances que adotem uma postura favorável ao movimento farroupilha, quanto em romances que possuam uma atitude detratora –, podemos começar a apresentar um breve histórico das produções ficcionais relacionadas à Guerra dos Farrapos.

Em um levantamento inicial, foram encontrados 14 romances históricos sobre a Guerra dos Farrapos, que vão desde obras que legitimam o discurso histórico oficial, até obras que o questionam, passando por aquelas que dão voz a grupos sociais tradicionalmente excluídos, e aquelas que dão atenção especial a uma ou a outra figura histórica do movimento.

Esses romances estão distribuídos desde o século XIX – com obras como *O vaqueano* (1872), de Apolinário Porto Alegre, e *O corsário* (1851), de Caldre e Fião – até os primeiros anos do século XXI, onde encontramos as obras *A casa das sete mulheres* (2002) e *Travessia* (2017), de Letícia Wierzchowski. A maior produção de obras relacionadas à Revolução Farroupilha, contudo, encontra-se na década de 1980, muito em decorrência do fato de no ano de 1985 ter ocorrido a comemoração dos 150 anos do início da Guerra dos Farrapos. Nessa década, encontramos duas das mais emblemáticas obras sobre o movimento: *Os varões assinalados* (1985), de Tabajara Ruas, e *A Guerra dos Farrapos* (1984), de Alcy Cheuiche.

O primeiro romance relacionado à Revolução Farroupilha a ser publicado foi *A divina pastora*, de Caldre e Fião, apenas dois anos depois do término do conflito, em 1847, e adotava uma postura francamente oposta aos revolucionários, questionando suas bases ideológicas. Assim seu enredo é apresentado por Almeida:

Ambientado no Rio Grande do Sul, no período da Revolução Farroupilha, o romance revela a intriga centrada em Edélia, a ‘divina pastora’, donzela de exuberante beleza e abundantes virtudes, que se apaixona por seu primo Almênio, um valoroso guerrilheiro farrapo que colocou sua juventude e valentia a serviço do movimento farroupilha, entretanto, sua adesão ao movimento republicano, provoca em Edélia uma repulsa, por ser contrária à Revolução.

Apaixonado por Edélia, mas compromissado com os rebeldes republicanos, Almênio, diante da repulsa de Edélia, termina por casar-

se com Clarinda, filha de imigrantes alemães do Vale dos Sinos, entretanto, detido em suas reflexões sobre o sentido da Revolução, Almênio se convence a trocar de lado, passando para o exército imperial. (ALMEIDA, 2007, p. 39).

Além de ser o primeiro romance publicado tendo a Revolução Farroupilha como episódio central de sua trama, Almeida traz ainda a informação de que a obra de Caldre e Fião foi também o segundo romance publicado na história da literatura brasileira, estando atrás apenas da obra *O filho do pescador*, de Antônio Gonçalves Teixeira e Souza, cuja publicação inicial data de 1844, o que nos permite verificar o alcance que o episódio histórico tem desde os primórdios da literatura romanesca brasileira.

Ainda no século XIX, além das obras de Caldre e Fião – *A divina pastora* (1847), e *O corsário* (1851) –, encontramos as publicações *O gaúcho* (1870), de José de Alencar, que embora não seja exatamente um romance sobre a Revolução Farroupilha, apresenta alguns de seus eventos fundamentais, como a tomada de Porto Alegre, e traz a figura de Bento Gonçalves como padrinho da personagem principal da trama, interferindo nela indiretamente; *O vaqueano* (1872), de Apolinário Porto Alegre; e *Os farrapos* (1877), de Oliveira Belo.

A primeira metade do século XX, por sua vez, segundo nosso levantamento, trouxe apenas duas obras nas quais a Revolução Farroupilha é retratada ficcionalmente, sendo que uma delas de forma direta, e outra como pano de fundo para parte da trama. São elas o romance *Os amores de Canabarro* (1933), de Othelo Rosa, e a novela *Um certo capitão Rodrigo* (1949), de Erico Verissimo.

Essa novela – integrante do primeiro volume de *O continente* (1949), que por sua vez faz parte do épico gaúcho de Verissimo *O tempo e o vento* (1949-1961) – merece especial atenção neste trabalho devido ao fato de que sua personagem-título, Rodrigo Cambará, concentra em si as principais características identitárias do gaúcho, tanto em termos de valores, quanto em termos de vestimentas e comportamento, como nos informa Larissa Ortigoza em artigo de 2018 intitulado “O regional, o universal e a utilização de arquétipos na construção de Ana Terra e do capitão Rodrigo Cambará”.

Para construir esse personagem, percebe-se a utilização da imagem arquetípica do Herói, em *Um certo capitão Rodrigo*, pois esse personagem é descrito como o típico gaúcho. Suas características

abrangem a personalidade do homem rio-grandense destacando a valentia, a honestidade e a liberdade [...]

Todavia Rodrigo carrega uma pitada pitoresca (exótica) em sua personalidade. Mesmo após entrar em Santa Fé com um ar prepotente sobre o povoado, ainda assim essa estranheza logo se finda, porque seu jeito sedutor acaba por conquistar o povoado. [...]

Dessa forma, o que chama a atenção em relação a este personagem é seu comportamento que, por se tratar de um protagonista e herói, não é polido, mas é cativante, sedutor, consegue agradar as pessoas ao seu redor. [...] ele é admirado por destacar a sua masculinidade, uma característica bastante respeitável para um gaúcho da época e, até mesmo na atualidade ainda é bastante valorizada.

O gaúcho é representado pelo Capitão não só nas características físicas, quando o narrador descreve minuciosamente a roupa do personagem, mas também nas psicológicas, como se pode notar pela forma como Rodrigo se apresenta ao chegar em Santa Fé. A sua vestimenta é o primeiro fator a despertar atenção do pessoal do povoado (ORTIGOZA, 2018, p. 169-170).

Essa vestimenta mencionada por Ortigoza é minuciosamente descrita nas primeiras páginas da novela de Verissimo, e pode ser considerada como uma síntese do que consideramos hoje a tradicional vestimenta gaúcha – a pilcha –, uma vez que o autor descreve seus principais elementos. Também é importante notar que, ao mesmo tempo em que descreve a vestimenta da personagem, apresenta alguns aspectos de sua personalidade, também ligada a uma personalidade “ideal” do gaúcho. Assim nos é descrita a chegada do Capitão Rodrigo Cambará ao povoado de Santa Fé.

Um dia chegou a cavalo, vindo ninguém sabia de onde, com o chapéu de barbicacho puxado para a nuca, a bela cabeça de macho altivamente erguida e aquele seu olhar de gavião que irritava e ao mesmo tempo fascinava as pessoas. Devia andar lá pelo meio da casa dos trinta, montava um alazão, vestia calças de riscado, botas com chilenas de prata e o busto musculoso apertado num dólã militar azul, com gola vermelha e botões de metal. Tinha um violão a tiracolo; sua espada, apresilhada aos arreios, rebrilhava ao sol daquela tarde de outubro de 1828 e o lenço encarnado que trazia ao pescoço esvoaçava no ar como uma bandeira. (VERISSIMO, 1981, p. 25).

Consideramos necessária essa descrição feita por Verissimo acerca do Capitão Rodrigo devido ao fato de que ela vai inspirar grande parte das figurações do herói gaúcho nas obras que se seguiram, sendo possível observar “características” de Rodrigo Cambará inclusive nas representações de algumas figuras históricas.

Avançando para a segunda metade do século XX, encontramos cinco obras que versam sobre a Guerra dos Farrapos, sendo que a maioria delas foi publicada em torno das comemorações do sesquicentenário da Revolução Farroupilha, celebrado em 1985. São quatro as obras publicadas nesse contexto: *A Guerra dos Farrapos*, (1984), de Alcy Cheuiche; *Os varões assinalados* (1985), de Tabajara Ruas; *República das carretas* (1986), de Barbosa Lessa; e *Amor de perdição* (1987), de Josué Guimarães.

As duas outras obras datadas desse período que trazem a Revolução Farroupilha em suas narrativas são *A prole do corvo* (1978), de Luiz Antônio de Assis Brasil, e *Net*

o perde sua alma (1995), de Tabajara Ruas, que é focada na vida do general farroupilha responsável pela proclamação da República Rio-Grandense, em 1836.

Um aspecto notável acerca da obra de Assis Brasil é o caráter crítico que ela assume frente à Revolução Farroupilha, construindo um discurso que questiona os ideais revolucionários e seus participantes, ao invés de os figurar como heróis ou mitificar, e apresenta um discurso que evidencia motivações políticas e principalmente econômicas para a participação na revolução, conforme Costa e Piva abordam em “Novas perspectivas do romance histórico: Uma leitura de *A prole do corvo*, de Luiz Antonio de Assis Brasil.”.

A personagem Chicão Paiva mostrou-se em primeiro momento favorável aos farrapos, prestando homenagem ao líder do movimento ao nomear um de seus filhos de Bento. Porém, no decorrer da narrativa, o posicionamento da personagem mostra-se diverso, chegando ao extremo de ele tornar-se contrário aos ideais farrapos. [...] Mesmo não concordando mais com os farrapos, Chicão manda seu filho para lutar ao lado deles na revolução, decisão tomada pelo coronel após os homens de Bento Gonçalves irem até sua estância para pedirem uma doação de cavalos. Negando-se a colaborar economicamente com seus animais, acaba, no entanto, aceitando a sugestão de major Firmino para colocar o filho alcunhado de ‘Filhinho’ à disposição do ‘exército republicano’. Logo, alistar o filho não representou apoio à causa dos farrapos, mas sim uma questão de economia, já que a doação dos cavalos lhe causaria um prejuízo financeiro maior do que a partida do filho. [...]

Menciona-se o fato de se saber usufruir da guerra para tirar proveitos financeiros e [...] o coronel Chicão teria sido um dos estancieiros que soube sair da guerra na hora certa, com o ‘poncho forrado’. Enquanto apoiou os farroupilhas, o coronel conseguiu manter sua fazenda e ainda comprar uma quantidade significativa de cavalos; porém, pode-se pensar que, após ter alcançado certa estabilidade nas finanças, Chicão não mais apoiou os farrapos. Talvez isso explique, em certa

medida, o comportamento dele diante do major Firmino, quando este decide recrutar Filhinho para a guerra, pois Chicão, ao mesmo tempo que não queria desfazer-se de seu patrimônio adquirido em prol da revolução, por outro lado, também não queria ficar em posição conflituosa diante de Bento Gonçalves, pelo fato de ter a revolução sido benéfica ao fazendeiro. (COSTA; PIVA, 2016, p. 140-141).

Já para o recorte da primeira metade do século XXI – mais precisamente os 20 primeiros anos desse período, encontramos três obras que trazem em suas narrativas episódios históricos da Guerra dos Farrapos. As três são da autoria de Letícia Wierzchowski, e fazem parte de uma mesma saga: *A casa das sete mulheres*, *Um farol no pampa*, e *Travessia*, publicados respectivamente em 2002, 2014, e 2017.

A primeira delas tem como enfoque o movimento revolucionário em si – e por isso fará parte do *corpora* de obras analisadas neste estudo, sendo apresentada em detalhes no próximo item do capítulo – enquanto a segunda abrange uma escala de tempo maior, apesar de referir-se à Revolução Farroupilha em diferentes momentos, sobretudo em recordações da personagem Manuela, uma das narradoras da obra, conforme nos informa Kelly Renata Santos Martins, no artigo “A história (re)contada em *Um farol no Pampa*, de Letícia Wierzchowski.”

A narrativa de *Um farol no pampa* comprehende, de forma não-linear e fragmentada, os anos de 1847 a 1930, um período bastante longo, marcado por vários acontecimentos importantes na vida pública e política do Brasil.

O romance inicia com o filho de Matias⁶ ‘assumindo’ a herança do pai e, consequentemente, conhecendo o passado pelas cartas que lê. Além disso, com a possibilidade do surgimento de uma nova guerra⁷, Manuela, único personagem narrador, relata acontecimentos passados durante a Revolução Farroupilha. (MARTINS, 2008, p. 130-131).

Ainda que não se trate de uma ficção histórica sobre a Revolução Farroupilha propriamente dita, encontramos, em *Um farol no pampa*, não apenas memórias do movimento, mas também um curioso movimento metaficcional em que a autora apresenta uma narrativa de idealização do movimento farrapo já nas primeiras décadas posteriores a sua ocorrência, ao mesmo tempo em que faz uma crítica à Guerra do Paraguai, caracterizando-a como desprovida de motivações e ideais

⁶ Uma das personagens presentes em *A casa das sete mulheres*.

⁷ Trata-se da Guerra do Paraguai, episódio histórico central da narrativa de *Um farol no pampa*.

legítimos, conforme nos informa Martins, tratando do alistamento da personagem Matias.

Movido por um sentimento de obrigação e sem ter razões específicas, nem ao menos interesse pelos motivos que levaram a guerra acontecer, como as questões territoriais, Matias vai para a guerra. Parece que ele é motivado por histórias ouvidas na infância. Ele cresceu ouvindo as pessoas glorificarem a Revolução Farroupilha. [...] Porém, na Revolução Farroupilha, havia um ideal de liberdade que motivava os soldados e os negros escravizados. (MARTINS, 2008, p. 133).

A terceira das obras publicadas na primeira metade do século XXI – *Travessia* – também não trata específica ou exclusivamente da Revolução Farroupilha propriamente dita, mas concentra-se em duas de suas personagens mais emblemáticas e importantes: Giuseppe e Anita Garibaldi.

Com publicação bastante recente – datada de 2017 –, *Travessia* trata não apenas das lutas do casal durante a Guerra dos Farrapos, mas também ao longo do cerco de Rosas em Montevidéu, e nas batalhas pela unificação da Itália, já no continente europeu, na terra natal de Giuseppe Garibaldi, conforme aparece descrito na orelha da obra.

Um herói festejado no mundo inteiro. Uma mulher muito à frente do seu tempo.

Giuseppe e Anita Garibaldi viveram e lutaram em três países diferentes: no sul do Brasil, à época da Revolução Farroupilha, em Montevidéu, no cerco de Rosas, e na unificação da Itália.

Apixonados um pelo outro, Giuseppe e Anita foram verdadeiros amantes da liberdade. (WIERZCHOWSKI, 2017).

Como pudemos observar até aqui, existe uma quantidade significativa de obras que tratam da Revolução Farroupilha de forma direta ou que trazem para a sua narrativa episódios e personagens históricos da referida revolução. E acreditamos que a importância e o impacto desse evento histórico para a identidade gaúcha como um todo é um fator determinante para essa presença tão marcante e recorrente da Guerra dos Farrapos na literatura brasileira, sobretudo naquela produzida no Rio Grande do Sul.

Um segundo fator determinante para a recorrência da Guerra dos Farrapos na produção ficcional brasileira está nas quase ilimitadas possibilidades de abordagens

do evento pela literatura, indo desde os textos legitimadores do discurso histórico oficial aos questionadores desse mesmo discurso, conforme nos diz Marilene Weinhardt, em sua obra *Ficção histórica e regionalismo. Estudo sobre romances do Sul:*

A sugestividade da Guerra dos Farrapos parece inesgotável. Vários de seus aspectos apresentam possibilidades de exploração de ângulos extremamente rentáveis para o trato literário, pelo que oferecem de abertura ao imaginário. A luta convulsionou por dez anos larga extensão territorial, incluindo núcleos populacionais que variam de cidades de portes diferentes a pequenas estâncias, tudo permeado pela diversificada geografia do extremo Sul (campanha, serras, rios, sangas e lagoas), além da recortada costa catarinense; os habitantes da vasta região tem padrões matizados, pois são remanescentes dos índios missioneiros ou pagãos, imigrantes alemães ou italianos e filhos, negros, descendentes de povoadores portugueses, paulistas ou açorianos e castelhanos fronteiriços, além de todas as combinações possíveis entre todos estes tipos: a escala social envolvida vai dos ricos estancieiros aos escravos, passando pelos comerciantes, pelos profissionais liberais, pelos militares de carreira ou de milícias, pelos colonos e peões; os objetivos flutuam do puro protesto às medidas econômicas do Império aos ideais de separatismo, nos moldes da América Espanhola; a contraditória e complexa tutela do governo central sobre os dirigentes provinciais; enfim, por último mas não menos sugestivas ficcionalmente, a riqueza e a trajetória dos líderes, que permitem tanto o acompanhamento da construção do mito como a opção pelo desmascaramento do herói lendário, seja mantendo o mesmo maniqueísmo e apresentando-o como vilão, seja explorando sua dimensão humana. (WEINHARDT, 2004, p. 89-90).

Diante de tantas possibilidades e elementos envolvidos, além da grande quantidade de publicações, é impossível analisar de forma aprofundada como são reconstruídos literariamente todos os episódios históricos selecionados em cada uma das obras elencadas, e para que essa pesquisa se tornasse viável, escolhemos quatro romances para realizar esse aprofundamento.

Antes, porém, de nos dedicarmos ao seu estudo, faremos uma breve apresentação dos romances escolhidos, a fim de contextualizar suas publicações e apresentar algumas de suas características principais.

4.1.1 Apresentação das obras selecionadas

Ao longo dos anos foi publicada uma grande quantidade de obras que trazem a Revolução Farroupilha como parte de sua narrativa, com diferentes graus de

aprofundamento, e isso acaba tornando impossível – no espaço de uma pesquisa – uma análise aprofundada e detalhada de todas elas, o que fez com que tivéssemos que fazer alguns recortes, a fim de tornar este estudo viável.

Assim sendo, selecionamos quatro obras cujas publicações datam de diferentes momentos históricos, que nos separam da ocorrência da Guerra dos Farrapos. Foram escolhidas uma obra da segunda metade do século XIX, uma obra da primeira metade do século XX, uma obra da segunda metade do século XX e uma obra da primeira metade do século XXI. Antes de nos debruçarmos sobre análises propriamente ditas, apresentaremos as obras selecionadas, e as razões que nos levaram a escolhê-las.

4.1.1.1 *O gaúcho*, de José de Alencar

O primeiro romance que selecionamos para nossa pesquisa é *O gaúcho*, da autoria de José de Alencar, com a publicação original datando de 1870, cujas características principais podem ser muito bem sintetizadas com as palavras de Eduardo Silveira Cabral de Melo, na dissertação de mestrado intitulada “A figura histórica e ficcional do gaúcho: *O gaúcho*, de José de Alencar e *A perseguição e cerco a Juvencio Gutierrez*, de Tabajara Ruas”.

O gaúcho é uma obra que apresenta, através da personagem Manuel Canho, o tipo humano da região da Campanha rio-grandense e seu meio ambiente, o pampa. A trama compreende uma série de episódios na vida de Manuel Canho, descritos em ordem cronológica, com algumas interrupções pontuais para contar episódios do passado do protagonista. O tempo em que se desenvolve a trama compreende o período entre os anos que antecedem a Revolução Farroupilha (1835-1845), até quase o final da Revolução. Há o alargamento de certos episódios, intercalados com saltos de meses e anos adiante, a critério do narrador.

O espaço é a Campanha, onde Manuel percorre os caminhos do pampa cumprindo as ordens de Bento Gonçalves, ou resolvendo questões pessoais. Também transita nas regiões de Porto Alegre e Camaquã, junto com a personagem de Bento Gonçalves. Em Piratini, o espaço começa a ganhar um ar de cidade, de um urbano que suga as forças do gaúcho: estacionando em Piratini, ele se apaixona por Catita, muda seus hábitos, diminui sob o olhar da mulher. E no pampa, na Campanha, *habitat* natural do homem romântico irmanado à natureza, recupera as forças. (MELO, 2008, p. 79-80; grifos do autor).

Como podemos inferir a partir da citação, a Revolução Farroupilha não é o tema principal do enredo de *O gaúcho*, mas aparece como um pano de fundo importante, que acaba interferindo nas ações da personagem protagonista, apresentada nas primeiras páginas do livro como afilhado de Bento Gonçalves.

O tema principal da obra de Alencar é, na verdade, a relação do gaúcho com seu ambiente – a campanha – e com os cavalos, que são considerados pelos habitantes do pampa como seus melhores e mais importantes amigos. Em sua obra, Alencar exagera essa relação entre o gaúcho e seu cavalo, fazendo com que Canho os valorize acima de qualquer outra coisa.

Canho considera que o cavalo é o melhor amigo de um homem e que é muito difícil encontrar outro igual, enquanto dinheiro e mulher em qualquer lugar se encontra. Tal é a integração do gaúcho com os elementos da natureza na idealização de Alencar, que a mulher é representada como menos importante que o cavalo, para o gaúcho. (MELO, 2008, p. 79).

A narrativa de *O gaúcho* é dividida em quatro partes, respectivamente chamadas por Alencar de “Peão”, “Juca”, “Morena” e “Hupa!”, sendo que a primeira delas narra a busca de Canho pelo assassino de seu pai, morto anos antes ao abrigar uma pessoa em sua casa. Nessa busca – para a qual a personagem pede, e obtém, a benção do padrinho –, o gaúcho conquista a égua Morena em uma aposta, e resgata-lhe o filhote, Juca, que ao lado do cavalo do falecido pai, Morzelo, passam a compor o grupo de animais que é, ao mesmo tempo, o círculo mais íntimo de amizades de Canho.

Uma vez alcançada a residência do assassino – chamado Barreda –, Canho encontra-o doente e, ao invés de tomar-lhe a vida, decide ajudar sua esposa a cuidar dele para que restabeleça a saúde, o que encerra a primeira parte da narrativa.

A segunda parte do romance revela os detalhes da morte do seu pai, e apresenta uma explicação do motivo de Canho ser mais próximo dos animais do que das pessoas, inclusive das de sua família, a mãe e a irmã. Ao abrigar um estranho anos antes, seu pai fora assassinado, atingido pelas costas por Barreda. Alguns meses depois, esse mesmo estranho casa-se com sua mãe, o que o protagonista considera uma traição à memória de seu pai, passando a dedicar-se exclusivamente aos cavalos, que considera mais fiéis do que as pessoas. Essa fidelidade se

comprovaria, ao olhar de Canho, pelo fato de o cavalo do pai, Morzelo, ter derrubado e matado o novo marido da mãe do gaúcho quando este tentou montá-lo à força.

A segunda parte da obra se encerra com o sucesso do protagonista em seu intento de vingar a morte do pai, voltando à casa de Barreda quando sua saúde já estava completamente restabelecida e o desafiando para um duelo. Também é no final dessa segunda parte que aparece pela primeira vez a personagem Catita, que assumirá importância na narrativa, e são trazidas as primeiras referências ao processo histórico que culminara na revolução.

O gaúcho mata Barreda, o assassino de seu pai. Canho escapa da morte graças à atenta intervenção da égua Morena, que o alerta instantes antes de ser alvejado pelas costas. Na volta da viagem da vingança cumprida, Manuel encontra Bento Gonçalves no caminho, que o felicita por estar vivo e ter honrado o pai. [...] Parando na cidade, Canho conhece Catita, então somente uma menina entrando na adolescência. [...] No final da segunda parte, há um salto de dois anos na narração, para o ano de 1834. Sabedor que Bento Gonçalves fora demitido do posto de Coronel pelo Império, Manuel trata de se reunir ao padrinho para servi-lo no que puder. (MELO, 2008, p. 81).

Essa demissão de Bento Gonçalves, mencionada por Melo e incluída na narrativa por Alencar refere-se a uma acusação sofrida pelo coronel de estar em entendimentos secretos com o militar uruguai Juan Antonio Lavalleja para promover a separação do Rio Grande do Sul do resto do Império.

Bento Gonçalves foi convocado a prestar esclarecimentos na Corte, no Rio de Janeiro, onde acabou absolvido, retornando a sua província natal com grandes comemorações. Mesmo assim, os conservadores conseguiram que o coronel fosse destituído do posto de comando militar da província do Rio Grande.

A terceira parte da narrativa de *O gaúcho* é onde são apresentados – como pano de fundo – diversos eventos da Revolução Farroupilha, com a participação direta ou indireta do protagonista, sempre ao lado de Bento Gonçalves, ou cumprindo ordens dele. Também é nessa parte da narrativa que Canho se aproxima de Catita, em grande parte devido ao fato de a moça demonstrar – assim como o próprio protagonista – grande afinidade com os cavalos.

Na terceira parte temos a contextualização da Revolução Farroupilha no ambiente da trama, o envolvimento de Canho com a guerra e com Catita, já então uma moça. Ocorre uma série sucessiva de pequenos episódios: [...] o pai de Catita, Lucas, escapa de ser preso no sete de

setembro de 1835, em Porto Alegre, salvo por Bento Gonçalves e Canho. [...] Obedecendo à ordem de Bento Gonçalves, Canho vai até o coronel Neto, que por sua vez lhe ordena espreitar as forças imperiais para averiguar seu número de homens. No cumprimento do dever, o cavalo que era do pai de canho, o Morzelo, é ferido mortalmente por dois peões. [...] Os legalistas [...] atacam Canho, que consegue fugir mas tem mais um cavalo ferido, a Morena, e um desaparecido, o Juca, filho da égua. Desesperado, o gaúcho tenta retirar a bala que feriu a anca do animal, sem obter sucesso. [...] Aparecem Lucas e um uruguaio, Verдум, querendo atacar com trinta e sete homens as forças legalistas. [...] Catita aparece no mesmo momento, trazendo a bala extraída do ferimento da égua. Canho [...] sai com os homens para o embate em que quase todos morrem, menos Canho e Lucas. [...] Poucos dias depois desses acontecimentos, Canho está observando as tropas inimigas sob as ordens de Bento, quando de repente surge Catita, montando a Morena. O encontro é cheio de emoção e significação, os dois se beijam e logo são perseguidos por homens das tropas legalistas. (MELO, 2008, p. 81-82).

A quarta e última parte da obra afasta-se do contexto histórico da Revolução Farroupilha, concentrando-se em descrever episódios da vida de Catita e de Canho, sendo que o único momento em que o referente histórico é apresentado está em um pedido de Bento Gonçalves para que o protagonista viaje até Buenos Aires, a fim de levar correspondências ao ditador argentino Juan Manuel de Rosas.

Nessa quarta e última parte da obra, um chileno de nome Romero seduz Catita durante a ausência de Canho, e a droga, deflorando-a, e causando uma grande consternação tanto em sua família, quanto no próprio Canho, quando este retorna à Piratini. Pautado em valores como a honra, o protagonista primeiro obriga o chileno a casar-se com Catita, e pouco depois o mata em um duelo. A obra se encerra com Manuel Canho indo embora pelos pampas, montado na Morena, com Catita cavalgando em sua garupa.

Ainda que a Revolução Farroupilha não esteja no centro dessa obra, optamos por trazê-la para este estudo em detrimento de outras que tratam do movimento revolucionário mais diretamente por dois motivos principais, sendo que o primeiro deles é a qualidade estética da obra.

O gaúcho, ao contrário do que afirmou Apolinário Porto Alegre, é uma obra que possui grande qualidade literária, tanto em termos de construção da linguagem, como em termos de conteúdo narrativo, que transmite fortemente ao leitor – ainda que de forma um tanto arquetípica, como se poderia esperar de uma obra cujo protagonista configura essencialmente um “tipo” social, conforme as proposições que Lukács faria

mais tarde, e que já apresentamos nos capítulos anteriores – tanto a ambientação do pampa rio-grandense, como as características e valores da própria figura do gaúcho.

É justamente essa construção arquetípica – representativa dos valores tanto do gaúcho, como das lideranças farrapas em sua revolução – que configura o segundo motivo pelo qual escolhemos trabalhar com essa obra de Alencar, por entendermos, assim como também o faz Melo, que mesmo que a Guerra dos Farrapos não esteja o tempo todo no centro da narrativa, seus valores estão sempre representados na figura de Canho, que, ao lado da representação literária de Bento Gonçalves, vai pintar um retrato completo e elogioso do homem rio-grandense, que teria desafiado o Império por um ideal.

Bento Gonçalves e Manuel Canho representam faces diferentes de uma mesma figura, o gaúcho. [...] Manuel Canho e Bento Gonçalves, o novo e o velho, o peão e o estancieiro, afilhado e padrinho, configuraram juntos uma figura de gaúcho calcada em coragem, honra, valentia, força. (MELO, 2008, p. 83-84).

Tendo apresentado – em linhas gerais, e de forma resumida – as principais características da obra *O gaúcho*, de José de Alencar, escolhida por nós como publicação da primeira metade do século XIX a ser estudada de forma mais aprofundada nos capítulos seguintes, podemos passar para a apresentação da obra cuja publicação data da primeira metade do século XX.

4.1.1.2 *Os amores de Canabarro*, de Othelo Rosa

Os amores de Canabarro, ao contrário do que acontece com a obra anterior, traz a Revolução Farroupilha para o centro da narrativa e apresenta como protagonista uma das suas mais importantes figuras históricas, o General David Canabarro.

Centrada nos últimos anos da guerra – entre 1843 e 1845 –, a obra de Othelo Rosa apresenta os principais eventos do final do conflito, tais como o acampamento de Canabarro e seus homens às margens do rio Sarandi, sua nomeação como comandante-em-chefe da República Rio-Grandense; o duelo entre Bento Gonçalves e Onofre Pires; o ataque surpresa sofrido pelos homens de Canabarro no Cerro dos Porongos; o processo de negociação da paz com o Barão de Caxias, nomeado pelo

Imperador Dom Pedro II para acabar com o conflito que durava já quase 10 anos; e a assinatura do Tratado de Ponche Verde, que selaria a paz após tantos anos de combate.

Paralelamente aos eventos históricos, o autor nos apresenta diversas cenas e episódios do cotidiano das tropas durante a Revolução, além de dedicar atenção especial ao episódio – inspirado por um evento real – do caso do general farrapo com Maria Francisca Duarte Ferreira, esposa de um boticário, que muitas vezes atuava como médico e que acompanhava as tropas de Canabarro.

Os amores de Canabarro pode ser considerado um romance linear – com inserções de fluxos de memória para explicar algum evento passado antes da data em que a narrativa se inicia – e é dividido em 18 capítulos relativamente curtos, quase sempre antecedidos por epígrafes tiradas de cartas, diários, jornais e outros documentos históricos e historiográficos relacionados aos eventos revolucionários, como este, que aparece diante do segundo capítulo, no qual é contado o passado do general farroupilha.

Era David Canabarro de robusta construcção, grosso de corpo, de avantajada estatura, de feições carregadas, ‘rude na apparencia, mas excellente de coração’, segundo a expressão de José Garibaldi. (Alfredo Ferreira Rodrigues, “David Canabarro”). (ROSA, 1933, p. 19; grifos do autor).

Os primeiros capítulos da obra – “Nas margens do Sarandi”, “O general-em-chefe”, “O Dr. Gaiola e a mulher”, e “O mate do general” – são dedicados à contextualização da obra e das personagens. Apresentam tanto os acontecimentos fundamentais da Guerra dos Farrapos, com o cuidado de informar ao leitor em que pé estava a revolução no momento em que se inicia a narrativa, quanto os dois personagens principais da obra, o próprio General David Canabarro – no segundo capítulo – e Maria Francisca Duarte Ferreira – no terceiro, no qual também é descrito como os dois tornaram-se amantes, e o motivo de a mulher receber dos homens de Canabarro a alcunha de Papagaia, em decorrência das traições dela ao marido João Duarte.

João Duarte levava na mão uma gaiola e, dentro della, um petulante papagaio, repetindo chufas, que lhe haviam ensinado, contra os imperialistas. Ao passar em frente ao grupo de officiaes, que o fitavam com ar chocareiro, Manduca Polvadeira teve um gesto de repulsa e

desdém e disse aos outros, em voz bem alta, insultante, brutal, indicando o cirurgião e a gaiola.

- Tenho visto gaiola feita de muita madeira differente. Inté de osso, já vi. Mas gaiola feita de chifre, aquella é a primeira que eu vejo! [...] O chiste de Manduca Polvadeira correu logo, de bocca em bocca, o acampamento todo. E desde esse dia, para os farrapos, João Duarte nunca mais deixou de ser o “Dr. Gaiola”, e Maria Francisca, sua mulher, nunca mais deixou de ser “A papagaia”. (ROSA, 1933, p. 42-43).

Os três capítulos que se seguem a esses primeiros – “A vigília do herói”, “Golias e David”, e “O resgate” – são dedicados a um dos mais dramáticos eventos da Revolução Farroupilha: o duelo entre os generais Onofre Pires e Bento Gonçalves, depois de o primeiro espalhar ofensas à honra do segundo.

Temível luctador, Bento Gonçalves. Manejava todas as armas a preceito. Era admiravelmente destro e agil. E uma calma inalterável permitia-lhe jogar com todas as circunstâncias favoráveis, no decurso da pugna. Defendia-se com arte e segurança; e a rapidez e o imprevisto dos seus ataques desorientavam o adversário.

Não se batia bem, nesse dia, o valente Onofre Pires. Incertos, os seus golpes. A sua figura agigantada, pesadamente se movia. E o seu rosto contraia-se, numa expressão dolorosa de dúvida... Oppondo precaria defesa ao ataque habil do inimigo, aquelle bravo entrou a recuar. [...] Golias arremessou-se sobre David, desferindo-lhe golpe terrível: este, furtando-se agilmente, cravou-lhe fundo a espada no antebraço.

Vencido, o gigante deixou pender a arma. Sereno e triste, Bento Gonçalves chegou-se ao amigo de outr'ora e examinou-lhe o ferimento, d'onde o sangue jorrava em abundância. (ROSA, 1933, p. 63-64).

Ao longo dos capítulos seguintes – “Farrapos”, “O calcnar de Aquiles”, “A suprema razão”, “No Cerro dos Porongos”, “A surpresa”, e “Não convém mulheres...” –, é descrita com maiores detalhes a relação do General com a Papagaia, e de que forma, de acordo com a narrativa do livro, essa relação acabou por tornar o comandante farroupilha menos atento aos movimentos das tropas imperiais, que, lideradas pelo famoso comandante Francisco Pedro Buarque de Abreu (também chamado de Chico Pedro, e de Moringue, em referência ao tamanho desproporcional que diziam ter sua cabeça) armassem uma emboscada contra as tropas de Canabarro no Cerro dos Porongos, infligindo pesadíssimas perdas às tropas farrapas.

A partir dessa derrota – indiretamente atribuída à Maria Francisca –, Canabarro começa a questionar seu papel como comandante, e visando recuperar sua glória e honra, decide por encerrar o romance com a Papagaia, de forma fria, com uma visita

rápida a sua tenda, e uma ordem ao seu marido de que não convinha mulheres no acampamento e que, portanto, sua esposa deveria ser deixada na próxima cidade pela qual passassem.

Os últimos capítulos da obra – “Morte de herói”, “A despedida”, “Gaúcho na Corte”, e “Ponche Verde” – são dedicados ao processo de negociação de paz entre Canabarro e os demais generais farroupilhas e o Barão de Caxias, culminando com a assinatura do Tratado de Paz em Ponche Verde. Sobre esses episódios nos dedicaremos mais detida e aprofundadamente nos próximos capítulos.

Essa combinação de elementos na construção narrativa – de eventos históricos com cenas do cotidiano – será responsável, segundo as palavras de Paulo Sérgio Rosa Guedes, na orelha da edição de 2006 de *Os amores de Canabarro*, por tornar essa obra atemporal, ainda que histórica.

Chama a atenção, antes de tudo, o artesanato e a sensibilidade que levaram Othelo Rosa a descrever minuciosamente os últimos anos da Revolução Farroupilha (1835-45), construindo, assim, documento de inegável valor histórico, trespassados pela revelação nítida e consistente da figura humana apaixonada e íntegra de seu ‘conterrâneo’ (Othelo era ‘quase’ taquariense) David Canabarro. Juntou, assim, o autor, à rigorosa pesquisa histórica sobre parte da denominada Epopéia Farroupilha, os elementos essenciais da vida humana, suas paixões, inconsciências e vicissitudes.

Os amores de Canabarro torna-se, então, um livro, de certa forma, atemporal: pode ser lido e principalmente, é claro, como uma bem-feita exposição de acontecimentos vividos na primeira metade do século XIX, como também mais uma delicada descrição da história da vida humana nos moldes já conhecidos das clássicas tragédias da Grécia antiga. (GUEDES, 2006).

Nós, assim como Guedes, acreditamos que essa sensibilidade e cuidado de Othelo Rosa em trazer tanto eventos históricos como aspectos do cotidiano e de forma natural em sua obra torna *Os amores de Canabarro* um livro de elevada qualidade estética, que já apresentava – ainda em 1933 – elementos narrativos como a “humanização” de figuras históricas, e a apresentação do passado despojado do manto de glória que os historiadores – e muitos literatos – tendiam a colocar-lhe nos ombros.

Todos esses elementos trazidos por Rosa se consolidariam apenas décadas mais tarde, com a metafiction historiográfica, e esse é o motivo da escolha de *Os amores de Canabarro* para compor o *corpora* de nossa pesquisa: a combinação de

qualidade estética e construção narrativa que, mesmo baseada em documentos históricos, é inovadora para a época em que foi originalmente publicada.

Podemos agora partir para a apresentação da terceira obra que comporá o nosso *corpora* de análise das representações literárias da revolução farroupilha, e que corresponde à segunda metade do século XX: *Os varões assinalados*, de Tabajara Ruas.

4.1.1.3 Os varões assinalados, de Tabajara Ruas

Publicado originalmente no ano de 1985, *Os varões assinalados* está inserido no contexto das comemorações do sesquicentenário da Guerra dos Farrapos, celebrado no ano da publicação da obra, ainda que originalmente não tivesse sido a intenção do autor, conforme informou em entrevista concedida ao autor desta tese.

Na verdade, quando eu pensei em escrever o romance sobre a Guerra dos Farrapos [...] eu não tinha essa visão da data festiva. Eu fiquei fascinado foi com a história mesmo. [...] Depois [...] agora eu me lembro, quando eu comecei a escrever, aí ofereci para a Zero Hora porque tinha uma relação com a data. [...] Teve essa relação aí. (RUAS, 2022).

Em sua obra, *Ficção histórica e regionalismo*, Marilene Weinhardt estuda diversos elementos que compõem a obra de Ruas, começando com uma definição teórica de algumas das mais fundamentais características do texto:

Em *Os Varões Assinalados*: o Romance da Guerra dos Farrapos, publicado em 1985, Tabajara Ruas leva ao limite a proposta de escrever um romance documental. O texto não dá margem a dúvidas quanto à sua inclusão na etiqueta *romance histórico*. [...] seja quanto à abordagem da história, seja quanto à criação ficcional, o romance é orientado por concepções anacrônicas, oscilando entre românticas e positivistas: saga de heróis, farta documentação, narrador onisciente, texto longo. Contudo, Tabajara Ruas consegue conjugar esses fatores de modo a alcançar surpreendente efeito estético. A base documental não é organizada apenas para dar conta dos fatos, mas trabalhada e articulada para dar vigor às personagens. [...] não o vigor épico da epopeia camoniana, e sim a complexidade do herói da modernidade. (WEINHARDT, 2004, p. 92; grifos da autora).

Essa característica apontada por Weinhardt de que a “complexidade do herói da modernidade” é colocada em destaque na construção das personagens de *Os*

varões assinalados pode ser observada em diferentes momentos da obra de Ruas, como, por exemplo, nas críticas que o autor tece sobre Davi Canabarro – sobretudo no que concerne as suas atitudes no episódio da invasão de Laguna e do estabelecimento da República Juliana, acerca do qual nos deteremos de forma mais profunda no sétimo capítulo da tese –, bem como nas descrições feitas a respeito das preocupações de Bento Gonçalves com o andamento da guerra, e nas maneiras pelas quais a mesma o afeta, como é possível observar no exemplo a seguir, quando, cansado e com o peso dos anos de conflito sobre seus ombros, reflete sobre o próprio passado e o presente em que se encontra.

Bento Gonçalves senta na enxerga. Doem as costas. Doem os músculos do pescoço. A língua está grossa, saburrosa, e a boca seca. Escuta os ruídos do acampamento. Um cão late. Uma vaca muge. Há vidas lá fora, além dessa fronteira de pano grosso. Pode pensar essa vida lá fora, criar premonições, projetar seus passos e adequar-lhes um sentido. Mas não pode voltar atrás a não ser para vasculhar, meter-se nessa névoa e procurar decifrar o sentido das coisas que o assombram. Para trás há uma fronteira que não ultrapassa saindo da tenda de Iona. Essa fronteira é marcada por um abismo sem fim. O acesso é uma ponte frágil de madeira carcomida. O guardião da ponte é um menino de calça curta e pés descalços, um menino de rosto oval, doces olhos negros, cabelo até os ombros e uma espada de madeira na mão empunhada com orgulho. Entre o menino e o homem que envelhece na enxerga há um território onde sua mente passeia, vê fatos, relembra situações, pondera acontecimentos e perdoa. Mas, além do menino, ultrapassando a ponte e passando o escuro abismo sem fim está o território proibido onde só poderá alcançar matando o guardião. Bento Gonçalves fecha os olhos e pensa em cavalos. Não é capaz de matar o guardião daquela última fronteira. Pensa em cavalos e busca cochilar, busca a benção da modorra e um modo de estar em paz com os sinos e essa ponte e esse guardião. Mas, o cão late. A vaca muge. Bento Gonçalves senta na enxerga. As mãos rugosas, os dedos trêmulos buscam os pés magros e os massageiam. Tateia em busca das meias. Está frio. Mais um inverno. [...] Bento Gonçalves calça as botas com um gemido. (RUAS, 1985, p. 342-343).

Em termos de estrutura propriamente dita, *Os varões assinalados* é dividido, em sua primeira edição, em 41 capítulos, subdivididos em itens numerados, mas sem títulos de qualquer espécie – nem nos capítulos nem nos itens que os compõem. Em algumas das edições seguintes, porém, o texto passou por profundas e significativas mudanças estruturais, chegando a ser publicado em três volumes – intitulados “O país dos centauros”, “A república de Anita”, “A carga dos lanceiros”, – e alcançando sua edição definitiva pela Editora Record, conforme as palavras do próprio autor.

Foi uma iniciativa minha [a divisão do livro em três partes]. Eu estava tentando achar um formato para o livro [...] e a ideia foi dividir o livro em partes. [...] A última edição do livro que eu trabalhei, e a que dou por concluída é a edição da Record [...] que é uma bela edição, e ali o livro está dividido em três partes, que foram publicadas em três livrinhos separados, pela L&PM. (RUAS, 2022).

As três partes que compõem a edição mencionada por Ruas recebem o mesmo título que os volumes da publicação separada, e cada uma delas é subdividida em capítulos cuja numeração se reinicia em cada parte. Cada um desses capítulos também recebe um título, diretamente relacionado a determinados eventos da Guerra dos Farrapos.

Assim sendo, na primeira parte – “O país dos centauros” – temos “Pedras Brancas”, “Porto Alegre”, “A República” e “Os dois Bentos”. Na segunda parte – “A república de Anita” – temos “As fortalezas de pedra”, “A Irmandade da Costa”, e “Aparados da Serra”. Na terceira e última parte – “A carga dos lanceiros” –, “Marcha na tempestade”, “Duelo de farrapos”, e “Ponche Verde”.

No que diz respeito ao foco narrativo de *Os varões assinalados*, é possível afirmar que não existe um ponto de vista único sob o qual a obra é focalizada, ainda que o texto em si indique certa simpatia do autor pelo movimento farrapo. O que observamos é que, dependendo do episódio histórico narrado, Ruas escolhe uma determinada personagem – ou grupo de personagens – para apresentar a narrativa sob seu ponto de vista, ainda que o narrador esteja em terceira pessoa na quase integralidade da obra.

Essa escolha de Ruas permite que tenhamos ao mesmo tempo os pontos de vista dos líderes Farrapos – como Bento Gonçalves, Antônio Neto e Davi Canabarro, por exemplo –, de alguns líderes imperiais, como o próprio Barão de Caxias, e até mesmo dos líderes máximos do Império, como o Regente Pe. Diogo Feijó, como ocorre em um dos primeiros capítulos da obra.

Ao direcionar o foco narrativo para diferentes personagens, o autor imprime um tom épico em sua narrativa, mostrando os grandes feitos de determinadas figuras históricas, conforme o próprio Ruas afirma ao justificar a escolha do título da obra –

Os varões assinalados –, que faz referência aos primeiros versos de *Os Lusíadas*⁸, de Luís de Camões.

Tem a ressonância épica. Varões e assinalados. Marcados para alguma coisa grande que iriam fazer. O épico é a história dos grandes feitos dos grandes homens, então, eu mais ou menos tentei conectar o título com a narrativa. (RUAS, 2022).

Ainda que o foco narrativo seja direcionado, na maior parte das vezes, para as figuras históricas mais emblemáticas do movimento farroupilha, o autor se preocupa em mostrar que tais personagens não realizavam sozinhas seus grandes feitos, sendo responsáveis tanto por inspirar as pessoas que as seguiam, como também serem inspiradas por elas, pelas pessoas comuns, em um movimento que muitas vezes aproxima tais figuras históricas – na obra de Ruas – das formulações de Lukács acerca das maneiras pelas quais tais personagens deveriam ser representadas literariamente em romances históricos.

Um exemplo disso pode ser encontrado no episódio do ataque ao Cerro dos Porongos, no final do processo revolucionário, quando as negociações de Paz já estavam começando a ser acertadas, inclusive com um representante farroupilha já a caminho do Rio de Janeiro, a fim de discutir com o Imperador e seus ministros o término do conflito. Tal ataque é considerado até hoje por muitas pessoas – inclusive alguns historiadores – como um ato de traição do General Canabarro, por ter deixado o acampamento sem a necessária vigilância, permitindo que fosse atacado de surpresa pelas tropas imperiais lideradas pelo Coronel Francisco Pedro.

Dentre as principais figuras, vítimas e heróis, desse combate está a Brigada Ligeira de Lanceiros, também conhecida como Brigada Ligeira de Neto, em referência ao líder farrapo responsável pela sua organização inicial, e a Brigada dos Lanceiros Negros, em referência ao fato de ser constituída quase que integralmente por negros ex-escravos, liderados pelo Coronel Teixeira Nunes – por se colocarem na linha de

⁸ As armas e os barões assinalados,
Que da ocidental praia Lusitana,
Por mares nunca dantes navegados,
Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos e guerras esforçados
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram
Novo Reino, que tanto sublimaram. (CAMÕES, 1979, p. 29).

frente de combate, com muitos perdendo suas vidas para que a retirada das tropas de Canabarro pudesse ser melhor organizada.

Assim Ruas nos descreve uma das ações dos Lanceiros durante a batalha do Cerro dos Porongos, ao serem cercados pelas tropas imperiais.

O Coronel Teixeira Nunes assumiu o comando. Os lanceiros foram os únicos que não fugiram. [...] Teixeira chamou-os para o combate. E a luta foi a pé, de arma branca, no escuro. [...] A intervenção dos lanceiros obrigou os imperiais a recuarem ante a surpresa da arremetida e suster a matança. Dessa maneira foi possível aos que estavam cercados escaparem para o mato. Entretanto, os imperiais, passados os efeitos da surpresa, reorganizaram-se e voltaram à carga. O corpo de Lanceiros negros – ou Brigada Ligeira de Neto, como alguns preferiam – ficou cercado. Eram trezentos lanceiros confinados num círculo de ferro de mais de dois mil homens armados.

- Vamos abrir caminho – gritou Teixeira. – Vamos sair daqui de qualquer maneira. [...]

Ao mesmo tempo começaram a entoar um canto fúnebre, pesado, rouco, um canto áspero e sem palavras: negro. E logo, num movimento curto, principiaram a bater com as lanças no peito, produzindo um som assombroso [...]. Então os pés descalços começaram a bater no chão, acompanhando os golpes das lanças nos peitos; e assim foram avançando, compactos, cantando, batendo as lanças, batendo os pés, terríveis. Teixeira Nunes foi apanhado pela vertigem e de sua boca começou também a sair a canção negra, invocando os longínquos deuses [...] Sua espada começou a bater no peito, a bota a acompanhar a cadência da canção. Os imperiais arremeteram. Os lanceiros arremeteram. Na espiral sangrenta que se seguiu, engolfado em sombras e durezas pontiagudas, sentindo a asa do deus negro roçar seu ombro, as narinas dilatadas e os dentes triturando fantasmas, Teixeira abandonou-se ao festival: cintilava. Sua espada abria fendas miraculosas, seu braço varria pesos impossíveis. [...] De sua boca saía a canção africana, saíam as palavras mágicas, acudiam os deuses escuros. A muralha de corpos imperiais cedeu. A passagem foi aberta e por ela penetraram em torrentes os derradeiros soldados da república. (RUAS, 1985, p. 418-419).

No que tange à narrativa propriamente dita, o autor nos apresenta – conforme as palavras de Weinhardt – uma interessante ficcionalização dos principais episódios históricos da Revolução Farroupilha, descrevendo-os de forma linear, com algumas poucas passagens em que o recurso dos *flashbacks* é utilizado para oferecer ao leitor informações complementares sobre um determinado tema, e clara, escolhendo os eventos mais importantes do decênio revolucionário para dedicar maior atenção na escrita.

Por fim, o fato de Tabajara Ruas ser também cineasta, além de escritor, contribui para sua escrita com um elemento complementar que a torna ainda mais

rica: o uso de recursos de enquadramento de cena na descrição de eventos, personagens e paisagens, fazendo com que o leitor se sinta parte da ação do livro, e não apenas um espectador distante. Acerca disso nos fala Weinhardt:

Para descrever o encontro [entre as forças imperiais e as revolucionárias, no que viria a ser a famosa Batalha do Rio Pardo, com vitória dos farrapos], que ocupa um capítulo inteiro, o narrador mobiliza recursos buscados nos épicos clássicos do cinema, com predomínio do uso de câmera afastada, em panorâmica, para apreender a movimentação de cada ala em relação ao conjunto, eventualmente recorrendo ao *close*, quando a câmera se detém num chefe, ou num soldado em sua hora extrema. Para os efeitos visuais, a informação sobre o uso de palas que esvoaçavam e de arreios de prata que faiscam é indispensável. A somatória do jogo de tempos verbais, com uso do presente nas passagens de luta mais acesa, [...] aliados a uma seleção vocabular enxuta e precisa, faz com que o registro linguístico atinja a plasticidade cinematográfica. [...]

O admirador das artes visuais não se mostra só em momentos grandiosos. O olhar do narrador explora sempre os efeitos de luz da claridade da manhã ou do entardecer, da cerração, diluidora de formas, dos contornos dos vultos noturnos, da iluminação e da sombra no interior das barracas, particularmente sobre as faces. (WEINHARDT, 2004, p. 103-104).

Tendo apresentado algumas das mais fundamentais características de *Os varões assinalados*, podemos partir para o estudo da quarta e última obra sobre a qual nos debruçaremos no estudo, datada da primeira metade do século XXI – e inspirada pelo texto de Ruas –, *A casa das sete mulheres*.

4.1.1.4 A casa das sete mulheres, de Letícia Wierzchowski

A casa das sete mulheres, da autoria de Letícia Wierzchowski, foi publicada originalmente no ano de 2002 e certamente está entre os mais conhecidos romances acerca da Guerra dos Farrapos, em decorrência da sua adaptação para a minissérie de televisão da Rede Globo, que recebeu o mesmo nome do livro.

De todas as obras estudadas neste trabalho, *A casa das sete mulheres* é a que possui a abordagem mais diferenciada em sua narrativa, conjugando diferentes elementos e estruturas que se intercalam e complementam ao longo do texto, aproximando-se de forma contundente das formulações teóricas de Hutcheon acerca da metaficação historiográfica.

O primeiro elemento que nos salta aos olhos – logo nas primeiras páginas da obra, após uma epígrafe de Jorge Luís Borges – é o fato de que a sua narrativa vai centrar-se não nos grandes eventos e episódios da guerra, mas, sim, no cotidiano das mulheres da família de Bento Gonçalves, reunidas na Estância da Barra. Essa abordagem fica evidente no seguinte trecho, retirado das páginas iniciais da obra.

No dia 19 de setembro de 1835 eclode a Revolução Farroupilha no Continente de São Pedro do Rio Grande. Os revolucionários exigem a deposição imediata do presidente da província, Fernandes Braga, e uma nova política para o charque nacional, que vinha sendo taxado pelo governo, ao mesmo tempo em que era reduzida a tarifa de importação do produto.

O exército farroupilha, liderado por Bento Gonçalves da Silva, expulsa as tropas legalistas e entra na cidade de Porto Alegre no dia 21 de setembro.

A longa guerra começa no pampa.

Antes de partir à frente de seus exércitos, Bento Gonçalves manda reunir as mulheres da família numa estância à beira do Rio Camaquã, a Estância da Barra. Um lugar protegido, de difícil acesso. É lá que as sete parentas e os quatro filhos pequenos de Bento Gonçalves devem esperar o desfecho da Grande Revolução. (WIERZCHOWSKI, 2002, p. 9).

A questão da espera é um dos eixos centrais da narrativa da obra de Wierzchowski, uma vez que a espera de informações das linhas de frente do combate – principalmente no que diz respeito à situação de seus entes queridos – é uma constante durante todo o livro, e em função dessa espera é que se desenvolvem os demais episódios da obra, ou seja, os eventos cotidianos ocorridos ao longo da narrativa acabam por gravitar em torno dos episódios em que a espera é temporariamente suspensa em decorrência da chegada de alguma notícia por meio de cartas, mensageiros, ou mesmo da visita de algum membro querido da família.

Essa espera, associada por Manuela de Paula Ferreira – protagonista de *A casas das sete mulheres* – à gravidez, ao trabalho com o gado, ao sofrimento, e às guerras, tidas por ela como eventos cíclicos, seria considerada uma característica das mulheres rio-grandenses, e parte inerente ao seu papel social no século XIX. É interessante observar também que essa característica de estar sempre aguardando não é apresentada como algo negativo, mas, sim, como uma demonstração da força da personalidade da mulher. Podemos observar como a personagem apresenta essa questão a partir das seguintes palavras:

Sim, sempre os homens se vão, para as suas guerras, para as suas lides, para conquistar novas terras, para abrir os túmulos e enterrar os mortos. As mulheres é que ficam, é que aguardam. Nove meses, uma vida inteira. Arrastando os dias feito móveis velhos, as mulheres aguardam... Como um muro, é assim que a mulher do pampa espera pelo seu homem. Que nenhuma tempestade a derrube, que nenhum vento a vergue, o seu homem haverá de necessitar de uma sombra quando voltar para casa, se voltar para casa... (WIERZCHOWSKI, 2002, p. 72).

Antes de nos debruçar sobre *A casa das sete mulheres* em termos de estrutura e narrativa propriamente ditos, consideramos interessante trazer algumas informações acerca de uma das motivações de Wierzchowski para a escrita da obra – e do foco narrativo nela adotado – diretamente relacionada à obra *Os varões assinalados*, conforme a autora informou em entrevista concedida ao autor desta tese.

Meu ex-marido [...] leu o livro [Os varões assinalados] primeiro, e ele falou pra mim: ‘Letícia, dentro desse livro tem uma história que eu acho que tu vai gostar, mas eu não vou te falar nada. Lê.’ E aí [...] lá pelas tantas [...] ele fala que o Giuseppe Garibaldi chegou na casa das sete mulheres. [...] Ele passa por isso, não para; a história dele é outra, mas contar a história dessas mulheres na estância e a guerra acontecendo. Elas lá 10 anos esperando. [...] Como se na guerra as mulheres deixassem de existir, né, então eu resolvi contar a história do ponto de vista da espera. [...] Mas foi por causa da leitura do Tabajara Ruas, e como ele falava das sete mulheres da família do Bento, eu parti desse pressuposto. (WIERZCHOWSKI, 2021).

Em termos de estrutura, *A casa das sete mulheres* é dividida em 12 partes, sendo que a primeira funciona como uma espécie de introdução à obra, enquanto as demais estão intituladas de acordo com os anos da Revolução Farroupilha (de 1835 a 1845), e cada uma delas é subdividida em capítulos, estruturados em dois diferentes tipos de narrativas.

O primeiro desses dois tipos – que corresponde aos capítulos que não possuem nenhuma denominação – é em terceira pessoa, narrando os eventos e acontecimentos do cotidiano das personagens a partir de um olhar de observador externo. É verdade que em alguns momentos da obra o foco narrativo desses capítulos se desloca para o palco principal da Guerra dos Farrapos, porém, não é o que ocorre na maior parte do tempo.

É nesse primeiro tipo de narrativa que a autora nos informa dos principais acontecimentos da linha de frente do combate, utilizando um recurso que consideramos criativo, e que confere caráter metaficcional ao texto, uma vez que

somos informados desses acontecimentos da mesma forma e ao mesmo tempo que as personagens, por meio de cartas dos familiares das tais sete mulheres. Estas são integralmente apresentadas – e em tom pessoal, como não poderia deixar de ser – no corpo da narrativa, como ocorre, por exemplo, quando Bento Gonçalves escreve uma carta para sua esposa, Caetana, informando ao mesmo tempo a ela e ao leitor sobre suas condições de prisioneiro, após ter sido preso na Ilha do Fanfa.

Minha Caetana [...]

Estou vivo, Caetana, e esta é a boa notícia que tenho para te dar. Estou vivo e suportando estes dias porque sei que logo regressarei para os seus braços e para o meu chão. [...] Tive porém de entrar em Porto Alegre como prisioneiro, algemado, junto com o conde Zambeccari e com Onofre, tive de ficar preso no *Presiganga* por muitos dias, até que me foi dada a notícia de que seria trazido para cá, para a corte, tão longe de você, do meu chão, e tão perto do Regente. [...] E que hoje estou nesta masmorra, confinado numa cela solitária, exposto a suplícios que não hei de te narrar, pois não te quero pensar mais sofredora do que decerto está. [...]

Dê meus carinhos para as minhas irmãs e para as sobrinhas. E, por favor, vosmecê beije nossos filhos por mim.

Não desanime, Caetana. Estaremos juntos em breve, se assim Deus quiser e a buena suerte me ajudar.

Sempre seu,

Bento Gonçalves da Silva.

Fortaleza de Santa Cruz, Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1836.
(WIERZCHOWSKI, 2002, p. 136-137; grifos da autora).

Além das cartas recebidas pelas mulheres reunidas na Estância da Barra, a autora tem o cuidado de inserir, em alguns momentos, ainda nessa primeira forma de narrativa, também algumas cartas e respostas das mulheres reunidas na estância a seus parentes na linha de frente do combate, o que produz um efeito dinâmico no leitor, fazendo com que se sinta parte da história, e não apenas seu espectador. Usando desse recurso, Wierzchowski nos coloca junto com as mulheres da família de Bento Gonçalves, longe – geograficamente no caso delas, temporalmente no nosso – do palco principal da guerra, porém, direta ou indiretamente influenciados pelos seus acontecimentos.

Acerca do uso das cartas como recurso narrativo para a contar os principais eventos da Guerra dos Farrapos, tanto para as protagonistas da obra, como para o leitor, a autora também ofereceu informações acerca das razões pelas quais fez essa escolha, destacando que o efeito de aproximação do leitor com a narrativa foi produzido deliberadamente, para que ele pudesse sentir-se mais dentro da história.

Para que não fosse tudo cena, fosse narrado, as cartas contavam coisas, principalmente porque como o meu objetivo principal era contar a casa das sete mulheres, eu não podia ir muito pra guerra com o narrador, então a guerra vinha através das cartas. [...] Dentro da minha narrativa, do que eu estava me propondo, o meu objetivo era o leitor experimentar essa solidão, esse afastamento do mundo, essa expectativa que aquelas mulheres viviam. [...] Tudo o que eu tentei fazer foi para que o leitor vivesse com elas essa lentidão. (WIERZCHOWSKI, 2021).

O segundo dos dois tipos de narrativas adotados por Wierzchowski se encontra nos capítulos intitulados “Cadernos de Manuela” – em quase todos os casos subtitulados com a data em que a personagem estaria escrevendo os ditos cadernos –, que são uma narrativa em primeira pessoa, assumindo a estrutura quase que de um diário, tanto dos acontecimentos da guerra, como dos eventos cotidianos na Estância da Barra, sob o ponto de vista da personagem que dá nome a esses capítulos.

No artigo “Alinhavando nós: considerações sobre o simbólico na escrita feminina do trauma de guerra em *A casa das sete mulheres*, de Letícia Wierzchowski”, Denise Borille de Abreu vai relacionar essa atitude da personagem de escrever os acontecimentos do decênio farroupilha com a ideia de espera sobretudo no sentido de ser um recurso adotado pela protagonista para lidar com essa espera.

É importante observar [...] a visão cíclica que a protagonista feminina tem da guerra: a ida dos homens para o campo de batalha, a espera das mulheres, o sofrimento atravessando diferentes gerações: para Manuela as guerras fazem parte de um padrão inexoravelmente repetitivo. [...]

A protagonista de *A casa das sete mulheres*, em meio à espera angustiante, parece usar o seu diário como uma espécie de defesa contra o sofrimento que a guerra lhe provoca. [...] O gesto de registrar os acontecimentos da guerra em seus *Cadernos* parece dar um certo alento à dor de Manuela. Tanto é que ela toma para si o ofício de relatar os eventos da Guerra dos Farrapos mesmo após o seu fim. (ABREU, 2015, p. 109-110; grifos da autora).

Quando Abreu fala de Manuela escrevendo mesmo após o término da Guerra dos Farrapos, ela está se referindo ao fato de que em vários dos capítulos nos quais seus cadernos são apresentados ao leitor, as datas são bastante posteriores ao final da Revolução, ou seja, a personagem teria escrito aquelas páginas muitos anos depois dos acontecimentos, o que nos remete ao pensamento de Anderson

apresentado em capítulos anteriores, segundo o qual o constante retorno ao passado indicaria algum aspecto não completamente resolvido a seu respeito. No caso de Manuela, esse incômodo em relação ao passado estaria relacionado, principalmente, a sua relação com Giuseppe Garibaldi, conforme podemos observar no trecho a seguir, atentando para a data em que teria sido escrito no caderno de Manuela, já no ano de 1903.

Pelotas, 11 de março de 1903. [...]

A República Rio-grandense traria para mim o único homem da minha vida. [...]

Vivi por Giuseppe Garibaldi como muito poucas mulheres viveram por um homem, um homem que nunca foi de todo meu, mas de quem pude compreender a essência – era um cometa, uma estrela cadente –, justo que restasse tão pouco ao meu lado. Era um ser sem paradeiro, e se não segui com ele, foi unicamente porque a vida não o quis. Hoje, passados todos esses anos, quando, ao me olhar no espelho, já nem reconheço mais a Manuela que fui naqueles tempos, hoje ainda o amo com a mesma força e a mesma dedicação. Ele não voltou para mim. (WIERZCHOWSKI, 2002, p. 164-165).

A presença desses cadernos na estrutura da obra – intercalados com os capítulos que apresentam as narrativas em primeira pessoa – pode ser interpretada como outro recurso adotado pela autora para nos transportar para o espaço e o tempo da narrativa, assumindo o papel de interlocutores da personagem Manuela, em cuja intimidade entramos a partir da leitura de seus cadernos. Ao mesmo tempo, somos informados de suas próprias impressões e sentimentos a respeito do conflito, quando ela decide nos narrar algum dos seus acontecimentos, de forma que a personagem – e também o leitor – possa observar determinados eventos com uma perspectiva histórica, a fim de que se pudesse compreender seus impactos para a continuidade da revolução.

A outra⁹ coisa que fez com que eu deslocasse a narradora no tempo [...] era porque eu precisava mostrar para o leitor que determinados acontecimentos tinham sido fundamentais para o desfecho da guerra. [...] Se eu deslocasse a narradora no tempo, ela tinha perspectiva histórica pra contar isso. [...] Para que o leitor pudesse ter um pouco

⁹ A primeira das coisas que fez com que Wierzchowski deslocasse a narradora no tempo foi – segundo a própria autora, na mesma entrevista – o fato de que dos 10 anos de Guerra dos Farrapos, Garibaldi só teria estado próximo à Manuela durante 11 meses e, para que a intensidade do sentimento dela por ele pudesse ser mais aprofundada dentro da narrativa, fez-se a escolha de apresentar os Cadernos de Manuela em diferentes recortes temporais.

mais de noção histórica, eu trabalhei com o deslocamento dela no tempo. (WIERZCHOWSKI, 2021).

Por fim, tendo apresentado as quatro obras com as quais trabalhamos na pesquisa, podemos partir para os próximos capítulos, onde procederemos à análise efetiva das obras.

5 TOMADA DE PORTO ALEGRE

5.1 O discurso histórico sobre a tomada de Porto Alegre

Antes de iniciar a análise do evento histórico da tomada de Porto Alegre, faz-se necessário estabelecer alguns parâmetros que utilizaremos no processo de reflexão.

Os parâmetros de análise a que recorreremos – além dos apresentados no último item do terceiro capítulo – consistem essencialmente em três passos, sendo que o primeiro deles é a apresentação do episódio histórico a ser estudado conforme o discurso histórico o comprehende, buscando verificar, dessa forma, como o evento e principalmente as personagens históricas são construídas em diferentes textos historiográficos. O segundo passo – já diretamente ligado à análise literária propriamente dita, que nos interessa mais profundamente – consiste em apresentar cada episódio histórico escolhido nas diferentes obras que compõem o *corpora*, destacando as personagens históricas em seu processo de conversão ficcional e procurando verificar se aproximam-se mais das formulações de Lukács, de Hutcheon, ou se ocupam um espaço que transita entre ambos. Por fim, o terceiro passo consiste em estabelecer aproximações e distanciamentos entre as diferentes obras analisadas, e como o conjunto delas se apresenta em relação ao discurso histórico, dando-lhe suporte ou questionando-lhe as premissas e “verdades”.

Como não poderia deixar de ser, o primeiro episódio histórico cuja conversão ficcional será alvo de nossas pesquisas mais aprofundadas é o da tomada de Porto Alegre, na madrugada do dia 19 para o dia 20 de setembro de 1835. Esse importante evento é considerado o estopim do movimento revolucionário e é assim descrito por Ivar Hartmann, na obra *Aspectos da Guerra dos Farrapos*, publicada em 2002 pela Editora do Centro Universitário Feevale.

Os revoltosos concentraram em sigilo suas forças em Pedra Brancas (hoje Guaíba) e na madrugada de 19 de setembro cruzaram o rio comandados por Onofre Pires e Gomes Jardim e aproximaram-se de Porto Alegre indo acampar antes da Ponte da Azenha, no caminho de acesso à Capital. Era uma força de 200 homens.

O governo que dispunha de 250 soldados para a defesa da Capital, surpreendido e tomando conhecimento da ação, mandou naquela noite um destacamento para espionar os rebeldes. Na própria Ponte

da Azenha já em mãos dos farrapos, feriu-se o primeiro combate sendo os imperiais derrotados. Sendo noite, retiraram-se os imperiais em debandada e isso levou o pânico ao governo provincial.

O Presidente Fernandes Braga abandonou o palácio refugiando-se em uma escuna de guerra surta no porto, enquanto buscava os meios para defender a cidade. Em vão. No dia 20 de setembro as tropas farroupilhas entram em Porto Alegre, vivadas pela população e à noite Fernandes Braga, sem meios para a resistência, parte para a cidade de Rio Grande. (HARTMANN, 2002, p. 64-65).

Como é possível observar na citação, o processo de tomada da capital gaúcha pode ser considerado relativamente pacífico, sem que para tal tenha ocorrido mais do que uma única batalha – a da Ponte da Azenha, que terminou sem quantidade significativa de baixas. Tão logo viu-se na impossibilidade de defender Porto Alegre nas condições em que estava, Fernandes Braga fugiu, permitindo o avanço das tropas farrapas sobre a cidade, que as recebeu com manifestações de apoio.

Mesmo não tendo sido uma vitória militar propriamente dita – pelo menos não de grandes proporções – a data do 20 de setembro, em que as tropas farroupilhas entraram em Porto Alegre lideradas por Onofre Pires e Gomes Jardim, é tida como uma das mais importantes do calendário gaúcho, sendo comemorada ano após ano com desfiles de “gaúchos” montados em seus cavalos, em um processo de recriação épica da manhã desse mesmo dia em 1835.

Ao longo dos anos, toda a narrativa histórica acerca da tomada de Porto Alegre passou a sofrer um processo de mitificação, culminando em uma narrativa que poderia ser considerada quase épica, e que, embora não necessariamente falseie fatos históricos, os apresenta de forma bastante dramatizada e intensa, como é possível observar na descrição do episódio feita pelo historiador Walter Spalding, em *A Revolução Farroupilha*, cuja primeira edição remonta a 1939, mas que foi reeditada pelo menos até 1987, pela Editora da Universidade de Brasília.

A 18 [de setembro] está novamente Bento Gonçalves nas Pedras Brancas, e nesse mesmo dia Gomes Jardim e Onofre Pires da Silveira Canto atravessam o Guaíba com um corpo de revolucionários, e na noite de 19, às 11 horas, dão início às hostilidades, na ponte da Azenha.

A 20 entram, sem resistência, as forças na cidade, e a 21 entra, triunfante, Bento Gonçalves da Silva, e empossa, em lugar de Fernandes Braga, que fugira com sua gente, ao Dr. Marciano Pereira Ribeiro, 4.^º vice-presidente. [...]

E durante dez anos o solo rio-grandense beberia o sangue heroico de seus filhos... (SPALDING, 1982, p. 27-28).

Quando lemos a citação e pensamos na Revolução Farroupilha de uma maneira geral, um nome se destaca: o de Bento Gonçalves da Silva.

Tido como o principal líder do movimento revolucionário, Bento Gonçalves é considerado o grande herói da Guerra dos Farrapos, e um exemplo a ser seguido em termos de honra e caráter. Desde antes do início do conflito o estancieiro já era respeitado em sua província natal pela atuação como coronel do exército imperial e pelas atividades econômicas na Estância do Cristal.

Mesmo tendo sido acusado – alguns anos antes do início da revolução – de trair os interesses nacionais em prol dos uruguaios (o coronel era próximo do governo do país vizinho, e havia se casado com uma mulher uruguaia, Caetana), não perdeu prestígio entre os membros da Regência e acabou inocentado.

Durante a Guerra dos Farrapos, Bento Gonçalves é considerado o mais importante dos líderes políticos e militares farroupilhas, tendo sido eleito o primeiro presidente da República Rio-Grandense, mesmo estando preso na ocasião e não participando diretamente dos eventos que culminaram com a proclamação.

Bento Gonçalves não estava presente nos primeiros atos da tomada de Porto Alegre, tendo entrado na cidade de forma triunfal apenas em 21 de setembro. Nos dias anteriores, estivera em Pedras Brancas tratando de questões estratégicas para a continuidade do movimento, mas, mesmo assim, seu nome recebe especial destaque no discurso histórico, que ao longo do tempo procurou destacar suas qualidades de líder e de gaúcho, como podemos observar com o trabalho de Tristão de Alencar Araripe já em 1881, com a primeira publicação de caráter historiográfico voltada exclusivamente à Revolução Farroupilha, reeditado em fac-símile pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul na ocasião das comemorações do sesquicentenário da Guerra dos Farrapos.

No dia seguinte, 21 de Setembro, Bento Gonçalves fez a sua entrada na capital, declarou que a pátria estava libertada, e oficiou à Câmara municipal para empossar do governo a um dos Vice-presidentes, que governasse a província, na falta do Presidente efetivo, que, segundo o dizer dos facciosos, havia abandonado o seu emprego.

Bento Gonçalves, senhor da capital da província, proclamou aos seus habitantes, concitando-os em seu patriotismo, e lembrando as supostas injustiças e presumidos agravos recebidos do governo imperial. (ARARIPE, 1986, p. 23).

Fazendo um salto no tempo, para o ano de 1985, encontramos a publicação intitulada *A Revolução Farroupilha. História documental para a juventude*, produzida também no contexto do sesquicentenário do movimento revolucionário, e destinada – como o próprio título já o indica – ao público de jovens leitores rio-grandenses, em especial àqueles em idade escolar.

Nessa publicação, encontramos uma descrição do episódio da tomada de Porto Alegre de forma direta e em linguagem simples, mas que não deixa de trazer em destaque as qualidades de Bento Gonçalves, evidenciando a cristalização da imagem do líder farrapo como uma figura heroica.

Os Farroupilhas armam o golpe a ser dado para a destituição do Presidente Braga. Deve ser um lance eficaz e rápido para que a Província não entre em guerra civil. Para isto é necessário um chefe com prestígio e força capaz de liderá-lo. Ninguém melhor que Bento Gonçalves da Silva, homem de 50 anos, que há mais de 30 lutava, defendendo o Rio Grande do Sul para o Império brasileiro. O próprio Marechal Barreto o chamava ‘indomável’. (ÁLVARES, 1985, p. 50).

Publicada no mesmo ano de 1985, pela editora da Universidade de Caxias do Sul, em sua *História da Revolução Farroupilha*, Morivalde Calvet Fagundes dá um passo além no que concerne à heroicização de Bento Gonçalves, afirmando que a tomada de Porto Alegre só foi um sucesso tão rápido e praticamente sem combates devido à menção do nome do coronel como líder do movimento, o que teria espalhado o pânico entre os defensores da capital rio-grandense.

Mas, segundo o depoimento do próprio presidente da Província, em ofício ao de Santa Catarina, o que realmente desarvorou por completo os amigos da ordem foi o nome do Coronel Bento Gonçalves da Silva. A notícia de que ele se achava à frente dos sediciosos fez lavrar e semeou o desânimo e o desalento. Mais tarde, Fernandes Braga diria: ‘Abandonei o posto, constrangido pelo terror pânico que entre os defensores da legalidade espalhara o nome de um só homem...’. (FAGUNDES, 1985, p. 77).

Como podemos observar, o episódio da tomada de Porto Alegre em 20 de setembro de 1835 é um evento fundamental para o discurso historiográfico acerca da Guerra dos Farrapos, que o tem retratado com maior ou menor grau de detalhamento ao longo do tempo, mas sempre com destaque para a sua importância no contexto revolucionário. Também é possível notar que, apesar de não estar presente no momento inicial da invasão da capital rio-grandense – liderada efetivamente por

Gomes Jardim e Onofre Pires –, a figura histórica que mais recebe destaque nesse episódio é o líder do movimento farrapo, Bento Gonçalves da Silva, cuja imagem é construída no discurso historiográfico sempre de forma heroica e corajosa, destacando-se suas qualidades e valores, sem que sejam evidenciados seus aspectos mais humanos, quase como se fosse uma personagem de romance histórico, segundo os preceitos de Lukács, anteriormente observados.

Por uma questão de extensão e, principalmente, por não ser o objetivo principal deste trabalho, não nos aprofundaremos com riqueza de detalhes na construção do discurso histórico acerca da tomada de Porto Alegre. Isso se deve ao fato de que a pesquisa tem como interesse primordial não a construção historiográfica de um determinado evento histórico, mas, sim, a sua (re)construção literária. Assim sendo, partiremos para o segundo item, dando início às análises propostas.

5.2 Análise das reconstruções literárias da Tomada de Porto Alegre

A primeira obra na qual analisaremos o processo de recriação literária do episódio da tomada de Porto Alegre é *O gaúcho*, de José de Alencar, em que o autor apresenta o episódio, mesmo não sendo esse um romance que verse sobre a Revolução Farroupilha de forma direta e ainda que a tenha somente como pano de fundo para muitas de suas ações.

A primeira referência à tomada de Porto Alegre é apresentada por Alencar no capítulo VII da terceira parte da obra, intitulado “O soluço”, quando o autor descreve a chegada em Piratini da personagem fictícia Lucas Fernandes, que teria participado – ao lado de Manoel Canho, protagonista da obra – da invasão da capital gaúcha.

Tres vezes o mesmo grito reboára, echoando longe nas grotas e fraguedos que cercam o sitio da villa de Piratinim. [...]

Pouco depois, no meio de um grande clarão avermelhado, via-se o Lucas Fernandes esticado sobre os loros proclamando á multidão que o cercava, suspensa não de seus labios, mas da barba hirsuta que lhe cobria o rosto como espessa floresta.

- Tomámos Porto Alegre de assalto, camaradas ! O presidente fugiu, dizem que para Rio Grande, outros que para a corte d'uma feita ! Bento Gonçalves já pôz outro em seu logar; com este pôde-se contar; é homem seguro. Agora só falta o chumbregas do tal marechal de borra. Mas o coronel não tarda ahi para ensinal-o.

- Viva Bento Gonçalves !

Este grito prorompeu da turba e foi saudado com uma acclamação frenética de entusiasmo.

- Aquillo é que é homem, proseguiu o furriel. Eramos cento e cincuenta quando marchámos para a capital; mas bastou elle, o Lucas e o Manoel Canho, nós tres, para levarmos tudo raso! (ALENCAR, 1870b, p. 63-65).

Ao leremos a citação, o que mais nos salta aos olhos é o destaque que é dado à figura de Bento Gonçalves, o qual, mesmo não participando diretamente da narrativa, a domina de forma bastante peculiar, com a descrição de suas primeiras medidas ao assumir o controle de Porto Alegre, nomeando um novo presidente para o lugar do fugitivo Fernandes Braga, e afirmando – pela boca de Lucas Fernandes – que ele em breve deveria também bater o “marechal de borras”, presumivelmente referindo-se ao então Comandante de Armas do Rio Grande do Sul, Marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto.

Um dado interessante dessa citação é que a mesma personagem – Lucas Fernandes – afirma que ainda estando eles em cento e cinquenta homens, bastaram o próprio Bento Gonçalves, ele, Lucas, e Manoel Canho para que se desse a tomada de Porto Alegre sem maiores dificuldades, e que o coronel era um exemplo de homem. Essa afirmação pode receber duas interpretações, sendo que a primeira diz respeito à admiração que a personagem – e talvez também o autor, dado que ao longo da obra vários elogios são tecidos ao líder farrapo – tem por Bento Gonçalves, sendo essa admiração manifestada em palavras de entusiasmado elogio.

Já a segunda interpretação decorre da primeira, e diz respeito mais especificamente à questão de que mesmo estando em um grupo maior de cento e cinquenta pessoas, apenas três teriam bastado para a conquista da capital riograndense. O fato de duas dessas pessoas serem personagens fictícias, e apenas a terceira ser uma figura histórica, diz muito sobre o impacto que a presença de Bento Gonçalves teria entre os defensores de Porto Alegre, que não se sentiriam confortáveis em bater-se com ele.

É interessante essa linha de pensamento porque ela apresenta, já em 1870, em uma obra literária, a ideia que Fagundes defenderia mais de cem anos depois, de que a simples menção do nome de Bento Gonçalves havia espalhado o terror e o pânico entre as tropas legalistas, as quais teriam perdido todo o ânimo de combater os revoltosos ao tomar conhecimento do nome do homem que os liderava.

No que diz respeito à tomada de Porto Alegre propriamente dita, Alencar volta a falar dela com um pouco mais de detalhes algumas páginas adiante, mas de forma indireta, ou seja, só tomamos conhecimento desses novos detalhes do evento depois de dias do seu acontecimento, por meio das palavras de uma personagem fictícia – uma vez mais, Lucas Fernandes – que nos descreve o episódio ao mesmo tempo em que o faz para sua filha, sua irmã e sua esposa, durante um jantar.

Sentaram-se todos á mesa e ceiaram. A'medida que o furriel calçava o estomago ia-lhe voltando o bom humor, o entusiasmo revolucionario e a facúndia habitual. Então, sem que lhe pedissem, contou ás mulheres as suas proezas na tomada de Porto Alegre ; não esquecendo as façanhas do Canho, que em sua opinião se mostrárá digno do pai. [...]

Bento Gonçalves partira para Camacan, de onde a 20 de setembro marchara sobre a capital á frente de 150 gaúchos. Derrotada na ponte da Azenha uma pequena força de 40 praças da guarda nacional, nenhum obstáculo mais encontrou. O presidente, baldo de recursos para oppôr á rebelião, embarcou-se a bordo de uma escuna de guerra e retirou-se para a cidade do Rio Grande, tentando organizar ahi a resistência. (ALENCAR, 1870b, p. 67-69).

Uma leitura atenta nos permite observar diferentes aspectos da conversão ficcional do episódio da tomada de Porto Alegre realizada por Alencar em sua obra, sendo que a primeira delas consiste na maneira pela qual o autor consegue conjugar elementos históricos e fictícios em sua narrativa sem que ela venha a se tornar artificial, pendendo ou para o histórico ou para o literário.

Esse equilíbrio encontrado por Alencar na apresentação de episódios da Guerra dos Farrapos como pano de fundo para uma segunda narrativa – centrada em Manoel Canho e Catita Fernandes – é um dos pontos altos de *O gaúcho*, uma vez que os entrecruzamentos entre as duas narrativas – a historiográfica e a puramente ficcional – se dão de forma natural ao longo das páginas, sem passar a sensação de que seriam histórias paralelas forçadas a aparecer juntas.

Um segundo ponto interessante que podemos encontrar na citação consiste no fato de que o episódio da tomada de Porto Alegre é apresentado com ares de ação heroica: são mencionadas proezas de Lucas Fernandes e façanhas de Manoel Canho durante o ataque, bem como a vitória dos revolucionários na Ponte da Azenha, o que dá ao evento certa importância, especialmente quando lembramos que esse é o episódio da Revolução Farroupilha que aparece com mais destaque na obra.

É interessante notar, ainda, que a descrição da tomada de Porto Alegre é feita sem que sejam feitas críticas implícitas – ou até explícitas – ao movimento, o que poderíamos esperar de um autor escrevendo do Rio de Janeiro – então capital do Império – que frequentava a Corte, chegando a ser Ministro da Justiça entre 1868 e 1870.

Um terceiro ponto que merece destaque é novamente a presença da figura de Bento Gonçalves na narrativa. Embora o líder farrapo não vá pessoalmente a Piratini, e nem esteja presente no jantar em que é descrita a tomada de Porto Alegre, sua figura é a que mais destaque recebe na citação, sendo apresentada como o grande líder revolucionário ao chefiar as tropas farroupilhas na invasão à capital gaúcha, inclusive na batalha da Azenha, onde não teria estado presente.

Ao destacar essas características, Alencar contribui para a construção de uma imagem mítica do líder farroupilha, em um processo de conversão ficcional da figura histórica Bento Gonçalves para a personagem literária Bento Gonçalves, apresentando-o em pleno acordo com as formulações de Lukács acerca das personagens históricas vistas no terceiro capítulo, segundo as quais os grandes homens de sua época devem ser representados nas obras de literatura não em seus movimentos e ações cotidianas, mas, sim, em seus momentos de glória, em que as necessidades do povo teriam se consolidado em sua figura, que então assume o papel de representante dessas necessidades, tomando para si a função de liderar seu povo.

É exatamente dessa forma que Bento Gonçalves é trazido na obra de Alencar. Poucas vezes ele aparece na narrativa propriamente dita, e sempre o faz de forma magnânima, ora dando sábios e honrosos conselhos ao seu afilhado, Manoel Canho, ora liderando as tropas farrapas na invasão a Porto Alegre, que é o que nos interessa mais de perto neste item.

A personagem do então coronel é construída na obra de forma a representar a imagem de um verdadeiro herói, que concentra em si – e toma como pessoais – as necessidades do povo gaúcho, e age de acordo com os interesses da população rio-grandense, colocando os anseios de seu povo acima de suas opiniões e opções particulares, escolhendo liderá-los com o objetivo de fazer-lhes justiça, ao mesmo tempo em que buscava evitar a ascensão de posicionamentos mais radicalizados.

Prova disso se encontra em outro trecho do mesmo capítulo – um pouco anterior ao primeiro – em que Lucas explica às mulheres que Bento Gonçalves não

seria um revolucionário de primeira hora, mas que tivera de ser convencido a aderir e liderar o movimento devido à situação insustentável em que o Império havia colocado a província e, em especial, para evitar que se tomasse o rumo do separatismo, nunca desejado pelo coronel.

Na situação em que tinham ficado os negócios políticos no dia 7 de setembro era realmente para surpreender o desenlace, cuja notícia acabava de chegar á Piratinim.

Mas, depois daquele dia, alguns amigos de Bento Gonçalves o tinham convencido de que a revolução era inevitável. Nada a podia mais conjurar, no ponto a que haviam chegado as coisas. Si o coronel recusasse tomar a direcção do movimento, elle se transviaria com toda a certeza e produziria as conseqüências que os espíritos moderados desejavam evitar. O meio mais seguro de prevenir a separação da província era sem dúvida a revolução: ella tirava o pretexto aos republicanos. (ALENCAR, 1870b, p. 68).

É interessante notar ainda, nesse trecho, que o autor toca na questão do caráter separatista do movimento farroupilha, defendendo, por meio das palavras de uma das personagens – Lucas Fernandes – a ideia de que por mais que houvesse grupos separatistas entre os revolucionários, Bento Gonçalves não fazia parte deles, e que a própria revolução, sob a liderança do coronel, seria uma possível saída para se resolverem as questões políticas e econômicas com o governo imperial sem que se chegasse ao extremo da separação da província.

A leitura atenta dos trechos destacados da obra de Alencar nos permite observar que o episódio da tomada de Porto Alegre foi descrito pelo autor de forma indireta e relativamente resumida – embora todos os principais eventos dela estejam presentes na narrativa – a partir do ponto de vista de uma personagem favorável ao movimento, e dando especial destaque à figura de Bento Gonçalves.

Essas informações são importantes porque, a partir delas, é possível inferir que Alencar – mesmo estando diretamente ligado ao governo imperial brasileiro, e sendo morador do Rio de Janeiro, sem nunca ter visitado o Rio Grande do Sul – tinha uma posição no mínimo neutra em relação ao movimento, o que se evidencia pela escolha em colocar a descrição do início da revolução na boca de uma personagem favorável a ela, e não a um detrator, o que indica que, mesmo fora do contexto rio-grandense, já na segunda metade do século XIX, é possível encontrar pessoas com posicionamento neutro – ou até mesmo favorável – às reivindicações farrapas.

Esse posicionamento presumivelmente neutro do autor em relação à Revolução Farroupilha pode ser observado pela maneira como Alencar constrói literariamente o episódio da tomada de Porto Alegre, narrando os principais eventos pela boca de uma personagem partícipe e favorável ao movimento, sem que houvesse presença de nenhuma outra personagem – de extração histórica ou puramente ficcional – que fosse opositor da causa farroupilha e que desse sua própria versão dos fatos, conteste as palavras de Lucas Fernandes, ou mesmo que narrasse o episódio sob outra perspectiva.

Se podemos inferir que Alencar tinha uma posição no mínimo neutra sobre a revolução como um todo, não restam dúvidas de que esse posicionamento era muito mais positivo em relação a seu principal comandante, Bento Gonçalves, que é o único líder farroupilha que aparece na obra com maior destaque. Como padrinho do protagonista, interfe diretamente no andamento do texto em pelo menos dois momentos: ao dar para Canho sua bênção para que ele vingasse seu pai assassinado e ao enviar presentes para a mãe e a irmã de Canho, que acabaram sendo as razões pelas quais ele e Catita se conheceram, em Piratini.

Além disso, no que concerne à invasão de Porto Alegre propriamente dita, pudemos observar que grande parte da narrativa é dedicada ao líder farroupilha, com destaque para as qualidades do então coronel do Império, cujo nome aparece sempre acompanhado de elogios, sendo inclusive destacado o posicionamento não separatista de Bento Gonçalves, afirmindo-se que ele apenas decidiu liderar o movimento para que este não tomasse o rumo da separação da província rio-grandense.

É nesse contexto que Bento Gonçalves assume o papel que a teoria de Lukács chama de “tipo social”, por ser o representante e líder da sociedade gaúcha e de seus ideais transformadores, que culminam com a eclosão da Revolução Farroupilha a partir da invasão de Porto Alegre. Prova disso é que o então coronel não participou diretamente da ação, mas foi representado como principal responsável quando Alencar a reconstrói literariamente, indicando que o líder ali estaria não em nome de si mesmo, mas de todo o povo rio-grandense.

Assim sendo, é possível observar que Alencar escolheu, em *O gaúcho*, apresentar um posicionamento que interpretamos como neutro – embora pendente ao favorecimento – em relação à tomada de Porto Alegre, mas claramente elogioso em

relação à figura principal da ação, Bento Gonçalves da Silva, que tem suas qualidades de liderança postas em destaque, conforme vimos.

A segunda obra que selecionamos para estudar – *Os amores de Canabarro* – data da primeira metade do século XX, e é da autoria de Othelo Rosa. Como vimos no capítulo anterior, o livro de Rosa foca em um determinado período da Revolução Farroupilha – mais especificamente no seu ano final, entre 1844 e 1845 – e tem como protagonista o general David Canabarro.

Como se poderia imaginar, o episódio histórico da tomada de Porto Alegre pelos farroupilhas não aparece de forma profunda na narrativa de *Os amores de Canabarro*, posto que não é o foco, e nem interfere na narrativa que Rosa se propõe a nos apresentar em sua obra, uma vez que o protagonista de seu texto – David Canabarro – sequer teria estado presente na capital gaúcha nos primeiros movimentos da revolução.

Ainda assim, o episódio é mencionado de passagem na obra de Rosa em dois momentos distintos, sendo que o primeiro faz menção apenas à data e aos ideais nela envolvidos. “[...] o luminoso idealismo de 20 de setembro. Os deuses d'aquelle momento esplendido e sagrado, em que o Rio Grande se alteara n'uma afirmação magnifica e poderosa de culto á liberdade e de amor á justiça.” (ROSA, 1933, p. 53).

Ainda que não sejam dados detalhes da tomada de Porto Alegre propriamente dita, fica evidente o posicionamento do autor frente à Revolução Farroupilha, uma vez que as palavras escolhidas por ele são de forte tom elogioso, relacionando os ideais do movimento com as noções de liberdade e de justiça, além de alcunhar de deuses os homens que deram vida a eles.

O segundo momento em que a tomada de Porto Alegre é mencionado se dá poucas páginas depois do primeiro, quando o autor trata das ofensas de Onofre Pires a Bento Gonçalves. As mesmas que seriam a causa do duelo entre os dois líderes farroupilhas, apresentado no capítulo anterior.

‘Ladrão da honra, e ladrão da liberdade...’

Era isso que escrevia, a seu respeito, Onofre Pires da Silveira Canto, um velho, denodado companheiro de luctas, que pela Republica pelejara, no combate da Azenha, ao alvorecer do dia 20 de setembro de 1835; que com ele estivera no desastre da ilha do Fanfa, e com ele partilhara as agruras da prisão; que era, inegavelmente, um vexillario da republica rio-grandense... [...]

Chegara ao limite da transigência, imposto pela dignidade: fossem quaes fossem as consequencias, era mister reagir, desagravar a sua honra, ao detractor pedir severas contas. [...]

O bravo entre os mais bravos, que a morte jamais fizera empalidecer de medo, intensamente sofria, naquela noite sem fim, enquanto as estrelas de um céo de verão palpitavam e luziam sobre o acampamento adormecido. (ROSA, 1933, p. 56-57).

É interessante notar que, mesmo não havendo descrição propriamente dita dos eventos da tomada de Porto Alegre, tanto sua data – 20 de setembro – como a batalha da ponte do Azenha são mencionadas pelo autor em um tom favorável, uma vez que o episódio está referenciado em um parágrafo que destaca as qualidades de Onofre Pires.

O que mais chama a atenção nessa passagem, contudo, é o trabalho com a representação literária de Bento Gonçalves. O líder farrapo é descrito por Rosa como sendo um homem digno, honrado e corajoso, que estaria disposto mesmo a duelar até a morte contra um companheiro de armas para cobrar contas do insulto que dele recebera; e que, mesmo diante da morte, Bento Gonçalves não empalidecera.

O ponto que consideramos mais importante no trecho, porém, é o fato de que o autor também apresenta alguns dos traços humanos do general farroupilha, que mesmo sendo um homem de armas, talhado no campo de batalha, e dotado de grande honra e bravura, sofria pelo fato de ter que se bater em combate com um amigo.

É evidente que não se poderia considerar *Os amores de Canabarro* uma obra de metaficação historiográfica, mas é interessante observar que há uma preocupação do autor em apresentar suas personagens – mesmo as históricas – em questões do cotidiano e da vida particular, ainda que possuam os aspectos fundamentais defendidos por Lukács na conversão ficcional de personagens extraídas da realidade, tais como as atitudes sempre heroicas, a postura honrada e, principalmente, a característica de concatenar em suas posturas e atitudes o espírito de uma época.

Um homem velava: e sua nobre, energica physionomia, tinha uma dolorosa expressão, de profunda magua, de tristesia imensa.

Embora assentado via-se que era de estatura pouco mais que mediana, de corpo bem proporcionado, forte, musculoso. Castanhos escuros, os cabellos fartos, que terminavam em “costeletas” longas, descendo-lhe até quasi os cantos da bocca pequena, de lábios sem bigode. A fronte era ampla; e no olhar havia um mixto de decisão e de bondade.

Bento Gonçalves. O chefe legendário da revolução farroupilha. O grande presidente da Republica de Piratiny. A figura máxima do

decennio heroico. O typo magnifico do guerrilheiro continentino. A encarnação da alma do Rio Grande. (ROSA, 1933, p. 52).

Novamente, as palavras de Rosa são bastante claras no que diz respeito ao seu posicionamento favorável ao movimento farrapo, e em especial no que diz respeito a seu líder, Bento Gonçalves, que é apresentado ao leitor no mesmo capítulo em que a tomada de Porto Alegre é mencionada, com o autor destacando de forma elogiosa tanto suas características físicas como as morais, e afirmando que o líder farrapo seria a “encarnação da alma do Rio Grande”.

Avançamos, agora, para a terceira obra do nosso estudo, escolhida entre aquelas publicadas na segunda metade do século XX: *Os varões assinalados*, de Tabajara Ruas, cuja edição original data de 1985, tendo tomado parte no contexto das comemorações do sesquicentenário da Revolução Farroupilha, conforme vimos.

A primeira coisa a se dizer acerca da obra de Ruas é que, no caso específico de *Os varões assinalados*, em determinados momentos, nos valeremos de duas edições diferentes para a análise literária dos episódios históricos selecionados – tanto no presente capítulo como nos seguintes – em decorrência do fato de o próprio autor da obra ter afirmado que considera a edição publicada em 2010 pela Editora Record como a mais acabada.

Assim sendo, concentraremos nossas análises na publicação original, de 1985, para respeitar os critérios cronológicos de escolha do nosso *corpora*, porém, direcionaremos um olhar cuidadoso também para a edição de 2010, trazendo-a para nossa pesquisa sempre que encontrarmos diferenças significativas entre as duas edições.

Todo o primeiro capítulo da obra de Ruas – e os primeiros itens do segundo – são dedicados à tomada da capital rio-grandense, fazendo uma descrição detalhada de todos os eventos que compõem o episódio histórico da tomada de Porto Alegre, desde os preparativos para o ataque, passando pela batalha na Ponte da Azenha, até a entrada de Bento Gonçalves na cidade, onde ocupou o gabinete de Fernandes Braga, a partir do qual realizou seus primeiros despachos visando a continuidade do processo revolucionário.

Como é impossível, no espaço desta investigação, fazer um estudo aprofundado de todo um capítulo dedicado à tomada de Porto Alegre, escolhemos fazer um recorte, selecionando dois momentos que consideramos chave nesse

evento: a batalha da Ponte da Azenha e a entrada das tropas farroupilhas – com destaque à de Bento Gonçalves – na capital rio-grandense.

Assim Ruas narra a batalha da Ponte da Azenha:

Penando de solidão à frente de seus voluntários desgastados de valor, o Visconde de Camamu aproximava-se da ponte. A marcha noturna tornava-se cada vez mais penosa. [...] o moral reduzia-se de maneira alarmante. Um dos veteranos percebera e tentara consertar as coisas, mas sua intromissão apenas acelerara o processo de desencorajamento do grupo. [...]

Foi então que viram os vultos na ponte.

Eram três ou quatro ou muito mais. Como saber com esse nevoeiro? O Visconde tem a consciência tranquila: estava começando a dar a ordem para que esperassem quando alguém disparou. O tiro explodiu quase a seu lado e cegou-o momentaneamente. Nunca pôde saber quem foi. [...].

Seja como for, a distância era muito grande e o disparo foi inútil. O elemento surpresa – se é que podiam contar com ele – estava perdido. Percebeu os cavalos se agitarem. [...] Puxou as rédeas, tentando dominar o seu, quando viu, assombrado, num tumulto de tropel e gritos, surgir do nevoeiro as lanças apontadas. [...]

O elegante Visconde deparou com o ataque como com uma aparição. Aterrado, ele viu os vultos – que lhe pareceram gigantescos – avançarem gritando obscenidades; viu as lanças: grandes, negras, pesadas, brilhando sinistras; viu os cavalos, espantosos, selvagens, tão decididos quanto os seres que os montavam. [...] Esbarrou em alguma coisa dura, brusco arranco tirou-o da sela, e entendeu que seu coração dava voltas, e sua sincera coragem, seus dias de caserna, suas aulas com o oficial francês, sua equitação, sua esgrima, seu latim, sua elegância, suas damas perfumadas precipitavam-se num abismo escuro.

O Prosódia empunhou a espada e enfrentou o ataque. Porém, aquele não era um tipo de luta que conhecesse. Horrorizados, os caixeiros e burocratas viram-no ser atropelado, atravessado por uma lança afiadíssima, derrubado no chão com os ossos partidos e pisado pelas patas ferradas. [...]

A montaria do Brigadeiro Alves Leite foi prensada contra a amurada de pedra da ponte, junto com outras duas. [...]

Os relinchos dos cavalos, o som dos cascos na pedra, as imprecações foram abafadas quando mergulhou na água cintilante. Sobre ele desabaram também mais dois cavalos e respectivos cavaleiros. Os imperiais, sem comando, recuaram, não sabendo que fazer.

- Atrás deles! Não deixem escapar nenhum! – berrava o Cabo Rocha. O contingente do Visconde de Camamu, que viera para surpreender os rebeldes, desfez-se como ovo ao cair sobre uma pedra. Cada um correu para um lado, esporeando as montadas com desespero, sumindo na escuridão. [...]

- Bento Gonçalves vem aí, afirmavam estremecendo – Vem com um exército de milhares. (RUAS, 1985, p. 14-16).

O longo excerto nos permite observar uma série de aspectos interessantes acerca da maneira pela qual Ruas escolheu narrar a batalha da Ponte da Azenha, sendo o primeiro deles a própria linguagem adotada pelo autor, que – confirmando as palavras de Weinhardt (2004) – possui uma forte característica cinematográfica, como quando descreve as tropas revolucionárias surgindo da neblina com suas lanças cintilantes em um ataque selvagem, nos remetendo às grandes narrativas épicas, tanto as literárias, quanto as produzidas pela sétima arte.

Um segundo elemento que podemos observar no excerto é a maneira pela qual o autor trata os soldados imperiais em relação aos farroupilhas: enquanto as ações e pensamentos dos soldados imperiais – e dos voluntários de diversos ofícios não militares, como é possível verificar no fato de Ruas mencionar caixeiros e burocratas entre os defensores da capital – são alvo do foco narrativo nesse primeiro momento, as forças revolucionárias são descritas como uma força única, vigorosa e selvagem, chegando a assumir ares sobrenaturais pela forma com que surgem da neblina, e pelas palavras do autor, que afirma serem os revolucionários vistos pelo Visconde de Camamu quase que como uma aparição.

Essa descrição do ataque farrapo na Ponte da Azenha sem a presença textual de nenhum dos líderes revolucionários, sem nenhuma ordem de comando, e sem nenhuma ação efetiva dos oficiais revoltosos – a não ser a ordem e perseguição dada pelo Cabo Rocha, que ainda assim não era comandante de alta patente –, faz com que a narrativa da batalha da Ponte da Azenha se aproxime significativamente das proposições de Lukács segundo a qual os grandes eventos históricos são protagonizados – e assim devem ser literariamente representados – como a manifestação dos desejos do povo e do “espírito” de uma determinada época, ainda que esse espírito seja incorporado por determinados líderes.

A simples leitura do excerto não nos permite inferir se há um posicionamento favorável ou detrator da parte de Ruas em relação aos ideais revolucionários, mas não é possível deixar de perceber a crítica que se faz à organização do governo da província de São Pedro do Rio Grande, pelo menos no que tange às condições militares.

Podemos sustentar essa afirmação com pelo menos três elementos narrativos, sendo que o primeiro deles consiste no fato de o autor destacar em pelo menos três momentos da batalha que muitos dos defensores da cidade não eram combatentes,

mas, sim, voluntários – burocratas caixeiros – de moral abalada e “desgastados de valor”. Sendo Porto Alegre a capital da província do Rio Grande do Sul – como ainda hoje o é –, era de se esperar que suas defesas militares fossem, no mínimo, mais estruturadas, sobretudo em uma situação de tensão política que poderia eclodir a qualquer momento em um processo revolucionário, do qual Fernandes Braga deveria estar mais ou menos ciente, uma vez que a intenção dos homens do Visconde de Camamu era “surpreender os rebeldes”.

O segundo ponto da narrativa em que podemos observar claramente a crítica feita às tropas imperiais encarregadas de defender a capital gaúcha está justamente na escolha do oficial que comandou o desastrado ataque surpresa: o Visconde de Camamu, descrito por Ruas como um homem da corte, nunca experimentado em combate, e mais dedicado aos cuidados pessoais com a própria elegância e às conquistas amorosas de damas da corte.

Prova da inépcia do líder das tropas imperiais pode ser encontrada no fato de ter sido ele o primeiro dos defensores a ser derrubado do cavalo, conforme a narrativa de Ruas, e fugido por entre as árvores de volta ao gabinete de Fernandes Braga, chegando esfarrapado e sem brios diante do Presidente da Província, conforme podemos ler na citação:

Chegou depois do lançaço derrubá-lo do cavalo e depois de correr na escuridão, tropeçando, caindo, levantando, atravessando banhados, sentindo a farda bordada em ouro esfrangalhar-se nos espinheiros, sentindo o rosto e as mãos esfrangalharem-se nos espinheiros, sentindo o orgulho e o penacho esfrangalharem-se nos espinheiros. Chegou percorrendo vielas mal iluminadas, andrajoso, sem barretteira, sem banda, sem espada, sem penacho. [...] O homem pálido, de olhos febris, trêmulo de frio e sangrando de um ombro seria realmente o jovem e arrogante Visconde de Camamu? Braga viu-o entrar em seu gabinete amparado por dois escravos, balbuciando palavras incoerentes. (RUAS, 1985, p. 16).

O terceiro momento em que é possível observar o absoluto despreparo das tropas imperiais para cumprir seu dever de defender a capital – ainda que fossem tropas majoritariamente, presume-se, formadas por voluntários civis – reside em que, derrotados seus líderes, não houve nenhum movimento de retirada ou recuo estratégico, mas, sim, uma debandada, motivada pelo fato de não saberem o que fazer diante de tão brutal e inesperada situação.

Na edição de 2010, como que para intensificar a imperícia dos imperiais frente ao ataque farrapo, Ruas acrescenta à informação de que “Os imperiais, sem comando, recuaram, não sabendo o que fazer” o detalhe de que “desandaram num galope desesperado” (RUAS, 2010, p. 29).

Avançando na leitura para o início do segundo capítulo de *Os varões assinalados*, encontramos a descrição que Ruas faz da entrada dos farroupilhas na capital rio-grandense.

O Coronel Bento Gonçalves da Silva entrou em Porto Alegre a 21 de setembro de 1835, à frente das tropas rebeldes, com Onofre a seu lado. Porto Alegre era, nessa época, um próspero burgo de quinze mil almas. [...]

A população em geral não compareceu para ver a entrada vitoriosa dos conquistadores da cidade. O Coronel Bento Gonçalves contava com isso. As ruas desertas, as janelas fechadas, o silêncio apreensivo, não o surpreenderam. Imaginava os acontecimentos dos dias anteriores e não se iludia com as consequências da propaganda feita por Braga antes de fugir. O incidente na ponte da Azenha fora largamente difundido. [...] As paredes amanheceram pintadas com dizeres ofensivos à dignidade do presidente. E este, olhos insones, a pálida mão sobre a boca para ocultar o tique, escutava a água do rio bater no casco do barco que o levava a Rio Grande. No dia anterior tomara uma decisão após a chegada de Camamu: mudara-se do palácio para o arsenal de guerra. À tarde, embarcara sua família a bordo do brigue americano Trafalgar. [...] Às seis da manhã, exasperado pelo sorriso fixo de seu irmão, reconheceu que a derrota era completa. [...]

Embarcou ao amanhecer, quando os farroupilhas entravam na cidade. (RUAS, 198, p. 17-18).

O episódio da entrada de Bento Gonçalves – e das tropas farroupilhas – em Porto Alegre recebe um tratamento narrativo completamente diferente do episódio da batalha da Azenha, que adota um tom grandioso, fazendo-nos lembrar dos grandes épicos. Ao contrário, no excerto destacado, o que vemos é a escolha de uma linguagem soturna – ainda que mantenha a característica cinematográfica, uma vez que a evocação imagética da narrativa permanece com a mesma intensidade –, que procura transmitir ao leitor toda a tensão do momento da entrada dos revolucionários na capital gaúcha.

Essa apreensão diante do desconhecimento dos movimentos seguintes das lideranças farrapas – aliada às propagandas negativas difundidas pelo então presidente da província e às (des)informações trazidas pelos sobreviventes da batalha da Ponte da Azenha, de que Bento Gonçalves vinha tomar a cidade com um exército

de milhares – é perfeitamente justificável, e consideramos muito mais verossímil que os habitantes de Porto Alegre recebessem os revolucionários com desconfiança, e não com vivas e glórias, como o discurso histórico e a obra de Alencar – vistos anteriormente – parecem sugerir.

Também nessa passagem temos algumas informações acerca das atitudes tomadas por Fernandes Braga no que diz respeito ao movimento revolucionário, sendo todas elas no sentido de proteger a si mesmo e à sua família, decidindo-se – após receber o derrotado Visconde de Camamu – pela retirada para o arsenal de guerra e, depois, pelo refúgio em um navio inglês antes mesmo de os farroupilhas entrarem em Porto Alegre, estando já navegando para o Rio Pardo quando os revolucionários chegaram na capital.

Na edição de 2010 de *Os varões assinalados*, Ruas acrescenta alguns parágrafos complementares à citação acima, que abordam um pouco as crenças e o histórico de Fernandes Braga, bem como o que pensava o então presidente da província em relação aos revolucionários rio-grandenses.

Estudara Direito em Coimbra. Da nobre cidade universitária não trouxera apenas a nostalgia das capas negras, das guitarras e do vinho verde. Envolvera-se com a Maçonaria; chegara a pertencer a uma loja chamada *A Gruta*; lera – sobressaltado – manifestos pela proclamação da república.

Coisa de rapazes, loucuras da juventude. Tudo isso ficara para trás. A monarquia era instituição secular, abençoada por Deus, justa nos princípios. E agora – em seu governo! – surgem esses estancieiros ignorantes, ladrões de gado, assassinos de índios, a conspirar, a ameaçar, a revoltar-se. E o pior de tudo: pregam algo tão inacreditável como uma república. Logo eles: escravistas, atrasados. Será que não entendem a gravidade de seus gestos? (RUAS, 2010, p. 32).

A leitura do excerto permite-nos observar não apenas os pensamentos de Braga acerca dos revolucionários – que ele claramente considera inferiores a si mesmo em decorrência de seu maior grau de instrução –, mas também deixa evidentes certas críticas do próprio autor ao movimento farroupilha que, ao mesmo tempo em que lutava por uma república, tinha tomado parte no assassinato de índios e alimentava a indústria escravagista.

Ainda acerca dessa citação, os revolucionários farroupilhas nos são apresentados como republicanos desde os primeiros atos da Guerra dos Farrapos, porém, essa afirmação é imediatamente questionada em um trecho presente em

ambas as edições, quando são descritas algumas das primeiras ações de Bento Gonçalves depois de sua entrada em Porto Alegre, em que o então coronel preocupa-se em escrever ao povo explicando os motivos da revolta – presumivelmente com o objetivo de desfazer as propagandas negativas feitas pelo presidente deposto da província –, em um excerto que destaca as qualidades intelectuais do líder farrapo.

No gabinete de Braga, à luz de suas velas, o Coronel Bento Gonçalves escreveu longa proclamação explicando os motivos do levante. É um documento sóbrio, respeitoso ao Imperador e aos princípios monárquicos, cheio de nobres intenções em relação ao futuro e áspero no ataque aos detentores do poder na Província. Na época, com propriedade, estas pessoas eram chamadas de retrógradas. Também empregava-se o termo reacionário em momentos de maior exaltação. Bento Gonçalves era homem comedido e suas emoções ponderadas. Usou a palavra reacionário apenas uma vez no documento, o qual, por sua vez, tem citações em latim e referências a deuses gregos. [...] Bento Gonçalves, ao contrário da maioria dos seus confrades – fazendeiros, militares, guerrilheiros do pampa, veteranos das infindráveis guerras com os castelhanos – tivera educação escolar num seminário e não guardava medo à cultura nem vergonha de manifestar seus conhecimentos, embora estes não fossem muitos¹. [...] Escrevia versos; mas [...] não os publicava nem recitava para plateias aflitas. Usou seu talento literário, na maior parte, para escrever cartas. Era um infatigável redator de cartas, que escrevia com correção e calor. (RUAS, 1985, p. 18-19).

O fato de encontrarmos em dois itens subsequentes de um mesmo capítulo a afirmação do republicanismo dos farroupilhas, assim como o posicionamento respeitoso ao imperador e aos princípios monárquicos, faz com que, nesse tocante, Os varões assinalados aproxime-se das formulações teóricas de Hutcheon ao afirmar que a metaficação historiográfica se vale de diferentes interpretações do passado, desconstruindo mitificações. Consideramos que é isso que Tabajara Ruas faz nesse momento de sua narrativa, ao demonstrar a inexistência de um projeto único entre os revolucionários, o que viria a contribuir – anos mais tarde – para o enfraquecimento do movimento.

No que concerne especificamente à construção literária da personagem de Bento Gonçalves, observamos, na obra de Ruas, um processo de conversão ficcional bastante curioso, uma vez que a figura do então coronel parece ser apresentada ao

¹ É bastante significativo notar que essa informação acerca de não serem muitos os conhecimentos de Bento Gonçalves, presente na edição original de *Os varões assinalados*, foi retirada da edição de 2010, considerada como mais definitiva e completa conforme as palavras do próprio autor.

leitor de forma a nos permitir encontrar nele tanto elementos que o aproximam das formulações teóricas de Lukács, como elementos que o aproximam das proposições de Hutcheon acerca do tratamento que as figuras históricas deveriam receber em obras de metafíscão historiográfica.

Em um primeiro momento, podemos observar que Bento Gonçalves é trazido na obra de Ruas em suas melhores qualidades, ou seja, toda a construção literária da personagem é feita de forma a destacar os valores positivos do líder farroupilha, em especial nos momentos em que esses valores são mais requisitados: durante as decisões militares e políticas da revolução; compreendendo a inquietação da população porto-alegrense, se preocupando em desfazer a propaganda negativa, escrevendo cartas de forma infatigável, mas nunca deixando de estar ao lado de seus confrades militares, guerrilheiros e estancieiros, o que evidencia tanto as qualidades físicas quanto as intelectuais do líder máximo da Revolução Farroupilha. Nesse aspecto, a personagem de Bento Gonçalves se aproxima de forma intensa das proposições feitas por Lukács, já que é focalizada sempre pelas suas qualidades e apresentada narrativamente como um líder que entende e conjuga os interesses de seu povo.

Por outro lado, Bento Gonçalves é um dos grandes protagonistas da obra de Ruas, estando presente na maioria dos capítulos, mostrado tanto em seus momentos de glória quanto nos de dúvidas e inquietações, como é possível observar no excerto seguinte, quando o então coronel reflete sobre os rumos da Revolução, observando da janela do palácio a bela cidade de Porto Alegre

O Coronel Bento Gonçalves ficou olhando o rocio deserto. Apoiou-se à janela do palácio. O mundo lá fora, agora, era hostil. Ele, agora, era alvo. Era isso que buscava nas enervantes noites de conspiração? Essa sala em penumbra, ressoante de ecos, de vozes alteradas ou sussurrantes, era o sonho que vislumbrara em suas reuniões com os irmãos de sua loja maçônica? O Coronel Bento Gonçalves olha as pedras do pátio. Uma sentinela passa lentamente. Precisa fazer tanta coisa! Precisa escrever para Caetano. Precisa escrever para Bento Manuel. Precisa tomar providências: Rio Pardo ainda resiste. Sebastião Barreto e Silva Tavares estão em marcha com suas tropas. A cidade está apavorada. É preciso tomar as rédeas. É preciso, é preciso, é preciso. (RUAS, 1985, p. 20).

Nesse segundo aspecto, a conversão ficcional de Bento Gonçalves na obra de Ruas se aproxima das formulações de Hutcheon, que defende a presença das

personagens históricas como protagonistas das obras de metaficção historiográfica, com todas as suas qualidades, defeitos e vivências cotidianas.

Da mesma forma que pudemos observar em *O gaúcho*, a narrativa de *Os varões assinalados* apresenta certa neutralidade em relação ao movimento farroupilha no que concerne ao episódio histórico da Tomada de Porto Alegre, ainda que nos pareça assumir uma posição pendente para o favorecimento do lado revolucionário, sem deixar, contudo, de apontar certos problemas em seu discurso, como o fato de serem seus líderes – ao menos nos atos iniciais do movimento – ainda escravagistas.

Da mesma forma, encontramos aproximações entre *O gaúcho* e *Os varões assinalados* no que concerne à figura do principal líder dos revolucionários, o então Coronel – e posterior General – Bento Gonçalves da Silva, que parece contar com a simpatia discursiva dos dois autores, e que é apresentado por Ruas nas suas qualidades, ainda que de forma não mitificada, trazendo para a narrativa tanto os momentos e aspectos mais heroicos dessa personagem histórica, quanto seus momentos mais humanos de inquietações, preocupações e mesmo defeitos.

Assim sendo, podemos afirmar que a obra de Ruas, detalhada e com uma linguagem cinematográfica significativa e intensa, possui tanto características que visam à construção épica do episódio da tomada de Porto Alegre, destacando as cores quase sobrenaturais com as quais é pintado o ataque dos farrapos em detrimento da falta de comprometimento para o combate dos defensores da capital rio-grandense, como outras, que procuram demonstrar os aspectos mais cotidianos – medos e inquietações – na capital recém-conquistada.

Avançando para a primeira metade do século XXI, escolhemos para nossa pesquisa a obra de Letícia Wierzchowski, *A casa das sete mulheres*, que possui a característica de nos apresentar os principais eventos da Guerra dos Farrapos como pano de fundo para a história das mulheres da família de Bento Gonçalves, reunidas na Estância da Barra durante os 10 anos que duraram o conflito.

Esses eventos históricos são trazidos para a narrativa principalmente na forma de cartas trocadas entre as diferentes personagens – históricas ou fictícias –, fazendo com que o leitor seja informado dos acontecimentos da linha de frente do combate da mesma forma e no mesmo momento em que as referidas sete mulheres o são.

Essa escolha de Wierzchowski já faz com que imediatamente pensemos nas formulações teóricas de Linda Hutcheon, quando a crítica afirma que as obras de

metaficcão historiográfica visam dar voz aos excluídos, aos “ex-cêntricos”, para usar uma expressão da própria Hutcheon, em detrimento das figuras glorificadas em romances históricos tradicionais.

É exatamente isso o que observamos em diversos níveis em *A casa das sete mulheres*, posto que as protagonistas são mulheres – tradicionalmente excluídas do discurso histórico e mesmo da ficção histórica tradicionais – em suas vidas e afazeres cotidianos definitivamente invisíveis nas narrativas históricas mais conservadoras; eaté mesmo as personagens históricas, inclusive as mais glorificadas, são apresentadas na obra de Wierzchowski em suas facetas mais humanas, como é o caso de Bento Gonçalves, que mesmo ao descrever episódios de guerra – recorrentes em narrativas históricas – não deixa de apresentar seu lado menos glorificado..

No caso do evento da tomada de Porto Alegre pelas tropas farroupilhas somos informados dos detalhes do episódio em carta enviada por Bento Gonçalves à sua esposa, Caetana.

Minha cara Caetana,

Escrevo estas linhas breves do gabinete do antigo presidente desta nossa província, Antônio Rodrigues Fernandes Braga, que, provando a sua total incapacidade e falta de coragem, fugiu de Porto Alegre num navio antes mesmo da chegada das nossas tropas. Entramos na cidade ainda nesta madrugada, o que sucedeu sem muitas pelejas e quase sem derramamento de sangue. Peço, então, a usted, às minhas irmãs, e às outras todas que fiquem calmas e tranqüilas e que tenham fé em Deus, pois ele está do lado dos justos e nos guia nesta empreitada.

As coisas, minha Caetana, estão em bom pé, mas há muito a ser feito. Rio Pardo ainda resiste, mas nossas tropas logo vencerão mais esta prova. Esta cidade de Porto Alegre, até o momento em que le escrevo, permanece deserta e medrosa, decerto que Braga e os seus andaram espalhando as piores mentiras sobre nossas intenções para com o Rio Grande e o seu povo. Mas tenha fé, Caetana, que logo dar-le-ei mais boas notícias.

Sinto muito a sua falta, esposa. Quisera estar ao seu lado, mas os deveres para com a minha terra aqui me seguram. Dê um beijo longo nos meninos, outro nas meninas. E peça para que Perpétua reze por mim também, que suas orações são fervorosas. Alcance um abraço meu a cada uma das minhas irmãs, e diga-lhes que todos da família estão bem e a esta hora descansam da longa noite que tivemos.

Com todo o meu afeto,
Bento Gonçalves da Silva

Porto Alegre, 21 de setembro de 1835 (WIERZCHOWSKI, 2002, p. 43-44).

A primeira coisa que devemos dizer a respeito dessa carta – e de tantas outras que se farão presentes nas análises literárias de *A casa das sete mulheres* – é que ela é puramente ficcional, assim como a imensa maioria das cartas presentes no romance, conforme nos informou a própria autora, na já referida entrevista.

Praticamente 95% das cartas trocadas entre as personagens do romance são ficcionais. Não tem nada disso guardado. [...] Como o livro está lidando mais com o tecido humano e pessoal das personagens, as cartas são inventadas. (WIERZCHOWSKI, 2021).

É evidente, contudo, que o fato de serem ficcionais as cartas trocadas entre as personagens de Wierzchowski não compromete de forma alguma sua importância narrativa, uma vez que se trata de uma obra de ficção histórica, e não de um trabalho historiográfico, que mesmo assim – como vimos – está sujeito a imprecisões, erros e construções discursivas que impedem sua identificação com qualquer tipo de verdade incontestável.

Feita essa consideração acerca das cartas, o que primeiro nos salta aos olhos quando lemos a versão de Wierzchowski para a tomada de Porto Alegre é a monumental diferença narrativa que existe entre o seu texto e as duas obras anteriormente estudadas – *O gaúcho* e *Os varões assinalados*.

Essa grande diferença se dá principalmente devido ao fato de que a própria proposta narrativa da autora difere diametralmente das propostas de Alencar e de Ruas, focando no cotidiano das sete mulheres da família de Bento Gonçalves que, ao longo dos quase 10 anos da Revolução Farroupilha, viveram juntas na Estância da Barra. Assim sendo, era de se esperar que Wierzchowski dedicasse mais atenção ao impacto que a notícia da tomada de Porto Alegre causaria nas personagens femininas da Estância do que aos detalhes da invasão em si, como podemos observar na passagem imediatamente seguinte ao recebimento da carta de Bento Gonçalves.

Quando Caetana acabou a leitura, tinha lágrimas nos olhos. D. Ana também chorava, de alívio e emoção. Tivera uma longa noite insone, pensando nos filhos e em Paulo, mas agora sabia, agora tinha certeza de que todos estavam bem, que a Capital era deles e que tudo acabaria em paz.

- Graças ao bom Deus! – exclamou Maria Manuela, que pensava mais em Antônio, que nunca estivera em batalha, do que no esposo, tão hábil com o sabre, que fazia lenda em sua terra.

Manuela, Mariana, Rosário e Perpétua abraçaram-se com alegria. Perpétua, mais do que todas, estava radiante por ter o pai falado em

suas orações. Sim, rezaria por ele e pelos seus exércitos com toda a força de sua alma. Rosário abraçou a mãe, ficou feliz pelo tio, pelo pai e pelo irmão, mas chegou-se a D. Ana e, numa voz de conchavos, quis saber:

- Esta carta significa que podemos voltar para casa, tia?
- Esta carta, minha filha, significa que nossos homens estão vivos, ou estavam vivos até esta alvorada. Bento disse que há muito para ser feito, e que Rio Pardo ainda resiste... - Num suspiro, D. Ana acrescentou: - Vamos esperar. Não foi para isso que fomos feitas? Para esperar, minha filha?

Rosário concordou lentamente.

Voltaram todas para a mesa e foram aos poucos retomando a refeição do pé em que a haviam largado. O peito de Caetana era aquecido por um novo calor. Refletiu que quando acabasse de comer, iria brincar um pouco com Leão e Marco Antônio, e contar-lhes que o pai vencera mais uma batalha e que era um valoroso soldado. (WIERZCHOWSKI, 2002, p. 44-45).

Ao escolher uma abordagem que evidencia, em primeiro lugar, aspectos do cotidiano em detrimento dos eventos históricos de forma direta, Wierzchowski constrói uma narrativa que se afasta diametralmente do romance histórico clássico, aproximando-se de forma muito mais expressiva dos conceitos de metaficação historiográfica propostos por Hutcheon, pelo fato de focalizar e dar voz a personagens marginais do discurso histórico.

Quando Wierzchowski compõe sua narrativa optando por trazer como protagonistas as mulheres, e não os homens, como é o mais tradicional em uma narrativa de guerra, ao longo da Revolução Farroupilha, ela dá voz às personagens históricas muitas vezes esquecidas pelas narrativas tradicionais. Ao mesmo tempo, nos apresenta aspectos mais humanos do confronto, como cenas cotidianas – tanto da linha de frente, por meio de cartas, como da vida na estância, através de narrativa direta – e episódios menos heroicos e glorificados do movimento.

É desnecessário dizer que esse tratamento torna as personagens e a narrativa muito mais complexas, pois atrás das figuras mitificadas da Guerra dos Farrapos, Wierzchowski apresenta suas características mais humanizadas e preocupações pessoais que vão além da vocação heroica dos líderes farroupilhas.

No que diz respeito ao episódio da tomada de Porto Alegre propriamente dito, a primeira observação que podemos fazer é que a batalha da Ponte da Azenha – a única realmente travada entre os farrapos e os imperiais no processo de invasão da capital – está praticamente ausente, sendo apenas citada de passagem e sem

identificação quando Bento Gonçalves menciona a existência de poucas batalhas e quase nenhum derramamento de sangue.

Podemos inferir que a autora não quis se aprofundar nesses detalhes por dois motivos, sendo que o primeiro, e mais evidente, é que a personagem-remetente da carta – o próprio Bento Gonçalves – não teria estado presente no referido combate, ainda que seja verossímil presumir que, àquela altura, o então coronel já tivesse sido informado de todos os detalhes referentes a ela.

O segundo motivo, muito mais interessante para esta investigação, poderia ser encontrado no fato de que a carta fora endereçada à esposa e a familiares de Bento Gonçalves, em sua maioria do sexo feminino, e que em uma carta desse teor seria inverossímil que fossem feitas longas descrições de batalhas e combates.

Esse argumento ganha força quando observamos que a própria entrada em Porto Alegre não é descrita com riqueza de detalhes, sendo apenas informado à destinatária da carta – e também ao leitor – o fato de que tal chegada se havia dado na madrugada de 21 de setembro, e que a capital rio-grandense estaria ainda fechada em si mesma, receosa das intenções dos farrapos, devido às possíveis propagandas negativas feitas por Fernandes Braga antes de fugir.

É justamente essa descrição da cidade fechada, silenciosa e com medo que mais nos salta aos olhos quando lemos a carta de Bento Gonçalves, justamente por diferir em todos os aspectos fundamentais das descrições observadas anteriormente, no discurso histórico e em *O gaúcho*, em que os farrapos – e Bento Gonçalves em especial – eram recebidos com festas e aclamações nas ruas de Porto Alegre, sem que nenhum tipo de desconfiança pesasse sobre eles, ou como se fossem os farroupilhas os heróis que o povo da capital rio-grandense estaria aguardando há sabe-se lá quanto tempo.

Ao descrever a população de Porto Alegre silenciosa e com medo, sob influência de possíveis informações falsas deixadas por Fernandes Braga, sem saber exatamente o que esperar do futuro, e especialmente dos revoltosos, Wierzchowski faz coro a Ruas, trazendo o episódio sob holofotes bastante similares, e quebrando com o paradigma – tanto historiográfico quanto literário – heroicizante da Guerra dos Farrapos, que tende a glorificar os revolucionários, e representá-los sempre apoiados integralmente pelo povo gaúcho. Fazendo isso, os dois autores mostram ao leitor um aspecto mais duro da Guerra dos Farrapos – e de todas as guerras, para sermos

justos –, que é o de que mais do que batalhas e honras militares, a incerteza e o medo pairam sobre os envolvidos, tanto combatentes como civis.

Consideramos importante destacar ainda que esse cenário descrito por Wierzchowski e Ruas, em que a população de Porto Alegre, receosa de um ataque, e na iminência de um conflito que a poderia afetar diretamente, nos parece muito mais verossímil do que as calorosas recepções descritas pela historiografia e por Alencar, que nos passam a impressão de que na noite anterior a capital gaúcha estaria se preparando para uma festa, e não para um ataque cujas consequências ainda lhe eram incertas.

Podemos observar esse mesmo clima de incerteza em relação aos caminhos pelos quais poderia seguir a Revolução farroupilha também entre as mulheres da família de Bento Gonçalves, ainda na citação em que é descrita a reação das parentes do líder farrapo à carta que as informava do sucesso da Tomada de Porto Alegre.

Por um lado, o referido trecho nos informa da felicidade que tomou conta das sete mulheres que protagonizam a obra de Wierzchowski, dos abraços entre elas, da intenção de Perpétua em redobrar as orações pelo bom desenvolvimento do processo revolucionário, e até mesmo da decisão de Caetana de contar aos filhos pequenos sobre a vitória do pai na capital gaúcha e do quanto ele era um “valoroso soldado”.

Por outro lado, contudo, vemos Rosário perguntando para Dona Ana, em voz baixa, em tom de “conchavo”, para valer-nos das palavras da própria autora, se poderiam já as mulheres da família de Bento Gonçalves voltar para suas casas, recebendo da irmã do então coronel a resposta de que ainda havia muito a ser feito, que Rio Grande ainda resistia, e que a elas cabia, ainda, o papel de esperar o desenrolar dos acontecimentos, evocando o mote do texto de Wierzchowski acerca das mulheres rio-grandenses.

A leitura da carta de Bento Gonçalves nos permite, ainda, inferir a posição da autora em relação à Revolução Farroupilha, que interpretamos ser favorável, uma vez que ela usa termos pouco elogiosos para se referir a Fernandes Braga e aos seus, mas de forma nenhuma ingênua, no sentido de glorificar a revolução sem fazer-lhe as críticas cabíveis, ou apontar aspectos menos gloriosos do movimento, tais como o medo e a incerteza já referidos.

De acordo com a autora, em entrevista concedida ao autor deste trabalho, a revolução teria se iniciado por questões peculiares e pessoais – o comércio de

charque – e que o tempo e os novos líderes que se foram formando durante seu desenvolvimento trouxeram ideias e valores novos, que atuaram de forma a nobilitar o movimento, fazendo com que assumisse um caráter verdadeiramente revolucionário e potencialmente transformador, e não mais apenas econômico, como em seu princípio (WIERZCHOWSKI, 2021).

No que concerne à personagem de Bento Gonçalves, observamos novamente uma grande diferença na conversão ficcional que Wierzchowski faz do então coronel em relação ao texto historiográfico e ao de Alencar, uma vez mais aproximando-se a obra da de Ruas. Em *A casa das sete mulheres*, encontramos um Bento Gonçalves honrado e heroico, sim, como podemos observar na citação anterior, em que ele afirma que deve cumprir ainda deveres com sua terra e que ainda muita coisa precisava ser feita antes que pudesse estar com sua família, mas também o vemos despojado da aura de herói em tempo integral.

Na carta que o então coronel encaminha à esposa, ele demonstra preocupar-se em acalmar tanto a ela quanto às outras mulheres de sua família, demonstrando-lhes afeto, ao pedir que Caetana lhes transmita beijos e abraços de sua parte, além de também mostrar seu lado religioso, pedindo que sua filha, Perpétua, reze por ele e pelos seus, uma vez que as orações dela são fervorosas.

Essa apresentação do lado mais humano de Bento Gonçalves não afeta em nada o seu valor enquanto líder da revolução – muito ao contrário, posto que a presença das características humanas da personagem permitem que encontremos, entre nós mesmos e ela, semelhanças que, conforme as teorizações de Segolin apresentadas anteriormente, favorecem nossa identificação com a personagem –, mas contribui para construir uma personagem mais profunda, em suas qualidades e defeitos, e uma vida “real”, e não apenas uma figura distante que só parece possuir momentos de glória. Isso é de fundamental importância para que percebamos que o processo de mitificação de uma pessoa tende a torná-la menos humana.

Ainda assim, Wierzchowski não se furta a descrever as características de Bento Gonçalves que mais atraem o olhar dos historiadores: seus aspectos de grande líder e herói revolucionário, escolhendo fazê-lo por meio das palavras de sua sobrinha, em um dos capítulos dos “Cadernos de Manuela”, cuja escrita seria datada de 21 de setembro de 1835. Vale a pena notar que, mesmo sendo um parágrafo dedicado às

mais glorificadas características do comandante farrapo, a autora as apresenta ao lado de aspectos igualmente marcantes de sua esposa, Dona Caetana.

Nosso primeiro dia na estância passou sem acontecimentos especiais. Claro, não pude deixar de notar a angústia que se enreda nos olhos de Caetana feito um gato, arredia como um gato. [...] Há uma dignidade estranha nela, em cada gesto seu, cada olhar. É mulher, apenas, e é tanto. Seus suspiros exalam suave fragrância, e imagino que Bento Gonçalves tenha por ela se apaixonado ao primeiro olhar. [...] Meu tio Bento também é um homem marcante, de força. Quando pisa no chão, é como se a madeira tremesse um tanto a mais, mas não por seu peso, nem que pise forte, é que tem nos olhos, nas carnes, no corpo todo um poder e uma calma dos quais não se pode escapar. Meu tio, mesmo não estando entre nós, marca-nos a cada uma com a força de seus gestos: é por um ideal seu que estamos aqui, esperando, divididas entre o medo e a euforia. Caetana, por certo, com sua digna beleza e seu espírito ao mesmo tempo tão frágil e tão forte, deve ter-se rendido a essa aura que de Bento Gonçalves exala. Aura de imperador, mesmo que nesse momento esteja lutando contra um. (WIERZCHOWSKI, 2002, p. 35).

Ao termos atentamente a maneira pela qual Wierzchowski ficcionaliza o episódio da Guerra dos Farrapos, observamos que a autora – mesmo demonstrando uma posição favorável ao movimento – se preocupa em não contribuir para a construção de mitos acerca da Revolução Farroupilha, e muito menos de seu maior líder, que é representado com suas qualidades “heroicas”, mas também em seus aspectos humanos – perfeitamente de acordo com as formulações teóricas de Hutcheon, que defende que as personagens históricas sejam apresentadas de forma integral em obras metaficcionalis historiográficas, e não apenas em seus momentos de glória.

Nesse ponto, podemos afirmar que *A casa das sete mulheres* poderia ser classificada como uma obra de metaficação historiográfica que, além de apresentar os aspectos humanos das personagens históricas e escolher como protagonistas figuras tradicionalmente excluídas de narrativas tradicionais, coloca em xeque o discurso historiográfico, apresentando ao leitor aspectos da Guerra dos Farrapos comumente ignorados pelos livros de história e de literatura histórica.

Ao revisitar as maneiras pelas quais a tomada de Porto Alegre é representada literariamente nas obras deste estudo – *O gaúcho* (1870), de José de Alencar; *Os amores de Canabarro* (1933), de Othelo Rosa; *Os varões assinalados* (1985), de Tabajara Ruas; e *A casa das sete mulheres* (2002), de Letícia Wierzchowski –,

pudemos observar alguns elementos interessantes, tanto no que concerne ao episódio em si, como no que concerne a sua principal personagem, Bento Gonçalves.

A respeito da batalha da Ponte da Azenha, observamos que nas obras de Alencar e de Ruas existe uma descrição do episódio com certa quantidade de detalhes – mais em Ruas – e com uma narrativa que se presta a alguns tons heroicos, destacando a coragem dos farrapos em detrimento da relativa covardia dos imperiais, possuindo características que os aproximam dos romances históricos tradicionais, conforme teorizados por Lukács. Nas obras de Rosa e de Wierzchowski, por sua vez, tal batalha é apenas mencionada de passagem, sendo que, no primeiro caso, apenas seu nome e importância são mencionados, sem maiores descrições ou referências, o que está de acordo com o recorte escolhido pelo autor para seu romance.

No segundo caso, a mesma batalha não recebe nenhum tipo de nomeação, sendo que apenas é possível identificá-la por meio do conhecimento do contexto histórico que envolve essa passagem específica da obra, o que deixa bem claro que os feitos militares não foram escolhidos pela autora como mote principal de sua obra.

Em relação à entrada das tropas farroupilhas em Porto Alegre, e em especial à chegada de Bento Gonçalves à capital rio-grandense, novamente encontramos em *O gaúcho* uma narrativa que se presta a tons épicos, com a descrição dos revolucionários chegando à cidade sob aclamações enquanto os imperiais fugiam. A mesma ideia aparece em *Os amores de Canabarro*, com os farrapos sendo alcunhados de deuses, mas sem que houvesse nenhum tipo de descrição do acontecimento propriamente dito, além da menção explícita de sua data. Em *Os varões assinalados* e *A casa das sete mulheres*, esse episódio é descrito de uma maneira mais “fria”, com a população da capital gaúcha desconfiada e silenciosa, sem saber ao certo o que esperar do futuro, com medo dos farroupilhas em decorrência de boatos espalhados pelo presidente da província antes de sua fuga.

No que concerne à figura de Bento Gonçalves, nas quatro obras estudadas observamos que, em maior ou menor medida, suas qualidades de patriotismo, honra, coragem e liderança são destacadas pelos respectivos autores, mas com a diferença de que Alencar e Rosa pintam o então coronel com ares muito mais heroicos, sendo sua figura quase onipresente – mesmo quando não fisicamente presente –, enquanto Ruas e Wierzchowski procuram apresentar também aspectos mais humanos do líder farroupilha, tornando-o uma personagem muito mais complexa, profunda e

“identificável” com o leitor, por estar mais próximo da representação de um ser humano do que de uma figura de atributos virtualmente divinos, e praticamente sem defeitos.

É interessante notar ainda que as representações literárias aqui estudadas da tomada de Porto Alegre trazem elementos que nos permitem refletir acerca do episódio histórico de forma mais ampla e crítica do que o faz o discurso historiográfico, cuja tendência – como observado no começo deste item – é o de construir um mito acerca da invasão da capital rio-grandense.

Por fim, no que diz respeito à tomada de Porto Alegre, a análise revela uma tendência, ao longo do tempo, de os autores apresentarem em suas narrativas elementos que nos permitem inferir uma posição relativamente favorável ao movimento farroupilha, bem como de admiração das qualidades do seu principal líder, ainda que seja possível observar – como não poderia deixar de ser – variações no grau de apoio ao movimento farrapo e na visão mais mítica ou humana de Bento Gonçalves.

Tendo feito a análise de diferentes formas pelas quais a tomada de Porto Alegre foi representada literariamente ao longo dos anos, podemos partir para o capítulo seguinte, em que nos debruçaremos sobre a Proclamação da República Rio-Grandense, protagonizada pelo Coronel Antônio de Souza Netto, em 11 de setembro de 1836.

6 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE

6.1 O discurso histórico sobre a Proclamação da República Rio-Grandense

O segundo episódio histórico em que nos aprofundaremos nesta investigação é o da Proclamação da República Rio-Grandense, ocorrida em 11 de setembro de 1836, apenas alguns dias antes de completar um ano do início da Revolução Farroupilha e da tomada de Porto Alegre, ocorrida em 20 de setembro de 1835.

Assim Ivar Hartmann, em *Aspectos da Guerra dos Farrapos*, nos descreve todo o processo de Proclamação da República Rio-Grandense, desde o combate travado no Seival no dia anterior à proclamação, até a descrição dos eventos de 6 de novembro de 1836, quando a Câmara Municipal de Piratini elege Bento Gonçalves da Silva como primeiro presidente da recém-proclamada república.

Em 10 de setembro no Seival, à beira da estrada que liga Bagé a Pelotas, o coronel Antonio de Sousa Neto com 430 homens derrota o imperial Silva Tavares com 500 homens, em uma difícil carga de cavalaria coxilha acima.

No dia seguinte (11), às margens do rio Jaguarão na divisa com o Uruguai, Neto, postada em forma a 1^a Brigada Revolucionária proclama a República separando o Rio Grande do Sul do Brasil.

No dia 12 João Manuel assina o decreto declarando '...para sempre libertos os negros escravos que assentarem praça nos exércitos da República'.

A Câmara de Jaguarão rapidamente adere à separação e nomeia Bento Gonçalves para chefe interino do governo. No dia 4 de outubro Bento Gonçalves que assediava Porto Alegre procura retornar ao sul mas é derrotado e preso na Ilha do fanfa (rio Jacuí). 1.100 homens são presos mas o outro chefe republicano, Domingos Crescêncio, consegue retirar-se com 400 soldados. [...]

No dia 6 deste mês a Câmara de Piratini elege Bento Gonçalves, que estava preso, para Presidente da República e Gomes Jardim para substituí-lo em seu impedimento. (HARTMANN, 2002, p. 65-66).

Conforme vimos, a questão do separatismo ou não do movimento farrapo é bastante controversa e discutida até os dias de hoje, e não pretendemos aqui – até mesmo por tratar-se de um tema de grande complexidade que demanda aprofundamentos que fogem ao propósito desta tese – tomar partido nessa questão particular, mas, sim, nos concentrar no episódio histórico da Proclamação da República Rio-Grandense propriamente dito, em especial no que diz respeito a sua representação literária.

Por uma questão metodológica, apresentaremos o discurso histórico acerca da Proclamação da República Rio-Grandense de forma cronológica, respeitando a mesma divisão temporal das obras literárias selecionadas para análise: Segunda metade do século XIX, primeira metade do século XX, e segunda metade do século XX.

Já no ano de 1881, em seu trabalho apresentado ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – *Guerra civil no Rio Grande do Sul* –, Tristão de Alencar Araripe escreve sobre o episódio da Proclamação da República Rio-Grandense, mas o faz sem muitos detalhes, e com uma série de críticas implícitas ao movimento, como podemos ler no excerto:

Os sobreditos caudilhos reunem-se agora em Piratinin, declarão a província do Rio-grande do Sul separada da comunhão brasileira, e proclamão o governo republicano.

Assim ergue-se a república rio-grandense, e ostenta-se entre os estados independentes da Terra. Embora ouvesse mais apariências do que realidade n'este novo estado. É todavia certo, que fez-se ensaio efetivo de governo independente.

§6. Em 12 de Setembro de 1836 Antonio Neto, á frente do seo regimento, acampado nas costas do Jaguarão, proclama a separação da província, e decreta a republica.

Foi o primeiro brado franco e claro da rebeldia: era tambem a demonstração clara e evidente da origem militar do sistema, que se inaugurava. Um caudilho militar entre os seos soldados efetuava a obra, que devia ser dos cidadãos. (ARARIPE, 1986, p. 41).

Não é possível saber – apenas com o trecho destacado – se a crítica de Araripe se destina ao movimento republicano farrapo, ou à ideia de República em si, e nem é o nosso objetivo entrar nesse mérito. Entretanto, não deixa de ser irônico, de certa forma, que menos de 10 anos depois da publicação original do seu texto, a República no Brasil tenha sido proclamada quase que de forma análoga à descrita por ele na sua obra: Um comandante do Exército, cercado pelas suas tropas, decreta um novo governo, com caráter militar tão acentuado que os primeiros governos republicanos nacionais são conhecidos em conjunto como “República da Espada”, em referência aos seus dois Marechais Presidentes.

Fazendo um salto temporal para o ano de 1939 – data da publicação original da obra *A Revolução Farroupilha*, de Walter Spalding –, encontramos já uma visão diferenciada do processo de Proclamação da República Rio-Grandense, que é descrito com ares de grande conquista militar, a partir da Batalha do Seival, travada

por Neto – apresentado como grande homem e líder militar – e seus cavaleiros em situação de grande desvantagem numérica.

Grande era, porém, a falta de gente com que lutavam as forças do governo. Por isso, Silva Tavares foi percorrer com sua pequena força a campanha, a fim de conseguir recrutas e fazer junção com algum outro chefe legal que por ali estivesse. Acampou, depois de já estar com um bom contingente, cerca de 600 homens, nos campos do Seival, a 9 de setembro de 1836, de onde pretendia, no dia seguinte, marchar sobre Pelotas. Mas tudo saiu-lhe às avessas.

Antônio de Sousa Neto, uma das mais completas figuras de soldado do glorioso decênio, espreitava-o, porém, desde muito. Alcançou-o, finalmente, no dia 10, quando Silva Tavares ia levantar o acampamento.

As forças de Neto eram muito inferiores, em número. Contudo não receou atacar o inimigo, e fê-lo com tanta felicidade que, após renhida luta, desbaratou por completo os imperiais, matando cerca de 180, além de mais ou menos 60 feridos e 160 prisioneiros. A perda dos farrapos foi insignificante, relativamente. (SPALDING, 1982, p. 40).

Como não se pode deixar de perceber, o posicionamento de Spalding frente à Revolução Farroupilha é nitidamente favorável, como se pode notar, por exemplo, no uso da expressão “glorioso decênio” para referir-se à década ao longo da qual foi travada a Guerra dos Farrapos. Igualmente nítida é a admiração que o autor sente por Antônio de Sousa Neto, como é perceptível de forma clara pelas palavras escolhidas por ele para se referir ao líder farrapo.

É curioso, contudo, que, nas páginas seguintes, Spalding adote uma postura bastante singular em relação ao evento da Proclamação da República Rio-Grandense em si, posto que afirma serem muitos farrapos de fato republicanos, mas não necessariamente separatistas, e que a decisão de romper com o Império do Brasil teria sido causada pelo próprio governo regencial, que, com sua intransigência, teria empurrado o movimento inicialmente reivindicatório dos farrapos para uma posição separatista.

O império teimava em não conceder direito algum aos farrapos. Bento Manuel negara-se ao acordo proposto por Bento Gonçalves, em fins de junho, declarando que a força das armas é que iria decidir a questão. Que restava, pois, aos destemidos revolucionários partidários arraigados da ideia republicana, Joaquim Pedro e Manuel Lucas de Oliveira?

A estes cidadãos, cujos ideais republicanos eram notórios, mais do que a Antônio de Sousa Neto, deve-se atribuir a proclamação da república. [...]

Aliás, deve-se notar, Neto também era republicano. Seus atos o denunciam, mormente no fim da revolução. Daí a sua pouca ou nenhuma resistência ao apelo de Joaquim Pedro e Manuel Lucas de Oliveira que queriam a república.

Trabalhando desse modo, Neto, a 11 de setembro, dia imediato ao da vitória do Seival, ignorando ainda a derrota de Bento Gonçalves no Fanfa, participa aos seus valentes cavalarianos a proclamação da república. Contudo, na ata do dia 12, feita após a reunião nas margens do rio Jaguarão, lê-se que a república foi proclamada no Rio Grande 'não só por ter todas as formalidades para representar entre as demais nações livres do universo, senão também obrigados pela prepotência do governo do Rio de Janeiro'. Como se vê, há aí uma ressalva.

A proclamação da república foi, pois, um ato de desforra. O governo central não queria de forma alguma, como já ficou dito, reconhecer os direitos do Rio Grande rebelado, gritando por justiça. Foram, portanto, as circunstâncias que os obrigaram a esse passo que, antes disso, nunca fez parte de suas cogitações puramente reivindicadoras. (SPALDING, 1982, p. 41-42).

Avançando para a segunda metade do século XX, encontramos na obra de Morivalde Calvet Fagundes um discurso ufanista e solene na descrição da Proclamação da República Rio-Grandense, destacando os ideais revolucionários e republicanos, indicando um posicionamento do autor não apenas favorável ao republicanismo, como também ao caráter separatista da Revolução Farroupilha, se nos basearmos nas palavras que ele escolheu para descrever o episódio.

Por instantes, o destino da Revolução e da Província vacilou nas mãos de Neto. Não havia tempo de consultar Bento Gonçalves. A decisão tinha que ser tomada agora, enquanto os soldados ainda tinham o sangue quente da vitória conquistada neste dia. [...]

Declarado o seu acordo, cogitou-se de traduzir em realidade a grata ideia. Os três correligionários dispuseram-se a fazer o que era preciso para que o magno evento fosse consumado na manhã seguinte. Na mesma noite foram lavrados os rascunhos da proclamação, da ordem do dia e das promoções indispensáveis a uma solenidade como esta. Pela madrugada de 11, no campo de Joaquim Menezes, à beira do passo das Pedras, margem esquerda do rio Jaguarão, [...] divididas as unidades, os comandantes de corpos meteram em linha os seus soldados. Composta a formatura, Neto, cavalgando a galope curto, à testa do seu estado-maior, apareceu à direita, indo postar-se no centro, frente à tropa. Prestadas as continências de estilo, sabedora do que ia acontecer, a força rompeu numa aclamação entusiástica e delirante. Em seguida, Joaquim Pedro, por ordem de Neto, deu a voz de apear e disponde a tropa em quadrado, passou ao centro, de onde, altissonante, leu a proclamação escrita na véspera. [...]

No dia seguinte, procedeu-se a uma outra cerimônia, que constou da lavratura e assinatura solene da Ata de declaração de independência e proclamação da República Rio-Grandense. (FAGUNDES, 1985, p. 153-154).

Como é possível observar a partir da leitura das diferentes citações, o evento histórico da Proclamação da República Rio-Grandense foi descrito por historiadores de diferentes formas, e a partir de diferentes posicionamentos de seus autores, sendo possível afirmar que mesmo hoje não existe um consenso definitivo acerca do separatismo ou não do movimento farrapo.

Cabe a nós agora – ainda sem tomar partido nessa ainda corrente polêmica – verificar de que forma o referido episódio histórico aparece representado ficcionalmente nas obras literárias selecionadas para este estudo.

6.2 Análise das reconstruções literárias da Proclamação da República Rio-Grandense

Seguindo a ordem cronológica da publicação das obras em estudo, o primeiro objeto de nosso aprofundamento é *O gaúcho*, de autoria de José de Alencar.

Como dito anteriormente, o texto de Alencar não é um romance histórico propriamente dito no sentido de ficcionalizar os principais eventos da Revolução Farroupilha, sendo esta apenas um pano de fundo para a narrativa que o autor constrói em torno das personagens Manuel Canho e Catita Fernandes, protagonistas de sua obra.

Da mesma forma, também vimos que a personagem histórica que mais tem destaque na obra de Alencar é Bento Gonçalves da Silva, por ser ele padrinho do protagonista e que o episódio histórico que mais recebe destaque em *O gaúcho* é a Tomada de Porto Alegre.

Assim sendo, não encontramos no texto de Alencar referências ou descrições explícitas à Proclamação da República Rio-Grandense, o que é bastante coerente com a proposta do autor para sua obra. Ainda assim, nas páginas que descrevem a tomada da capital gaúcha, existe uma referência breve e bastante discreta não ao evento histórico em si, mas, sim, aos atos que dariam início à perseguição que Neto faria ao Coronel Imperial Silva Tavares, que culminaria com a referida proclamação.

Senhor da capital, onde assumira a presidencia o cidadão Marciano José Ribeiro, Bento Gonçalves, investindo-se do commando das armas, despachou immediatamente Manoel Canho com uma carta para Neto, em Piratinim, communicando-lhe os ultimos

acontecimentos e avisando-o da necessidade de bater quanto antes o tenente-coronel Silva Tavares. (ALENCAR, 1870b, p. 69).

Assim como não há referências explícitas à Proclamação da República Rio-Grandense, não é possível inferir a partir do trecho destacado o posicionamento do autor em relação a esse particular do decênio farroupilha e nem suas opiniões sobre a personagem histórica que é central no episódio: Antônio de Sousa Neto. Dessa forma, não nos resta alternativa a não ser seguir para a próxima obra em estudo.

Ainda que verse sobre a Revolução Farroupilha de forma direta, *Os amores de Canabarro* é uma obra que se concentra em um período específico do movimento – seus anos finais, entre 1843 e 1845 – e possui foco narrativo em uma personagem em especial, David Canabarro, como o próprio nome do livro já indica claramente.

Desse modo, não é de se estranhar que não estejam presentes no texto de Rosa referências ou descrições da Proclamação da República Rio-Grandense, ocorrida ainda no primeiro ano da Revolução, e protagonizada por Antônio de Sousa Neto, cujas relações com Canabarro não eram as mais amistosas, ainda que nunca tenham sido necessariamente hostis.

Mesmo assim, encontramos em *Os amores de Canabarro* uma menção à Proclamação da República Rio-Grandense, em um episódio no qual Neto se dirige à barraca de Canabarro a fim de lhe transmitir as preocupações que teria em relação à possibilidade de um ataque de Chico Pedro – conhecido como Moringue em decorrência do tamanho de sua cabeça –, o que viria a se confirmar na tragédia do Cerro dos Porongos, acerca da qual falamos em capítulos anteriores.

Antonio Netto, suspicaz, entrou a receiar ataque e desastre. E foi, nesse mesmo dia 13, à barraca de Canabarro, transmitir-lhe os seus receios e as suas previsões.

Bello typo de homem, o proclamador da Republica de Piratiny. Não sendo de alta estatura, era robusto, de pórté erecto e elegante, que ele fazia destacar com um maior cuidado no vestuario. Tinha maneiras distintas, que revelavam excellencia de cultura sobre os seus pares. A fronte, espaçosa e ampla, e o olhar sereno e firme, denotavam decisão e energia. Andava habitualmente fardado, montando cavallos finos, aperados com luxo. (ROSA, 1933, p. 103-104).

Ainda que não seja possível fazer uma análise do episódio histórico da Proclamação da República Rio-Grandense – uma vez que ela só é mencionada com o nome de “República de Piratiny”, que é outra forma pela qual era chamado o país

criado pelos farrapos –, o trecho destacado nos permite observar, de forma clara, as posturas e posições do autor em relação ao seu proclamador, e as escolhas que fez no processo de conversão ficcional de Neto.

A primeira informação que nos salta aos olhos é a de que as palavras escolhidas por Rosa para descrever o líder farroupilha são elogiosas em sua maioria, destacando seu porte físico, o cuidado que tinha com a aparência, o olhar sereno e decidido, a cultura elevada, maneiras distintas, e mesmo seu cuidado em relação aos cavalos. Até sua característica de sempre carregar certa desconfiança – por meio do adjetivo “suspicaz”, caído em desuso no momento em que é escrita esta tese – é apresentada como uma qualidade, sobretudo quando se trata de um importante líder militar, como é o caso de Neto.

Essa representação literária de Neto como um homem de características grandiosas se aproxima das formulações apresentadas por Lukács como a forma por ele considerada mais adequada para a representação de uma personagem histórica, com todas as suas qualidades postas a claro, e reunindo em si o que o teórico húngaro nomeia “espírito de sua época”.

No trecho reproduzido, ainda que de forma sintética, podemos observar todas essas características conjugadas, uma vez que apenas os melhores aspectos físicos e intelectuais são trazidos por Rosa em sua representação de Neto. Além disso, o autor faz questão de destacar que foi Neto o proclamador da República Rio-Grandense – informação cuja presença seria irrelevante dentro do contexto de *Os amores de Canabarro* –, permitindo-nos interpretar que o autor entende o então coronel como figura fundamental para o decênio farroupilha.

Por outro lado, ainda que as demais características apontem para uma aproximação com o pensamento de Lukács, é possível observar em Rosa ainda elementos da crença de que a história – e também sua ficcionalização – é feita pela intervenção dos grandes homens, uma vez que o autor também faz questão de apresentar Neto como um líder cujas características estariam irrevogavelmente acima das qualidades e comportamentos médios de seus pares.

Em termos comparativos com o discurso histórico, ainda que não possuamos uma descrição do evento da proclamação de Neto na obra de Rosa, é possível observar um posicionamento do autor que se aproxima – ainda que *Os amores de Canabarro* tenha sido publicado cerca de 50 anos antes – da visão heroica que

pudemos observar no discurso de Fagundes datado de 1985, ao menos no que diz respeito à figura do proclamador da República Rio-Grandense.

Como não existem na obra informações suficientes que nos permitam inferir os posicionamentos de Rosa frente ao movimento republicano em si, devemos prosseguir para o seguinte livro que tomamos como *corpora* do estudo da segunda metade do século XX.

A terceira obra na qual observaremos a conversão ficcional do episódio da Proclamação da República Rio-Grandense é *Os varões assinalados*, de autoria de Tabajara Ruas, que teve sua publicação original em 1985.

Ao contrário do que acontece com as obras anteriores, na obra de Ruas, a Proclamação da República Rio-Grandense é descrita com riqueza de detalhes, desde a Batalha do Seival, ocorrida no dia anterior ao da Proclamação da República Rio-Grandense – e que daria ânimo para que fosse dado esse importante passo – ao anúncio da separação do Rio Grande do Sul do Império do Brasil, na manhã de 11 de setembro de 1836.

Ruas escolhe narrar a referida batalha de duas formas diferentes – ou mais precisamente, sob dois focos narrativos diferentes, adotando a mesma característica cinematográfica observada no episódio da batalha da Ponte da Azenha, porém, desta vez, fazendo a ficcionalização do combate sob dois enquadramentos narrativos diferentes. O primeiro deles poderia ser considerado como uma espécie de *close* – para recuperar as palavras de Weinhardt –, ao nos apresentar o início do combate sob o ponto de vista do jovem Joca Tavares, filho do Coronel Silva Tavares, comandante da tropa imperial, que estava com apenas 17 anos, e sob a imposição do pai, que o queria ver tornar-se “macho” em sua primeira experiência de combate.

Um clarim ressoa. Os dois exércitos arremetem um contra o outro, lanças apontadas. Joca Tavares sente o vento no rosto. Esporeia seu cavalo e começa também a gritar.

As tripas fervilham como ninhada de cobra. A boca seca de sede e agonia. A espada pesa. [...] O que sente é medo? Cavaleiros passam em disparada. Gritos roucos de viva o Imperador. O inimigo está na sua frente, pode tocá-lo: é tão jovem como ele, e é ruivo, e tem sardas e espada na mão e nos olhos claros um espanto que os arredonda. O choque foi antes do que esperava e mais forte do que esperava. A espada tornou-se leve. O zaino chocou-se com o malhado do inimigo ruivo. Os animais relincharam de dor e susto, o dólman aberto do inimigo mostrava um peito branco, liso, onde apontavam costelas: frágil. A espada entrou ali. Macia. Fácil. Abriu a mão e soltou a espada como se fosse ave a que se dá liberdade e a viu desaparecer no

tumulto levada pelo inimigo ruivo e sardento. [...] Súbita onda fervente se abate sobre Joca, um cavalo imprensa-lhe a perna, ouve o choque de dois aços estalando no ar, está sem espada, não tem nada nas mãos, lembra da pistola, o cavalo aperta cada vez mais sua perna contra sua própria montaria, apanha a pistola, o gatilho é duro, aponta contra a cabeça de grande boca aberta que solta impropérios, aperta o gatilho mas não acontece nada, o gatilho é duro, sua perna vai ser esmagada, o gatilho cede, o tiro explode, abre um buraco na cabeça do cavalo. [...] Joca [...] aperta o gatilho, agora já está macio, o nariz do homem desaparece. [...] ele cai junto com o cavalo. [...] Matei um! É júbilo e temor, [...] vou contar para meu pai, agora sou macho! [...] Neto avança em sua direção, está ao alcance do sabre de Neto, torna a apontar a pistola contra ele e apertar o gatilho mas não há som nenhum – há um grande e silencioso vazio – porque Neto erguera bem alto o braço com o sabre e descera fulminante sobre sua cabeça. Não acertou com o fio – bateu com o punho de aço junto a frente, abrindo grande sulco e inundando seus olhos de sangue e mergulhando-o numa escuridão povoada de – subitamente – largo e silencioso vazio. (RUAS, 1985, p. 95-96).

Depois desse golpe recebido por Netto que o fez perder a consciência, Joca desperta com o então Coronel ainda montado, e quase em cima dele, mas tendo sua atenção desviada pelo fato de parecer estar Silva Tavares fugindo do combate, devido ao fato de o freio do seu cavalo ter sido cortado por uma lança. A partir desse momento, a narrativa parece assumir um enquadramento panorâmico, em que o combate é descrito de forma mais ampla, sem que Ruas adote a visão de uma personagem específica como foco narrativo.

O cavalo de Silva Tavares dispara. [...] Então, surge Pedro Canga correndo atrás dele, reboleando no ar o laço. A longa tira de couro trançado parte num vôo elegante e preciso e cai certeira na cabeça do cavalo em disparada. Pedro Canga sofreia seu animal. A montaria de Silva Tavares dá um brusco repelão e interrompe a corrida. Pedro Canga se aproxima.

- O que houve, Coronel?

- O freio! O maldito freio rebentou com um lançaço!

Salta na garupa de Pedro Canga.

- As coisas estão mal paradas – diz o violeiro – Parece que o Davi resolveu atacar, está atravessando a sanga. [...]

Davi Francisco observara o primeiro encontro: a ala de Tavares e de Neto penetraram profundamente uma na outra, e depois giraram como se tivessem um eixo fixo no centro: giraram como gigantesco carrossel. Com o cavalo de Tavares desenfreado, houve um princípio de desordem entre os legalistas. Calengo aproveitou-se e entrou no combate, desequilibrando-o de vez. Davi Francisco achou que era o momento de intervir. [...]

Entram resolutamente na sanga e começam a atravessá-la. Davi Francisco está consciente que é um momento vulnerável. Joaquim Pedro também. [...]

O cavalo de Joaquim Pedro avança e recua, contagiado pela tensão.

- Pelo ideal republicano!

Teixeira Nunes e Marcelino voltam-se para ele, surpresos. Têm ambos um clarão de alegria nos olhos. Os finos bigodes de Teixeira Nunes estão arrepiados. É a primeira vez que um chefe fala na República em pleno combate. [...]

Selvagem clamor se ergue às suas costas. Os lanceiros negros sacodem as lanças acima das cabeças. Joaquim Pedro puxa as rédeas, volta-se e encara sua tropa.

- Camaradas! Não vamos lutar apenas por nós! Não só pelas nossas vidas, não só pelo presente. Vamos lutar pelo futuro! Meus bravos... – ergueu a espada. – À carga!

As lanças dos guerreiros africanos, longas, enceradas, formam um só ângulo como se fossem um só instrumento. [...] As duas tropas se misturam com fereza. [...]

- É a nossa vez! – grita Neto – Vamos ajudar o Corpo [dos Lanceiros Negros]!

A tropa do Major Davi Ferreira está imprensada entre Neto e Joaquim Pedro. A água da sanga fervilha de lama e sangue. Um tiro de clavina desmonta Davi Ferreira que desaparece na água debaixo das patas do cavalo. O moral dos imperiais cede de uma vez só: começam a desbandar em várias direções. Silva Tavares compreendeu que seria impossível reverter a direção do combate. Ordenou ao corneteiro tocar a retirada. (RUAS, 1985, p. 97-98).

Como fica nítido por meio da leitura do excerto – relativamente longo, é verdade, mas significativo –, Ruas escolheu fazer a representação literária da Batalha do Seival usando um tom épico, descrevendo o combate tanto do ponto de vista individual de Joca Tavares, em sua primeira batalha, matando seus primeiros inimigos e sendo derrubado pelo Coronel Netto em pessoa, como também de forma mais ampla, descrevendo o confronto de forma geral, como no momento em que o autor afirma que as tropas inimigas moviam-se como se estivessem em um gigantesco carrossel.

A leitura da citação nos permite ainda observar que Ruas adota, na conversão ficcional da Batalha do Seival, um posicionamento favorável aos farrapos, destacando sobretudo os ideais republicanos de alguns dos líderes do movimento, pela primeira vez evocados durante um combate, e o discurso de Joaquim Pedro, que clama aos seus companheiros que lutem não apenas por si mesmos, mas também pelo futuro do Rio Grande e, podemos presumir, do Brasil como um todo.

No que diz respeito à personagem histórica Antônio de Sousa Netto propriamente dita, não encontramos descrições detalhadas de suas ações em combate, mas podemos vê-lo receber destaque em dois momentos chave da descrição da batalha: avançando contra Joca Tavares, derrubando-o do cavalo,

causando-lhe ferimentos, sim, mas optando por não tirar-lhe a vida; e, posteriormente, dando ordens para que seus próprios comandados fossem em auxílio do Corpo de Lanceiros Negros, flanqueando as tropas imperiais de tal forma que seu comandante fosse obrigado a dar ordem para retirada.

Ao observarmos a maneira pela qual Ruas faz a conversão ficcional de Antônio de Sousa Netto e de Joaquim Pedro Soares no episódio da Batalha do Seival, podemos afirmar que, na narrativa de *Os varões assinalados*, tais figuras históricas se aproximam das concepções teóricas de Lukács acerca dos grandes homens do passado, que devem ser representados em seus momentos gloriosos – poupando a vida de um inimigo e coordenando os ataques dos farrapos, respectivamente –, nos quais se manifesta todo o espírito de um povo. No caso dos soldados farrapos, que seguindo seus líderes e o ideal de um futuro melhor, sobretudo para os Lanceiros Negros, cuja liberdade estava em jogo, foi alcançada uma das maiores vitórias militares de todo o decênio revolucionário.

Na edição de 2010, Ruas optou por acrescentar três informações complementares na narrativa acerca da Batalha do Seival: o discurso de Joaquim Soares, informando que as tropas farrapas iriam lutar também contra a escravidão em todas as formas (RUAS, 2010, p.141); a afirmação de que, ao dar a ordem de retirada, Silva Tavares olhava o caos em suas tropas com horror e pânico (RUAS, 2010, p.142); e um discurso de Calengo – oficial uruguai que havia se unido com suas tropas às forças de Netto, lutando pela liberdade, contra todos os impérios.

Calengo sentiu que era seu momento de intervir. Com uma carga rápida poderia desequilibrar o combate de vez. Ergueu a espada e olhou para os cem uruguaios que o seguiam.

- Soldados orientales! La lucha contra el Imperio es de todos los libres! Los imperios son nuestros enemigos desde siempre! Orientales, a la carga! (RUAS, 2010, p. 140).

O segundo momento histórico acerca da Proclamação da República Rio-Grandense sobre o qual iremos nos aprofundar consiste no evento da proclamação propriamente dita, que é assim ficcionalizada por Ruas:

O sol da manhã brilha na pratária dos jaezes. Neto, montado no redomão negro, vem ladeado por Joaquim Pedro e Calengo. Os três passam em galope curto diante das tropas. Joaquim Pedro dá ordem de desmontar. Em seguida, dispõe a força em quadro. Os oficiais ao

centro. Joaquim Pedro tira da faixa vermelha enrolada na cintura uma folha de papel. [...]

- Bravos companheiros da 1^a Brigada de Cavalaria – começou Joaquim Pedro dando um toque de esporas no cavalo e adiantando-se. Desenrolou a folha de papel – Ontem obtivestes a mais completa vitória sobre os escravos da Corte do Rio de Janeiro, a qual, invejosa das vantagens locais da Província, faz derramar sem piedade o sangue dos nossos compatriotas para, deste modo, fazê-la presa de suas vidas ambiciosas. Miseráveis! [...] São sem número as injustiças feitas pelo governo: seu despotismo é o mais atroz. E sofreremos calados tanta infâmia? Não! – Um brado elevou-se da tropa. As lanças mais uma vez subiram aos céus. Joaquim Pedro sentiu que se emocionava. – Nossos compatriotas, os rio-grandenses, estão dispostos como nós a não sofrer por mais tempo a prepotência de um governo tirano, arbitrário e cruel, como o atual. Em todos os ângulos da Província não soa outro eco que Independência, República, Liberdade ou Morte! [...]

Quero-queros desceram em voo rasante.

- Camaradas! – A voz de Joaquim Pedro agora estava deformada pela emoção. – Nós que compomos a 1^a Brigada do Exército Liberal devemos ser os primeiros a proclamar, como proclamamos, a independência desta Província, a qual fica desligada das demais do Império, e forma um Estado livre e independente, com o título de República Rio-grandense, e cujo manifesto às nações civilizadas se fará competentemente.

O silêncio agora era de assombro e comoção. Cálido murmúrio percorreu a tropa.

- Camaradas! – Joaquim Pedro desembainhou a espada. – Gritemos pela primeira vez: viva a República rio-grandense! Viva a independência! Viva o Exército Republicano Rio-grandense!

As aclamações sobem novamente. Os vivas se repetem. Os cavalos empinam, relincham, sentem a tensão que se espalha no ar.

Neto tira o chapéu e faz uma saudação aos soldados. O redomão levanta as pernas dianteiras, ensaiando curto galope. (RUAS, 1985, p. 104-105).

De forma mais intensa do que ocorrido na citação anterior, neste trecho podemos observar com nitidez acentuada e de forma mais clara o posicionamento favorável do autor em relação ao movimento farroupilha, inclusive no que diz respeito à questão da separação da província do Rio Grande do Sul do resto do país, mas, sobretudo, no que concerne aos ideais de liberdade e de justiça dos proclamadores da República Rio-Grandense, que seriam motivados por “uma conduta levada pela moral, pela coragem pessoal, e pela vontade de fazer um mundo mais justo” (RUAS, 2022).

Podemos observar tal posicionamento de forma bastante nítida nas palavras escolhidas por Ruas para descrever o episódio, narrado de forma épica, descrevendo as reações dos homens que escutavam o pronunciamento de Netto, lido por Joaquim

Pedro Soares. Até mesmo o cavalo do então coronel farrapo parecia compreender a grandiosidade, solenidade e importância do momento.

Como um recurso adicional, talvez até para destacar a importância do momento descrito, o autor coloca um documento histórico – a proclamação escrita por Netto e lida como ordem do dia por Joaquim Pedro Soares em 11 de setembro de 1836 – dentro da narrativa ficcional, o que aproxima o texto de Ruas das formulações teóricas de Lukács, uma vez que a associação da presença do documento histórico, com os elementos heroicizantes nele presentes por meio da construção do texto do autor – que destaca os soldados farroupilhas e as suas reações frente ao evento histórico, de certa forma protagonizado por eles – forma uma narrativa que traz o momento da Proclamação da República Rio-Grandense como um episódio em que se conjugam os desejos e valores revolucionários com a figura de um líder que os canaliza para que possam ser manifestados em ação.

É interessante notar que, apesar de o autor adotar uma postura favorável em relação ao movimento farrapo e de ficcionalizar – ainda que indiretamente – Netto com características de herói, cujas ações históricas realizam-se como manifestação dos anseios dos soldados e do povo que seguia o então coronel, nas páginas imediatamente anteriores à descrição da Proclamação da República Rio-Grandense, Ruas nos traz a narrativa de uma conversa ocorrida entre Netto e dois outros líderes farrapos – o próprio Joaquim Pedro Soares e Manuel Lucas de Oliveira –, na qual são apresentadas dúvidas do futuro general em relação à separação da província, sobretudo no que diz respeito a não se haver consultado Bento Gonçalves antes de dar tão importante e irrevogável passo.

- O Almeida, o João Manoel e eu achamos que chegou o momento da separação. – Fez uma pausa. Ninguém se mexeu. – Não podemos continuar combatendo contra a mesma bandeira que carregamos. O abismo entre a Corte e nossos desejos é cada vez maior. Precisamos dar um passo decisivo. E esse passo é a proclamação da República. E o momento é agora. [...]

- Todos os senhores são republicanos. Suponho que todos concordam com isso.

Todas as cabeças se inclinaram.

- O líder do movimento é o Bento Gonçalves. Ele não é republicano e nunca vai ser republicano. Os senhores pensaram nisso?

- É hora de correr riscos – disse Joaquim Pedro. [...]

- Depois que se libertar a primeira Província, as outras seguirão o exemplo – insistiu Lucas. – Formaremos uma grande Federação de

Repúlicas independentes. É a única maneira de trazermos o progresso para nossa terra. Veja a França e os Estados Unidos. [...] [Netto] levantou-se. Aconchegou o poncho aos ombros. Seu palheiro estava apagado. Acendeu-o no lampião.

- Já volto, senhores. – E saiu para a noite fria. [...]

Para que discutir? Federação, apoio oriental, estopim da revolta em outras províncias... Já ouvira tudo isso em discussões intermináveis. Concordava – os republicanos tinham razão. As coisas não podiam mais continuar como estavam. Mas, o Bento Gonçalves? Era amigo dele. Não seria uma deslealdade proclamar a república sem uma prévia discussão com ele? [...]

Voltou à barraca. [...]

Desejou não ser coronel. Seria feliz numa pequena estância na fronteira, criando parenteiros de raça.

- Se a gente proclamar a tal república, depois não tem mais arreglo. Os senhores entendem isso? [...]

Todos afirmaram que sim com as cabeças. [...]

Bueno, senhores. – disse o Coronel Antonio de Souza Neto com o sorriso subitamente irônico. – Se vamos proclamar a tal república, precisamos escrever uma declaração ou coisa parecida. (RUAS, 1985, p. 101-104).

O primeiro elemento que nos chama a atenção é o fato de que a conversa ocorrida na barraca de Netto ecoa de forma nítida as palavras de Spalding vistas anteriormente, segundo as quais os grandes responsáveis pela Proclamação da República Rio-Grandense teriam sido os dois companheiros do então coronel – Manoel Lucas e Joaquim Pedro – e não o comandante da 1ª Brigada de Cavalaria.

Isso nos permite observar que há uma aproximação entre a conversão ficcional da Proclamação da República Rio-Grandense em *Os varões assinalados* com o discurso histórico, ainda que não possamos afirmar a existência de uma confluência absoluta entre ambos, uma vez que o republicanismo ou não do então coronel não é explicitado ou negado em momento algum, sendo apenas mencionado que o líder farrapo concordava com os republicanos, enquanto tal posicionamento republicano do então coronel é relativizado de forma bastante nítida – conforme pudemos observar no texto de Spalding.

No que diz respeito à construção narrativa-literária propriamente dita, podemos notar que há um cuidado de Ruas em evidenciar as dúvidas que Neto tem em relação à Proclamação da República Rio-Grandense, não ligadas à própria concordância com os argumentos republicanos, mas preocupado com sua amizade com Bento Gonçalves – questionando-se sobre o ato de ser ou não uma traição proclamar a república sem discutir o assunto com ele.

Um segundo questionamento da parte de Netto – esse feito diretamente aos seus interlocutores – consiste no desejo, da parte do então coronel, de confirmar se aqueles que propunham a separação da Província rio-grandense do Império do Brasil tinham real consciência do que propunham, informando-os que uma vez proclamada a República não haveria mais volta.

É verdade que esses questionamentos em nada ferem a construção da imagem literária de Netto como comandante militar de grande valor, ou a de um dos grandes “heróis” da Guerra dos Farrapos, mas o fato de existirem dentro da narrativa esses momentos de dúvidas, nos permite observar uma vez mais – agora com Netto, e anteriormente visto igualmente com Bento Gonçalves – que o autor, mesmo tendo uma postura claramente favorável ao movimento farrapo no que concerne ao episódio da Proclamação da República Rio-Grandense, não ficcionaliza suas personagens históricas tirando delas seus aspectos humanos.

Assim sendo, podemos afirmar que a conversão ficcional de Antônio de Sousa Netto em *Os varões assinalados* possui a interessante característica de ter uma dupla aproximação, ou seja, possui igualmente características preconizadas por Lukács em suas formulações acerca do romance histórico – a figuração de personagens de extração histórica como representantes do espírito de uma época – e por Linda Hutcheon, no que diz respeito à metaficação historiográfica – em que as personagens históricas deveriam ser apresentadas não apenas como protagonistas de obras de ficção histórica, mas também com seus aspectos mais humanos evidenciados no texto.

No caso específico da obra em estudo, ao proclamar a República Rio-Grandense, Netto estaria dando voz e ação aos desejos dos seus irmãos gaúchos, que morreriam por sua terra, mas que não mais toleravam os abusos vindos do governo central do Rio de Janeiro – o que está de acordo com o pensamento de Lukács –, mas, ao mesmo tempo, demonstra dúvidas sobre dar ou não esse passo definitivo, procurando saber se teria apoio dos seus homens, e o que pensaria Bento Gonçalves sobre tal atitude.

A quarta e última obra – referente à primeira metade do século XXI – cuja conversão ficcional da Proclamação da República Rio-Grandense será estudada por nós é *A casa das sete mulheres*, de autoria de Letícia Wierzchowski, que assim nos narra o episódio histórico

[...] Nós, que compomos a 1^a Brigada do Exército Liberal, devemos ser os primeiros a proclamar, como proclamamos, a independência desta província, a qual fica desligada das demais do Império e forma um Estado livre e independente, com o título de República Rio-grandense, e cujo manifesto às nações civilizadas se fará competentemente.

Campo dos Menezes

11 de setembro de 1836

Assinado: Antônio de Souza Netto,
Comandante da 1^a Brigada de Cavalaria.'

A voz que lia o manifesto deixou um rastro de silêncio atrás de si. O silêncio durou alguns poucos segundos. Um grito de excitação percorreu a tropa como um sopro. Fazia um sol fraco naquela manhã. O general Netto desembainhou sua espada e ergueu-a bem alto, gritando:

- Viva a República Rio-Grandense! Viva a independência! Viva o Exército Republicano!

De todas as bocas sobe um grito único, voraz. A bandeira tricolor tremula no alto de um mastro. Um bando de bem-te-vis passa gritando no céu, por sobre as copas das árvores de um capão próximo. (WIERZCHOWSKI, 2002, p. 119).

Da mesma forma como faz Ruas, Wierzchowski vale-se de um documento histórico – na realidade o mesmo documento histórico: a ordem do dia lida para a 1^a Brigada de Cavalaria em 11 de setembro de 1836 no Campo dos Menezes, que proclamava a separação da província do Rio Grande do Sul do restante do Brasil – para reconstruir ficcionalmente o episódio histórico da Proclamação da República Rio-Grandense, porém, o faz de forma mais breve, sem a mesma quantidade de detalhes que vimos no texto anterior.

Essa escolha narrativa é perfeitamente compreensível ao levarmos em conta a proposta da autora: a de narrar os episódios da Guerra dos Farrapos a partir do ponto de vista das mulheres da família de Bento Gonçalves, reunidas na Estância da Barra, às margens do Rio Jaguarão.

Assim sendo, o simples fato de não haver nenhuma ligação de parentesco entre Neto e as sete mulheres, e de o líder maior da revolução ou seus parentes mais próximos não estarem presentes na Batalha do Seival – que não é sequer mencionada na obra de Wierzchowski, presumivelmente pelos mesmos motivos pelos quais a construção ficcional da Proclamação da República Rio-Grandense é feita de forma tão breve – e na posterior declaração de independência da província do Rio Grande do Sul em relação ao Império do Brasil já nos parecem motivos suficientes para justificar a brevidade narrativa do episódio.

Entretanto, podemos extrair da citação importantes reflexões acerca da reconstrução literária do episódio histórico em questão, sendo que a primeira delas consiste no fato de a autora adotar um tom narrativo diferente daquele observado na maior parte de *A casa das sete mulheres*, ou seja, ao contrário do foco narrativo nas mulheres da família de Bento Gonçalves, prezando mais pelas cenas cotidianas do que pelos grandes acontecimentos do passado, nesse evento, em específico, encontramos uma escolha de palavras que aproxima a narrativa muito mais de uma obra de ficção histórica tradicional do que de uma obra de metaficação historiográfica propriamente dita.

Ao narrar o episódio da Proclamação da República Rio-Grandense – ainda que o faça de forma breve –, Wierzchowski compõe uma cena bastante “heroica”, com Neto sacando a espada no momento de proclamar a independência do Rio Grande do Sul em relação ao restante do país. Ao nosso ver, é uma clara referência ao gesto semelhante que o discurso histórico atribui a Dom Pedro I ao declarar a independência do Brasil em relação à Portugal, apenas 14 anos antes do nascimento da República Rio-Grandense – seguido pelo brado de seus homens em uma única voz, além do tremular da bandeira tricolor, e até mesmo de uma revoada de bem-te-vis.

Mesmo com esse tom narrativo de fortes características heroicas, algumas palavras no meio do texto parecem procurar quebrar – ainda que de forma parcial – essa construção, como, por exemplo, no trecho em que Wierzchowski destaca que fazia um sol fraco na manhã de 11 de setembro de 1836, ao contrário do que ocorre com a grande maioria das descrições de episódios históricos da mesma natureza, nos quais a descrição geralmente inclui o sol brilhando forte, refletindo sobre a lâmina da espada da personagem histórica em destaque no momento.

Outro aspecto que nos chama à atenção e vai no mesmo sentido do que afirmamos é o fato de que, mesmo se valendo de um documento histórico para compor sua narrativa ficcional, Wierzchowski – ao contrário de Ruas – não escolheu dele os trechos mais heroicizantes, nos quais são descritos os abusos cometidos pelo governo imperial contra a província do Rio Grande do Sul, por exemplo, mas, sim, um trecho que podemos classificar como mais descriptivo e formal, em que se afirma a independência gaúcha em relação ao Império do Brasil, se nomeia a nova nação como República Rio-Grandense e é declarado que será feito um manifesto às “nações civilizadas”.

A presença, na conversão ficcional da Proclamação da República Rio-Grandense em *A casa das sete mulheres*, tanto de elementos que se aproximam das narrativas históricas tradicionais, quanto de outros que parecem querer – ainda que não completamente – colocar em xeque alguns aspectos dessas construções heroicizantes, sugere uma imediata identificação com certos aspectos fundamentais da metaficção historiográfica.

De acordo com as formulações de Linda Hutcheon vistas em capítulos anteriores, uma das características fundamentais do que ela chama de metaficção historiográfica está no fato de que as obras de ficção histórica da pós-modernidade não deveriam tomar como verdades os referentes históricos, mas incorporá-los em suas narrativas, relativizá-los de forma a demonstrar a impossibilidade de uma reconstrução do passado tal como teria ocorrido, seja por meio do discurso historiográfico, seja pelo discurso literário.

É esse movimento que vemos no excerto anterior, uma vez que o discurso histórico referente à Proclamação da República Rio-Grandense aparece incorporado na narrativa de Wierzchowski, inclusive com vários de seus aspectos “gloriosos”, e até mesmo com a presença de um documento histórico que validaria esse discurso heroicizante. Ao mesmo tempo, encontramos também elementos que nos permitem descontruir a imagem de um acontecimento quase mítico, como se produto da confluência de determinados fatores que permitiriam um momento único e absoluto.

Além do já citado fato de Wierzchowski escolher um dos trechos menos glorificantes do documento histórico trazido, e do detalhe de indicar que o sol não estaria brilhando tão forte assim no dia 11 de setembro de 1836, podemos apontar mais um elemento, que é o silêncio que toma os membros da 1ª Brigada de Cavalaria antes de irromperem em vivas à República Rio-Grandense, como se tivessem eles sido pegos de surpresa com a proclamação, e ficado – ainda que por curtos momentos – sem saber exatamente o que fazer ou como reagir diante dos acontecimentos nos quais quase involuntariamente tomavam parte.

Ainda nessa chave de incorporar o discurso histórico na narrativa ficcional para posteriormente colocá-lo em xeque, encontramos uma segunda citação na obra de Wierzchowski que trata da Proclamação da República Rio-Grandense, na forma de uma carta escrita por Bento Gonçalves para sua irmã, D. Ana, retomando a estrutura narrativa predominante em *A casa das sete mulheres*:

Mas, Ana, esta carta tem outras notícias a dar. Ontem, fui acordado com a novidade de que Netto proclamou a República no Campo do Seival. [...] Le digo, minha irmã, que isto muito me assusta. Pela voz de Netto, demos um grito sem volta, que nos há de separar ainda mais do Império. Onde estou, seguido de perto pela tropa do meu tocaio Bento Manuel, pensar em república pouco ou nada me adianta. Estamos como que numa ilha, cercados de imperiais por todos os lados. [...]

Esta notícia sobre a República Rio-grandense é um segredo que vosmecês não podem espalhar. Ainda há muito tempo para isto. [...] Estejam com Deus.

Bento Gonçalves da Silva

21 de setembro de 1836. (WIERZCHOWSKI, 2002, p. 118).

A leitura atenta da citação permite observar que, uma vez mais, o referente histórico é questionado na obra de Wierzchowski, posto que, por meio das palavras de Bento Gonçalves, a autora apresenta ao leitor uma série de questionamentos que muito possivelmente passaram pela cabeça dos líderes da Revolução Farroupilha, sobretudo no que diz respeito à decisão pela separação da província e consequente Proclamação da República Rio-Grandense.

No trecho mencionado, Bento Gonçalves confessa estar muito assustado com a atitude de Neto, por considerá-la um grito sem volta, cujas consequências provocariam um afastamento ainda maior do Rio Grande do Sul do restante do Império do Brasil, e é perfeitamente compreensível – e verossímil – que o líder máximo do movimento farrapo tivesse esse tipo de sentimento, uma vez que, no calor do momento e durante o desenrolar dos fatos, seria impossível prever as consequências de tão radical atitude.

É possível observar, ainda, que a autora desconstrói a glorificação da Proclamação da República Rio-Grandense como um momento em que se conjugaram todos os fatores e apoios para sua realização, e que a opção pelo rompimento com o Império seria unânime e homogênea entre as tropas revolucionárias, ou mesmo que fosse algo que ocupava o primeiro plano das preocupações farrapas. Podemos afirmar isso com base nas palavras ficcionais de Bento Gonçalves, que pede para que ainda não se espalhe a notícia da separação da província do Rio Grande do Sul, e que alega pouco estar se preocupando com a república em si no momento em que escrevia a referida carta, uma vez que estava em uma ilha – do Fanfa, precisamente, onde viria a ser capturado pelas tropas imperiais – cercado de inimigos.

Esse movimento de romper com a glorificação do episódio histórico da Proclamação da República Rio-Grandense pode ser observado uma vez mais no parágrafo imediatamente posterior à primeira citação da obra de Wierzchowski neste capítulo, em que são descritas as condições nas quais se encontravam Bento Gonçalves e seus homens enquanto Neto proclamava a independência gaúcha.

Enquanto o general Netto proclamava a República Rio-grandense, Bento Gonçalves, acossado pelas tropas de Bento Manuel, tentava armar um plano de fuga. Achavam-se praticamente sitiados em Viamão. Os homens estavam cansados e famintos, os cavalos, estropiados. Chovia muito, primavera úmida dos pampas. Os rios estavam cheios por causa da chuva, era difícil se locomover, e quase impossível arrastar as quatorze bocas de fogo. (WIERZCHOWSKI, 2002, p. 119).

Ainda a esse respeito, é possível observar, em uma outra citação, a preocupação de Letícia Wierzchowski em apresentar as dúvidas de Bento Gonçalves – eleito em Piratini Presidente da República Rio-Grandense, mas que não era republicano em princípio, mesmo tendo adotado posteriormente os ideais e valores progressistas dos proclamadores da República Rio-Grandense – em relação às próprias ações, uma vez que havia sido derrotado por Bento Manuel, e se encontrava encarcerado.

Bento Gonçalves da Silva tinha sido eleito presidente da República Rio-grandense em Piratini. [...]

Bento Gonçalves era presidente de uma república que não proclamara. E estava preso. Estava longe, no Rio de Janeiro. [...]

[D. Antônia] Ficou pensando no irmão, trancado numa cela, logo ele que amava tanto o pampa, o vento batendo na cara, o cheiro de mato e de frescor das campanhas. Um presidente acorrentado. Bento Gonçalves não era republicano, ela sabia disso muito bem. [...] Como estaria se sentindo agora, com esse encargo, essa honra, essa lâmina cravada em sua carne? Com que armas lutaria e contra quem? [...] [Caetana] Soltou o lacre de cera. A letra de Bento Gonçalves surgiu ante seus olhos úmidos.

'Minha Caetana [...]

Foi a bordo do *Presiganga* que me contaram que fui eleito presidente desta República rio-grandense [...] Mas que atitudes um homem preso pode tomar, minha Caetana? Que general sou eu, tendo permitido tamanha derrota em Fanfa [...]

Sempre seu,

Bento Gonçalves da Silva.

Fortaleza de Santa Cruz, Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1836.' (WIERZCHOWSKI, 2002, p. 133-137; grifos da autora).

Consideramos importante destacar que esse processo de colocar em xeque repetidas vezes o processo de glorificação da República Rio-Grandense não significa que a autora esteja criticando a atitude em si, ou que esteja se posicionando de forma contrária às ações republicanas de Neto e de seus homens. Podemos perceber isso pelo fato de que, mesmo havendo uma relativização constante do processo de mitificação do episódio em si, não há questionamentos acerca da importância do momento – apenas à postura do discurso historiográfico que parece construir um evento que ignora outros aspectos contemporâneos, como a própria guerra que continuava ocorrendo por toda província do Rio Grande do Sul, e não parou para ouvir o grito de Neto.

Esse posicionamento favorável às atitudes de Neto e do grupo dos farrapos que proclamaram a República Rio-Grandense e defenderam seus ideais progressistas pode ser confirmada por nós pela própria autora, em entrevista concedida para este trabalho, na qual ela afirma que os valores que levaram à separação entre o Rio Grande do Sul e o Império do Brasil contribuíram para enobrecer o próprio movimento revolucionário.

Na verdade, a Revolução Farroupilha ganhou, no desdobramento da própria revolução, um caráter mais nobre. Porque ela começa por questões peculiares, como toda guerra: sobretaxa do charque. Isso era um grande problema deles [...]. Alimentavam a máquina escravagista, produziam charque. [...] Mas daí veio uma ala mais jovem, mais moderna, que rompe com tudo isso, e proclama uma república; luta pelos direitos dos negros, pelo fim da escravidão. (WIERZCHOWSKI, 2021).

No que concerne à personagem central da Proclamação da República Rio-Grandense – além das informações presentes na transcrição acima acerca da ala mais jovem e moderna mencionada pela autora, da qual presumivelmente Antônio de Sousa Neto fazia parte, ou ao menos com a qual compartilhava valores e ideais, uma vez que foi ele o proclamador da independência gaúcha –, encontramos, ao longo da narrativa de Wierzchowski uma construção ficcional que, da mesma forma que ocorre com a descrição do episódio histórico propriamente dito, nos apresenta o então coronel – e posterior general – sob dois prismas diferentes e até mesmo opostos em certa medida, não excludentes, mas complementares entre si, trazendo as qualidades e os defeitos que compõem qualquer ser humano, mesmo se tido como grande homem ou herói do passado, no melhor estilo metaficcional historiográfico.

Por um lado – na primeira citação – Neto aparece como o autor da ordem do dia 11 de setembro de 1836, na qual é anunciada a separação formal do Rio Grande do Sul do Império do Brasil, além de ser o grande proclamador da República Rio-Grandense, puxando da espada, e erguendo-a ao clamar vivas à nova nação, à independência e aos valores e ao exército republicanos, com escolhas narrativas da autora que parecem construir uma versão mitificada da personagem no momento em questão.

Na segunda citação, por outro lado, ainda que Neto não apareça de forma direta, mas apenas seja mencionado por Bento Gonçalves em carta à irmã, observamos uma postura diferente, que revela o lado humano do proclamador da República Rio-Grandense. Pelas palavras do líder maior da revolução à D. Ana, conhecemos um Neto orgulhoso e vaidoso, que assume a responsabilidade de declarar a independência gaúcha em relação ao Brasil, ainda que tenha sido Bento Gonçalves posteriormente eleito Presidente, o que não poderia ocorrer de outra forma.

Além disso, as palavras de Bento Gonçalves também nos permitem imaginar que Neto pode ter sido um pouco precipitado na escolha do momento de proclamar a república, e agido no calor do momento, sem ponderar ou tomar conhecimento real das condições efetivas das demais tropas revolucionárias.

É claro que essas características não diminuem o valor histórico do momento da Proclamação da República Rio-Grandense e muito menos a relevância de Antônio Neto, mas são importantes para que o leitor da obra de Wierzchowski tenha consciência – ainda que para tal se faça necessário prestar atenção aos detalhes – de que o então coronel não foi uma figura mítica, mas uma pessoa com qualidades e defeitos, cujos valores e circunstâncias, entretanto, alçaram ao papel de figura histórica glorificada.

Ao revisitarmos a Proclamação da República Rio-Grandense nas quatro obras que compõe nosso estudo, pudemos observar que as construções ficcionais do episódio histórico possuem uma aproximação muito maior com o discurso historiográfico do que ocorre em relação ao evento da Tomada de Porto Alegre.

Ainda que apenas duas das obras estudadas – *Os varões assinalados* e *A casa das sete mulheres* – possuam descrições propriamente ditas da Proclamação da República Rio-Grandense, em ambos os casos o evento é descrito com aspectos mitificantes, destacando a solenidade e a importância do momento, permitindo inferir

a posição favorável de ambos os autores em relação à separação do Rio Grande do Sul do Império do Brasil.

Em Ruas, além da descrição do evento histórico – com uma riqueza de detalhes muito maior, em uma construção narrativa que apresenta a Proclamação da República Rio-Grandense com cores vibrantes e gloriosas –, encontramos a descrição da Batalha do Seival, cuja vitória esmagadora das tropas revolucionárias da 1^a Brigada de Cavalaria sobre as mais numerosas tropas imperiais foi a inspiração e justificativa para a decisão de Neto e dos líderes farrapos de oficializar a separação da província gaúcha do resto do país, já ocorrida na prática desde 1835, conforme as palavras do próprio autor colocadas na boca de uma de suas personagens.

No texto de Wierzchowski, por outro lado, não existe a descrição – nem sequer a menção, na verdade – da Batalha do Seival, apenas do episódio da proclamação propriamente dita, que também é feita com cores vibrantes e palavras elogiosas, com direito a uma revoada de bem-te-vis “respondendo” aos brados republicanos de Neto, talvez saudando a nova fase – mais nobre e valorosa – que a autora mencionou em sua entrevista. A diferença em relação à ficcionalização do evento feita por Ruas consiste nos tons de cinza que ela imprime nas palavras escolhidas para apresentar o episódio ao leitor, possíveis de ser observadas no trecho da proclamação de Neto selecionado para compor a narrativa, ou no destaque que é dado ao fato de que no dia 11 de setembro de 1836 brilhava um sol fraco, modesto.

Essa diferença quase imperceptível nos permite aproximar a conversão ficcional do episódio da Proclamação da República Rio-Grandense em *A casa das sete mulheres* das proposições teóricas da metaficação historiográfica, ao contrário do que acontece em *Os varões assinalados*, cuja narrativa possui características muito mais fortemente ligadas às formulações de Lukács acerca do romance histórico tradicional.

No que diz respeito à personagem que figura como a mais relevante do episódio da Proclamação da República Rio-Grandense – Antônio de Sousa Neto –, encontramos uma determinada escolha narrativa da parte de Rosa, por um lado, e uma confluência estrutural nos textos de Wierzchowski e Ruas, de outro.

Ainda que não haja em *Os amores de Canabarro* uma ficcionalização do episódio da Proclamação da República Rio-Grandense propriamente dita, ela é mencionada como um dos grandes feitos do general Neto, em um trecho que tece

elogios profundos e repetidos ao líder farrapo, sem que seja apresentado qualquer aspecto de sua personalidade que pudesse desaboná-lo. Até mesmo a característica de ser sempre muito desconfiado – que poderia ser considerada um defeito – é trazida por Rosa como uma das muitas qualidades de Neto.

Ruas e Wierzchowski, por sua vez, constroem discursos que se aproximam muito, tanto entre si, quanto das formulações teóricas de Linda Hutcheon acerca da metafíscica historiográfica.

Tanto em *Os varões assinalados* quanto em *A casa das sete mulheres* a descrição da narrativa da Proclamação da República Rio-Grandense apresenta sua principal figura histórica de forma nobre e solene, como um verdadeiro herói diante de suas tropas. Em ambas as obras, entretanto, também encontramos aspectos humanos do general farrapo, em especial no que diz respeito à vaidade e a uma possível precipitação da separação em si, motivada pelo calor do momento, após tão importante vitória militar, em Wierzchowski; e das dúvidas que o então coronel tinha em relação à separação da província, temendo agir de forma desleal com seu amigo Bento Gonçalves, em Ruas.

Por fim, os discursos históricos e literários acerca do episódio da Proclamação da República Rio-Grandense se aproximam em muitos aspectos, mas são sobretudo favoráveis às ações daquele 11 de setembro de 1836, quando Neto – ele mesmo representado ficcionalmente sempre de forma favorável e positiva, mesmo que com a apresentação de certas características de sua personalidade que descontroem a ideia de uma figura mítica – deu o passo definitivo em relação à separação da província do Rio Grande do Sul do Império do Brasil.

Partimos, agora, para o próximo capítulo, no qual estudaremos a chamada República Juliana – desdobramento da Guerra dos Farrapos em Santa Catarina –, destacando as ações de duas das mais importantes figuras do decênio farroupilha: Giuseppe e Anita Garibaldi.

7 A REPÚBLICA JULIANA

7.1 O discurso histórico acerca da República Juliana

O terceiro episódio histórico sobre o qual nos debruçaremos – ao contrário de todos os outros – não se resume a um determinado evento específico da Revolução Farroupilha, mas, sim, a um período de cerca de três meses, referente ao desdobramento que o movimento revolucionário gaúcho teve em Santa Catarina, com a Proclamação da chamada República Juliana, assim intitulada por ter sido instaurada no mês de julho de 1839.

Assim Ivar Hartmann nos apresenta – de forma resumida – o episódio da expedição catarinense dos revolucionários farroupilhas.

A 29 de julho de 1839, Canabarro parte para o norte desde o forte de Itapuã (Porto Alegre), enquanto Garibaldi põe seus dois barcos em terra.

Desta invasão os episódios mais destacados são o dos lanchões de Garibaldi e da conquista de Laguna. [...]

Levantando os barcos para terra no norte da Lagoa dos Patos, no rio Capivari, por cerca de cem quilômetros e transportados por dois enormes carros puxados por duzentos bois, Garibaldi levou-os por terra até a Lagoa de Tomás José e daí pelo rio Tramandaí, para o oceano. [...]

Depois de vários combates terrestres e uma grande vitória naval, os farrapos entraram em Laguna e lá proclamaram a República Juliana em 29 de julho de 1839. [...]

O desastre preocupou muito a Corte e os imperiais acorreram com grande poder de fogo e soldados para combater os farrapos. Atacados por terra e mar começaram a recuar perdendo suas posições até que a 15 de novembro de 1839 a própria Laguna foi atacada por grandes forças de mar e terra. [...]

Canabarro ante a derrota naval e a impossibilidade de lutar por Laguna retira-se [...] seguindo o caminho inverso que percorreu meses antes. Em direção a Lajes parte o cel. Teixeira Nunes com o qual seguem Garibaldi e Anita. Em Lajes a pequena força derrota um grande reforço imperial, sendo depois também derrotada, já em janeiro de 1840. Os sobreviventes tomam então o rumo do Rio Grande, seguindo [...] para Porto Alegre. (HARTMANN, 2002, p. 75-76).

Ao lermos a citação, podemos perceber que três são os momentos que maior recebem destaque na República Juliana: a travessia dos lanchões, idealizada por Garibaldi e executada pelo Capitão farroupilha e seus homens; a invasão de Laguna por parte dos revolucionários rio-grandenses; e a retirada de Santa Catarina, após uma resposta intensa e imediata da parte do governo imperial.

São justamente esses os três episódios da República Juliana que escolhemos para nos aprofundar neste capítulo, por considerar – assim como Hartmann – serem eles os mais significativos e marcantes do desdobramento da Revolução Farroupilha em Santa Catarina.

Também podemos observar nitidamente que a personagem histórica que mais recebe destaque no texto de Hartmann é Giuseppe Garibaldi, e é justamente para ele – e para sua esposa, Anita, que contudo não parece receber o mesmo tratamento privilegiado do corsário italiano – que direcionaremos nossos estudos, investigando as maneiras pelas quais o famoso casal é representado literariamente nas obras selecionadas.

Dito isso, podemos dar continuidade à nossa pesquisa, observando como o discurso histórico interpreta os três eventos – selecionados por nós como os mais significativos – da República Juliana.

Assim como pudemos observar nos capítulos anteriores, o posicionamento de Tristão de Alencar Araripe é claramente desfavorável aos farroupilhas e pesadas críticas são feitas contra os revolucionários. No que concerne à República Juliana, porém, parece haver uma subida de tom na dureza das palavras de Araripe, que assim nos descreve o episódio.

§12. Os rebeldes, levantando agora suas idéas a mais altos commetimentimentos, julgarão poder estender a sua ação fóra da provincia. [...] Lançarão as vistas para o porto de Laguna, na provicia de Santa Catarina.

Sob as inspirações de Bento Manoel organizarão em Viamão uma expedição para aquele porto.

§13. Preparada ella, David Canabarro tomou o seo commando e á frente de 150 soldados xegou á Laguna, da qual apoderou-se a 22 de Julho de 1839. A vila de Laguna estava, desde Março de 1838, guarneida por forças legaes. Sob commando do Tenente-coronel Vicente Vilasboas; mas este oficial, ao saber da aproximação da expedição invazora, deixou o ponto confiado á sua guarda, e retirou-se [...] por isso a Laguna foi facilmente entrada pelos rebeldes expedicionarios. [...]

§14. A republica catarinense, durou poucos dias. Proclamada em 25 de Julho, desapareceo em 15 de Novembro seguinte com a recuperação da Laguna por forças navaes e terrestres do imperio. [...]

§16. Os rebeldes aproveitarão as 4 escunas de guerra, que axarão no porto de Laguna, derão o commando d'ellas a Jozé Garibaldi, e com essa esquadilha apreenderão algumas pequenas embarcações mercantes da costa.

O mal, que assim cauzavão os rebeldes ao commercio costeiro do império, e o perigo de assalto, que corria a cidade do Desterro, capital

de Santa Catarina, mostrarião ao governo imperial quanto convinha de pronto restaurar a Laguna. [...]

§18. A esquadilha imperial seguiu para a Laguna, onde xegou a 15 de Novembro de 1839 [...]

Dominado o porto, as forças imperiais desembarcarão, e ocuparão a vila de Laguna, que assim foi restituída ao regimen legal. [...]

Os commandantes de todos os navios rebeldes forão mortos, á excepção do seo xefe Jozé Garibaldi. [...]

De então por diante a provincia de Santa Catarina, embora constantemente ameaçada de invazão pelos caudilhos da republica, não vio mais no seo territorio os soldados d'ella, sinão na vila de Lages, onde por vezes aparecerão em ligeiras excursões. (ARARIPE, 1986, p. 94-98).

Ao ler o excerto de Araripe, de imediato algumas informações nos saltam aos olhos, sendo que a primeira delas está justamente no fato de que as palavras escolhidas pelo autor para se referir aos revolucionários são bastante incisivas, afirmindo que suas atitudes causavam males ao comércio costeiro imperial, por exemplo.

Outro ponto que consideramos importante destacar é o fato de que Araripe se preocupa em informar ao seu leitor os motivos que levaram os revoltosos à conquista tão rápida da cidade catarinense, argumentando que tal entrada só foi possível devido a uma deserção do oficial do império encarregado da guarda da cidade costeira, deixando seus guardas para coordenarem a resistência, o que se provou ineficiente para conter o avanço farroupilha.

É interessante notar, ainda, que a maior parte da descrição que Araripe faz do episódio da República Juliana é dedicada não aos movimentos rebeldes e suas ações enquanto governantes da cidade de Laguna, mas às respostas que o governo imperial deu aos revolucionários e às maneiras pelas quais os legalistas conseguiram encerrar a expedição farroupilha em Santa Catarina, o que era de se esperar de um autor que nitidamente assume uma postura favorável ao Império.

Em termos de personagens, ainda que Araripe cite outras lideranças farrapas – tais como Bento Manuel e Davi Canabarro – a figura que mais recebe destaque do autor é Garibaldi, com seu nome italiano “Giuseppe” traduzido para o equivalente português “José”, citado duas vezes, tanto como o chefe dos farroupilhas a quem coube o comando dos navios tomados dos imperiais em Laguna, como sendo o único sobrevivente entre os líderes revolucionários na batalha marítima que colocou termo à República Juliana.

Ainda sobre a questão das personagens, é notável a completa e absoluta ausência de qualquer menção ao nome de Anita Garibaldi, mesmo sendo ela uma filha de Laguna, com importante papel no desfecho da expedição catarinense dos farrapos, conforme veremos adiante.

Por um caminho diametralmente oposto segue Spalding, que, em *A Revolução Farroupilha*, descreve o episódio da República Juliana destacando as ações dos Farroupilhas, oferecendo poucas linhas à derrocada da expedição catarinense, e sempre assumindo uma postura claramente favorável aos revoltosos, como podemos observar na citação abaixo.

Santa Catarina há muito que vinha reclamando justiça ao governo do império sem que fosse atendida. A revolta, com ideais republicanos, bebedos no exemplo do Rio Grande do Sul, tomava incremento. [...] Garibaldi, Canabarro e Teixeira [...] tomam a si o cargo de libertação de Santa Catarina, que seria federada ao Rio Grande.

A 5 de julho, assentados todos os planos, Garibaldi [...] transporta os dois melhores barcos – o Seival e o Farroupilha – da lagoa dos Patos à barra do Tramandaí, onde a 15 os lança no oceano. [...] Com o Seival começa a fazer o corso pelas costas, esperando que Canabarro e Teixeira entrassem, por terra, na Laguna. Sabendo já perto os bravos guerrilheiros, entra Garibaldi na barra da Laguna [...] No dia 22 penetra no rio Tubarão, onde se encontra com o lanchão Imperial Catarinense. Trava-se a batalha e o lanchão é queimado pelo seu comandante José de Jesus. Mais além encontram outro lanchão, o Lagunense, que é tomado sem grandes dificuldades. [...]

Enquanto isso, mais e mais se aproximam Canabarro e Teixeira. Laguna é evacuada e abandonada. Garibaldi entra por água [...] e fica senhor da Laguna. [...]

Canabarro é aclamado comandante-em-chefe das armas libertadoras, cargo que aceita, iniciando, com Teixeira, a conquista de todo o território catarinense, denominado “República Juliana”.

Após várias vitórias e vários reveses, chega ao fim a efêmera república. Garibaldi é desalojado da Laguna, onde pratica atos de verdadeiro heroísmo ao lado de Anita. [...] Canabarro e Teixeira são, também, derrotados e perseguidos até Curitibanos, onde se entrincheiram, mas são, também, obrigados a evacuar a 12 de janeiro de 1840. (SPALDING, 1982, p. 54-55).

Além da questão do destaque dado às vitórias farrapas em detrimento das derrotas, a leitura da citação nos permite inferir o posicionamento favorável do autor em relação à investida catarinense dos revolucionários farroupilhas também pela escolha de palavras usadas para referir-se aos revoltosos.

Pelo menos em dois momentos da sua escrita, Spalding vale-se de variantes do adjetivo “libertador” para se referir aos líderes da investida farroupilha em Santa

Catarina, além de classificar os homens de Canabarro e Teixeira Nunes de “bravos guerreiros”, e de afirmar que na retirada de Laguna – uma derrota, portanto – Anita e Giuseppe Garibaldi praticaram “atos de verdadeiro heroísmo”.

No que se refere a Garibaldi, é nítido que o corsário italiano é a personagem histórica que maior destaque ganha no texto de Spalding, sendo descrito de uma forma que transmite ao leitor a sensação de que teria sido ele o grande responsável pela conquista da cidade catarinense, e que mesmo durante a derrocada da República Juliana, enquanto Canabarro e Teixeira Nunes são derrotados, Garibaldi é desalojado de Laguna e, ainda assim, de forma heroica.

Uma vez mais observamos o que parece se tornar um padrão no discurso historiográfico acerca da República Juliana: Anita é apenas mencionada no texto, sem receber o mesmo tratamento que privilegia a figura de seu futuro marido, ainda que seja destacado que ela praticara também atos heroicos ao lado de Garibaldi.

Por caminho muito semelhante segue Fagundes, que apesar de não dar a Giuseppe Garibaldi o mesmo destaque que é oferecido ao italiano nas outras obras historiográficas vistas até aqui, mantém a postura favorável aos farroupilhas vista em Spalding: o adjetivo “heroico” é usado também pelo autor de *História da Revolução Farroupilha*, bem como as palavras “triunfante” para as vitórias republicanas e “funesta” para as suas derrotas

Além disso, podemos observar clara referência a uma obra clássica de William Shakespeare, quando Fagundes afirma que a investida farroupilha em Laguna teria sido o “sonho de uma noite de inverno”, parafraseando a peça *Sonho de uma noite de verão*, e remetendo ao fato de que o ataque republicano a Santa Catarina ocorreu no inverno de 1839.

Uma vez mais, Anita Garibaldi não recebe destaque algum, sendo apenas mencionada de passagem, no final do capítulo, e apenas para dizer que foi ela o grande amor da vida de Giuseppe, como se não tivesse tido nenhuma importância pessoal, a não ser pelo laço matrimonial com o corsário italiano.

No inverno de 1839 [...] os revolucionários, tendo à frente Canabarro, por terra, e Garibaldi por mar, atacaram Laguna.

Fazendo água no rio Tubarão, próximo à Laguna, os farrapos derrotaram a esquadrilha imperial. A primeira embarcação vencida foi a ‘Imperial Catarinense’. [...] Em seguida, foram aprisionados ‘Lagunense’, ‘Itaparica’ e ‘Santana’. [...]

No dia 22 de julho os farrapos, sob as ordens de Canabarro, ajudados pela flotilha de Garibaldi, entravam em Laguna, abandonada [...] e no dia 29, na sua Câmara Municipal, proclamavam solenemente a República Catarinense. [...]

Em Laguna, os farrapos não se detiveram nos seus limites urbanos. Foram ao encalço dos fugitivos, com a finalidade de aprisioná-los e ocuparem também Desterro (hoje Florianópolis). [...]

Essa jornada triunfante alarmou profundamente o governo imperial. [...]

Foi assim que os republicanos receberam o choque tremendo das forças imperiais, em decisivo ataque combinado, por mar e por terra, e, após uma prolongada e heroica resistência, foram dispersados pelo inimigo. [...]

O combate foi muito rápido e funesto às pretensões farroupilhas. [...]

Só depois do combate naval, entrou a força terrestre em Laguna.

Assim estava desfeita, com apenas 4 meses de existência, a efêmera República Catarinense, sonho de uma noite de inverno. (FAGUNDES, 1985, p. 258-262).

Tendo revisitado a maneira pela qual o discurso historiográfico nos traz – de forma bastante homogênea – o episódio da República Juliana, partimos agora para o que mais nos interessa neste estudo: a(s) forma(s) pela(s) qual(is) esse mesmo evento histórico é apresentado nas obras literárias selecionadas.

7.2 Análise das reconstruções literárias da República Juliana

Uma vez mais seguiremos a ordem cronológica de publicação das obras para efetuar nossa análise, porém, desta vez, por se tratar de um evento histórico mais prolongado, em vez de um episódio mais específico, subdividiremos o este item em outros subitens, a fim de melhor organizar o estudo.

Em nenhuma das duas primeiras obras que compõem o nosso *corpora* – *O gaúcho* e *Os amores de Canabarro* – encontramos reproduções claras dos desdobramentos da Revolução Farroupilha em Santa Catarina, o que nos impede de fazer uma análise acerca da conversão ficcional desse evento histórico a partir desses dois livros.

Isso não significa, porém, que não tenhamos nada a dizer sobre elas, ainda que sejam informações indiretas, mais inferidas do que explicitadas nas narrativas. Como de praxe, iniciaremos com o texto de Alencar.

Vimos no capítulo anterior – com o evento da Proclamação da República Rio-Grandense – e também observaremos neste e no próximo capítulo, que o autor de *O gaúcho* opta por não detalhar muitos episódios da Guerra dos Farrapos de forma

detalhada, dando destaque especial apenas à figura de Bento Gonçalves, na narrativa da Tomada de Porto Alegre – estudada no quinto capítulo da tese.

Essa ausência de detalhes é explicada pelo próprio Alencar em uma das notas que insere no final do segundo volume da obra, na qual afirma ter se atentado apenas aos movimentos iniciais da Revolução Farroupilha, e não ter dado destaque a outras personagens importantes do movimento além de Bento Gonçalves justamente por não considerar que – transcorrido tão curto espaço de tempo entre o fim da guerra e a escrita de seu romance – outras figuras históricas tivessem alcançado o mesmo vulto que o principal líder revolucionário.

Quanto à parte histórica, o autor foi mais sobrio do que desejava, e quiçá do que esperava o leitor; limitou-se a atravessar de relance o prologo da revolução riograndense. A isso o obrigaram seus escrúpulos; trinta e cinco anos, menos de meio século, não bastam para archivar factos e personagens tão ligados ainda ao presente pelos vínculos das paixões e da família. Nem todos os bustos dessa galeria são, como o de Bento Gonçalves, da classe daqueles homens que ao sahir do mundo entram logo na posteridade. Muitos ha cuja memoria sofre uma especie de incubação antes de pertencerem á historia. (ALENCAR, 1870b, p. 268-269).

Em *Os amores de Canabarro*, a ausência quase absoluta de menções aos episódios da República Juliana é de chamar grande atenção, uma vez que foi durante esse evento que David Canabarro – protagonista incontestável da obra de Rosa – recebeu a patente de general, sendo o principal comandante das tropas farroupilhas em Santa Catarina.

Ainda mais curioso é o fato de que por dois momentos são referidos eventos dos desdobramentos catarinenses do movimento revolucionário gaúcho sem que a campanha em Santa Catarina fosse mencionada no texto, sendo o primeiro deles em um capítulo onde é feita uma descrição da vida e dos feitos do líder farroupilha, e em que sua promoção a general é textualmente citada, mas sem qualquer tipo de contextualização.

Capitão. Major. Tenente-coronel. Coronel. General. Commandante em chefe: como estava longe, em 1844, aquelle adolescente obscuro de Taquary! [...] Não era facil identificá-lo com o General/ David Canabarro, comandante geral do exercito farroupilha. (ROSA, 1933, p. 24; grifos nossos).

O segundo momento em que eventos da República Juliana são referidos, sem que haja, contudo, qualquer tipo de contextualização, se dá em um dos capítulos intermediários da obra, intitulado “O calcanhar de Achilles”.

Renascera, no transe, o cabo de guerra que se celebrisara em 39 e 40. As suas [de Canabarro] e contra-marchas eram de sagacidade notável. Cercado, não raro, pelas pesadas divisões do Império, dellas zombara muitas vezes, deixando-as de cara á banda, quando presumiam a prêsa certa. (ROSA, 1933, p. 87-88).

O cabo de guerra citado acima, entre os anos de 1839 e 1840, se refere à sequência de ataques e retiradas lideradas por Canabarro contra as forças imperiais, e que incluem – embora não se limitem a – diferentes momentos da campanha catarinense dos farrapos, como as retiradas de Laguna e Lages, por exemplo.

Essa postura de Rosas, segundo nosso entendimento, parece estar ligada às escolhas do autor – que passou grande parte de sua vida em Taquari, considerando-a sua cidade natal, assim como também o era de Canabarro – de construir uma imagem do líder farroupilha que se aproxime de uma figura heroica, ainda que sejam apresentados diferentes aspectos humanos do líder farrapo.

Existe, de acordo com Ruas (2022), na cidade de origem do general farroupilha e em seus arredores, uma espécie de culto à imagem do líder, e sendo o autor de *Os amores de Canabarro* identificado com esse mesmo local, inferimos que não escolheria ele evidenciar em sua obra os eventos da República Juliana, uma vez que com o decorrer dos fatos, o general passou de herói libertador para tirano sanguinário no imaginário catarinense, sendo ele considerado muitas vezes um dos grandes responsáveis pela perda de apoio dos farrapos na província vizinha, ocasionando o fim prematuro da república catarinense.

Tendo sido feitas essas considerações breves acerca de *O gaúcho* e *Os amores de Canabarro*, podemos partir para a análise dos quatro episódios da República Juliana escolhidos para compor este capítulo. Para fins de melhor organização, seguiremos a ordem cronológica dos acontecimentos, iniciando com a travessia dos lanchões Seival e Farroupilha por terra da Lagoa dos Patos para a barra do rio Tramandaí, e daí rumo à Laguna.

7.2.1 A travessia dos lanchões

O primeiro grande episódio associado à expedição dos farroupilhas ao estado vizinho se deu antes mesmo de ser proclamada a República Catarinense, quando o líder farrapo Giuseppe Garibaldi conduz uma complexa operação para que os dois lanchões da marinha rio-grandense pudessem atravessar, partindo da Lagoa dos Patos por terra, os cerca de 80 quilômetros que separavam o Rio Capivari da barra do Rio Tramandaí, ainda nos primeiros dias do mês de julho do ano de 1839.

Assim o episódio nos é apresentado por Tabajara Ruas em *Os varões assinalados*.

Cada lanchão seria carregado por três pares de rodas. A tarefa mais difícil se aproximava. Colocar os lanchões sob as vigas que as ligavam. Erguer os lanchões de dezoito e doze toneladas era impossível. Teriam que descer com as rodas o declive, entrar no gelado Capivari e atrelar, debaixo da água, os grossos eixos à quilha do Farroupilha e do Seival.

Vários botes ajudaram na tarefa. Garibaldi, Carniglia e Eduardo Matru acompanhavam da margem, dando ordens e fiscalizando. Pouco a pouco, começavam a contaminar-se pela magia da aventura. [...] O ideal nebuloso de uma humanidade fraterna tomava realidade naquela paragem distante [...] Ali viviam homens resolutos e sonhadores, que jogavam-se em empresas audaciosas por ideias de igualdade e fraternidade.

Depois de longas horas de trabalho, os três pares de rodas estavam firmemente amarrados, por sólidos cabos, ao casco do navio. [...] Trouxeram-se os bois. Eram dezesseis juntas. Atrelaram-se ao Farroupilha. O lanchão tinha aparência insólita, as rodas emergindo da água. [...]

Soprava uma brisa gelada. A qualquer momento começaria a chover. Garibaldi apoiou o pé num tronco e ergueu a mão

- Atenzione! – Todos olhavam para ele. O silêncio era nervoso. Garibaldi baixou a mão. – Agora!

Os cavaleiros aguihoaram os bois. Os grandes animais começaram a mover as pesadas patas. Os cabos esticaram ao máximo. Os gritos são nervosos. Estala uma viga. O Farroupilha começa a sair da água. [...]

- Força, força! [...]

Vai surgindo o casco esverdeado pelo musgo, vai surgindo a grande curva formosa respingando água, vai crescendo de tamanho. [...] As rodas resistem. Os eixos resistem. O equilíbrio é perfeito.

O farroupilha sai completamente da água, começa a subir o declive. Os homens abraçam-se, jogam os chapéus para o ar.

Retirar o Seival foi mais fácil: era menor e pesava menos. Nessa noite, ao redor do fogo, Garibaldi contemplava o jucundo perfil, acentuado pelo fulgor das fogueiras. O barco repousava. Garibaldi não conseguia tirar os olhos dele. (RUAS, 1985, p. 255-257).

Como podemos perceber na leitura do trecho, Ruas escolhe fazer a conversão ficcional do episódio de retirada dos navios farroupilhas do Rio Capivari por meio de uma descrição detalhada dos acontecimentos, e adotando um tom épico em sua narrativa, destacando as dificuldades da empreitada, bem como o valor dos responsáveis pela sua realização.

Nesse sentido, a narrativa de Ruas se aproxima das formulações de Lukács, uma vez que encontramos no trecho citado justamente o que o teórico húngaro nos apresenta como um dos mais fundamentais elementos do romance histórico: a questão de serem os homens comuns os responsáveis pela movimentação da roda da História.

Essa aproximação fica bem nítida no trecho em que Ruas afirma que lutando pela República Rio-Grandense havia homens de fibra e coragem, dispostos a se jogar em “empresas audaciosas por ideias de igualdade e fraternidade”, por exemplo.

Também dentro das formulações de Lukács está a questão dos grandes homens do passado, que se converteriam em líderes de grande monta em decorrência da necessidade de seus tempos, representando, de forma simbólica e física, o espírito de uma determinada época. No caso da travessia dos lanchões, a figura histórica que assume esse papel em *Os varões assinalados* é incontestavelmente o corsário italiano Giuseppe Garibaldi.

Esse papel pode ser observado – no trecho citado – principalmente no fato de Garibaldi assumir a responsabilidade pelo comando da operação, seja supervisionando o processo de fixação dos carros nas quilhas dos barcos ao lado de Carniglia e Eduardo Matru, seja dando a ordem para o início do processo de retirada dos barcos da água, e incentivando os homens com palavras de “força”.

Os seis dias que levaram as tropas farrapas para cruzar a distância em terra antes de devolverem à agua seus navios são descritos por Ruas de forma igualmente épica, com uma escolha de palavras que nos permite inferir tanto o cuidado e atenção do líder da expedição em todos os detalhes da empreitada, quanto o espírito de fraternidade entre os homens, que procuravam desempenhar em harmonia suas funções específicas, o que permitiu aos revolucionários a realização da expedição e, à nós, identificar novamente a presença da ideia de que ao povo cabe mover a roda da história.

Os poucos moradores da região nunca viram antes – e depois jamais tornaram a ver – cortejo tão bizarro. Na frente, escoltando, ia uma brigada de cavalaria. Carregavam a bandeira da república. Logo após, trinta e duas parelhas de bois puxavam o mais fantástico conjunto que nem em seus pesadelos vislumbraram: dois imensos barcos sacolejando sobre imensas carretas que deslizavam sobre rodas imensas. Atrás deles, o resto da boiada, tocada por vaqueanos experientes. Guardavam a preocupação de ter sempre parelhas descansadas e em condições de serem trocadas. Havia uma brigada de sapadores, armados de pás, picaretas e enxadas, que cuidavam do caminho. [...] E havia piquetes de guarda, vigilantes, que percorriam as áreas próximas ao trajeto do comboio, para evitar um ataque de surpresa.

A partida foi no dia 5 de julho de 1839. O inverno mostrou-se impiedoso. Fina garoa caía constantemente sobre eles. A planície que atravessavam era plana e coberta de uma vegetação rasa. Às vezes, uma aroeira ou um pequeno capão com pitangueiras e butiás animava a paisagem.

No sexto dia, Carniglia sofreou o cavalo e ergueu o rosto. [...] Respirou fundo. [...]

Os três italianos galoparam na frente do comboio. [...] Estacaram rente ao mar. Deixaram as ondas espumosas chegarem até as patas dos cavalos. Ergueram os rostos. Olhos fechados, ouvindo o poderoso ruído familiar, respiraram profundamente o ar salgado. [...]

Os barcos deslizaram para a água através de pranchas de madeira. Deitaram ferros próximo à margem. (RUAS, 1985, p. 257-258).

Na edição de 2010 de *Os varões assinalados*, encontramos alguns pontos divergentes da edição original da obra, que consideramos importante apresentar aqui, sendo que o primeiro deles está no fato de que – ao contrário do que observamos no texto de 1985 – Garibaldi é textualmente mencionado como a pessoa responsável pela organização da travessia: “Garibaldi guardava a preocupação de ter sempre parelhas descansadas e em condições de serem trocadas.” (RUAS, 2010, p. 343).

É verdade que essa informação estava implícita no texto de 1985, mas encontrá-la de forma direta na edição de 2010 – tida como a definitiva, segundo as palavras do próprio autor – nos revela a possível intenção de Ruas de oferecer, na versão final de *Os varões assinalados*, um destaque maior ao corsário italiano.

A segunda diferença entre as edições de 1985 e 2010 está no fato de que, na última, são oferecidas ao leitor mais informações sobre o processo de travessia, e mencionadas algumas das dificuldades encontradas pelos farroupilhas durante a empreitada, além do fato de ser um vaqueano quem indica a chegada à Lagoa Tomás José – através da qual os barcos farroupilhas chegaram ao mar – e não o companheiro de Garibaldi, Eduardo Carniglia.

A operação tinha sido planejada no segredo mais absoluto. Não encontraram vestígio de tropas imperiais. A travessia foi tranquila, com a exceção das vezes em que as rodas atolavam. No quarto dia duas rodas partiram, mas foram consertadas sem grande prejuízo do tempo calculado para o percurso.

No sexto dia, aproximaram-se de um capão de mato verdejante. O vaqueano da região que tinha ido na frente aproximou-se a galope de Garibaldi.

- Capitão, a lagoa Tomás José! (RUAS, 2010, p. 343).

Em *A casa das sete mulheres*, por outro lado, as palavras escolhidas pela autora não imprimem ao seu texto um tom épico – ainda que a dedicação dos homens, e principalmente as qualidades de Garibaldi recebam destaque –, mas constroem uma narrativa sóbria, que focaliza de forma mais detida o processo de retirada dos lanchões da água, e principalmente a travessia – com todas as suas dificuldades – dos cerca de 80 quilômetros que os barcos farroupilhas cruzaram por terra.

Numa tarde cinzenta e fria, começou a tarefa de colocar os barcos sobre as carretas. Garibaldi mandou que a primeira carreta fosse submersa num pequeno arroio, depois os homens suspenderam o primeiro lanchão até a quilha e o fizeram repousar sobre o duplo eixo da carreta, sempre deslizando-o nas águas geladas do rio. Apesar do frio terrível, os marinheiros tiveram êxito na tarefa: depois de muitas horas, quando a noite já vinha, pesada, o *Seival* e o *Farroupilha* repousavam sobre as duas carretas, prontos para viajar pelo pampa. Com a ajuda de muitas parelhas de bois, no dia seguinte as carretas submergiram com sua carga impressionante. Os homens urraram de alegria. [...] Garibaldi pensou no sorriso que Manuela daria se visse aquele estranho espetáculo.

Começava, naquele gélido princípio de julho de 1839, a travessia por terra dos barcos republicanos.

Choveu muito naqueles dias. As carretas atolavam constantemente, mas sempre havia parelhas de bois descansados, e sempre havia a crua energia de Giuseppe Garibaldi, incansável na sua tarefa. Foram oitenta e seis quilômetros de travessia pelo pampa coberto de relva, aqui e ali empoçado de água, mas o pequeno exército seguiu firme, e por onde passava era aplaudido pelo povo. Nunca se havia visto no pampa uma cena igual. (WIERZCHOWSKI, 2002, p. 277).

É curioso notar que não existe na narrativa de Wierzchowski a descrição do momento em que os lanchões republicanos chegam à lagoa Tomás José, ou de quando as embarcações farroupilhas atravessam a barra do Rio Tramandaí, finalmente alcançando o mar, passando a autora, parágrafo imediatamente posterior, à descrição da reação das mulheres da família de Bento Gonçalves ao receber, na Estância da Barra, a notícia do grande feito do corsário italiano.

Na estância da Barra, Manuela passava os dias à janela, olhando a chuva miúda pingar do céu, os olhos baços, o apetite pouco, sempre um arrepio nas costas e aquela vontade de chorar. D. Ana fez-lhe chás, tocou músicas ao piano, tentou alegrar a menina de todas as maneiras. Mas por fim cedeu também ela à tristeza: tinha ficado amiga de Giuseppe Garibaldi, aquele italiano engracado e contador de causos, e agora ele fazia falta nos dias cinzentos do final de inverno. Maria Manuela acendia velas à santa, agradecendo a benção de sua filha mais moça estar livre dos encantos daquele corsário de olhos dourados.

Quando chegou à Estância a notícia do grande feito de Giuseppe Garibaldi, D. Ana deixou escapar um sorriso disfarçado. [...]

- Giuseppe Garibaldi é um herói! – comentou Mariana, impressionada com a façanha do corsário que levara os seus barcos através dos campos.

Maria Manuela mirou a filha com um brilho de fúria nos olhos cansados.

- Um herói para pouco serve quando uma guerra acaba, Mariana. Não se olvide disso. – Virou o rosto para Manuela, que remexia pensativamente no seu cesto de bordados. – E você principalmente, Manuela de Paula Ferreira, lembre do que eu disse e não me cometa nenhum desatino. [...]

- Giuseppe está longe demais daqui, mãe, para que vosmecê se apoquente por ele.

E sua [de Manuela] voz soou lúgubre. (WIERZCHOWSKI, 2002, p. 277-278).

O episódio da travessia dos lanchões é mencionado ainda uma outra vez em *A casa das sete mulheres*, em uma carta endereçada à Manuela, escrita por seu primo – e então “noivo” – Joaquim Gonçalves da Silva, filho do general máximo da República Rio-Grandense, que na ocasião ignorava a paixão de sua prometida pelo corsário italiano, o que dá um peso emocional bastante forte ao texto, uma vez que o remetente da carta fala de seu afeto em relação à Manuela, ao mesmo tempo que dá notícias das façanhas daquele que roubou de si o coração de sua amada.

Minha querida prima Manuela, [...]

É do meu afeto que desejo le dizer, Manuela. Do meu afeto que solamente cresce por vosmecê, e que me faz desejar o final desta guerra, para que eu possa regressar à estância e estar junto de vosmecê por todo o tempo. Às vezes penso, no entanto, se esse meu afeto tem morada em seu peito, porque em todos esses meses solamente um pequeno bilhete seu me chegou às mãos. Bilhete esse que guardei em minha guaiaca como um tesouro que me alegra e me protege, Manuela. [...] No entanto, almejo que vosmecê não me olvide, e que esse silêncio seja apenas saudade. [...]

Aproveito esta carta para mandar notícias da guerra às tias e às primas também. Como se sabe, estamos agora tentando abrir frentes em

Santa Catarina. Vosmecê deve ter mesmo conhecido o italiano Garibaldi, que tão perto da estância esteve hospedado para construir os lanchões da República Rio-grandense. Este italiano, a quem todos elogiam a coragem e a habilidade na navegação, causou muito espanto no pampa quando transportou seus barcos por terra, sendo eles puxados por parelhas de bois. Sei que vosmecês devem saber disso e com isso terem muito se alegrado. (WIERZCHOWSKI, 2002, p. 280-281).

No que tange à figura histórica de Giuseppe Garibaldi, é muito interessante notar que ele é representado aqui sob dois enfoques diferentes: sob o ponto de vista que poderíamos considerar como sendo o da historiografia acerca da Guerra dos Farrapos; e sob a percepção que as personagens femininas da Estância da Barra têm dele.

Em um primeiro momento, os dois enfoques parecem confundir-se, uma vez que tanto a descrição dos feitos do italiano ao conduzir a operação de travessia por terra dos lanchões republicanos por terra quanto a reação de Joaquim e da maioria das sete mulheres são no sentido de destacar as qualidades heroicas de Garibaldi, chegando Mariana a chamar-lhe textualmente de herói. Entretanto, quando observamos atentamente, é possível perceber que, além das características mais celebradas do corsário, encontramos três outras representações dele no episódio citado.

Em primeiro lugar, temos a percepção de D. Ana, que tendo se tornado amiga de Garibaldi, dele sente falta “nos dias cinzentos do final de inverno”, mas não como o capitão da marinha farroupilha, e sim como o “italiano engraçado e contador de causos”, apresentando ao leitor uma faceta mais cotidiana do corsário italiano.

De opinião diametralmente oposta é Maria Manuela, que acende velas agradecendo o fato de Garibaldi estar longe de sua filha, que por ele sofre de amores, sabendo-se correspondida, mas talvez imaginando-se abandonada, pela distância que a separava do italiano.

O mais interessante, ao nosso ver, da reação de Maria Manuela frente à ausência de Garibaldi é que, em momento algum, ela nega o heroísmo do corsário, mas o afirma como uma característica negativa, até mesmo inútil fora de um contexto de guerra, e considera um desatino uma mulher desejar estar com tal tipo de homem, uma vez que “um herói pouco serve quando uma guerra acaba”.

Essa escolha de Wierzchowski de apresentar o episódio da travessia dos lanchões destacando suas dificuldades, e não apenas a magnitude da conquista, além

de trazer diferentes facetas de Giuseppe Garibaldi que não a de herói celebrado por diferentes pessoas pelas suas façanhas, e mesmo colocando em xeque o valor de um herói fora dos campos de batalha, aproxima *A casa das sete mulheres* das formulações teóricas de Linda Hutcheon, uma vez que sua autora apresenta o discurso histórico heroicizante do episódio, mas imediatamente aponta o holofote narrativo para os aspectos menos célebres da travessia dos lanchões, sobretudo os problemas enfrentados pelos homens do corsário italiano durante a empreitada.

No que diz respeito ao primeiro ato da expedição catarinense dos revolucionários farroupilhas, as abordagens escolhidas por Ruas, em *Os varões assinalados*, e por Wierzchowski, em *A casa das sete mulheres*, se aproximam de forma clara tanto no aspecto grandioso da travessia dos lanchões quanto na abordagem heroica do seu condutor, Giuseppe Garibaldi, mas se distanciam de forma diametral no que concerne ao tratamento que ambos dão às suas narrativas na abordagem do episódio histórico.

Ruas adota uma narrativa épica para a travessia, focalizando os esforços dos guerreiros republicanos, que juntos conseguem realizar a tarefa tida como quase impossível de atravessar por terra dois navios com 12 e 18 toneladas em carros puxados por bois em um percurso de cerca de 80 quilômetros.

Wierzchowski, por sua vez, não nega em momento algum a importância e a grandiosidade do evento – tanto que ele é descrito duas vezes em sua obra –, mas escolhe oferecer o foco narrativo às dificuldades da empreitada, listando algumas das complicações que as tropas republicanas encontraram para a sua realização, como os atolamentos e a quebra de duas rodas dos carros sobre os quais eram levados os barcos farroupilhas.

Sobre Giuseppe Garibaldi, encontramos uma curiosa inversão, posto que, em *Os varões assinalados*, os maiores elogios são feitos coletivamente aos homens do corsário italiano – ainda que suas próprias qualidades individuais não tenham sido de forma alguma negligenciadas – enquanto, em *A casa das sete mulheres*, os elogios à coletividade farrapa estão presentes de forma muito mais discreta, e o heroísmo de Garibaldi – ainda que trazido também sob aspectos negativos, como vimos acima – recebe muito maior destaque.

Essa espécie de inversão que podemos observar entre as duas obras nos indica que, embora um texto possa se aproximar de uma ou de outra formulação

teórica, não seria prudente classificá-lo de forma contundente, como se colocado em uma caixinha isenta de contatos e diálogos com outros construtos teóricos.

Voltaremos a esse tema de forma mais profunda e detalhada nas Considerações Finais da tese, por ser ele de fundamental importância para nossa pesquisa. Agora partiremos para o estudo do segundo episódio histórico da República Juliana, que consiste na sua proclamação propriamente dita, a partir da tomada da cidade de Laguna, em 20 de julho de 1839.

7.2.2 A Invasão de Laguna

O episódio da invasão de Laguna é descrito em *Os varões assinalados* com o mesmo estilo épico encontrado na sua conversão ficcional da travessia dos lanchões, e uma vez mais oferecendo destaque às ações de Giuseppe Garibaldi, líder do braço marítimo do movimento contra a pequena vila catarinense.

A narrativa de Ruas focaliza prioritariamente as batalhas navais da invasão de Laguna, ficcionalizadas de forma a uma vez mais destacar a união dos combatentes farroupilhas, cujos ideais se confundem e são personificados na figura de seu líder, que, mesmo com a patente de Capitão, não se furtava a lutar ombro a ombro com seus homens, e com eles atirar-se ao mar para salvar de um encalhamento a sua embarcação.

Um barco com a bandeira tricolor da República Rio-Grandense avança pelas águas da baía. Os oficiais [das embarcações imperiais Itaparica e Lagunense] se alvoroçam, assentam os binóculos, interrogam-se. O barco avança para eles, velas infladas, atrevido, misterioso. [...] O intrépido barco parou de repente. [...] O Seival está encalhado num banco de areia. [...]

- À água! – grita Garibaldi. E ele salta pela amurada até o banco de areia. Tem água à altura dos tornozelos. – Venham! Saltem!

Todos começam a saltar do barco. Em pouco, dezenas de mãos empurram o costado do lanchão. [...]

A quilha avança. Emperra. Avança outra vez. E subitamente torna-se leve: O Seival flutua. Um grito de alegria escapa de todas as gargantas. Todos sobem rapidamente para o convés. [...]

No meio da noite, a canhoneira Imperial e a Lagunense preparam uma armadilha para o Seival. [...] O Seival manobra, procurando cortar a retirada do navio inimigo. Começa a disparar os canhões. [...] A aventura da Imperial está por terminar. [...] [O Capitão da Imperial] Manobra para a margem oposta, abre com machados um rombo no casco e põe fogo no navio. [...] As grandes chamas iluminam o Seival

que passa perto do navio derrotado. [...] Na foz [Griggs] vê o Lagunense, iluminado pela lua.

- Preparar para a abordagem!

Os marujos do Seival apertam-se contra a amurada. Têm as armas engatilhadas. Alguns carregam punhais presos aos dentes, outros empunham machadinhas. O Seival está a poucos metros do Lagunense. [...] Griggs toma posse do barco. Os primeiros raios do sol iluminam em seu mastro a bandeira tricolor dos farrapos.

A vila de Laguna entrou em pânico. [...] A imaginação criara uma fantástica arma republicana e um exército de milhares de homens que, em breve, cercariam e destroçariam a vila. Nesse entardecer as tropas imperiais retiram-se de Laguna. [...] Os farroupilhas desfecharam o ataque geral nas primeiras horas da manhã. As colunas de Teixeira Nunes e de Jerônimo de Castilhos aproximam-se da vila sem serem molestadas. [...] Os barcos republicanos aparecem nas águas da lagoa. A Santana e a Itaparica – encalhadas – não se movem. [...] Há um tiroteio rápido e infrutífero. Alçam bandeira branca. Garibaldi ordena ao Itaparica render-se. Aparece na proa um Tenente muito jovem e extremamente pálido. Tem lágrimas nos olhos. [...]

Quebrou sua espada e jogou-a às águas da Laguna. (RUAS, 1985, p. 267-269).

É também durante a descrição do episódio da invasão de Laguna pelas tropas farroupilhas que encontramos, pela primeira vez, na obra de Ruas, a personagem histórica que ficaria conhecida como “heroína dos dois mundos”; se tornaria o maior símbolo e orgulho da cidade de Laguna até os dias de hoje – com museus, monumentos e festas dedicadas a ela – e se tornaria uma das mulheres mais importantes da história brasileira e do cone sul americano: Ana Maria de Jesus Ribeiro, mais conhecida como Anita Garibaldi.

A primeira menção a ela, em *Os varões assinalados*, é feita quando Garibaldi a vê na praia e, depois, por meio das reflexões do Padre Cordeiro – eleito Vice-Presidente da República Juliana – e das palavras de três mulheres beatas que a ele foram relatar o fato de que ela, uma mulher casada, havia sido levada pelo italiano em uma expedição marítima.

O corsário italiano – presumivelmente um ateu ou protestante – levara em seu navio uma mulher de Laguna. E pior – as beatas baixavam os olhos – uma mulher casada, padre. O padre Cordeiro olhava as três mulheres que lhe transmitiam a novidade com olhos cheios de terror. (RUAS, 1985, p. 274).

Já por essa primeira descrição, podemos inferir duas informações importantes, sendo a primeira o fato de que a cidade de Laguna possuía, conforme a conversão

ficcional de Ruas, uma forte inclinação religiosa, evidenciada por não se esperar de um católico a atitude de levar em um barco uma mulher casada.

A segunda, e talvez mais importante informação que podemos inferir da citação é a do quanto Anita era uma mulher decidida e à frente de seu tempo, uma vez que, mesmo casada e filha de uma pequena vila de profunda inclinação católica, decidiu unir-se a um marinheiro estrangeiro e lançar-se ao mar a seu lado, não como uma amante ou esposa a ser protegida, mas como uma mulher forte, forjada com iguais medidas de docura e furor.

Essa primeira impressão de Anita é confirmada algumas páginas depois, quando a expedição marítima de Giuseppe retorna à Laguna, e seu amigo Rosetti, ao visitar o corsário no barco, vê pela primeira vez a jovem audaciosa. É através dos olhos dele que Ruas nos descreve Anita pela primeira vez de forma mais detalhada.

Rosetti viu surgir na boca da escotilha a mulher. Sem dúvida demorara-se tratando de melhorar a aparência. Estava vestida com suas melhores roupas, o cabelo preso com grandes grampos formando um coque e suas pequenas mãos empunhavam sem jeito a sombrinha. Rosetti nunca a vira de perto e, agora, espantava-se com sua juventude. Tímida, não sabendo como proceder, ficou ali, parada, o rosto jovem e redondo e os olhos brilhantes e negros, atravessada pela luz marinha, a balançar na amurada. [...] Rosetti não olhou mais para ela, mas guardou a impressão marcante de um jovem animal enérgico, feroz e doce, com dois grandes olhos neutros que se detinham no mundo sem emoção mas carregados de segredos como essas conchas marinhas que se acham nas praias e carregam em si o som dos oceanos. (RUAS, 1985, p. 276).

Na edição de 2010 de *Os varões assinalados*, além do texto reproduzido acima, com pequenas alterações informando que Rosetti não ter mais olhado para Anita se devia ao fato de ele estar tentando se afastar daquele “jovem animal enérgico”, existe um parágrafo complementar, no qual Ruas destaca também os atributos femininos da jovem lagunense de 18 anos, capazes de despertar a volúpia e a loucura.

Inadvertidamente, e contra sua vontade [Rosetti] descobriu a sensualidade na boca úmida de Ana Maria de Jesus e com horror e volúpia compreendeu como também era vulnerável, e deixando-se levar por um momento de densa loucura a imaginou nua, branca e nua, abraçada ao corpo nu de Garibaldi, iluminados pelo luar, no chão de tábuas do convés. (RUAS, 2010, p. 367).

Em *A casa das sete mulheres*, da mesma forma como ocorreu com outros episódios históricos presentes na narrativa, somos informados da conquista de Laguna de forma indireta, e não visitando narrativamente o palco dos acontecimentos. No caso específico deste item, as informações acerca da tomada de Laguna nos são trazidas em um dos “Cadernos de Manuela”, cuja escrita teria se dado no ano de 1880, e nos quais também é primeiramente mencionado o nome de Anita.

No princípio de setembro, chegaram mais notícias sobre Laguna e sobre os republicanos. Tinham eles entrado na vila sob a escolta alegre do povo. Os sinos repicaram nas igrejas. Davi Canabarro, Teixeira Nunes e Giuseppe Garibaldi foram recebidos como heróis. [...] Todo o esforço tinha valido a pena: Laguna era agora republicana. [...] Comemoramos a boa nova com uma ceia quase alegre – tínhamos discretas alegrias naquele tempo. D. Antônia, Caetana e D. Ana estavam jubilosas: Laguna seria fundamental para os planos republicanos, com seu porto de mar e sua localização estratégica. Falaram muito naquela noite, e vi o velho piano de minha tia ressuscitar suas valsas. [...]

Eu estava feliz por meu Giuseppe, recebido como herói, um salvador de povos [...], um homem que merecia o afeto das multidões, o dobrar dos sinos nas igrejas, as palmas das damas nas varandas. Quisera eu estar ao seu lado naquele momento, e dividir com ele tamanha glória. Ah, eu não sabia então que meu Giuseppe estava a um passo de conhecê-la, a outra, a que o acompanhou e o seguiu e viveu com ele todos os sonhos que tecí para nós. Aquela que se chamava Anita... Sim, dentre a multidão que o aplaudira naquele dia de vitória, decerto estava ela, olhando-o de longe, já ansioso o momento de falar-lhe, de fazer-se sua como enfim se fez. (WIERZCHOWSKI, 2002, p. 287-288).

Para o encontro de Giuseppe Garibaldi com Anita de forma mais específica encontramos, em Wierzchowski, duas versões diferentes, sendo que a primeira delas está presente em *A casa das sete mulheres*, em uma carta de José para sua tia, D. Ana, na qual dá notícias dos acontecimentos em Laguna – alguns dos quais levariam à queda nas mãos dos imperiais – e fala do mais famoso casal da Revolução Farroupilha, sempre com a característica de mostrar o lado humano das personagens históricas, e dar conta do cotidiano da guerra, e não apenas dos seus eventos militares.

Minha querida mãe,
Escrevo de meu quarto aqui na vila de Laguna, pois sei que amanhã o italiano Rossetti despachará correio ao Rio Grande. [...] Sei que deve estar pensando em mim e em como estou aqui nesta nova República, e le digo que esteja tranquila quanto à minha saúde. [...]

O mesmo, minha mãe, não le digo desta nossa república recém-instaurada. Tudo aqui parece estar desandando mui rapidamente, e só Davi Canabarro – ocupado em exercer seus desmandos e seu poder – parece não notar que as coisas estão malparadas. De tudo já sucedeu. Davi Canabarro busca apenas livrar-se dos que considera subversivos, nada fazendo para ser benquisto por este povo, que já começa mesmo a desprezá-lo. Há aqui um padre e com grandes influências, chamado Vilella, e até com esse homem da Igreja o general já se desentendeu amargamente [...].

Para que a senhora saiba como vai tudo, ouça que até mesmo o italiano Giuseppe Garibaldi, tão honroso soldado, e a quem tanto nós devemos, cometeu sua falta, tendo se apaixonado e tomado para si uma moça da vila que era casada [...] levou em seu barco a tal moça de nome Anita. [...] Esta vila está mui ofendida com esse amor impudico assim consumado em plena luz do dia, e mais ainda com os desmandos de Davi Canabarro. (WIERZCHOWSKI, 2002, p. 290-291).

A segunda versão de Letícia Wierzchowski para o primeiro encontro entre Anita e Giuseppe Garibaldi não está na obra que temos utilizado em nosso estudo até o presente momento, mas, sim, em *Travessia* – anteriormente mencionada –, que ao lado de *A casa das sete mulheres* e *Um farol no pampa*, forma uma espécie de saga gaúcha, conforme a autora nos informou em entrevista: “Ao longo do processo de escrita d’*A casa das sete mulheres* surgiu a vontade de fazer o segundo volume, e quando eu fiz o segundo volume eu tinha a intenção de fazer um terceiro. Fazer uma trilogia.” (WIERZCHOWSKI, 2022).

Assim sendo, não consideramos estar fugindo de nosso *corpora* quando trazemos para o estudo do episódio histórico da República Juliana certas passagens de *Travessia*, uma vez que as duas obras de Wierzchowski pertencem a uma mesma trilogia e estão em incontestável diálogo.

Não seria possível, por outro lado, nos aprofundar nos detalhes da expedição catarinense dos farroupilhas presentes em *Travessia*, uma vez que a República Juliana ocupa toda a primeira parte da obra, dedicada – como o seu subtítulo o evidencia nitidamente – a contar para o leitor a história de amor entre Anita e Giuseppe Garibaldi.

Dessa forma, escolhemos trazer apenas excertos dos capítulos intitulados “Anita”, em que a autora dá voz – em primeira pessoa, e com fonte itálica, diferente do restante da obra – à famosa personagem, de uma forma que consideramos particularmente inspirada: por meio de um movimento metaficcional em que Anita Garibaldi conversa com o leitor de *Travessia*, contando detalhes de sua vida a partir

do seu próprio ponto de vista, não por meio de cartas ou de um diário, mas depois de já estar morta, com uma visão completa e ampla dos acontecimentos, e dotada de uma consciência universal, conforme nos informa a autora.

Os capítulos [de Anita em *Travessia*] não são um contrabalanceamento dos “Cadernos de Manuela”, mas como a ideia é fazer uma trilogia, eu queria trabalhar com um espaço de unificação entre essas obras e [...] se eu dei à Manuela o direito da voz em primeira pessoa, eu devia fazer a mesma coisa pra Anita Garibaldi. [...] Eu resolvi colocar a voz da Anita como uma voz imortal justamente porque ela morre e o leitor sabe que ela morre. [...] Ao dar a ela essa voz imortal, essa voz da alma, eu dou pra ela uma sabedoria, uma onisciência que eu achava que ela merecia ter. [...] Eu achei que merecia dar pra Anita a voz do vulto histórico que ela se tornou. (WIERZCHOWSKI, 2022).

Dito isso, e considerando justificada a presença de uma quinta obra no *corpora* de estudo da tese no que concerne aos eventos da República Juliana, podemos apresentar a forma pela qual Wierzchowski nos descreve o encontro do futuro casal Garibaldi em *Travessia*, sob o ponto de vista da própria Anita, que desde o primeiro momento já antevia o que diriam as pessoas da pequena vila de Laguna ao saber de seu romance com Giuseppe.

Laguna toda estava em polvorosa com os republicanos. Eu também. À saída do te-déum, foi que vi meu José pela primeira vez... [...] Eu, que nunca gostei de imperadores, sentia no ar uma coisa boa. Foi então que o vi... Ele não me viu, havia povo por todo o lado, e eu não fora convidada à missa, como as moças ricas da cidade. [...] Ele não era muito alto. Tinha as costas largas, espadaúdas. Um rosto bonito como uma pintura, lembrou-me um Cristo loiro, mas sem aquelas tristezas do Cristo. Ah não, ele era alegre, uma chama cintilava naqueles olhos de fogo.
Naqueles olhos que não tinham me visto.
Não ainda. [...] O italiano tornou-se um pensamento fixo para mim. [...] Um dia, ao cair da tarde, ele veio ter comigo.
Digam o que quiserem, mas ele ouviu meu chamado... [...] Baixou do bote a acercou-se a mim, sempre me mirando nos olhos, fixamente, como que a me hipnotizar, ou hipnotizado, não sei bem... - Vi vosmecê – ele disse – da cobertura do navio. [...] Dentro de mim, tudo se agitava. Então aquilo era o amor? Aquela angústia, aquele não pensar, um êxtase de confusão, medo e delícia? [...] O italiano puxou-me para perto dele e disse, de supetão:
- Deve essere mia.
Nunca falei nenhuma língua que não o português de Laguna. Mas eu o entendi, porque nos entendíamos pelos olhos. Aquilo tudo era uma

grande loucura! Minha mãe, minhas irmãs, até mesmo meu tio, o que diriam? Eu era uma mulher casada, não confiava que Manuel morresse – estavam os imperiais entocados em algum lugar, vigiando a frota republicana, vigiando o italiano que segurava minha mão, comendo-me com aqueles olhos de melaço. [...]

Então ele me abraçou. [...]

- Amanhã, à mesma hora, venho ter com vosmecê.

Eu aquiesci.

Ocorreu-lhe então, perguntar-me:

- Como é seu nome, carina mia?

- Ana – eu disse. – Ana Maria.

- Anita – ele pareceu corrigir-me. – Io ti chiamerò Anita. Amanhã eu voltarei, Anita. (WIERZCHOWSKI, 2022, p. 55-57; grifos da autora).

No que diz respeito às ficcionalizações do segundo episódio da República Juliana, encontramos dois momentos – narrativos e históricos – fundamentais, que nos são trazidos de diferentes formas por Ruas em *Os varões assinalados*, e por Wierzchowski em *A casa das sete mulheres* e *Travessia*.

Acerca da invasão e conquista de Laguna propriamente dita, os dois autores estudados aproximam suas narrativas das formulações teóricas de Lukács, uma vez que o episódio é descrito por ambos de forma épica, glorificando as ações farroupilhas, e apresentando textualmente a excitação do povo lagunense ao recebê-los como libertadores.

No que tange aos primeiros encontros entre Giuseppe e Anita Garibaldi, encontramos um posicionamento diametralmente oposto entre as obras, ainda que não necessariamente entre os autores, posto que tanto em *Os varões assinalados* quanto em *A casa das sete mulheres* o aspecto da relação do famoso casal que mais recebe destaque narrativo é o efeito que ela causa no povo de Laguna, que se escandaliza com o romance entre o corsário italiano e a jovem mulher casada.

Na obra de Ruas, em acréscimo, encontramos também uma descrição física mais detalhada de Anita, o que não ocorre em *A casa das sete mulheres*, o que está perfeitamente de acordo com a construção da obra de Wierzchowski de forma geral, uma vez que a futura esposa de Garibaldi pode ser considerada a grande rival de Manuela, além de estar demasiado distante do palco principal do livro, que é a Estância da Barra e não os eventos da Guerra dos Farrapos propriamente ditos.

Em *Travessia*, por outro lado, encontramos uma situação completamente diferente. Mesmo que a questão do escândalo causado na população de Laguna seja de passagem mencionada, quando Anita fala ao leitor de seu encontro com Garibaldi,

o faz focando no romantismo do episódio, o que também está de acordo com a proposta da obra, que tem como objetivo contar a história do amor do casal.

É verdade, porém, que nenhum dos dois autores encara o episódio da conquista de Laguna de forma inocente, ainda que ele tenha sido escrito com cores épicas, posto que, logo após as palavras que descrevem a forma pela qual os revolucionários foram recebidos na pequena vila catarinense, encontramos narrativas que contam sobre os desmandos de Davi Canabarro, que começa a assumir uma postura autocrática frente às pessoas que o haviam recebido como herói, mas nos debruçaremos sobre isso no último item deste capítulo, uma vez que o general farroupilha – ao lado de Giuseppe e Anita, mas sob uma visão radicalmente diferente – é a personagem histórica que maior destaque recebe nas conversões ficcionais da retirada de Laguna.

7.2.3 Retirada de Laguna

O último dos três eventos da República Juliana sobre os quais nos debruçaremos é o epílogo da campanha lagunense, com a retirada das tropas republicanas da pequena cidade catarinense, que é assim apresentada por Ruas em *Os varões assinalados*:

O vigia no alto do morro deu o sinal. Garibaldi subiu no mastro do Rio Pardo e apontou o binóculo. Eles vinham! A esquadra imperial, velas soprando pelo vento leste, em formação de aríete, avançava. Garibaldi custou a entender.

- Eles vão forçar a barra! – gritou para seus homens no tombadilho. – Acho que ficaram loucos.

- O canal está cheio – respondeu o contramestre. – Mais de catorze palmos. Eles passarão. Agora tudo é com os canhões do forte. [...] Os canhões não param, mas já se pode fazer pontaria. Os estragos são terríveis. A mortandade aumenta sem parar. Os navios avançam, começam pesadamente a transpor o canal. [...] O tombadilho é um matadouro. Já são dezenas de corpos horrivelmente mutilados pelo chão. [...]

Os ganchos são lançados sobre a amurada do Itaparica. As machadinhas entram em ação. Os marujos de ambos os lados já se olham nos olhos. [...] Com gritos ululantes o corpo-a-corpo começa. Corpos engalfinhados despencam na água. Espadas trespassam corpos. Machados decepam braços. O sangue jorra pelo tombadilho. [...] Garibaldi aponta os canhões do Rio Pardo contra os novos barcos que ultrapassam a barra. O combate estende-se agora por toda lagoa [...] Um canhonaço atinge o Rio Pardo. Saltam estilhas de madeira.

Garibaldi sente qualquer coisa trespassar seu braço. Vê o sangue brotar. Anita corre, pálida.

- Não é nada – Garibaldi tem as feições transtornadas. Agarra Anita pelo braço. – Toma um barco e vai à terra! Diz para o General Canabarro mandar reforços com urgência ou não poderemos resistir. E vosmecê, fique lá!

Um escaler é descido à água. Anita carrega a carabina a tiracolo e espada à cintura. Veste calças de homem e botas por baixo do vestido. Começa a remar com força, afastando-se. [...]

A luta no Itaparica continua feroz. Garibaldi percebe que os republicanos começam a levar vantagem. Os imperiais, mesmo em maioria, abandonam o corpo-a-corpo e saltam na água. [...]

Garibaldi aponta o binóculo para o Seival e a Santana. Os dois estão caindo num cerco de seis naves inimigas. Os mastros da Santana já foram destruídos. Há grande rombo no casco. A Bela Americana, a sólida canhoneira imperial, aponta os canhões e varre o convés do Seival. [...]

Garibaldi leva um susto: não acredita! Anita vem remando na água convulsionada, vem remando entre os destroços que bóiam e a fumaça negra que se espalha na baía, vem remando com firmeza, olhar posto no convés do Rio Pardo. [...]

- Eu disse para ficar lá!

- O General não pode mandar reforços. Os caramurus estão atacando a vila também por terra. Ele manda queimar os barcos!

Garibaldi fica agarrando a mulher pelos ombros.

- Eu mandei ficar lá, Anita – diz, quase sussurrando. [...]

- O que vamos fazer? – ela pergunta.

O Capitão parece despertar para a realidade. Tem o rosto enegrecido de fumaça e carvão. Um lenço vermelho está atado na cabeça. Garibaldi estremece.

- Vosmecê junta todas as armas que puder e coloca no escaler. Vamos salvar tudo o que for útil. Rápido! – Virou-se para os marujos. – Mexam-se!

Apanha um pedaço de madeira e encosta-o às chamas que começam a consumir o casco do Rio Pardo. [...]

- Ajudem os feridos! Vamos, rápido! Vou pôr fogo no Itaparica.

O escaler com Anita é baixado. Está pesado de armas e marujos. Começa a afastar-se, com vários remando. Garibaldi espera que os feridos do Itaparica sejam removidos para os botes [...]

O incêndio que grassara no Rio Pardo tinha sido apagado pela tripulação, mas, agora, Garibaldi se impõe a tarefa contrária. [...] As chamas brotam instantaneamente. Quando está para jogar-se na água, vê um bote voando na sua direção. É Anita. Salta na água e nada até ele. [...]

Ela estende a pequena mão e ajuda-o a subir no bote. Garibaldi tem o rosto transtornado. Encara-a com fúria.

- Vosmecê desobedeceu!

Anita rema, calada, o suor escorrendo no rosto, os seios arfando. Garibaldi olha com desolação ao redor. Os navios ardem. Baixa a cabeça, fecha os olhos. Fica escutando a respiração cadenciada de Anita. (RUAS, 1985, p. 279-283).

A citação acima – bastante longa, é verdade – nos traz importantes informações acerca do processo de conversão ficcional da retirada de Laguna conforme a interpretação de Ruas em *Os varões assinalados*, sendo a primeira justamente a escolha da linguagem utilizada pelo autor para descrever o combate na lagoa de Santo Antônio dos Anjos, que banha a cidade de Laguna.

Como ocorre com a maioria dos episódios históricos apresentados por Ruas, o tom escolhido para a narrativa do confronto entre as tropas imperiais e republicanas se aproxima de forma bastante contundente do gênero épico, com descrições detalhadas dos combates – baseadas em longas e aprofundadas pesquisas históricas, conforme o próprio autor nos informou em entrevista (RUAS, 2022) – e o foco narrativo direcionado para determinadas personagens específicas, que, no caso, são Giuseppe e Anita Garibaldi.

As duas personagens ocupam quase a totalidade da cena, sendo representadas como figuras de grande valor e coragem, que mergulham de cabeça no combate, mas sem descuidar nem do cumprimento de suas missões, e muito menos do cuidado e resgate de feridos e de tudo o mais que possa ser útil.

É verdade, porém, que mesmo ambos sendo pintados com cores heroicas, no episódio da batalha naval que culminaria com a retirada de Laguna, quem mais recebe atenção de Ruas parece ser Anita, cujo destemor se torna evidente em muitos momentos, como quando vai à terra por duas vezes, primeiro para levar para Canabarro as solicitações de Giuseppe, e depois para levar armas, equipamentos e auxiliar na remoção dos feridos; e depois retorna para os barcos, atravessando num bote os destroços do confronto, no meio do fogo cruzado do combate, primeiro para trazer a resposta do general – afirmando ser impossível mandar reforços – e depois para resgatar o próprio Garibaldi, quando ele havia já cumprido suas funestas ordens de incendiar os navios republicanos.

Acerca da resposta de Canabarro ao pedido de reforços feito por Garibaldi, encontramos, um pouco depois do trecho citado, uma informação que parece desmentir as palavras do general farroupilha, pois quando as tropas de Teixeira Nunes chegam por terra na cidade de Laguna, ainda durante o combate – o som das trocas de tiros de canhões na barra são prova disso – não encontram uma luta entre imperiais e republicanos, ou sequer cenas de combate, mas, sim, portas e janelas fechadas e o cadáver de um padre, sabido desafeto de Canabarro, a quem o seu assassinato é

atribuído – pela História, e por Ruas, que em trecho posterior coloca na boca do próprio Teixeira Nunes a afirmação: “Eu não vim aqui matar padres indefesos” (RUAS, 1985, p. 283).

Assim, encontramos a chegada do líder dos Lanceiros Negros em Laguna em Os varões assinalados com uma narrativa que nos permite presumir que Canabarro já havia, há algum tempo, se retirado da pequena cidade catarinense, sem deixar nenhum de seus homens para defendê-la, mas colocando sobre os ombros de Teixeira Nunes e Garibaldi a responsabilidade de proteger a sua “fuga”.

As tropas de Teixeira Nunes entraram a galope em Laguna. Não havia ninguém para defendê-la. Parecia abandonada. As portas e janelas das casas estavam fechadas. Escutavam os disparos dos canhões do fortim e a resposta da armada imperial. Avançaram um pouco mais e encontraram um corpo nu, caído nas pedras da calçada. Teixeira Nunes desmontou. Abaixou-se e virou o corpo. Uma cólera surda subiu pelo seu sangue. O homem fora castrado e tivera os olhos arrancados. Custou a reconhecer o padre Vilela. (RUAS, 1985, p. 283).

Da mesma forma como ocorreu com a invasão de Laguna, em *A casa das sete mulheres*, as informações sobre a retirada da cidade catarinense são trazidas para as mulheres reunidas na Estância da Barra – e para o leitor da obra de Wierzchowski – por meio de uma carta, igualmente remetida por José à sua mãe, D. Ana.

Después da última notícia que le mandei, muitas coisas sucederam em Santa Catarina. [...] A senhora, ao ler esta carta, não se preocupe com este seu filho, que sou toruno, como a senhora mesma sempre disse, e me escapo do que for necessário.

Buenas, no dia 15 de novembro as cosas desandaram na vila de Laguna, sendo que o almirante Mariah, comandante da esquadra imperial, colocou vinte e dois navios na boca da barra, coisa que muito assustou nossa gente. [...] As gentes de Laguna, ao verem o combate iminente, fugiram. As ruas tornaram-se um caos de pânico e de lutas. Poucos lagunenses ficaram conosco, e por mais que se tentasse, e muito Garibaldi e Teixeira o tentaram, era impossível organizar uma defesa terrestre. [...]

Por causa das marés, a frota imperial conseguiu lograr o canal e então começou a batalha. A nossa artilharia respondeu com tudo, tentando pôr os barcos inimigos a pique. A troca de fogos foi terrível, pois estávamos muito perto uns dos outros, e por todo o lado o que se via eram navios incendiados e corpos mutilados e gritos. A maioria bélica imperial logo começou a sobressair, apesar dos esforços de Garibaldi, que comandava seus marinheiros com toda a galhardia que já vi num homem sob este céu.

O fim do mundo não teria imagens tão cruéis, mãe. [...] A moça que agora vive com Garibaldi, a Anita, lutou como um homem, transportando gentes e salvando os feridos num pequeno barco, e a víamos do alto do forte, pequenina em meio ao fogo cruzado, indo de um lado a outro, incólume e corajosa.

A batalha destruiu os barcos da nossa república, e o que deles restou conheceu o fogo, pois Garibaldi incendiou-os antes de partir para que não caíssem nas mãos sediciosas dos inimigos. [...]

Mãe, não preciso le dizer o quanto foi triste ver nossos esforços assim alquebrados, e ver tanta matança e a perda de tão corajosos soldados. Mas le digo que muitas barbaridades também foram cometidas pelos nossos, para o que contribuiu a fúria desse general Canabarro, a meu ver ruim como carne de pá, e que mandou matar o padre Villela a punhaladas, e ainda ordenou que lhe arrancassem os olhos. [...] Outras atrocidades ele também cometeu, mas não ouso contá-las aqui. [...]

Imagino o quanto Bento Gonçalves desaprovará essas coisas todas, mãe. Mas a senhora guarde essa carta consigo e não a mostre para ninguém, pois estes meus desabafo são somente para os seus ouvidos. (WIERZCHOWSKI, 2002, p. 301-303).

Ao lermos a citação, a primeira coisa que nos salta aos olhos é que – ao contrário do que vimos em *Os varões assinalados* – a conversão ficcional da retirada de Laguna em *A casa das sete mulheres* apresenta ao leitor um enfoque muito mais próximo da metaficação historiográfica, uma vez que dá maior destaque não aos aspectos épicos da batalha naval, mas, sim, aos seus elementos mais trágicos, como a violência do combate e o sentimento de derrota dos farroupilhas, personificados nas palavras algo melancólicas de José na carta que escreve à mãe, e que é chamada pelo próprio remetente de “desabafo”.

No que tange à figura de Davi Canabarro, por outro lado, encontramos total confluência entre os textos de Ruas e Wierzchowski, com críticas semelhantes sendo direcionadas pelos dois autores em suas respectivas obras, sobretudo no que concerne aos desmandos do general farroupilha, à figura truculenta e odiosa, e à acusação de assassinato do padre Vilela.

Em entrevista a nós concedida, o autor de *Os varões assinalados* afirma que, ao contrário do que grande parte da historiografia gaúcha – sobretudo a produzida por pesquisadores de locais próximos à cidade natal do general – procura estabelecer, a impressão geral que se tem de Davi Canabarro entre os catarinenses é bastante negativa, e são bastante notórias as atrocidades cometidas por ele ao longo das poucas semanas que durou a República Julianiana.

O Canabarro é possivelmente o nosso personagem mais polêmico. Não só da Saga Farroupilha, mas praticamente de toda a nossa História. [...] O Canabarro é muito venerado na região da fronteira, Livramento, Bagé. [...] Por lá existe uma turma que coloca ele como um grande herói, ilibado e tal. [...] Mas a verdade é que [...] o Canabarro era um fazendeiro poderoso, era pessoalmente um cara muito valente, mas ele não era de confiança de todo mundo. [...] E a fama dele aqui [em Santa Catarina] na época da Revolução Farroupilha era a de um tirano, um sujeito cruel que mandava matar. [...] E algumas mortes horríveis, como o padre lá de Laguna. (RUAS, 2022).

O mesmo tipo de confluência narrativa entre *Os varões assinalados* e *A casa das sete mulheres* pode ser encontrada quando dirigimos o nosso olhar para as personagens de Anita e Giuseppe Garibaldi, uma vez que, assim como Ruas, Wierzchowski descreve as ações do casal destacando sua coragem e valor, seja liderando as tropas “com toda a galhardia” já vista em um “homem sob este céu” no caso de Giuseppe; seja lutando “como um homem, transportando gentes e salvando os feridos num pequeno barco”, no caso de Anita.

É verdade que Wierzchowski não nos dá grande riqueza de detalhes acerca das ações de combate do casal Garibaldi, e isso já era de se esperar, em decorrência do foco narrativo escolhido por ela em *A casa das sete mulheres*, já apontado, mas isso não significa que não possamos extrair importante informações do excerto reproduzido.

Em primeiro lugar, somos informados que Giuseppe Garibaldi, antes mesmo do início do conflito em si, já procurava tomar providências para defender a vila de Laguna, inclusive por terra, ao lado de Teixeira Nunes, o que se mostrou uma tarefa praticamente impossível de ser realizada.

Quando a batalha naval na barra da Laguna iniciou-se de forma efetiva, desde o primeiro momento vemos Garibaldi liderando as tropas, procurando organizar as defesas e dar combate às tropas imperiais, que acabaram por levar vantagem principalmente em decorrência da sua superioridade numérica; e quando a derrota é iminente, e as ordens para que os navios republicanos sejam destruídos para que não caiam nas mãos das tropas imperiais são dadas, Giuseppe decide tomar para si, pessoalmente, a funesta tarefa de destruir a frota marítima da qual ele era o comandante.

No caso de Anita, duas informações são apresentadas a seu respeito nas poucas linhas que José dedica a ela na carta remetida à sua mãe, sendo que a

primeira delas é a de que a jovem “lutava como um homem”, o que, para a mentalidade do século XIX – e, infelizmente para muitas pessoas ainda no século XXI, que insistem em desagradáveis posturas machistas – significava afirmar que as habilidades da jovem em um campo de batalha eram bastante elevadas, muito mais do que a sociedade da época esperaria de uma mulher, equiparando-se às dos homens, senhores absolutos dos campos de batalha.

A segunda informação presente em *A casa das sete mulheres* é um tributo à coragem de Anita que, sem preocupar-se com os imensos riscos presentes em um campo marítimo de batalha com navios tão próximos uns dos outros, dedicava-se a transportar marujos e salvar feridos em um pequeno barco, que presumimos ser passível de fácil destruição em meio à violência do combate.

Uma vez mais, em *Travessia*, Letícia Wierzchowski apresenta ao leitor a batalha naval que culminou com a retirada das tropas republicanas de Laguna com maior riqueza de detalhes, aproximando seu texto do gênero épico – embora não deixe em nenhum momento de evidenciar os horrores e a extrema violência do combate – e trazendo como narradora a voz imortal de Anita.

A batalha iniciou voraz. Com o fogo à queima-roupa, canhonaços, explosões. Os navios inimigos avançavam sob o fogo cerrado, começando a transpor o canal, enormes, impávidos, furiosos. Arautos das más notícias.

Mas nós também éramos furiosos!

Griggs, Bilbao, Valerigini, Rodrigues e José tinham animado vivamente os seus homens. Pela liberdade, gritavam! Pela República! Eu gritava com eles, atirando, correndo pelo convés de um lado a outro em meio àquele terrível espetáculo de guerra [...] Os imperiais abordaram o navio republicano, pulando para o Itaparica, e o convés se transformou numa massa humana que se engalfinhava e se matava. [...]

A batalha então se estendia para todos os barcos. Eu disparava feito uma louca. José comandava seus homens, fazia trocar os canhões, tropeçando em cabeças decepadas, escorregando no sangue que se acumulava em poças sobre a coberta do Rio Pardo [...]

Eu estava no meio do sangue...

Eu estava e, de certa forma, ainda estou lá. [...]

José, protegido pelos deuses, desesperado, segue lutando como um doido. Parece estar em todos os lugares, corrigindo, ordenando, disparando as bocas de fogo. Ao lado dele, sinto-me também tocada por esta benção divina, eu não vou morrer aqui... Agora tenho certeza. Tomada desta faina, preenchida por tal assombro, corro a animar a marinheirada [...] Grito com todas as minhas forças, disparo, subo nas pilhas de cadáveres para melhor fazer pontaria, minhas saias estão empapadas do sangue alheio. [...]

Eu vou até terra. A vila é uma confusão geral. Mortos estão espalhados pelas ruas. Tropas correm para lá e para cá. O general Canabarro está ocupado em despachar as tropas para as saídas da vila. [...] Ele não tem reforços para José. [...]

Eu empurro o barquinho para a água e remo e remo. As balas cruzam por mim, zunem nos meus ouvidos. Eu remo como se cortasse o pano das águas com a minha antiga tesoura de costura. [...]

- Vosmecê voltou, mandei ficar na terra!

Respondo-lhe:

- O Canabarro mandou atear fogo aos nossos navios. A batalha está perdida, José. [...]

- Anita, vá com eles – fala José – Encha o bote com as munições que ainda temos. Vamos salvar o que for possível. Vamos! – grita pros homens. – Ajudem a minha mulher!

E é isso que eu faço a seguir, enquanto o inferno aumenta. Até hoje não sei como sobrevivi, correndo pela coberta ensanguentada do Rio Pardo, recolhendo munições, pistolões e carabinas sujas de sangue. Uma bala imperial arrancou-me uma mecha de cabelos, mas meu rosto não teve um único arranhão.

Fiz a viagem não uma, mas doze vezes. Além das armas, levei comigo os feridos que ainda tinham esperança; sou uma mulher piedosa e sei que os homens precisam sempre de uma mãe que zele por eles. [...]

Após a última carga, voltei para recolher José no Rio Pardo já em chamas e levá-lo aos navios aos quais precisava atear fogo [...] Remávamos, José ia de facho em punho, escalava o costado dos barcos e fazia o trabalho. [...]

Pela última vez fiz a viagem até a praia. Atrás de nós, o clarão dos incêndios subia ao céu numa cena de verdadeiro horror. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 101-105; grifos da autora).

Como pudemos observar, a Retirada de Laguna é descrita de formas diferentes por Tabajara Ruas e Letícia Wierzchowski, ainda que os mesmos episódios históricos estejam sendo retratados em suas obras.

Em *Os varões assinalados*, a escolha narrativa do autor é pela aproximação com o romance histórico tradicional de Lukács e com o gênero épico, uma vez que a batalha naval é descrita com riqueza de detalhes, destacando os atos de bravura e heroísmo dos envolvidos, ainda que Ruas deixa de evidenciar também os horrores de combate tão intenso. O mesmo se dá em *Travessia*, que pinta o confronto com cores de epopeia, mas sem descuidar de mostrar ao leitor o seu lado mais terrível.

Já em *A casa das sete mulheres*, a autora opta por nos trazer a descrição do episódio histórico como o desabafo de um de seus participantes, escrito em carta para sua mãe, em que são focalizados com maior intensidade os horrores do combate e o sentimento de derrota e tristeza que se apossou das tropas farroupilhas com a derrota em Laguna, o que aproxima o texto de Wierzchowski da metaficação historiográfica, que preza pelo questionamento da heroicização de episódios históricos.

No que diz respeito às personagens históricas que protagonizam a retirada de Laguna, encontramos total confluência entre as obras de Ruas e Wierzchowski, posto que ambos adotam as mesmas posturas frente às três figuras centrais do episódio: o general Davi Canabarro, e o casal Anita e Giuseppe Garibaldi.

Acerca de Canabarro, as críticas são bastante claras, responsabilizando seu gênio irascível e a inclinação para a violência pela perda de grande parte do apoio do povo lagunense, e pela derrota final frente às tropas imperiais. Em *Os varões assinalados* e *A casa das sete mulheres*, encontramos, além das críticas citadas, a acusação de ter sido ele o responsável pelo assassinato do padre Vilela, encontrado castrado e com os olhos arrancados. Em *Travessia*, deparamo-nos, ainda, com a informação de que, já nos primeiros atos do combate, quando Anita foi à terra solicitar reforços, o general se ocupava de enviar e orientar suas tropas para uma fuga em direção aos morros ao redor da cidade.

Assim sendo, tanto Ruas como Wierzchowski aproximam suas narrativas da metaficação historiográfica, uma vez que os três textos possuem a característica de apresentar ao leitor os aspectos mais humanos de Canabarro – e os mais negativos entre esses aspectos humanos –, promovendo a desconstrução dos mitos ao redor do general farroupilha.

Quanto à Anita e Giuseppe Garibaldi, as três obras – *Os varões assinalados*, *A casa das sete mulheres* e *Travessia* – focalizam as mesmas características e ações das personagens, destacando as ações mais heroicas do casal durante a batalha naval, desde a chegada da frota imperial até a retirada final, com os barcos republicanos incendiados e a derrota já impossível de ser revertida.

Tanto Giuseppe quanto Anita são descritos combatendo os imperiais de forma intensa e frenética, ao mesmo tempo em que recolhem as armas e munições que ainda poderiam ser salvas, resgatam os feridos em um bote e executam a funesta ordem de incendiar a frota marítima republicana, mas isso não significa uma identificação imediata com as formulações de Lukács acerca do romance histórico e a presença heroica de grandes vultos que representam o espírito de suas épocas, uma vez que os sentimentos pessoais dos dois também são trazidos por Ruas e Wierzchowski, o que também os aproxima das formulações de Hutcheon acerca da humanização de personagens históricas em obras de metaficação historiográfica.

Acerca dessa possibilidade de dupla aproximação – romance histórico tradicional e metaficcção historiográfica – em uma mesma narrativa, nos debruçaremos, mais adiante, nas Considerações Finais da tese, por estar ela no cerne de nossa pesquisa. Mas, antes disso, direcionaremos nosso olhar para o último episódio histórico da Revolução Farroupilha a ser aqui estudado: o encerramento do conflito e a assinatura do Tratado de Paz de Ponche Verde.

8 PAZ DE PONCHE VERDE

8.1 O discurso histórico acerca da Paz de Ponche Verde

Iniciamos a análise das conversões literárias de eventos históricos da Revolução Farroupilha com o episódio da Tomada de Porto Alegre, que foi o pontapé inicial do processo revolucionário farrapo. Concluiremos a sequência de análises, portanto, com o evento que marcou o fim do processo revolucionário: a assinatura do Tratado de Paz de Ponche Verde, que é assim apresentado por Ivar Hartmann em *Aspectos da Guerra dos Farrapos*:

Desde maio deste ano [1844] tinham se reiniciado as tratativas de paz, mas Caxias, obedecendo às ordens imperiais era irredutível em que os republicanos deveriam depor as armas e contar com um futuro perdão do Imperador, aspecto da guerra que os farrapos nem chegavam a discutir.

Enquanto isso a Argentina de Rosas e o Uruguai de Rivera, aos quais interessavam o Rio Grande independente, favoreciam os republicanos e forneciam meios para estes continuarem lutando. Foi quando Rosas informou aos farrapos que estava pronto para mandar efetivos militares auxiliarem-nos bastando ser solicitado para tal.

Esta proposta os republicanos levaram a Caxias que assustou-se com os desdobramentos que poderia ter se estes homens que ele não conseguia derrotar, recebessem agora apoio externo de uma poderosa nação inimiga e mais das forças uruguaias capazes de atacá-lo pelos flancos. Mudou então sua opinião sobre a forma de alcançar-se a paz e enviou a proposta republicana para a Corte.

Em dezembro o cel. Antonio Vicente da Fontoura e o padre Francisco das Chagas pelos republicanos, e o cel. Manoel Marques de Souza pelos imperiais, seguem para o Rio de Janeiro para tratar dos termos do acordo de paz com os ministros imperiais. [...]

Com o retorno dos delegados riograndenses e imperiais e com a concordância dos ministros do Império as posições republicanas, em 25 de fevereiro os oficiais superiores da República assinam documento aceitando os termos do Tratado de Paz em que Caxias representaria o Governo Imperial.

Em 28 de fevereiro com a delegação dos oficiais republicanos e do império é assinado o Convênio de Ponche Verde através do qual a República Rio-grandense reincorporava-se ao Império do Brasil.

A Revolução farroupilha foi a mais longa revolução brasileira e a única concluída atendendo aos interesses dos revolucionários contra o poder central. Foi concluída, não pela falta de meios dos republicanos para continuar uma guerra que só poderiam vencer com o apoio de soldados estrangeiros, mas porque a República se viu em uma encruzilhada: vencer com o apoio de outra nação ou retornar a pátria antiga.

Mais uma vez falou mais alto a brasiliade dos riograndenses. (HARTMANN, 2002, p. 71-72).

Para além da descrição do processo de negociação de paz, encontramos na citação uma importante consideração da parte de seu autor que, em grande medida, dará o tom do discurso histórico acerca da Paz de Ponche Verde: trata-se da questão dos motivos que teriam levado os revolucionários farrapos a entabular negociações de paz com o governo imperial brasileiro, contra o qual combatiam há mais de dez anos.

De acordo com Hartmann, o que teria levado os líderes farroupilhas a tomar tal decisão seria a possibilidade de interferência de nações estrangeiras nas questões “internas” do Brasil, ou seja, mesmo tendo sido proclamada uma república independente do império brasileiro, os líderes farrapos não estariam dispostos a vencer a guerra contra os legalistas a qualquer preço, especialmente se para isso dependessem de forças argentinas e uruguaias. A essa possibilidade, o sentimento nacional – brasileiro, não rio-grandense – dos farroupilhas empurrou-os de volta ao seio da nação brasileira.

Nesse mesmo sentido, de forma até um pouco surpreendente, dadas as críticas com que o vimos tratar o movimento farroupilha até aqui, vai o pensamento de Tristão de Alencar Araripe que, em *Guerra civil no Rio Grande do Sul*, argumenta que a Paz de Ponche Verde estaria diretamente ligada ao sentimento patriótico dos farrapos para com o Império do Brasil, em oposição aos países vizinhos.

Quando os rebeldes depozerão as armas para fazer cessar a luta, o motivo d'essa deposição foi a conservação da integridade d'esse mesmo Imperio, a quem combatião: e assim as primeiras palavras do xefe militar da rebeldia aos seos sequazes, anunciando-lhes a terminação da guerra, forão estas: Um poder extranho ameaça a integridade do Imperio, e tão estolida ouzadia jamais deixaria de écoar em nossos corações brasileiros.

Tratava-se então dos planos do ditador argentino contra o nosso governo; e este brado do xefe rebelde exprime ao mesmo tempo a idéia latente de união ao torrão brasileiro, e de descrença na fórmula republicana. [...]

O ultimo período da luta, o qual é certamente a época mais notável d'esse acontecimento, porque mostra-nos como para o seio da família brasileira regressarão nossos irmãos transviados, vindo elles a nós, não sob o desastre de uma batalha sanguinosa, mas levados pelo sentimento do patriotismo, que os xamou a melhor conselho, quando as armas imperiaes forão confiadas a um general, que soube mostrar-

se forte para vencer, e humano para perdoar. (ARARIPE, 1986, p. 9-14).

Como seria de se esperar, mesmo sendo menos contundente nas críticas do que o vimos fazer nos capítulos anteriores, Araripe não deixa de tecer comentários que demonstram sua oposição ao movimento farroupilha e seu republicanismo. Podemos observar isso quando Araripe afirma que nem mesmo o chefe dos revoltosos acreditava na forma republicana, presumivelmente referindo-se à Canabarro, então comandante militar da República de Piratini.

Nesse mesmo trecho, encontramos palavras elogiosas de Araripe ao general que foi responsável por receber de volta os rio-grandenses no Império do Brasil, sendo ele, ao mesmo tempo, “forte para vencer e humano para perdoar”. Trata-se do então Barão – e futuro Duque – de Caxias: Luís Alves de Lima e Silva, que acaba por assumir um papel central no episódio da Paz de Ponche Verde, mais até do que David Canabarro, cujas ações no final do decênio farroupilha são bastante questionáveis, como no episódio da Batalha no Cerro dos Porongos, da qual falamos em capítulos anteriores.

Por esse mesmo caminho segue Walter Spalding que, em *A Revolução Farroupilha*, defende que as negociações de paz, e a decisão final de encerrar as hostilidades entre a República Rio-Grandense e o Império do Brasil – com a consequente reunificação da primeira com o segundo – se deu por três motivos fundamentais: os movimentos de Rosas, na Argentina, que visavam construir uma República Platina, que anexaria militarmente territórios brasileiros; o grande valor moral dos gaúchos, os quais se recusariam a render-se, e apenas deporiam as armas caso fossem esmagados até o último homem; e aos talentos do Barão de Caxias, que bem soube observar o contexto da província rio-grandense e articular os dois elementos anteriores em prol de uma pacificação.

E como conseguira o nobre pacificador do Maranhão, São Paulo, e Minas cativar os republicanos a ponto de aceitarem tratar da pacificação sem suspensão de hostilidades, como até então haviam exigido?

Caxias era uma figura insinuante. Sereno e enérgico, bondoso e afável, psicólogo profundo, desde o momento em que pôs os pés nas coxilhas do Rio Grande do Sul, viu que o gaúcho não se rendia pela força. Era mais fácil exterminá-lo do que, pelas armas, querer obrigá-lo a abandonar o caminho começado, mormente quando levava, como no caso, à consecução de um ideal. Viu, também, que eram, todos,

patriotas extremados. Reconheceu neles o patriotismo mais elevado. Reuniu, então, a pouco e pouco esses dois elementos de primeira ordem e começou a agir. [...]

Caxias, vendo que a atividade de Rosas assumia proporções extraordinárias, chamou, então, os republicanos rio-grandenses e lhes disse, sem preâmbulos: - Vede o que se passa no Prata. Examinai a atitude de Rosas. E o que será do Rio Grande, nessa conjuntura: E o que será do Brasil? [...]

E trataram da pacificação. (SPALDING, 1982, p. 73-74).

Por um caminho semelhante – ainda que sem dar às atitudes e articulações de Caxias a mesma importância que encontramos nas citações anteriores – segue Morivalde Calvet Fagundes, que destaca o patriotismo gaúcho frente à ameaça de Rosas como uma das causas do encerramento do decênio farroupilha. Ele reproduz um trecho mais longo da proclamação de Davi Canabarro sobre o assunto do que o fizera Araripe, mas o faz dentro do contexto de uma descrição mais formal da assinatura do Tratado de Paz de Ponche Verde. Esse mesmo patriotismo rio-grandense aparece na reprodução de uma fala de Caxias, que atribui a esse nacionalismo – e não às suas ações – a pacificação do Rio Grande do Sul.

Presentes os oficiais que existiam, no mesmo acampamento, desde tenente a general, para, livre e espontaneamente, darem seu voto com respeito à Paz que o Governo, sob o conselho dos demais chefes da república, havia entabolado com o Governo Imperial, mandou Canabarro proceder à leitura dos documentos relativos ao assunto a debater-se.

O primeiro era um ofício, com assinatura do Presidente José Gomes de Vasconcelos Jardim, confirmando o Ministro da Guerra, Manuel Lucas de Oliveira, e ao citado Canabarro, na investidura que haviam tido, para terminarem este ato solene.

O segundo era outro ofício, do general Bento Gonçalves, em que dava seu voto com respeito ao mesmo assunto, bem como o dos oficiais que compõem a Divisão de seu mando.

Isto feito, entrou-se no âmago da matéria sujeita a exame, tornando públicos ‘os Artigos das concessões obtidas do Governo Imperial’. [...] Posto o assunto em discussão e votação, foi unanimemente resolvido, depois de breves debates, que se ultimasse a Paz, sob as concessões pactuadas, e quantas mais se pudesse conseguir do barão, competentemente autorizado, para o efeito, pelo Governo Imperial. [...] Canabarro, por sua vez, como chefe supremo do exército revolucionário, em vias de desmobilização, lançou, também, a sua proclamação: [...]

‘Um poder estranho ameaça a integridade do Império; e tão estólita ousadia jamais deixaria de ecoar em nossos corações brasileiros. O Rio Grande não será teatro de suas iniquidades, nós partilharemos a glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos, ao bem geral do Brasil.’ [...]

Com sua habitual modéstia, [Caxias] faz questão de deixar registrado: ‘Não foi a política por mim seguida nesta província, nem os meus esforços, as causas a que deve ser atribuída a pronta pacificação do espírito do Povo: elas têm verdadeira origem nos brios e patrióticos sentimentos dos Rio-grandenses, e só a eles cabe tão subida glória’. (FAGUNDES, 1985, p. 404-407).

Como pudemos observar, no que concerne à Paz de Ponche Verde, existe certa confluência de opiniões entre os diferentes historiadores ao longo dos anos que nos separam da Revolução Farroupilha, o que nos leva automaticamente a questionar se essa mesma convergência narrativa se reproduz nas obras de ficção histórica em estudo neste trabalho. É o que veremos a seguir.

8.2 Análise das reconstruções literárias da Paz de Ponche Verde

Da mesma forma como foi feito nos capítulos anteriores, iniciaremos nossa análise do episódio da Paz de Ponche Verde com a obra de José de Alencar, *O gaúcho*.

Uma vez mais, em decorrência das escolhas feitas por Alencar para compor sua obra, não encontramos nenhuma narrativa detalhada sobre a Paz de Ponche Verde, mesmo porque as aventuras e peripécias de Manoel Canho e Catita Fernandes encerram-se antes do término da revolução, o que tornaria inverossímil a presença do tratado de paz que a finda estar presente no texto de *O gaúcho*.

Isso não significa, contudo, que não haja menções e referências veladas ao episódio, como, por exemplo, o fato de o protagonista do livro de Alencar ter a sua residência justamente na região de Ponche Verde, palco de importantes momentos da Revolução Farroupilha, inclusive de seu encerramento.

Há, ainda, um capítulo intitulado justamente Ponche Verde, na segunda parte da obra – justamente no qual em que são apresentadas a mãe e a irmã de Canho –, em que encontramos a menção de um dos eventos ocorridos na localidade.

Ponche-Verde é o nome de um arroio que desagua no grande rio Ibicuhy, próximo a suas nascentes. [...]

Nas margens desse arroio pelejou-se, em 26 de maio de 1843, um combate, em que Bento Manoel derrotou as forças rebeldes sob o commando de David Canabarro. Foi este o prologo da campanha que pôz termo á revolução; o epílogo coube ao bravo barão de Jacuhy escrevel-o com a brilhante victoria de Porongos. (ALENCAR, 1870a, p. 129-130).

Se, anteriormente, pudemos ver Alencar posicionar-se de forma relativamente favorável ao movimento farroupilha, isso não ocorre no excerto citado, em que o autor destaca a batalha ocorrida entre os revolucionários e as tropas imperiais na localidade de Ponche Verde, no ano de 1843, como uma vitória de Bento Manuel Ribeiro, sendo que não existe um consenso sobre o final do embate, cuja vitória é evocada tanto pelo coronel imperial, quanto por Bento Gonçalves – que ali combateu ao lado de Canabarro e Neto. Nas palavras de Ana Cristina Oliveira Álvares, por exemplo, os vencedores teriam sido os farrapos.

Depois de duas horas de peleja Bento Manuel abandonou o campo de batalha com suas forças sempre em quadrado. Todos os dois disseram-se vencedores, mas foi Bento Gonçalves quem permaneceu em Ponche Verde. Toda a cavalhada e bagagem ficou com os rebeldes inclusive a carretinha de Bento Manuel com seu uniforme. Ganhou quem sepultou seus mortos, os Farroupilhas. (ÁLVARES, 1985, p. 106).

Além disso, Alencar descreve Francisco Pedro – o Moringue, e futuro Barão de Jacuí – como bravo, e a traíçoeira e sangrenta emboscada no Cerro de Porongos como uma brilhante vitória, o que nos permite inferir suas posições no tocante ao menos a certos aspectos do decênio farroupilha.

Não havendo nenhuma descrição do processo de negociações para a pacificação nem da assinatura do tratado que a efetiva, e muito menos referências diretas ao Barão de Caxias – um dos mais fundamentais “protagonistas” do episódio –, em *O gaúcho*, devemos seguir com a análise da próxima obra em estudo, na qual os anos finais da Guerra dos Farrapos são os eventos históricos que recebem maior destaque narrativo.

Othelo Rosa nos apresenta sua ficcionalização do episódio histórico da Paz de Ponche Verde, em *Os amores de Canabarro*, adotando uma narrativa que se afasta, ao mesmo tempo, das considerações de Lukács acerca do romance histórico tradicional e das formulações de Linda Hutcheon sobre a metaficção historiográfica e aproxima-se do ainda vigente, na época da escrita de sua obra, conceito positivista de história e literatura de matriz histórica, que acreditava serem ambas representações da verdade, necessariamente baseadas em fontes documentais exclusivamente escritas.

Canabarro convocou a Conselho os officiaes farroupilhas, de tenente a general; e, reunido o Conselho, a que elle presidia, sempre taciturno e de severo aspecto, mandou que o major Antonio Vicente da Fountoura lesse, para conhecimento de todos e ulterior exame e discussão, as clausulas do convenio de paz.

Approximaram-se mais os assistentes. No olhar daquelles homens havia uma curiosidade intensa. Que lhes propria o governo imperial? Poderiam elles depor as armas sem humilhação e sem desdouro? A sua dignidade, a sua altivez estariam resguardadas nos artigos da convenção? O Rio Grande ficaria sem mancha e sem deslustre?

Pausadamente, em voz bem alta, Antonio Vicente leu:

Condições de paz

1.º - O individuo que fôr indicado pelos republicanos para presidente da província e aprovado pelo Governo Imperial, passará logo a presidir a Província.

2.º - A dívida Nacional é paga pelo Governo Imperial, devendo apresentar-se ao Barão a relação dos credores, para elle entregar, á pessoa ou pessoas para isso nomeadas, a importancia a que montar a dívida.

3.º - Os officiaes da república que pelo comandante em Chefe forem indicados, passarão a servir no Exercito do Brasil nos mesmos postos, e os que quizerem sua demissão ou não quizerem pertencer ao referido Exercito, não serão jamais obrigados a servir, tanto em Guarda Nacional como em primeira linha.

4.º - São livres e como tais reconhecidos os captivos que serviram na Revolução.

5.º - As causas civeis, não tendo nullidades escandalosas, são validas bem como todas as licenças e dispensas ecclesiasticas.

6.º - E' garantida a segurança individual e de propriedade em toda a sua plenitude.

7.º - Tendo o Barão de organizar um corpo de linha, receberá toda a officialidade para elle dos republicanos, sempre que assim voluntariamente o queiram.

8.º - Nossos prisioneiros de guerra serão logo soltos e aquelles que estão fóra da Província serão reconduzidos a ella.

9.º - Não são reconhecidos em suas patentes os nosso generaes, porem gozarão das immunidades dos demais cidadãos designados.

10.º - O Governo Imperial vae tratar definitivamente da linha divisoria com o Estado Oriental.

11.º - Os soldados da Republica, pelos respectivos commandantes relacionados ficam isentos do recrutamento de primeira linha e da Guarda Nacional.

12.º - Os officiaes e soldados que pertenceram ao Exercito Imperial e se apresentaram ao nosso serviço, são plenamente garantidos como os demais republicanos."

Houve um suspiro fundo de desafogo e alegria, no peito daquelles bravos. O Rio Grande saía limpo da contenda. E comprehendiam todos que a Republica de Piratini, pela qual se tinham batido, fôra uma realidade victoriosa: o governo do Brasil a reconhecerá, e com ella estava sellando uma convenção solemne, nas clausulas do ajuste agora lidas. [...]

Descia, enfim, sobre o Rio grande, a benção da paz e da concordia. No dia 28 de fevereiro os republicanos de responsabilidade escolhiam

o presidente da Província, em escrutínio com o seguinte resultado: Luiz Alves de Lima e Silva, barão de Caxias. [...]

No mesmo dia a paz era proclamada, no campo farroupilha onde, galharda, tremulava ainda a bandeira tricolor, pelo ministro da guerra da república e pelo commandante superior do exercito. No campo imperial, o barão de Caxias o fazia em 1º de março. (ROSA, 1933, p. 167-172).

A primeira coisa que nos salta aos olhos com a leitura do excerto é o fato de que o que mais recebe destaque na conversão ficcional do episódio da Paz de Ponche Verde é o documento histórico que faz parte do texto – as condições de paz apresentadas para apreciação dos oficiais farroupilhas – do que qualquer outro elemento da narrativa, inclusive as personagens históricas presentes no ato da leitura.

Outro ponto a se destacar – e que não observamos nos textos historiográficos estudados no presente trabalho – é a preocupação dos comandantes farroupilhas com a manutenção de sua altivez e honra, e que as condições de paz não lhes impusessem ao Rio Grande do Sul situações humilhantes. Podemos observar isso tanto pela preocupação descrita por Rosa antes da leitura dos termos do tratado de paz, quanto pelo alívio dos oficiais depois dessa mesma leitura, e também pelas palavras escolhidas pelo autor para deixar clara a vitória moral dos revolucionários, que teriam conseguido em certa medida o reconhecimento do governo brasileiro.

A questão do nacionalismo dos farrapos e também as intenções do ditador argentino Rosas de invadir o Brasil não recebem o mesmo destaque que observamos no discurso historiográfico quase que de forma unânime, embora não estejam ausentes de todo de *Os amores de Canabarro*, sendo apresentados em dois momentos diferentes.

As ameaças de Rosas às nações vizinhas – o que incluía a República Rio-Grandense de forma específica, e o Império do Brasil de maneira mais geral – é mencionada por ninguém menos do que o Imperador Dom Pedro II, quando este envia o Barão de Caxias para o Rio Grande do Sul com o objetivo de finalmente colocar um fim à Revolução Farroupilha.

Já o patriotismo gaúcho é trazido pelas palavras de Antônio Vicente da Fontoura – ao lado de outros elementos do espírito gaúcho – em uma fala por ele proferida aos ministros do Império, quando enviado ao Rio de Janeiro para negociar a paz, e que tratavam a comitiva rebelde com desrespeito e intransigência. Ainda que se refira apenas de forma relativa à Paz de Ponche Verde, consideramos – por

corroborar a questão do orgulho dos gaúchos, mencionado – interessante reproduzir aqui tal fala, conforme apresentada por Rosa.

Foi como se um sôpro frio e renovador de vento minuano passasse pela sala palaciana. Aquelles homens estremeceram, ás apostrophes severas do gaúcho. Viam o destemor, onde esperavam a humildade; descobriam a força, onde suppunham a fraquesa:

- Queriam então a guerra? A guerra a todo transe, a guerra de extermínio, a guerra sem tregua e sem piedade? Não conheciam a verdadeira situação do Rio Grande. O governo, que ali o mandara, tinha hoje elementos de resistencia; maiores os teria amanhã. Cooperação extrangeira, efficaz e rica, tinha lhe sido offerecida. Recusara-a, por amor ao Brasil: e o Brasil, pelo seu ministerio, repelli-o assim... Aquelles grupos dispersos e rebeldes, a que alludiam desdenhosamente, tinham uma virtude singular e rara: sabiam morrer pelo seu direito, pela sua liberdade. A Republica de Piratiny não imploraria misericordia: succumbiria em derredor de sua bandeira, fiel aos seus compromissos e ao seu ideal. Os gaúchos, repetiu, sabem morrer... Preferiam, então, á glória de pacificadores do Rio Grande, o triste orgulho de reacender no paiz a guerra civil? [...]

A voz do Rio Grande ecoara fundo no pensamento daquelles homens. [...] Acceitas as condições, em linhas geraes, ficava o Barão de Caxias autorizado a resolver, em definitiva, os termos do acordo.

Antonio Vicente da Fontoura déra do seu recado boa conta. [...] Tinham conhecido, nelle, tempera de farrapo: e homens de tal feitio mais valia ter como amigos. (ROSA, 1933, p. 157-160).

Além do mencionado anteriormente, existe, na verdade, um segundo motivo pelo qual escolhemos trazer aqui a citação, e que diz respeito à questão da conversão ficcional das personagens históricas no que concerne ao episódio da Paz de Ponche Verde: a não convergência de discursos acerca de sua figura fundamental nas obras literárias.

Ao contrário do que acontece com os episódios históricos estudados nos capítulos anteriores, em que tanto no discurso histórico quanto na representação ficcional encontramos certa convergência, se não necessariamente de opiniões, mas sempre de figuras propriamente ditas, no que diz respeito às personagens históricas fundamentais em cada um deles – Bento Gonçalves no caso da Tomada de Porto Alegre, Antônio Neto no caso da Proclamação da República Rio-Grandense, e Giuseppe e Anita Garibaldi no caso da República Juliana –, observamos que, no caso da Paz de Ponche Verde, o mesmo não ocorre, uma vez que – embora o discurso historiográfico seja unânime em destacar a importância do Barão de Caxias para a efetivação da paz, nas obras ficcionais não necessariamente encontramos a mesma concordância.

Em *Os amores de Canabarro*, por exemplo, ainda que haja da parte do autor o cuidado de mencionar que, tendo os gaúchos a oportunidade de escolher o governador de sua província, optaram pelo próprio Barão de Caxias, o que indica respeito dos primeiros pelo segundo, e o reconhecimento do comandante imperial como figura importante, que respeitava os valores e ideais dos rio-grandenses, não é a ele que cabe o papel de maior destaque na narrativa de Rosas no que concerne à Paz de Ponche Verde. Esse papel coube a Antônio Vicente da Fontoura.

Observando as posturas do emissário farrapo – sobretudo no trecho acima reproduzido –, podemos afirmar que sua construção ficcional se aproxima de forma contundente das formulações teóricas de Lukács acerca de como se deveria realizar a conversão ficcional de uma personagem histórica, sobretudo no que diz respeito à ideia de que uma grande figura do passado deveria ser representada encarnando o espírito e a voz de seu povo e sua época. É exatamente o que ocorre com Fontoura no trecho destacado, uma vez que ele expõe, de forma clara e direta, para os ministros do Império, não apenas suas crenças pessoais, mas os valores compartilhados por todos os farroupilhas, tanto que Rosa escolhe afirmar – referindo-se às palavras de Fontoura – que a voz do Rio Grande ecoara na alma dos legalistas imperiais.

Feitas as considerações acerca de *Os amores de Canabarro* – que possui uma narrativa próxima ao positivismo na descrição do episódio da Paz de Ponche Verde, mas claramente de acordo com as formulações de Lukács no que concerne à personagem histórica que mais recebe destaque em sua narrativa do episódio – Antônio Vicente da Fontoura –, passemos agora para a análise da obra *Os varões assinalados*, que nos traz uma surpresa no que diz respeito às figuras históricas que maior destaque recebem na obra de Ruas.

Assim Ruas nos traz a conversão ficcional do episódio da Paz de Ponche Verde.

Canabarro levantou-se. Estava sério, solene, com ar cansado.

- Senhores, todos sabem os motivos por que estamos reunidos aqui. Aqui estão todos os oficiais do exército republicano, menos os que não puderam comparecer por enfermidade ou porque tiveram de ficar em seus postos, para que nossas tropas não carecessem de comando superior em alguma emergência. [...]

- Quem deveria estar aqui dirigindo este importante trabalho é o nosso mui estimado Presidente José Gomes de Vasconcelos Jardim, mas que não pode comparecer por estar padecendo de grave enfermidade. [...] – Olhou durante um momento para o alto. – Outro grande ausente,

o General Bento Gonçalves da Silva, manda uma carta onde dá sua opinião sobre o assunto de que vamos tratar. [...]

- Senhores oficiais, os termos da proposta de paz são amplamente conhecidos. Foram distribuídas cópias aos oficiais em comando para que as discutissem em suas unidades. É inútil tornar a repeti-las. Como Comandante de Armas deste exército, estou, entretanto, disposto a dar os esclarecimentos necessários a quem interessar sobre as condições que temos ou não de continuar a luta. É o momento de esclarecermos este ponto importante. Quem quiser fazer uso da palavra, para fazer perguntas ou colocar questões, é este o momento. [...]

O silêncio caiu sobre o círculo de homens. [...] Neto olhava a ponta dos dedos.

- Se não há nenhuma questão, vamos proceder à votação do tratado de paz. Já conhecemos os votos do Presidente da república, que é favorável à paz, e o do General Bento Gonçalves, igualmente favorável. Quem estiver a favor do Tratado de Paz com o Império do Brasil, de acordo com os dez itens recatados nos ofícios que lestes essa manhã, levante o braço.

Canabarro ergueu o seu. Seguiu-o Vicente da Fontoura, olhando desafiador os presentes. Lucas levantou. Os oficiais todos foram levantando, um a um. O último a levantar o braço foi Neto, impassível.

- Senhores – disse Canabarro – Por unanimidade deste conselho, foi aprovado o Tratado de Paz com o Império do Brasil. A guerra civil acabou. (RUAS, 1985, p. 433-435).

Ao leremos a citação, já nos salta aos olhos o fato de que a postura de Ruas no que concerne à ficcionalização da Paz de Ponche Verde é austera e até mesmo um pouco melancólica, distanciando-se diametralmente do discurso histórico, que, muitas vezes – conforme vimos –, apresenta o episódio quase como se fosse uma conquista do movimento farroupilha.

Evidências desse tom mais melancólico podem ser encontradas ao longo de todo o excerto, do qual destacamos as palavras de Canabarro acerca das condições ou não de continuarem a luta armada contra o império. E também no fato de que não aparece na narrativa do episódio da Paz de Ponche Verde a questão do nacionalismo/patriotismo farrapo como um dos fatores que levaram ao fim da revolução.

Essa escolha de Ruas pelo tom melancólico nos atos finais de *Os varões assinalados* pode ser justificada com as palavras do próprio autor, de que a narrativa de seu livro seria, na verdade, a história de uma derrota.

Na verdade, *Os varões assinalados* é a história de uma derrota. É uma história triste. É uma história em que os ideais não são alcançados, por vários motivos. [...] Na verdade é a história de uma derrocada. [...]

A relação dos farroupilhas vai se deteriorando na medida que a guerra avança. (RUAS, 2022).

No que diz respeito à figura histórica que maior destaque recebe na obra de Ruas, surpreendentemente não é nenhuma das figuras tradicionalmente associadas às negociações de paz, tais como Davi Canabarro e especialmente o Barão de Caxias, mas, sim, o General Antônio de Souza Netto que, na edição de 2010 do mesmo episódio transscrito, é ainda mais reticente no momento de votar pelo fim da guerra, só decidindo pela concordância após avistar um gavião que sobrevoava o campo de Ponche Verde, e se lembrar do amigo – morto em combate junto com muitos dos seus homens do Corpo de Lanceiros Negros – Coronel Teixeira Nunes.

Os oficiais todos, um a um, foram erguendo o braço.

Netto ficou impassível.

O gavião deu um voo elegante e afastou-se. *Teixeira atravessado por uma lança, arrastando-se no chão. Chega de orgulho. Chega de mortos.*

Netto ergueu o braço. (RUAS, 2010, p. 568; grifos nossos).

Ainda que a grande maioria dos líderes farrapos – dentro do contexto da narrativa de *Os varões assinalados* – olhem para Netto como uma pessoa orgulhosa, e até mesmo teimosa no sentido de não concordar de forma imediata com as propostas de paz, precisando ser convencido, sem facilidades, a tanto, podemos observar que seus posicionamentos e colocações – orgulhosos, sim, de certa forma, mas mais pragmáticos e melancólicos – vão no sentido de colocar os termos do tratado não como uma grande vitória dos farrapos, mas como uma derrota, ainda que honrosa, como podemos ver na citação, quando os rascunhos do tratado lhe são apresentados.

- Esse não é um tratado de paz – disse Neto. – É uma rendição.

- Parece que só vosmecê pensa assim, General – disse Canabarro. Lutamos durante dez anos para terminarmos discutindo patentes?

- Não estou discutindo minha patente. Estou discutindo os resultados desse tratado perante a opinião pública. Se formos desmoralizados diante de nossos concidadãos não teremos mais autoridade para tentarmos qualquer voz de comando no futuro. Hoje estão todos muito bonzinhos, falando de paz. Eu quero saber o que vai acontecer dentro de três, cinco meses. Quero saber se não começarão perseguições e revanches. Quero saber se poderei receber meus camaradas que venham a mim reivindicar justiça.

João Antônio, Canabarro e Fontoura entreolharam-se.

- Precisamos confiar no Barão – disse Fontoura.

- Confie vosmecê, Major. Eu, não. Além disso, o item sobre as negociações dos limites é insultoso ao povo rio-grandense.
- O Barão deu sua palavra que a comissão terá continentinos, General.
- Que dê por escrito. (RUAS, 1985, p. 428).

Essa desconfiança de Netto frente às palavras do Barão de Caxias e aos termos rascunhados é perfeitamente compreensível e verossímil, posto que o líder imperial havia assumido há pouco o posto de Presidente da Província do Rio Grande do Sul, e muito provavelmente ainda não tinha conquistado a confiança de muitos dos rio-grandenses, como é possível inferir pelo acréscimo – na edição de 2010 – da informação de que Vicente da Fontoura “está enganado, major. Há muitos camaradas que pensam como eu, sabemos bem.” (RUAS, 2010, p. 559).

É verdade que, em diferentes momentos da narrativa, o autor se preocupa em apresentar distintas qualidades positivas do Barão de Caxias, que recebe os adjetivos de “magnânimo, justo e receptivo” (RUAS, 1985, p. 429) no que concerne aos termos iniciais do tratado de paz, optando por ele em detrimento das Instruções Reservadas – muito mais rígidas e punitivas – recebidas pelo Barão do governo imperial, por exemplo.

Também é verdade que, informado das reclamações de Netto no que diz respeito às questões da delimitação de fronteiras com o Uruguai,

- O Barão foi extremamente compreensivo. Esse item não constará da redação final. A idéia é fazer uma comissão de rio-grandenses e brasileiros para tratar do assunto em Montevidéu.
- Lucas ficou pensativo, o olhar distraído percorrendo o acampamento. Fontoura colocou a mão no seu ombro, aumentando o sorriso, tornando doce a voz. – Será uma paz honrosa, Coronel. O Barão nos respeita. Ele cedeu quanto à data-limite. Temos prazo até 22 de fevereiro para chegarmos a um acordo. (RUAS, 1985, p. 431).

A citação acima informa ainda que o Barão de Caxias respeitava os farroupilhas, cedendo em vários pontos, e mesmo o próprio Netto, na edição de 2010 de *Os varões assinalados*, reconhece tais qualidades do líder imperial, afirmando: “Eu [Netto] respeito a palavra do barão, mas isso é assunto que não diz respeito a indivíduos, mas a povos. Exige um documento.” (RUAS, 2010, p.559), permitindo que o leitor imagine que a desconfiança de Netto não se dirigia necessariamente ao Barão de Caxias propriamente dito, mas às instituições governamentais que estariam por trás dele, como fica evidente nas páginas finais do romance, quando o líder farrapo

decide partir para o Uruguai após a assinatura do Tratado de Paz, pois lá não iria “tirar o chapéu a monarcas” (RUAS, 1985, p. 436).

Mesmo com esses elementos que destacam algumas das qualidades pessoais do Barão, compreendemos as atitudes de Netto, tanto no que se refere à desconfiança frente às intenções governamentais, quanto às possíveis consequências do acordo assinado para o povo rio-grandense.

A forma pela qual Ruas escolhe fazer a conversão ficcional da personagem Netto no episódio da negociação e assinatura do Tratado de Paz de Ponche Verde se aproxima das formulações de Linda Hutcheon, segundo as quais os episódios históricos não deveriam ser mitificados nas obras de ficção histórica, mas, sim, apresentados de forma a terem seus fundamentos questionados, e é esse papel que Netto assume nesse ponto de *Os varões assinalados*. Ele lembra tanto os seus companheiros quanto o leitor que, por mais honrosa que tenha sido a paz, e por mais qualidades que o Barão de Caxias possa ter demonstrado, o final da Revolução Farroupilha não deixou de ser uma derrota, em muito ocasionada pela perda de ideais e de afastamento de muitos de seus líderes, conforme as palavras de seu autor.

Prova disso está na conversa entre o proclamador da República Rio-Grandense e um dos homens que o convenceu a tomar tal atitude, nas páginas finais da obra, quando Netto já partia com suas tropas para o Uruguai.

- General... – Lucas baixou a cabeça, escondendo um sorriso embaraçado. – Me desculpe o mau jeito, mas acho que não faz sentido vosmecê partir assim.

- Não. E por que não?

Lucas mostrou o sorriso para Neto.

- Porque não... – buscava palavras limpas, que organizassem uma estrutura sólida, que atingisse a couraça que Neto prudentemente erguia. – Nós ainda vamos fazer deste país uma república, General. Uma grande federação de repúblicas. Essa luta agora é que vai começar.

Neto ergueu a mão lentamente e depositou em seus lábios o palheiro apagado. Seus olhos viram Lucas: o rosto macerado, a juventude fraturada, as sombras dúbias debaixo dos olhos sensíveis. Sem surpresa reconheceu o cansaço e a necessidade da farsa, a pequena, sutil, maquilada encenação, a busca da cumplicidade não declarada.

- A luta vai começar? – Os olhos cinzas não foram traídos pelo menor sinal de ironia. – Coronel, eu acabo de assinar um tratado de paz.

- Todos assinamos, General.

- A minha assinatura tem valor. Se eu quisesse continuar a guerra não teria assinado aquele papel.

- General, nossas ideias não terminam porque assinamos um tratado de paz.

- É verdade. Elas acabam devagarinho, Coronel. Vão se desgastando com o tempo, como adaga de aço ruim. (RUAS, 1985, p. 437).

Diante de todas essas colocações, acreditamos que a conversão ficcional do episódio da Paz de Ponche Verde por Ruas possui uma aproximação bastante acentuada com as proposições de Linda Hutcheon sobre a metafíscão historiográfica, posto que a construção narrativa desse evento histórico em *Os varões assinalados* não procura perpetuar o discurso historiográfico, mas o apresenta como uma derrota do movimento revolucionário. Uma derrota honrada, com um tratado de Paz que não impunha humilhações aos vencidos, é verdade, mas, ainda assim, uma derrota, para repetir as palavras utilizadas pelo próprio autor.

A quarta e última obra sobre a qual nos debruçaremos no que concerne à Paz de Ponche Verde será – como nos capítulos anteriores – *A casa das sete mulheres*, na qual é assim descrito o episódio em questão.

Fazia sol naquele vinte e cinco de fevereiro, ano de 1845. Foi no alto da coxilha abrasada que os chefes da revolução se encontraram. O pequeno acampamento estava silencioso, cheio de estranha pompa. O presidente da República, José Gomes de Vasconcelos Jardim, doente, não pôde comparecer; Lucas de Oliveira, seu ministro, representou-o. O general Bento Gonçalves da Silva também não foi, mandou carta onde alegava moléstia e onde dava o seu voto. Sua opinião seria aquela que adotasse a maioria ‘dos seus irmãos de armas, sempre que estivesse nas raias do justo e do honesto, e ainda mesmo quando no caso vertente esses sagrados objetos deixassem de ser observados, nem por isso seria capaz de a ela opor-se, tendo outros meios em semelhante caso para deixar ilegas a sua honra e consciência. A paz é indispensável fazer-se’, escreveu ele.

Eram mais de setenta oficiais. Os termos da proposta de paz – doze no total – foram lidos. Procedeu-se à votação. Silenciosamente, os oficiais que eram favoráveis à paz foram erguendo suas mãos para o céu. Mão calosas, limpas, acabrunhadas. O tratado de paz foi aprovado por unanimidade. [...]

O céu azul de verão nublava-se lentamente, não soprava vento algum. Havia um silêncio profundo no pampa desolado.

Maria Manuela espiava pela janela do coche. Os olhos salientavam-se no rosto emagrecido, os cabelos escuros estavam presos num coque.

Havia um certo rebuliço na cidade. Pelotas, como o resto do Rio Grande, estava satisfeita com a paz. Maria Manuela tinha ouvido dizer que o Barão de Caxias havia sido ovacionado na Capital, onde haviam lhe oferecido grandes festas. (WIERZCHOWSKI, 2002, p. 509-510).

A primeira coisa que nos salta aos olhos – e que configura um ponto bastante divergente da narrativa apresentada em *Os amores de Canabarro* – é que mesmo

trazendo uma fonte historiográfica para compor sua narrativa ficcional, como também o fizera Rosa, Wierzchowski optou por não apresentar os termos do tratado de paz, mas, sim, um trecho da carta¹ de Bento Gonçalves com seu voto em favor da paz, destacando a necessidade de que ela fosse feita, desde que garantidas condições para que a honra e a consciência dos rio-grandenses fosse mantida ilesa.

Além disso, da mesma forma que o faz Ruas, a autora descreve o episódio de forma melancólica, destacando o quanto os oficiais farroupilhas estavam acabrunhados e silenciosos, além de adjetivar como “estranha” a pompa que cercava o dia do encontro dos líderes republicanos para tratar da paz, após quase 10 anos de guerra contra o Império do Brasil. Há inclusive um recurso narrativo – extremamente poético, consideramos – que a autora utiliza para mostrar ao leitor o clima que tomava os farrapos no episódio da Paz de Ponche Verde.

Wierzchowski inicia o parágrafo em que será narrado o evento histórico afirmando que fazia sol na manhã de 25 de fevereiro de 1845, mas termina a descrição do episódio dizendo que o céu azul de verão nublava-se, que nem o vento soprava sobre o pampa ao final da reunião dos oficiais republicanos, e que o próprio pampa estava “desolado” – pelos 10 anos de guerra. Pelos incontáveis mortos? Pelo sonho republicano chegando ao fim? A autora não nos diz, mas podemos presumir que seja pela soma de todos esses fatores.

Observando cuidadosamente a forma pela qual Wierzchowski escolheu ficcionalizar o episódio da Paz de Ponche Verde, podemos afirmar que a autora não alinhou sua narrativa ao discurso histórico, mas – assim como Ruas – afastou se dele diametralmente, apresentando o final da Guerra dos Farrapos não como uma vitória moral de seus líderes sobre o Império do Brasil, mas, sim, como uma derrota dos republicanos que, embora tenham lutado com honra e adquirido nobres valores ao longo dos quase 10 anos de luta, foram vencidos em combate, mesmo que o tratado de paz assinado com Caxias não ferisse a honra dos revoltosos.

É verdade que Wierzchowski destaca que havia rebuliço em Pelotas, que a cidade, bem como toda a província do Rio Grande do Sul, estava satisfeita com o fim do conflito armado que tantas vidas ceifara, e que grandes festas haviam sido oferecidas ao Barão de Caxias em Porto Alegre, mas, a nosso ver, isso não anula o

¹ Ruas também traz em sua narrativa a referida carta, em sua íntegra, porém, por motivos de não tornar repetitiva a análise, e por ela não ter o mesmo impacto narrativo em *Os varões assinalados* que tem em *A casa das sete mulheres*, optamos por não a citar na análise da obra de 1985.

tom melancólico que a autora escolheu para narrar o episódio histórico. Evidência disso pode ser encontrada apenas algumas linhas depois do referido trecho, quando Manuela e sua mãe – a citada Maria Manuela – chegam em sua residência na cidade de Pelotas.

Manuela viu a casa branca, plantada na esquina. Tinha uma camarinha. Antes da guerra, ela gostava de sentar-se sozinha, lá em cima, para ler seus romances. Agora as paredes estavam descascadas, uma das venezianas, rebentada, pendurava-se como um enforcado prestes a derrear. A casa da sua infância mostrava também as misérias que a revolução lhe tinha imposto. (WIERZCHOWSKI, 2002, p. 510).

Tendo todos esses elementos em mente, é possível afirmar, no que diz respeito ao evento histórico da Paz de Ponche Verde, que a narrativa de *A casa das sete mulheres* se aproxima de forma contundente e categórica das formulações teóricas de Hutcheon acerca da metafíccão historiográfica, uma vez que sua autora não hesita em destacar – contra os referentes históricos observados, e ainda presentes na contemporaneidade – que houve de fato uma derrota militar dos farrapos em relação aos imperiais. É verdade que Wierzchowski não desmerece os valores adotados pelos republicanos no decorrer do processo revolucionário, mas ela não nega que o fim da Revolução Farroupilha tenha sido a derrota da República Rio-Grandense, e que mesmo tendo seus ideais respeitados pelo Império do Brasil em um tratado de paz que não feria a honra gaúcha, tal desfecho não deixou de ter um gosto amargo para os republicanos do Continente de São Pedro.

Podemos encontrar sustentação para essa afirmação em um segundo trecho de *A casa das sete mulheres*, mais precisamente em um dos capítulos dos “Cadernos de Manuela”, cuja data de escrita teria sido a de 30 de agosto de 1890.

[A batalha do Cerro dos] Porongos foi o derradeiro suspiro. Depois, só restava um acerto com o Império, um tratado que trouxesse ao Rio grande a mínima honra. Estávamos, então, banhados em sangue. Na Estância [da Barra], o clima era de tristeza plena. Perdia-se a guerra de maneira cruel. Longos anos. [...] a paz, a despeito de tudo, ainda não estava selada, e os caminhos do Continente iam cheios de desertores famintos e esfarrapados. [...] Havíamos vivido a História, e seu gosto era amargo, no final. (WIERZCHOWSKI, 2002, p. 499).

No que diz respeito à conversão ficcional de personagens históricos, quem, de forma mais contundente, aparece como responsável pelo fim dos combates entre o

Império do Brasil e a República Rio-Grandense também não é o Barão de Caxias – escolha unânime entre os historiadores –, mas, sim, Bento Gonçalves da Silva, que mesmo não estando presente no ato da assinatura do tratado de paz propriamente dito, é representado em *A casa das sete mulheres* como grande articulador e defensor do fim do conflito, sendo inclusive ele a chamar a atenção do Barão para a iminente ameaça do tirano argentino Juan Manuel de Rosas, conforme podemos ver na reprodução da carta – de extração histórica – que a autora transcreve em sua obra.

Ilmo. Senhor Barão de Caxias
Campo, 13 de outubro de 1844.
Prezado Senhor [...]

Ardentemente ambiciono o termo da guerra civil, porém jamais me desviarei dos princípios que, segundo minha opinião individual, a V. Excia. verbalmente manifestei; e posto não fossem então aceitos por parte de meus companheiros, com que se neutralizam meus esforços, tenho hoje dados positivos para acreditar que são adotados. Se, Exmo. Sr., escusado por meus amigos, ouso afirmar a V. Excia. que, se ainda, como espero, está penetrado dos desejos que me manifestou e da resolução de conceder as vantagens que ultimamente lembrei para salvar a dignidade do Rio Grande do Sul, a paz entre nós vai ser selada, a despeito da má vontade de um ou de outro exaltado. [...] Acredite V. Excia. que não há um instante a perder-se, à vista da atitude imponente do Tirano Rosas, de quem será presa o Continente se continuam a dilacerar-se os seus filhos, destruindo os poucos elementos que restam para disputar o passo ao Dеспота audaz que nos ameaça com aguerridas hostes; esta consideração que sobre mim pesa deve convencer V. Excia. da urgente necessidade de levar a efeito o que proponho, no que fará transcidente serviço ao país que o viu nascer, desviando-o dos males que lhe acarreta a prolongação dessa luta, e mais que tudo impondo respeito ao feroz inimigo que nos ameaça, para o que, apesar de velho e cansado, prestarei gostoso meus débeis serviços à paz dos meus irmãos brasileiros.

De V. Excia. Antigo Camarada, Amigo e Criado.

Bento Gonçalves da Silva (WIERZCHOWSKI, 2002, p. 496).

É preciso deixar claro que, embora Wierzchowski se valha de um documento histórico – uma vez que a carta apresentada pela autora é verídica, fazendo parte do acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul –, no contexto narrativo ele passa a assumir um caráter ficcional, no sentido de que nos parece altamente improvável que a escolha por essa fonte historiográfica particular tenha sido feita de forma aleatória pela autora.

Assim sendo, nas considerações acerca do conteúdo da citação será levada em conta, sim, sua característica documental, mas sobretudo seu papel narrativo, e

mais ainda a mensagem que acreditamos que Wierzchowski pode ter desejado transmitir com a escolha da carta citada para compor o texto de sua obra.

Podemos observar claramente, no corpo do texto, as preocupações de Bento Gonçalves em relação à necessidade de encerrar-se o conflito entre a República Rio-Grandense e o Império do Brasil, não apenas devido às privações impostas ao povo gaúcho – vistas anteriormente – como também e, principalmente, no caso da citação, no que diz respeito às ameaças que o Continente de São Pedro do Rio Grande – como também era chamada a província do Rio Grande do Sul – estaria submetido se não deixasse de lutar um conflito interno para prestar atenção nos movimentos do ditador argentino, cuja sanha expansionista ameaçava as fronteiras brasileiras.

Bento Gonçalves, é interessante observar, além de reafirmar seu posicionamento contra os inimigos argentinos, colocando-se à disposição do Barão de Caxias para combater os invasores, mesmo tendo já idade avançada, em nome dos seus “irmãos brasileiros” – o que nos permite fazer uma aproximação entre o texto de Wierzchowski e o discurso historiográfico a respeito do nacionalismo farrapo como um dos fatores para a assinatura do tratado de paz com o Império – fala das ameaças de Rosas em um tom de aconselhamento, afirmindo que suas próprias preocupações com o assunto deveriam ecoar no líder imperial, a fim de que ele pudesse melhor conduzir os assuntos da Guerra dos Farrapos para o bem da província e da nação brasileira como um todo.

Esse tom de quase aconselhamento – com notas de urgência, clamor ao nacionalismo e mesmo, de forma um pouco mais indireta, à honra militar de Caxias – adotado por Bento Gonçalves na carta nos permite afirmar que, no crepúsculo da Revolução Farroupilha, o general ainda mantinha seus valores nacionalistas, e que se esforçava tanto para a obtenção de uma paz honrosa para os rio-grandenses quanto para a defesa do território brasileiro como um todo, e do gaúcho em especial, das ameaças oferecidas pelo governo estrangeiro de Rosas.

A escolha da autora de reproduzir a referida carta em *A casa das sete mulheres* nos indica que ela optou por representar o grande líder farrapo como homem nobre e honrado, mesmo diante da derrota revolucionária, cuja paz poderia ter sido até mesmo conquistada antes, caso os companheiros de Bento Gonçalves tivessem aceitado os termos conversados entre ele e o Barão de Caxias previamente, muitos dos quais

viriam a compor o texto final da Paz de Ponche Verde, agora negociados por Antônio Vicente da Fontoura.

É interessante notar ainda que, mesmo que o Barão de Caxias não seja a personagem histórica que mais recebe destaque na conversão ficcional da Paz de Ponche Verde em *A casa das sete mulheres* – o que acreditamos poder ser fruto do fato de o líder imperial não possuir ligações com as sete mulheres que protagonizam a obra, exatamente como vimos ocorrer anteriormente com a personagem Netto, no episódio da Proclamação da República Rio-Grandense –, a autora não desmerece seus feitos, ou o representa como algum tipo de vilão ou tirano enviado pelo Império para esmagar os revolucionários. Ao contrário, o líder imperial é descrito como um homem disposto a encerrar o conflito armado, levando em consideração as solicitações das lideranças farroupilhas, mas sempre leal ao Imperador Dom Pedro II, conforme podemos observar no trecho a seguir.

O Barão de Caxias tem quarenta anos, olhos cinzentos e voz bem modulada. Recebe Bento Gonçalves com um aperto de mão, na varanda da casa. Bento Gonçalves aperta a mão do Barão com força, o sorriso medido, os olhos ardentes.

No escritório, os dois homens começam a conversar. [...] Se Bento Gonçalves se dispuser a fazer com que os rebeldes da Província deponham as armas, sujeitando-se ao imperador, poderá garantir que todos sejam anistiados. Bento Gonçalves fala na dívida interna e externa da República. Também quer que todos os soldados sejam reconhecidos nos postos que alcançaram durante a revolução. [...]

Ao cair da tarde, o Barão encerra o encontro dizendo que não pode se comprometer com a dívida rebelde, mas que levará esse e outros assuntos para a apreciação de Sua Majestade o Imperador. [...]

Bento Gonçalves retira-se, alegando que levará para Canabarro um resumo do encontro. [...]

Os chefes revolucionários não chegaram a um consenso. Almejavam a paz. A República não tinha mais cidades nem exércitos. Porém, o grupo comandado por Vicente, Lucas e Canabarro criou empecilhos para a negociação. Não queriam que o general Bento Gonçalves levasse os louros pelo acordo de pacificação. (WIERZCHOWSKI, 2002, p. 493-494).

Tendo visitado as conversões ficcionais do episódio histórico da Paz de Ponche Verde nas diferentes obras que compõem o nosso *corpora*, pudemos observar que o discurso histórico acerca do evento tende a um consenso, segundo o qual o encerramento do conflito teria sido uma espécie de vitória dos farroupilhas, e que teria se dado primordialmente pela ameaça do ditador argentino Rosas ao território nacional – gaúcho e brasileiro.

Esse mesmo consenso não pode ser observado nas obras literárias em estudo, uma vez que Rosa adota, em *Os amores de Canabarro*, um posicionamento que tende a se aproximar de uma narrativa positivista, descrevendo a assinatura do tratado de Paz de Ponche Verde de forma bastante neutra, ainda que destaque o orgulho farrapo, e os benevolentes termos do acordo que encerrou os quase 10 anos de combate fratricida.

Mais radicalmente distanciam-se do discurso histórico as narrativas de Wierzchowski, em *A casa das sete mulheres*, e de Tabajara Ruas, em *Os varões assinalados*, uma vez que nenhum dos autores hesita em classificar o fim da Revolução Farroupilha como uma derrota dos republicanos. Mesmo que tenha sido uma derrota honrada, na qual os valores e ideais dos seus líderes e combatentes foram respeitados pelos vencedores nos termos do tratado de pacificação, a Paz de Ponche Verde não teria deixado de ser – de acordo com a construção literária feita por ambos os autores – uma derrota.

Esse posicionamento, tanto de Ruas quanto de Wierzchowski – e até certa medida também de Rosa –, de questionar o discurso historiográfico, apresentando o episódio da Paz de Ponche Verde como uma derrota do Império do Brasil, e não como uma vitória dos revolucionários farroupilhas aproxima os textos estudados da metaficação historiográfica de Linda Hutcheon, uma vez que os referentes históricos são trazidos para a narrativa literária, mas são imediatamente colocados em xeque pelos seus autores.

A questão da iminência de um ataque de Rosas ao território rio-grandense e brasileiro aparece de forma clara em duas das três narrativas, mas não necessariamente como um dos fatores preponderantes para a decisão de se buscar o encerramento do conflito entre imperiais e revolucionários, ainda que sua importância não seja questionada em nenhum dos casos, aparecendo como elemento fundamental na conversão ficcional das personagens históricas escolhidas pelos autores para receber maior atenção no episódio da Paz de Ponche Verde.

É justamente no que diz respeito às personagens históricas que encontramos a maior diferença entre as obras do *corpora*, uma vez que em cada uma das três obras que tratam da Paz de Ponche Verde – lembrando que Alencar faz menções ao evento, mas não o ficcionaliza de forma direta em *O gaúcho* – há uma personagem histórica diferente que recebe destaque no texto literário.

No caso de *Os amores de Canabarro*, a personagem histórica que maior destaque recebe no episódio da Paz de Ponche Verde é o coronel Antônio Vicente da Fontoura, representado como responsável pela concordância do governo imperial em aceitar os termos propostos pelos revolucionários, valendo-se de um discurso nacionalista, no qual traz à tona a questão da ameaça de Rosas, e atuando como “a voz do Rio Grande”, em clara aproximação às formulações de Lukács sobre o romance histórico.

Em *Os varões assinalados*, a personagem histórica que maior destaque recebe na narrativa é o General Antônio de Souza Netto, sendo ficcionalizado como a figura responsável por colocar às claras as reais condições do conflito, mantendo-se sempre fiel aos seus ideais – e respeitoso ao Barão de Caxias –, mas sem deixar de apontar que o tratado de paz configurou uma derrota dos revolucionários, ainda que honrosa, com a manutenção da dignidade dos rio-grandenses.

Já em *A casa das sete mulheres*, há uma terceira personagem histórica que recebe maior atenção narrativa da autora: Bento Gonçalves da Silva, que mesmo não tendo estado presente na assinatura do Tratado de Paz de Ponche Verde é apresentado por Wierzchowski como o principal articulador e defensor da pacificação do Rio Grande do Sul – que só não teria sido alcançada antes devido à postura dos companheiros do general farrapo, que não queriam que os louros da pacificação coubessem ao primeiro presidente da República Rio-Grandense.

Além disso, Bento Gonçalves teria sido, inclusive, de acordo com o texto de Wierzchowski, o responsável por alertar o próprio Barão de Caxias para as movimentações do ditador argentino Rosas no sentido de invadir o Brasil, fazendo com que a conversão ficcional do líder farrapo em *A casa das sete mulheres* se aproxime das formulações teóricas de Lukács acerca do romance histórico, uma vez que o general farroupilha parece manifestar em suas ações o espírito de seu povo e época, tanto ao chamar atenção do líder imperial para a necessidade de unir-se o povo brasileiro contra uma ameaça estrangeira quanto por defender, de forma bastante contundente, a paz almejada pelos rio-grandenses no Continente de São Pedro.

Por fim, tendo visitado alguns dos mais importantes episódios históricos da Revolução Farroupilha, e as maneiras pelas quais foram convertidas ficcionalmente por José de Alencar, em *O gaúcho*; Othelo Rosa, em *Os amores de Canabarro*;

Tabajara Ruas, em *Os varões assinalados*, e Letícia Wierzchowski, em *A casa das sete mulheres*, podemos partir para a parte final da pesquisa, na qual serão apresentadas suas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese, até aqui, desenvolveu-se por meio de um percurso que procurou conjugar reflexões teóricas, concepções historiográficas e análises literárias a fim de compreendermos o processo de conversão ficcional de eventos e episódios históricos da Revolução Farroupilha através dos quase dois séculos que nos separam dela.

Para tanto, dividimos nosso estudo em oito capítulos, organizados em duas partes, e fizemos recortes temporais, teóricos e narrativos, além de formular questões que nos permitissem a realização da pesquisa de forma concreta. Consideramos que – uma vez concluído cada um desses capítulos – até esse ponto fomos capazes de realizar nosso intento de forma satisfatória.

O que não havíamos feito até aqui, no entanto, foi levantar hipóteses em relação ao nosso objeto de estudo, ou seja, fizemos estudos aprofundados sobre nosso tema de pesquisa, com criteriosas análises das obras literárias escolhidas, estabelecendo aproximações e distanciamentos entre elas e o discurso historiográfico, mas não tratamos de verificar o que as informações observadas poderiam trazer de novo e significativo para os campos da literatura e da história.

Desde já, antecipamos que a escolha por não fazer essa verificação anteriormente foi deliberada, uma vez que consideramos que – para a apresentação e defesa de nossas hipóteses – seria mais produtivo primeiro apresentar todas as evidências de forma clara, para, apenas depois, juntá-las com o objetivo de construir uma resposta significativa para os questionamentos que motivaram o desenvolvimento desta tese.

É a essa última tarefa da pesquisa que nos dedicaremos nessas Considerações Finais: apresentar e defender as hipóteses que norteiam a investigação. Antes, entretanto, revisitaremos o percurso que traçamos.

Iniciamos nosso estudo apresentando um breve panorama entre as relações estabelecidas entre literatura e história através do tempo, desde as primeiras formulações de Aristóteles, que dava ao poeta a primazia sobre o historiador, por ser a poesia, segundo o pensador grego, mais universal do que a escrita histórica.

Ainda no primeiro capítulo da tese, trouxemos o pensamento dos irmãos Goncourt, que começam a questionar – e até mesmo a inverter – a lógica aristotélica,

afirmando não apenas que o referente histórico daria maior legitimidade ao romance; as formulações de Honoré de Balzac e Friedrich Hegel, que de formas diferentes colocam em xeque a ideia de que a escrita histórica configuraria uma reprodução da verdade tal qual teria ocorrido, sobretudo devido à necessidade incontornável da interferência do historiador; e também a visão negativa de Alessandro Manzoni acerca dos romances históricos, considerados por ele uma impossibilidade, justamente em decorrência de sua dupla natureza.

Traçado esse panorama, nos debruçamos sobre as duas principais teorias – que serviram de norte para a realização de toda a pesquisa – que temos hoje acerca da ficção histórica: o romance histórico tradicional, com as principais características apresentadas pelo pensador húngaro Gyorgy Lukács, e a metaficção historiográfica, que tem como principal expoente a crítica canadense Linda Hutcheon.

Ainda que não nos aprofundemos de forma concreta nos dois conceitos – posto que esse trabalho detalhado já foi feito anteriormente –, consideramos importante retomar alguns dos elementos principais de cada um deles, a fim de melhor fundamentar a hipótese. Faremos isso mais adiante.

Para encerrar o nosso primeiro capítulo, traçamos um novo panorama acerca da ficção histórica e seus caminhos, mas, desta vez, focando como as duas áreas – literatura e história – se relacionam em nosso país através do tempo. Esse movimento começa já com os textos de José de Alencar, que muitas vezes trazem como tema principal aspectos da historiografia nacional, ou os têm como pano de fundo para outras narrativas, como é o caso de *O gaúcho*, que, apesar de não ser exclusivamente sobre a Revolução Farroupilha, possui uma narrativa que com ela se mescla de forma contundente e rica.

Nesse panorama, passamos por diferentes obras ao longo da história literária nacional, e por muitos nomes de grande importância para a literatura – não só histórica – brasileira. Além do próprio Alencar, encontramos trabalhos de Euclides da Cunha, Érico Veríssimo e Rubem Fonseca. Observamos ainda que a grande década para a produção de romances históricos no Brasil foram os anos 1990, quando a produção de ficção histórica nacional cresceu exponencialmente, com grande destaque para as publicações cuja temática girava em torno da recém derrotada Ditadura Militar (1964-1985), que deixou profundas feridas em suas vítimas, muitas das quais optaram por compartilhar seus sofrimentos e denunciar seus algozes por meio da arte literária.

O segundo capítulo foi dedicado ao estudo de três construtos teóricos acerca da escrita da história, sendo eles os que mais relevância possuem na contemporaneidade, e que mais influenciam – direta ou indiretamente – a composição de obras de ficção histórica.

O primeiro desses construtos é o que chamamos de História Positivista, ou mesmo de História Tradicional, que tem suas raízes no pensamento filosófico de Auguste Comte, e defende que a narrativa histórica não é uma construção, mas a representação verdadeira dos acontecimentos do passado. Nesse sentido, os documentos oficiais seriam a única fonte possível de informações sobre os eventos ocorridos, uma vez que pelo fato de ser – como a própria nomenclatura o indica – oficiais, não poderiam aceitar nada que não a verdade pura do passado.

O segundo construto teórico – que se opõe de forma contundente ao positivismo, tanto pelo seu elitismo político quanto pela sua ingenuidade de acreditar que os documentos oficiais não conteriam nada além da verdade histórica – é o Materialismo Histórico dos filósofos alemães Karl Marx e Friedrich Hegel. De acordo com esses dois pensadores, a roda da História seria movimentada por uma eterna luta de classes, em que grupos de oprimidos invariavelmente se uniriam para derrubar a classe social que os opprime, assumindo seu lugar e formando uma nova classe opressora, até que finalmente os trabalhadores pudessem reunir-se contra a burguesia e derrotá-la, alcançando uma utopia sem classes sociais que os filósofos denominam de “modo comunista de produção”.

O terceiro construto teórico apresentado no segundo capítulo – e com o qual mais nos identificamos pessoalmente – é o da Nova História, que tem suas origens na *Revue des Annales d'histoire économique et sociale*, o que fez com que também recebesse a nomenclatura de História dos Annales.

De acordo com as formulações iniciadas por Lucien Febvre e Marc Bloch, e sistematizadas principalmente por Jacques LeGoff e Peter Burke, absolutamente toda sorte de produção humana pode – e deve – ser considerada uma fonte histórica em potencial, o que expande as perspectivas da escrita historiográfica a possibilidades quase infinitas de interpretação, e virtualmente implode qualquer condição de entendimento da escrita histórica – sob qualquer paradigma que seja – como uma ciência que reproduz a verdade do passado.

Também nesse segundo capítulo são apresentadas algumas importantes questões acerca dos conceitos de história e memória, que, embora sejam muito íntimos e estejam quase sempre em incontornável relação, não podem ser considerados sinônimos de forma automática, dada as suas especificidades, como sugerem as reflexões de Walter Benjamin e Jeanne-Marie Gagnebin.

Encerramos o segundo capítulo com um breve histórico da Guerra dos Farrapos – que é o episódio central de nosso estudo – contendo as principais informações e eventos da Revolução Farroupilha conforme descritos por historiadores de grande peso, como Sandra Jatahy Pesavento e Bóris Fausto; e também os usos políticos e sociais que têm sido feitos acerca da memória desse importante processo revolucionário.

No terceiro capítulo, que é também o último da primeira parte de nossa tese, dedicamo-nos a apresentar as ideias que consideramos fundamentais na tese para a compreensão da ficção histórica como a entendemos em nosso estudo, e com as quais trabalhamos – de forma implícita – nos posteriores capítulos de análise literária.

Foram quatro as concepções que consideramos fundamentais: a da não existência de uma verdade histórica; a de que a literatura e a história são complementares, como duas faces da mesma moeda; a da necessidade de ficcionalização do passado para que ele possa ser compreendido; e a do processo de conversão ficcional da personagem histórica propriamente dita.

Para discutir essas concepções, além de alguns pensadores já citados anteriormente – como Friedrich Hegel, Jacques LeGoff e Linda Hutcheon –, trouxemos, para a abordagem das três primeiras concepções, as formulações teóricas dos historiadores Paul Veyne, Pery Anderson e Hayden White, e do filósofo Jacques Rancière, que possuem trabalhos significativos acerca da ficção histórica.

Para a quarta concepção – a da conversão ficcional das personagens históricas – dedicamos um item a parte, por ser esse um dos eixos norteadores da pesquisa, para não dizer um dos seus aspectos mais relevantes, uma vez que não nos limitamos apenas a apresentar os episódios históricos em suas diferentes recriações literárias, mas nos ocupamos em evidenciar quais personagens históricas recebiam destaque em cada uma delas e como agiam literariamente.

Assim sendo, para a inicial definição do que seria uma personagem literária, recorremos às formulações de Antônio Cândido, Beth Brait e Fernando Segolin, que

destacam o fato de que tais figuras – históricas ou inventadas – serão sempre ficcionais nas páginas de um livro, mas, ainda assim, potentes o bastante para provocar no leitor identificações diversas, que podem ser de simpatia ou antipatia, amor ou ódio, motivados por um possível reconhecimento, na personagem, de características próprias, tanto as que se quer exaltar, quanto as que se prefere não admitir a existência.

No que diz respeito às construções das personagens históricas em si, além das formulações desses teóricos e das formulações de Lukács e Hutcheon sobre como deveriam ser representados ficcionalmente as diferentes figuras históricas, trouxemos os pensamentos de Alcmeno Bastos a respeito da conversão ficcional de figuras históricas e também de Thomas Carlyle e Joseph Campbell acerca da ideia de “herói”, que acaba sendo um título atribuído a muitas das personagens aqui estudadas.

Encerramos a primeira parte do estudo apresentando a metodologia de análise que adotamos ao longo dos cinco capítulos que compõem a segunda parte da tese, e formulamos as quatro perguntas fundamentais que nortearam nossos olhares ao longo do processo de investigação das obras literárias escolhidas.

1. As representações dessa personagem nesse episódio estão mais ligadas ao paradigma do romance histórico de Lukács ou ao paradigma da metaficação historiográfica de Hutcheon?;
2. As representações dessa personagem nesse episódio indicam uma postura de valorização/mitificação/heroicização da Guerra dos Farrapos ou de seu questionamento/detração?;
3. Que semelhanças e diferenças podemos estabelecer entre as representações dessa personagem em relação ao discurso histórico apresentado?;
4. Que semelhanças e diferenças podemos estabelecer entre as representações dessa personagem nesse episódio nos diferentes romances analisados?

Iniciamos o quarto capítulo do estudo com um terceiro panorama, dessa vez voltado para a apresentação de algumas das mais importantes e significativas obras de ficção histórica que versam sobre a Guerra dos Farrapos, e constatamos que esse

importante evento foi um dos que mais foram tomados como referente histórico para a produção de obras ficcionais, com textos que tanto revelam apoio quanto críticas aos ideais revolucionários, e com produções que vão desde *A divina pastora*, de 1847, até pelo menos 2017, com a publicação de *Travessia*, de Letícia Wierzchowski.

Traçado esse panorama de obras, passamos à apresentação de cada uma das quatro obras escolhidas como *corpora* de nosso estudo, sendo que cada uma delas representaria um dos recortes temporais que utilizamos para viabilizar a pesquisa, sendo o primeiro dos textos *O gaúcho*, de José de Alencar, publicado no ano de 1870, e representante da segunda metade do século XIX.

A segunda obra, referente à primeira metade do século XX, é da autoria de Othelo Rosa e se intitula *Os amores de Canabarro*. Publicado no ano de 1933, tem com protagonista o controverso general farrapo Davi Canabarro, e como espaço temporal os meses finais da Guerra dos Farrapos.

Publicada no ano de 1985, *Os varões assinalados*, de Tabajara Ruas, foi a obra selecionada para representar a segunda metade do século XX, que é o período em que mais houve publicações acerca da Revolução Farroupilha, muito em decorrência da comemoração dos cento e cinquenta anos do início do conflito, em 1835. No caso do texto de Ruas, utilizamos duas edições diferentes, e não apenas a original, uma vez que, segundo o próprio autor, a edição de 2010 é considerada a definitiva, e por isso ela foi trazida ao estudo quando as mudanças entre uma e outra versão foram consideradas significativas o bastante para ser pontuadas.

A obra selecionada para a primeira metade do século XXI é da autoria de Letícia Wierzchowski e foi originalmente publicada no ano de 2002, intitulando-se *A casa das sete mulheres*. O grande diferencial dessa obra – além da incontestável qualidade estética e literária – está no enfoque diferenciado que a autora dá à narrativa, uma vez que o protagonismo, na obra, não cabe aos episódios de guerra, mas à vida cotidiana das mulheres da família de Bento Gonçalves, reunidas na Estância da Barra durante todo o conflito.

A partir desse momento, nossa pesquisa começou a debruçar-se mais intensamente sobre o processo de conversão ficcional de personagens e eventos históricos de forma aprofundada e sistemática, selecionando alguns dos momentos mais marcantes da Guerra dos Farrapos, a fim de observar as maneiras pelas quais eles são ficcionalizados nas diferentes obras, procurando estabelecer aproximações

e distanciamentos tanto em relação aos referentes históricos quanto às demais narrativas ficcionais.

Antes, porém, de dar início à revisita de cada um dos quatro capítulos dedicados a essas análises, pensamos ter chegado o momento de apresentar a questão fundamental e a hipótese levantada como resposta que nortearam nosso trabalho até aqui, e que pretendemos responder com os resultados de nossas análises.

Atualmente, as duas principais teorias acerca da ficção histórica são as do romance histórico tradicional e a da metaficação historiográfica. Existe uma divisão clara entre as duas teorias na produção ficcional histórica brasileira? Quais aproximações e distanciamentos podemos observar entre as obras que se enquadram em uma ou outra dessas formulações teóricas?

Para que esse questionamento pudesse ser respondido de forma satisfatória, fazia-se necessária a escolha de um episódio histórico que contasse com elevada quantidade de produções ficcionais ao longo do tempo, e esse foi um dos motivos que nos levou à escolha da Revolução Farroupilha como objeto de estudo.

Tendo sido feita essa escolha, para responder à pergunta norteadora formulada acima, elaboramos uma hipótese de pesquisa que acreditamos dar conta dessa tarefa autoimposta, e que poderia se confirmar totalmente, parcialmente ou mesmo ser refutada de forma integral.

Uma obra literária – sobretudo uma de ficção histórica, por possuir seu referente fora do texto, com uma existência que independe dele – não deve ser classificada de forma rígida, como se determinadas características narrativas pudessem limitar sua totalidade artística. Assim sendo, consideramos que não deve haver nenhum tipo de separação radical entre as produções literárias nacionais que mais se aproximam do romance histórico tradicional de Lukács e as que se aproximam mais da metaficação historiográfica de Linda Hutcheon.

Dito isso, acreditamos que existem mais aproximações do que distanciamentos nas diferentes obras estudadas na presente tese e que, mesmo antes do estabelecimento das formulações teóricas dos dois pensadores, já será possível observar essas aproximações, ainda que seja anacrônico atribuir a elas as nomenclaturas que hoje atribuímos ao romance histórico e à metaficação historiográfica.

Assim sendo, a principal hipótese que levantamos na tese é a de que não existe um limite fixo entre o romance histórico e a metaficação historiográfica, mas um constante diálogo entre os dois gêneros, entre si e também com a produção historiográfica, que está presente na ficção histórica de forma incontornável.

Acreditamos, ainda, que quanto mais nos aproximamos da contemporaneidade – daí a atenção mais aprofundada dada às obras contemporâneas de ficção histórica –, mais difusas se tornam essas fronteiras, sendo perfeitamente possível encontrar em uma mesma obra tanto as características de um romance histórico tradicional quanto as de uma metaficação historiográfica, implodindo, assim, qualquer possibilidade de classificação rígida ou limitante.

Apresentada nossa hipótese, é o momento de verificar seu grau de confirmação ou refutação, a partir das análises literárias realizadas, começando com a retomada breve das principais características dos dois construtos teóricos que maior relevância tiveram em nossa pesquisa.

O romance histórico tradicional, conforme as formulações teóricas de Lukács, teria se originado no século XIX com as obras de Walter Scott e teria como característica principal a construção de uma narrativa que desse conta de trazer ao leitor uma perspectiva histórica, ou seja, a partir de protagonistas e personagens representativos de uma determinada sociedade – os chamados tipos sociais – deveria ser possível compreender o “espírito” de uma determinada época.

No que tange às figuras históricas propriamente ditas, no romance histórico tradicional, elas deveriam ser – preferencialmente, mas não exclusivamente – personagens secundárias até que a narrativa atingisse um ponto em que suas presenças fossem necessárias em algum evento de grande importância e, nesse momento, tais personagens se manifestariam em toda sua grandiosidade, não como vultos individuais, mas como representantes legítimos de toda uma cadeia de ideias ou da vontade de um determinado povo. Os grandes heróis do passado, para Lukács, quando representados literariamente, deveriam encarnar o espírito de suas épocas, pois a história não poder ser construída individualmente.

Linda Hutcheon, por sua vez, ao elaborar a ideia de metaficação historiográfica, não procura dar ao leitor uma fórmula pronta, mas acaba por defini-la por aquilo que ela não é. Ainda assim, é possível encontrar alguns elementos comuns a esse tipo de narrativa, sendo que o primeiro deles é a postura de contestação ao referente

histórico, que passa a ser tratado não mais como o relato da verdade, mas como uma narrativa construída pelo historiador, perfeitamente passível de questionamento, inclusive pela arte literária.

A segunda das características fundamentais da metaficação historiográfica é a de dar voz aos grupos sociais tradicionalmente excluídos do discurso histórico, tais como as mulheres, por exemplo. Nesse sentido existe uma aproximação bastante forte com o pensamento da Nova História de Jacques LeGoff.

No que diz respeito às representações literárias de personagens históricas, Hutcheon defende que elas devem figurar nas narrativas não apenas em seus momentos de glória, mas – e especialmente – em seus momentos mais íntimos e cotidianos, em um processo de desconstrução da mitificação que, muitas vezes, é realizada sobre essas personagens, que, segundo a autora, devem inclusive aparecer como protagonistas das obras de metaficação historiográfica.

Tendo revisitado de forma breve algumas das ideias fundamentais do romance histórico tradicional e da metaficação historiográfica, podemos retomar nosso percurso de análise, a fim de oferecer uma resposta aos questionamentos iniciais, e verificar o mérito da hipótese que levantamos. Para isso, escolhemos quatro dos mais relevantes episódios da Revolução Farroupilha para direcionar nosso olhar de forma mais detalhada.

O quinto capítulo da tese – e o primeiro de análise de obras e episódios históricos propriamente ditos – debruçou-se sobre a Tomada de Porto Alegre, ocorrida em 20 de setembro de 1835, dando início aos quase 10 anos da Guerra dos Farrapos.

Na obra *O gaúcho*, de José de Alencar, o episódio é narrado por uma personagem ficcional, que teria estado presente no evento ao lado do protagonista da obra – Manuel Canho – e do próprio Bento Gonçalves da Silva, líder máximo da Revolução. Tanto a descrição do episódio da tomada da capital gaúcha quanto as ações do então coronel são descritas de forma que aproximam o texto de Alencar de um romance histórico tradicional, com a grande figura histórica do episódio sendo figurante até a chegada do momento decisivo, quando atua de forma grandiosa.

Os amores de Canabarro, de Othelo Rosa, não trazem para o leitor uma descrição detalhada do episódio da tomada de Porto Alegre, mas existem no texto referências importantes ao episódio, nas quais os líderes revolucionários do 20 de setembro são chamados de geração de gigantes e classificados como homens de

valor e coragem incomparáveis, o que também aproxima a narrativa de Rosas do romance histórico tradicional no que concerne ao episódio da tomada de Porto Alegre.

Em *Os varões assinalados*, de autoria de Tabajara Ruas, os limites começam a se confundir, uma vez que o episódio da Tomada de Porto Alegre pelas tropas revolucionárias possui uma dupla aproximação, ou seja, tanto o combate da Ponte da Azenha, que antecede a entrada das tropas revolucionárias na capital gaúcha, quanto a entrada dos farroupilhas propriamente dita são descritas de forma épica, com uma narrativa que destaca os combates e os feitos dos homens e seus líderes.

Mas, por outro lado, em vez de apresentar a população porto alegrense recebendo os farroupilhas com vivas e glórias, o ambiente que reina na cidade é de medo e incerteza, o que quebra a atmosfera heroica, e também aproxima a narrativa do episódio da metaficação historiográfica.

No caso de *A casa das sete mulheres*, no que tange ao episódio da tomada de Porto Alegre, a aproximação mais nítida que se faz é com as formulações teóricas da metaficação historiográfica, uma vez que não são apresentadas textualmente as cenas de combate, e a postura dos moradores da capital gaúcha em relação aos farroupilhas é igualmente de desconfiança e incerteza, tal como vimos com Ruas.

Além disso, como ocorre na maior parte do tempo, já que essa é a proposta da autora, somos informados do episódio não de forma direta, mas através de uma carta ficcional, enviada por Bento Gonçalves para sua esposa, na qual ele dá notícias dos acontecimentos, bem como da saúde dos familiares, e pede orações.

O segundo episódio histórico sobre o qual nos debruçamos foi o da Proclamação da República Rio-Grandense, proclamada em 11 de setembro de 1835, e que determinou a separação entre o Império do Brasil e a província do Rio Grande do Sul. Acerca desse episódio não foram dadas pelo autor de *O gaúcho* informações suficientes para que possamos inferir qualquer aproximação com o romance histórico tradicional ou com a metaficação historiográfica.

Em *Os amores de Canabarro*, igualmente não existe uma descrição detalhada do episódio da Proclamação da República Rio-Grandense, mas novamente há referências a ela e ao seu proclamador com palavras de honra e elogiosas, a quem a característica de ser sempre desconfiado é destacada pelo autor como um elogio, o que novamente aproxima o texto de Rosas do romance histórico tradicional.

Uma vez mais, em *Os varões assinalados*, encontramos uma dupla aproximação – com o romance histórico tradicional, e com a metaficção historiográfica –, uma vez que o ato da proclamação de Netto é descrito da forma mais gloriosa possível, com cores épicas e uma narrativa que faz lembrar as epopeias clássicas. O processo anterior à tomada de decisão, entretanto, mostra o líder farrapo com dúvidas, refletindo sobre o assunto, pensando na opinião de Bento Gonçalves e nas consequências de tal passo.

Além disso, a Batalha do Seival – travada e vencida pelas tropas farroupilhas no dia imediatamente anterior ao da Proclamação da República Rio-Grandense – é descrita também com uma dupla aproximação: com aspectos épicos, de bravura e valentia; mas sob o ponto de vista de um soldado que enfrentava seu primeiro combate, e que não pôde deixar de voltar seu olhar também para a violência e a brutalidade de um confronto de tal magnitude.

Também em *A casa das sete mulheres* observamos aproximações tanto com o romance histórico tradicional quanto com a metaficção historiográfica, uma vez que o episódio da Proclamação da República Rio-Grandense é narrado com cores épicas, como ocorre no romance de Ruas – embora com pequenas informações que destoam desse tom – mas, ao mesmo tempo, há a presença de uma carta de Bento Gonçalves à irmã, na qual ele revela suas preocupações e temores em relação às consequências que tal atitude de Netto poderiam ter, e até mesmo se ele – Bento Gonçalves – estaria pronto para honrar o posto de Presidente da República Rio-Grandense que lhe fora atribuído.

No sétimo capítulo da tese, direcionamos nossa atenção não a um episódio histórico específico, mas a todo um período da Revolução Farroupilha, que é seu desdobramento na província vizinha de Santa Catarina, conhecido como República Juliana, com duração aproximada de apenas três meses.

Para melhor estudar esse período, subdividimos o capítulo em três eventos específicos, que são a travessia dos lanchões farrapos por um trecho de aproximadamente 80 quilômetros de terra; a invasão e conquista de Laguna; e a batalha naval que culminou com a retirada das tropas republicanas da pequena cidade catarinense. Para nenhum desses casos, infelizmente, temos nenhum tipo de informação em *O gaúcho* ou em *Os amores de Canabarro*.

No episódio da travessia dos lanchões, em *Os varões assinalados* encontramos uma aproximação muito intensa com o romance histórico tradicional, uma vez que o maior destaque é dado ao trabalho dos homens de Garibaldi, com seu idealismo e determinação para cumprir a difícil missão, enquanto o próprio corsário italiano encarna perfeitamente a ideia trazida por Lukács de uma personagem histórica como representante do espírito de sua época, já que ele não apenas lidera seus comandados, mas assume papel determinante no episódio.

Já em *A casa das sete mulheres*, encontramos aproximações tanto com o romance histórico tradicional quanto com a metaficação historiográfica, posto que na descrição do episódio são focalizados não os aspectos gloriosos da travessia – ainda que estejam presentes –, mas as grandes dificuldades encontradas por Garibaldi e seus homens, o que aproxima o texto da metaficação historiográfica. Entretanto, ao mesmo tempo, o tratamento dado à figura do corsário italiano se aproxima de forma contundente do romance histórico tradicional, visto serem suas atitudes mais corajosas e heroicas que recebem maior atenção da autora nesse episódio.

Para o estudo do episódio da Invasão de Laguna, além das obras do *corpora*, trouxemos também um segundo texto de Letícia Wierzchowski, intitulado *Travessia*, cuja publicação datada de 2017 encerra uma trilogia da autora, iniciada com *A casa das sete mulheres*, e que tem como livro intermediário *Um farol no pampa*. Esse acréscimo foi feito devido ao fato de – em decorrência dos diferentes focos narrativos das duas obras – a segunda trazer informações mais detalhadas dos acontecimentos da República Juliana, com a voz em primeira pessoa de Anita Garibaldi.

Nesse episódio da Invasão de Laguna, tanto *A casa das sete mulheres* quanto *Travessia*, e também *Os varões assinalados*, aproximam-se da narrativa do romance histórico tradicional, uma vez que as cores escolhidas para as três narrativas destacam as valorosas ações dos republicanos, que são recebidos como heróis e libertadores pelo povo lagunense após vencer a batalha naval que permitiu a eles alcançar a pequena vila.

É durante esse episódio também que as narrativas de Wierzchowski e Ruas apresentam o primeiro encontro entre Anita e Giuseppe Garibaldi e, na narrativa desse encontro, se aproximam da metaficação historiográfica, uma vez que, tanto em *Os varões assinalados* quanto em *A casa das sete mulheres*, não encontramos apenas a descrição da personagem como a grande heroína que viria a ser, mas também o

registro do escândalo que a união do casal – um corsário estrangeiro com uma mulher casada – teria causado entre a pequena população de Laguna.

O último episódio histórico da República Juliana que estudamos no sétimo capítulo foi o da Retirada de Laguna, que tem como protagonistas, por assim dizer, tanto Giuseppe e Anita Garibaldi quanto o General Davi Canabarro, além de uma confluência quase que total entre as narrativas de Tabajara Ruas e Letícia Wierzchowski.

A primeira coisa a se dizer é que nas três narrativas – *Os varões assinalados*, *A casa das sete mulheres* e *Travessia* – encontramos, tanto na descrição dos eventos propriamente ditos quanto na das ações do casal Anita e Giuseppe Garibaldi, novamente, uma dupla aproximação com as formulações teóricas do romance histórico de Lukács e com as da metaficação historiográfica de Linda Hutcheon. Isso porque a batalha naval ocorrida na barra de Laguna é apresentada de forma épica, com as duas personagens históricas figurando como heróis, lutando por um ideal, procurando salvar equipamentos e resgatar feridos, e incorporando, até o último momento do combate, o espírito da República Juliana pela qual lutavam.

Por outro lado, mesmo que as cenas sejam descritas dessa forma gloriosa, nenhum dos dois autores se furta a apresentar textualmente os horrores de uma luta tão encarniçada, bem como o desespero e o medo das personagens, mesmo as históricas, como ocorre por exemplo com a reação de Garibaldi ao ver que Anita não havia ficado em terra, mas voltado para os navios republicanos para combater a seu lado.

No que diz respeito a Davi Canabarro, novamente as três obras convergem suas narrativas e se aproximam da metaficação historiográfica, uma vez que não deixam de ser denunciados os desmandos e atrocidades cometidos pelo general farrapo, seja pessoalmente, seja com ordens suas ou sob seu nome, como o assassinato do padre Vilela, por exemplo, o que não deixa de ser um movimento no sentido de desconstruir a aura mítica de Canabarro.

O oitavo – e último – capítulo dedicou-se à análise das narrativas acerca da assinatura do Tratado de Paz de Ponche Verde que, em 28 de fevereiro de 1845, encerrou as Guerra dos Farrapos de forma honrosa para os republicanos. É exatamente assim que o episódio nos é apresentado em *Os amores de Canabarro*, como uma espécie de vitória do povo Rio-Grandense. A narrativa de Rosa, contudo,

foca sobretudo no documento em si, e não nas personagens históricas ao seu redor – a que maior destaque recebe é Antônio Vicente da Fontoura, em sua viagem diplomática ao Rio de Janeiro –, o que afasta seu texto tanto do romance histórico tradicional quanto da metaficação historiográfica, parecendo aproximá-lo de um construto teórico positivista, em que os documentos escritos são os que recebem maior destaque.

Em *Os varões assinalados*, por outro lado, encontramos uma narrativa que parece encarnar quase que literalmente a ideia de Hutcheon, segundo a qual a metaficação historiográfica deve trazer o referente histórico para seus textos, mas apenas com o objetivo de colocá-lo em xeque no exato momento em que o faz.

É o que observamos na obra de Ruas no que tange à Paz de Ponche Verde: enquanto o referente histórico e a esmagadora maioria das personagens históricas presentes na obra olham para o tratado de paz como uma espécie de vitória dos farrapos, com termos honrosos para os revolucionários, o General Antônio de Souza Netto cumpre o papel de questionar esse discurso, apontando que, embora honroso, o tratado de Ponche Verde não deixa de ser uma espécie de rendição, e que o final da Revolução Farroupilha – mesmo que os republicanos tenham sido respeitados, seu valor reconhecido e sua honra deixada intacta – foi, na verdade, uma derrota da República Rio-Grandense.

Exatamente pelo mesmo caminho segue *A casa das sete mulheres*, na qual as palavras escolhidas pela autora para descrever o episódio são melancólicas, assim como a descrição das personagens históricas presentes na assinatura do tratado, e mesmo as que não estiveram presentes, como quando Manuela, de volta à sua residência em Pelotas, observa que – mesmo havendo grande alegria no Rio Grande pelo fim do conflito – as cidades e as pessoas, e mesmo partes da sua própria casa, estão cheias de feridas e cicatrizes. Essas características da narrativa aproximam o texto de Wierzchowski das formulações de Hutcheon acerca da metaficação historiográfica, posto que *A casa das sete mulheres* – valendo-se de recursos diferentes dos vistos no livro de Ruas – também coloca em xeque a noção de que o término do conflito tenha sido uma vitória dos republicanos, e não hesita em apresentar o episódio da Paz de Ponche Verde como uma derrota para os revolucionários, ainda que uma derrota honrosa.

Tendo revisitado os capítulos da tese, e em especial os quatro em que foram feitas as análises literárias que nos propusemos realizar, podemos agora, finalmente, partir para o último passo da pesquisa, que será o de verificar se a nossa hipótese encontra sustentação nas análises realizadas nas obras literárias selecionadas.

Para facilitar a verificação de nossa hipótese, construímos uma tabela em que procuramos sistematizar – episódio por episódio histórico – onde ocorrem, nas obras estudadas, as aproximações com o romance histórico tradicional de Lukács, e onde ocorrem aproximações com a metaficação historiográfica de Linda Hutcheon.

Tabela 1 – Aproximações do *corpora* com o romance histórico tradicional e com a metaficação historiográfica

APROXIMAÇÕES COM O ROMANCE HISTÓRICO TRADICIONAL E COM A METAFICÇÃO HISTORIOGRÁFICA NAS OBRAS ESTUDADAS			OBRAS LITERÁRIAS			
			O Gaúcho	Os Amores de Canabarro	Os Varões Assinalados	A Casa das Sete Mulheres
E P I S Ó D I O S H I S T Ó R I C O S	Tomada de Porto Alegre	Romance Histórico	Sim	Sim	Sim	Não
		Metaficação Historiográfica	Não	Não	Sim	Sim
	Proclamação da República Rio-Grandense	Romance Histórico	X	Sim	Sim	Sim
		Metaficação Historiográfica	X	Não	Sim	Sim
	República Juliana	Romance Histórico	X	X	Sim	Sim
		Metaficação Historiográfica	X	X	Não	Sim
		Romance Histórico	X	X	Sim	Sim
		Metaficação Historiográfica	X	X	Sim	Sim
	Retirada de Laguna	Romance Histórico	X	X	Sim	Sim
		Metaficação Historiográfica	X	X	Sim	Sim
	Paz de Ponche Verde	Romance Histórico	X	Não	Não	Não
		Metaficação Historiográfica	X	Não	Sim	Sim

Fonte: Elaborada pelo autor (2022)

Antes de apresentar nossas conclusões de forma direta, consideramos importante destacar que as aproximações apresentadas na tabela são dadas a partir da observação e análises realizadas ao longo da pesquisa, e não dadas pelos seus autores, que poderiam ter em mente ou não – essa informação é irrelevante para nosso trabalho, uma vez que ele é focado nas obras literárias, e não no processo criativo dos seus autores, ainda que essa seja uma abordagem igualmente válida e interessante – os dois construtos teóricos que utilizamos como base para a investigação.

Como podemos ver claramente a partir da tabela, não parece existir nenhum tipo de regra ou tendência universal na composição das obras de ficção histórica nacionais – acerca da Revolução Farroupilha – que nos permita estabelecer um limite fixo entre o romance histórico tradicional e a metaficação historiográfica, o que confirma a primeira parte de nossa hipótese, uma vez que encontramos em praticamente todas as obras estudadas momentos de aproximação com um ou outro construto teórico sem que a qualidade da obra seja perdida.

Quanto à segunda parte da hipótese – segundo a qual os limites entre um construto teórico e outro vão se tornando cada vez mais difusos conforme nos aproximamos da contemporaneidade –, observamos que ela se sustenta de forma bastante contundente no que tange aos textos de Tabajara Ruas e de Letícia Wierzchowski, uma vez que são raros os momentos em que *Os varões assinalados* e *A casa das sete mulheres* apresentam características apenas do romance histórico tradicional ou apenas da metaficação historiográfica, sendo que a “regra” parece ser exatamente o oposto, com as duas narrativas possuindo uma dupla aproximação na esmagadora maioria dos episódios estudados.

Assim sendo, após exaustiva investigação, consideramos que as perguntas norteadoras de nosso trabalho puderam ser respondidas satisfatoriamente e que a nossa hipótese de pesquisa pôde encontrar suficiente base de sustentação nas análises literárias realizadas, o que nos permite – no que tange às obras selecionadas e às produções literárias acerca da Revolução Farroupilha – *confirmar nossa hipótese de forma integral*.

REFERÊNCIAS

ABREU, Denise Borille de Abreu. Alinhavando nós: considerações sobre o simbólico na escrita feminina do trauma de guerra em *A casa das sete mulheres*, de Letícia Wierzchowski. **Literatura e autoritarismo**. Santa Maria, n. 25, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/18661>. Acesso em: 4 maio 2022.

ALENCAR, José de. **O gaúcho**. Vol. I. Rio de Janeiro: Garnier, 1870a.

ALENCAR, José de. **O gaúcho**. Vol. II. Rio de Janeiro: Garnier, 1870b.

ALMEIDA, Jerri Roberto. **Heróis de papel**. As representações sobre a Revolução Farroupilha na Literatura. Porto Alegre: Alcance, 2007.

ÁLVARES, Ana Cristina Oliveira (Resp. téc.). **A Revolução Farroupilha**. História documental para a juventude. Porto Alegre: Comissão executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha; Subcomissão de publicações e concursos, 1985.

AMORIM, Marília. Memória do objeto – uma transposição bakhtiniana e algumas questões para a educação. **Bakhtiniana**, São Paulo, v.1, n.1, p. 8-22, 2009.

ANDERSON, Perry. Trajetos de uma forma literária. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 77, p. 205-220, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/XRts7vvR3XZ6xb8KygWqtDn/?lang=pt>. Acesso em: 4 maio 2022.

ARARIPE, Tristão de Alencar. **Guerra civil no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Comissão executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha; Subcomissão de publicações e concursos, 1986. Edição Fac-Símile.

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Paulo Pinheiro. São Paulo: 34, 2017.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**. Vol. 6. Porto Alegre, 1983.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**. Vol. 7. Porto Alegre, 1983.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva**. 1835/1845. Porto Alegre: Comissão executiva do Sesquicentenário da Revolução farroupilha; Subcomissão de publicações e concursos, 1985.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Inventário da Coleção Ferreira Rodrigues**. Porto Alegre: Comissão executiva do Sesquicentenário da Revolução farroupilha; Subcomissão de publicações e concursos, 1985.

- ASSIS, Gabriella Lima de. Hayden White entre a história e a literatura. **Albuquerque**, Campo Grande, v. 4, n. 8, p. 131-151, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/4015>. Acesso em: 4 maio 2022.
- BALZAC, Honoré de. **A comédia humana**. Vol. I. Tradução de Vidal de Oliveira. São Paulo: Globo, 2012.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**. A teoria do romance. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini, José Pereira Júnior, Augusto Góes Júnior, Helena Spryndis Nazário, Homero Freitas de Andrade. São Paulo: UNESP, 1993.
- BASTOS, Alcmeno. **Introdução ao romance histórico**. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. O novo romance histórico brasileiro. **Via atlântica**, São Paulo, n. 4, p. 168-176, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/49611>. Acesso em: 4 maio 2022.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Paulo Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2016. (Obras escolhidas, v. 1).
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRAIT, Beth. **A Personagem**. São Paulo: Contexto, 2017.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 2011.
- CAMÕES, Luis de. **Os lusíadas**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Pensamento, 2007.
- CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: CANDIDO, Antonio; GOMES, Paulo Emílio Salles; PRADO, Décio de Almeida; ROSENFELD, Anatol. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- CARLYLE, Thomas. **Os heróis**. Tradução de Antônio Ruas. São Paulo: Melhoramentos, s/d.
- COSTA, Cibele Hechel Colares da; PIVA, Mairim Linck. Novas perspectivas do romance histórico: uma leitura de *A prole do corvo*, de Luiz Antonio de Assis Brasil. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 133-149, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/22186>. Acesso em: 4 maio 2022.

DERETTI, Tarcísio. Apresentação. In: OLIVEIRA, Saturnino de Souza e. **Bosquejo histórico e documentado e negócios do Rio Grande**. Porto Alegre: Comissão executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha; Subcomissão de publicações e concursos, 1986. Edição Fac-Símile.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Global, 1985.

ESTEVES, Antonio. Considerações sobre o romance histórico (no Brasil, no limiar do século XXI). **Revista de Literatura, História e Memória**, Cascavel, v. 4, n. 4, p. 53-66, 2008. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/rilm/article/view/1202>. Acesso em: 4 maio 2022.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. **História da Revolução Farroupilha**. Caxias do Sul: EDUCS, 1985.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Tradução de Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Presença, 1989.

FOLEY, Barbara. **Telling the truth**. The theory and practice of documentary fiction. Londres: Cronell University Press, 1986.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Verdade e memória do passado. In: GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

GOBBI, Márcia Valéria Zamboni. Relações entre ficção e história: uma breve revisão teórica. **Itinerários**, Araraquara, n. 22, p. 37-57, 2004. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/2736>. Acesso em: 4 maio 2022.

GONCOURT, Edmond de. GONCOURT, Jules de. **Germinie Lacerteux**. Belenus, 2009.

GUEDES, Paulo Sérgio Rosa. Orelha. In: ROSA, Othelo. **Os amores de Canabarro**. Porto Alegre: Movimento, 2006.

GUIMARÃES, Josué. **Amor de perdição**. Porto Alegre: L&PM, 1996.

HARTMANN, Ivar. **Aspectos da Guerra dos Farrapos**. Nova Hamburgo: Feevale, 2002.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Cursos de estética**. Vol. IV. Tradução de Marco Aurélio Werle e Oliver Tolle. São Paulo: EDUSP, 2004.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**. Tradução de Ricardo Cruz Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LE GOFF. Jacques. **A história nova**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LEVI, Primo. The drowned and the saved. Tradução para o inglês de Michael F. More. In: LEVI, Primo. **The complete works of Primo Levi**. New York: Liveright Publishing Corporation, 2015.

LUKÁCS, György. **O romance histórico**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MANZONI, Alessandro. **Sobre o romance histórico e, em geral, sobre obras que mesclam história e invenção**. Tradução de Tiago Tresoldi. Porto Alegre: Tiago Tresoldi, 2012.

MARX, Karl. **O capital**. Edição resumida por Julian Borchardt. Tradução de Ronaldo Alves Schmidt. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

MARTINS, Kelly Renata Santos. A história (re)contada em *Um farol no pampa*, de Letícia Wierschowski. **Revista de literatura, história e memória**, Cascavel, v. 4, n. 4, p. 127-138, 2008. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/rlhm/article/view/1208>. Acesso em: 4 maio 2022.

MELO, Eduardo Silveira Cabral de. **O gaúcho, de José de Alencar, e A perseguição e cerco a Juvencio Gutierrez, de Tabajara Ruas. 2008**. 190f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/1863>. Acesso em: 5 maio 2022.

MENEGAT, Carla; ZALLA, Jocelito. História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. **Revista brasileira de história**, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 49-70, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/xxQSzmDf7tjfMc67ZN7xsSx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 maio 2022.

MOISÉS, Massaud. **Guia prático de análise literária**. São Paulo: Cultrix, 1952.

ORTIGOZA, Larissa Ferreira Rachel. O regional, o universal e a utilização de arquétipos na construção de Ana Terra e do capitão Rodrigo Cambará. **Macabéa**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 159-172, 2018. Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MacREN/article/view/1733>. Acesso em: 5 maio 2022.

PEREIRA, Henrique Carvalho. O conceito de ficção em Hayden White e sua validade para os debates em história e literatura. **Humanidades em diálogo**, São Paulo, v. 8, p. 93-107, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/140540>. Acesso em: 5 maio 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução farroupilha.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy . Farrapos com a faca na bota. In: **A história do Brasil para ocupados.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

RAMOS, Hilário Correia. **Tempo e acontecimento: A história social e o pensamento de Jacques Rancière.** Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História. Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível.** Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: 34, 2005.

ROSA, Othelo. **Os amores de Canabarro.** Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933.

ROSENFELD, Anatol. Literatura e personagem. In: CANDIDO, Antonio; GOMES, Paulo Emílio Salles; PRADO, Décio de Almeida; ROSENFELD, Anatol. **A personagem de ficção.** São Paulo: Perspectiva, 2000.

RUAS, Tabajara. **Os varões assinalados.** Porto Alegre: L&PM, 1985.

RUAS, Tabajara. **Os varões assinalados.** Rio de Janeiro: Record, 2010.

RUAS, Tabajara. [Entrevista concedida a Evandro Fantoni Rodrigues Alves]. Florianópolis, 28 de Janeiro de 2022.

SCHEIDT, Eduardo. O processo de construção da memória da Revolução Farroupilha. **Revista de história**, São Paulo, n. 147, p. 189-209, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18947>. Acesso em: 5 maio 2022.

SCHMITT, Anderson Marcelo. Guerra dos Farrapos (1835-1845): entre o fato histórico e suas apropriações. **Esboços**, Florianópolis, v. 25, n. 40, p. 358-377, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2018v25n40p358>. Acesso em: 5 maio 2022.

SEGOLIN, Fernando. **Personagem e Anti-Personagem.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** São Paulo: Contexto, 2008.

SPALDING, Walter. **A Revolução Farroupilha.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

SUMIYA, Cleia da Rocha. O romance histórico no Brasil: um breve panorama da produção ficcional. **Letrônica**, Porto Alegre, v .9, n. 1, p. 150-164, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/22049>. Acesso em: 5 maio 2022.

VERÍSSIMO, Érico. **Um certo capitão Rodrigo**. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UnB, 1998.

WEINHARDT, Marilene. **Ficção histórica e regionalismo**. Estudo sobre romances do Sul. Curitiba: UFPR, 2004.

WEINHARDT, Marilene. A memória ficcionalizada em *Heranças e Leite derramado: rastros, apagamentos e negociações*. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 31, p. 245-264, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/22608>. Acesso em: 5 maio 2022.

WHITE, Hayden. **Tropics of discourse: essays in cultural criticism**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1985.

WHITE, Hayden. **Meta-História**. A imaginação histórica do século XIX. Tradução de José Laurêncio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1992.

WIERZCHOWSKI, Letícia. **A casa das sete mulheres**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

WIERZCHOWSKI, Letícia. **Travessia**. A história de amor de Anita e Giuseppe Garibaldi. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

WIERZCHOWSKI, Letícia. [Entrevista concedida a Evandro Fantoni Rodrigues Alves]. Porto Alegre, 19 de Setembro de 2021.

WIERZCHOWSKI, Letícia. [Entrevista concedida a Evandro Fantoni Rodrigues Alves]. Porto Alegre, 13 de Abril de 2022.

**PARTE III
ANEXOS**

Anexo I – Documentos Históricos

Ao longo do processo de análise das obras literárias uma série de documentos históricos foi apresentada textualmente – seja na forma de reprodução, seja na forma de menções dos autores – tanto nas fontes literárias quanto nas fontes historiográficas.

Ainda que não tenha sido o foco da pesquisa, direcionada à produção literária acerca da Revolução Farroupilha, considerei interessante e enriquecedor consultar – nos Arquivos Públicos de Porto Alegre, e de Laguna – essas fontes históricas, e por isso decidi, como primeiro anexo, trazer também as reproduções desses mesmos documentos, seguidos de suas respectivas transcrições, quando necessário.

Evidentemente, por se tratar de uma pesquisa que versa sobre as reproduções literárias de um episódio histórico, a quantidade de documentos presentes nas fontes historiográficas utilizadas é bastante significativa, e trazê-los todos como anexos tomaria um espaço bastante considerável, além de fugir da proposta da presente tese. Assim sendo, para esse anexo são trazidas apenas as fontes históricas citadas direta ou indiretamente nas obras literárias estudadas.

Por direta ou indiretamente quer dizer que em alguns casos o documento histórico apresentado é citado textualmente no corpo da narrativa literária, como a Proclamação da República Rio-Grandense, e em outros o documento é apenas mencionado, porém com importância o suficiente para trazê-lo também nesse espaço, como a Ata de Declaração de Independência de Santa Catarina, que fez nascer a efêmera República Juliana.

Para fins de organização, os documentos citados nas obras literárias acerca da Revolução Farroupilha serão apresentados na ordem cronológica dos acontecimentos, e não na ordem em que aparecem na tese. Também é trazida – antecedendo a reprodução dos documentos em si – uma tabela onde constará a lista dos documentos reproduzidos, com os seus respectivos conteúdos, sua localização atual – com respectivo número de inventário – e o local de publicação da transcrição utilizada no presente trabalho.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS		
Conteúdo do Documento	Localização	Transcrição
Manifesto de Bento Gonçalves da Silva para o povo de Porto Alegre. 25 de setembro de 1835	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (CV-8592)	Publicação original
Proclamação da República Rio-Grandense. Ordem do dia 11 de setembro de 1836 (Publicação no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro. 28 de dezembro de 1836)	Biblioteca Nacional (00282 [1-4])	Publicação original
Ata da Câmara Municipal de Jaguarão, reconhecendo a República Rio-Grandense e indicando Bento Gonçalves como Presidente. 20 de setembro de 1836.(Publicação Typographya Republicana Rio-Grandense, 1838)	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (CV-3209)	Publicação original
Ata da Câmara Municipal de Piratini, elegendo Bento Gonçalves como Presidente. 6 de novembro de 1836. (Publicação Typographya Republicana Rio-Grandense, 1838)	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (CV-3215)	Publicação original
Ata de Declaração de Independência da Província de Santa Catarina, proclamando a República Juliana. 25 de julho de 1839	Museu Histórico Anita Garibaldi	Anexa ao Documento Original (<i>Coisas Velhas</i> , de Saul Ulyssea. 1946, p. 68)
Carta de Bento Gonçalves a Onofre Pires. 26 de fevereiro de 1844 (cópia)	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (CV-8568)	Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva, p. 245
Resposta de Onofre Pires a Bento Gonçalves. 27 de fevereiro de 1844 (cópia)	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (CV-8573)	Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva, p. 252-253
Carta de Bento Gonçalves ao Barão de Caxias. 13 de outubro de 1844 (cópia)	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (CV-8569)	Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva, p. 246
Carta de Bento Gonçalves da Silva a Davi Canabarro acerca do Tratado de Paz. 22 de Fevereiro de 1845. (Publicada no Jornal do Commercio de Porto Alegre de abril de 1901).	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AP.FR-35.50)	Publicação Original
Artigos do Tratado de Paz de Ponche Verde. 25 de fevereiro de 1845. (cópia)	Arquivos Histórico do Rio Grande do Sul (AP.FR-40.47)	Realizada por Evandro F. R. Alves
Proclamação de Davi Canabarro sobre o Tratado de Paz de Ponche Verde. 28 de fevereiro de 1845. (cópia)	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (CV-3528)	Anais do Arquivo Historico do Rio Grande do Sul. (Vol. 6, p. 293)
Proclamação do Barão de Caxias sobre o Tratado de Paz de Ponche Verde. 01 de março de 1845. (cópia)	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (CV-3847)	Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. (Vol. 7, p. 50)

Manifesto de Bento Gonçalves da Silva para o povo de Porto Alegre. 25 de setembro de 1835

MANIFESTO.

8592

COMPATRIOTAS! O amor á ordem, e á liberdade a que me consagrei desde minha infância, me arrancarão do goso do prazer da vida privada para correr comovido á salvação de nossa querida Patria. Vi a arbitriadade entronizada, e não pude ser por mais tempo surdo a vossos justos clamores; pedisteis a cooperação do meu braço, e dos bravos que me acompanham, e voei á Capital a sim de ajudar-vos a sacudir o jugo, que com a mão de um inepto administrador vos tinha imposto uma facção retrograda e anti-Nacional. Compatriotas! vossos votos, e vossas justas exigencias já estão satisfeitas. Caducou aquella autoridade cujo manto cobria os atentados de homens perversos, que tem conduzido esta Benemerita Província á borda do precipício. Corresteis ás armas depois de haver esgotado todos os meios, que a prudencia e o amor á ordem vos suggeria, não para destruir, mas sim para consolidar a sagrada Constituição que juramos; não para vingar-vos dos ultrages, que dia riamente vos fasião os corifeos de um partido anti-Nacional, mas sim para garantir as Liberdades Patrias de seus ataques, tanto mais terríveis, por isso que erão exercidos á sombra da Carta Constitucional; corresteis emfim ás armas para sustentar em sua pureza os princípios políticos, que nos conduzirão ao sempre Memorável SETE D'ABRIL, Diaglorioso de nossa Regeneração, e total independencia. O resultado de vossa nobre empresa não podia ser duvidoso, pois que ella era reclamada pela justiça, e pela opinião, esta Rainha do Universo, cujo poder é irresistivel: triumphastes, Brasileiros Livres, e com vossa decisão, e vosso triunfo destes uma prova de que sois dignos dos benefícios da Liberdade, patenteastes os nobres sentimentos de Nacionalidade, que inflamão vossos peitos, comprovastes emíni, que vossa fronte jámisse dobrará ao pesado jugo da arbitriadade. Esses motivos, e estes sentimentos, que comovem partilhão todos os corações verdadeiramente Brasileiros, justificrão vossa conducta aos olhos dos mais rígidos censores dos movimentos populares. Apresuremo-nos pôis a manifestar aos nossos Irmãos Habitantes das mais Províncias da união Brasileira, os fundamentos das nossas queixas, e dos nossos temores. Couheça o Brasil, que o Dia VINTE DE SETEMBRO DE 1835 foi a consequencia inevitável de uma má, e odiosa administração; e que não tiveram outro objecto, e não nos propusemos outro fim, que restaurar o Imperio da Lei, afastando de nós um Administrador inepto e faccioso sustentando o Throno Constitucional do nosso Joven Monarca e a Integridade do Imperio. Sim, Compatriotas, devemos ao Brasil, que neste momento tem seus olhos fitos em nós, esta manifestação tanto mais sincera e prompta, quanto maior é o dever em que nos achamos de desvanecer os temores com que nossos inimigos o quiserão alarmar, accusando-nos de sustentar vistos de desunião e republica. Desgraçadamen-

te nesta Província, como nas demais do Imperio existe nafacção retrograda adversa por principios, e interesses á nova ordem de coisas, e inimiga implacável de todos aqueles que professão decidido amor ás Liberdades Patrias. Apoiado este partido anti-Nacional pelo Marechal Barreto, cuja ambição desmedida, e principios impopulares são assas conhecidos, deixou sentir sua fatal influencia em todas as Presidencias anteriores a do Sr. Braga; mas nunca ousou mostrar-se tão descaradamente como neste ultimo período. Burladas foram as esperanças dos amigos de nossa Patria, que regozjavão-se de ver pela primeira vez um filho seu elevado á primeira Dignidade da Província.

Quantos bens devião esperar-se! quantos males previdos! mas uma triste fatalidade quiz o contrário.

A iniquidão que desde logo mostrou para tão elevado cargo, e a versatilidade de caracter do Sr. Braga favorecerão os designios dos perversos, que nelle acharão o instrumento desencor contra os livres; e no poder ápexo à Presidencia, o meio de saciar suas ignobres vinganças. Ninguem ignora os successos da noite de 24 de Outubro do anno p. p., e dos dias consecutivos, nãogrem ignorá como o partido anti-Nacional armando braços mercenários, e estrangeiros ocupou militarmente o Tren de Guerra da Capital, e ameaçou com apparatus belicosos Cidadãos pacíficos, que festejavão em aquela noite com cantos Patrióticos as salutares reformas do nosso Pacto Social: o costume autorizava o festejo, a ordem presidia os passos de um Povo, que se entregava ao prazer, e marchavão na sua frente os Juizes de Paz dos Districtos, que percorriam porém apesar disso pouco faltou para que o estrondo do canhão, e o grito da morte não sucedesse aos sons festivos, e à expressão da Nacionalidade satisfeita. Aquelas ameaças, aquelle armamento desusado, não foi quicô o primeiro insulto committedo contra a nossa Nacionalidade? Não merecia um prompto, e exemplar castigo? Não poderia executar o braço poderoso de um Povo irritado? Podia sim; mas não o quisera os Patriotas, amigos da ordem; suffocarão em seus peitos os justos ressentimentos; esperarão providências e justiça da sua primeira Autoridade. Vão esperanças! Enquanto o vulcão das paixões ameaçava abrásar a Capital, que fazia o Sr. Braga? Embreagava-se, com irragia odiosos, embrijava-se de prazer na Cidade do Rio Grande entre festins, e banquetes, deixando naquellas espinhosas circunstancias o timão do Estado, entregue ao capricho de seu irmão o Sr. Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, jovem turbulento, e faccioso, e o bissudo que dirigia, e dava impulso ao partido, que naquelle momento atterrisava a Capital. As notícias sempre mais atterradoras, que deste ponto recebia, parecerão dispersá-lo por um instante do seu lethargo; chagou-me então, e em nome

de revelar-lhe uma conspiração, cujo fim era desmembrar-a da grande família Brasileira, e acusar como autores de tão nefando projecto aos mais conspicuos defensores das Liberdades Patrias, a aquelles que em todos os tempos valerosamente exposeraõ suas vidas, e verterão seu sangue em defesa da integridade do Imperio. Projecto insensato! O golpe mortal que o ex-Presidente premeditou dar na honra e bem merecida opinião de seus adversários reverberou-se contra si! Graças sejaõ dadas à energia dos generosos Patriotas Deputados da oposição! Elles advogaraõ a causa da inocência contra o apprato do poder, e contra a liga dos facciosos que se sentavaõ nos bancos da nossa Assembléa Provincial: sua nobre e austera linguagem aterrrou a calunniadora, perseguiu ao calumniador em suas ultimas trincheras, e obteve a glória de obrigar-o à mais abjecta retractação, e de tranquilizar a Província manifestando-lhe que não existia a revelada conspiração: um clamor geral de indignação sucedeõ ao do temor que se havia querido inculcar, e essa justa indignação acabou de faser despresível a autoridade do Sr. Braga.

Depois desta derrota, quem teria ousado permanecer no eminente lugar que se tinha deshonrado? Mas o Sr. Braga já se não achava livre para retroceder, ainda que o houvesse querido; obsecado pelo partido retrogrado, por seus compromissos pessoais, e pelo fatal influxo de seu irmão, sempre prompto a incitar a toda a classe de violências, presistiu na Presidência, e continuou sua marcha oppressiva, e anti-Nacional. O partido faccioso em sua mesmaraiva achava novas forças para intentar novas empresas contra os interesses da maioria desta Província, que em seu delírio tratava de sediciosos e anarchica. Acreditou que sua posição era tediava a mais forte a despeito da opinião pública que lhe era contraria. Os lugares mais importantes estavão confiados a membros de sua facção, e inutilizados a maior parte dos influentes do partido liberal: contava com um numero crescido de facciosos no seio da Representação Provincial: contava com o apoio do seu corifeu o Marechal Barreto, que ousava prometter-lhe sacar força armada de um Estado vizinho para suffocar qualquer tentativa dos homens livres: a liberdade de imprensa lhe servia de veículo para espalhar suas doutrinas retrogradas e impopulares, atacar com o fel da calunnia reputações adquiridas por uma larga serie de serviços feitos à Patria, semear a discordia e dividir para reinar: contava com o Thesouro Nacional para comprar prosélitos, e suprir os gastos de uma administração pródiga e desatinada, e contava em fim com Magistrados corrompidos e prevaricadores para legalizar injustas perseguições, e os actos mais arbitrários. Estes eraõ os elementos com que contava a transacta administração: epodião os Brasileiros Livres sofrer por mais tempo seu jugo pesado e immoral, e deixar a seus filhos o triste exemplo da arbitrariedade triunfante? O calix d'amargura ainda não estava cheio, mas não tardou a sel-o. Não contento o partido retrogrado de apresentar em seus immundos Periódicos aos nossos honrados e industrioso Camponeses como sepultados nas trevas.

da mais crassa ignorância, como ineptos para defender seus interesses políticos, e appellidados barbaros, pobretões, e proletários; projectou sobre carregal-os com um novo e oneroso imposto de dez mil reis annual sobre cada legua quadrada; imposto contrário aos princípios de economia política, imposto injusto e cruel, porque recâe sobre o capital e não sobre o producto; injusto e cruel finalmente porque pesa com desigualdade em rasaõ da maior ou menor fertilidade dos nossos campos. Vão foram os esforços dos Deputados liberaes para opporem-se a tão oppressiva Lei, ella passou a despeito da sã rasaõ, e do bem-estar dos nossos Comprevincianos. O Sr. Braga que pelo Art. 15 da Lei das Reformas estava autorizado a negar sua sancção a qualquer Lei quando entendesse não convir aos interesses da Província, e que podia por consequencia suspender a sua execução, previu os males que ella arrastrava apos de si, longe de querer fasel-o, desde logo a sancionou, e mandou cumprir. Faltavaõ-lhe por ventura rasones em que fundasse a sua negativa? Não por certo; filho desta Província tinha todos os conhecimentos necessarios para julgar o imposto impolítico e injusto; porém o espírito de facção dirigia todos os actos de sua funesta administração. Devia-se necessariamente prever o descou-tamento que excitaria este novo imposto, e que a sua execução occasionaria um prompto e geral levantamento; deviaõ pois os facciosos arbitrar modo de conjurar a tempestade provendo-se de uma força armada devota á sua vontade, e commandada por chefes de sua facção. Enviaõ a buscarão elles nos valentes veteranos! Aquelles que combaterão pelas Liberdades Patrias já-mais poderão converter-se em algoses de seus Concidadãos, já-mais desembainhariaõ a espada para degolar sens pais, seus filhos, e seus amigos! Não. Os Militares do Brasil regenerado ver-tem seu sangue para defender a Patria, e não para opprimil-a. Buscarão elles esta força entre os Benemeritos Guardas Nacionaes da Campanha? Certamente que não; saõ estes os mais vedados e opprimidos pelo imposto.

Aonde buscarão pois esta força? Custa a dizer! Na criação de um Corpo de Policia de setecentas praças, na organisação de um Corpo de Janisaros que com a ponta de suas espadas fizessem exequiveis as medidas mais impopulares e oppressivas. Podemos assegurar por honra desta Província que este revoltante projecto já-mais passaria em nossa Assembléa se tivesse sido proposto e discutido com as formalidades do estílo; mas a cábala e a surpresa lhes fez obter o que de outro modo nunca teriaõ obtido; este Corpo foi criado por uma simples emenda do Sr. Manoel Felisardo quando se discutia a Lei do Orçamento Provincial, autorizando ao mesmo tempo o Presidente para faser seu regulamento! Semelhante modo de criar um Batalhão achou a mais forte oposição da parte dos nossos Deputados Liberaes, e apesar de haver sido aquella emenda firmada maliciosamente pelos Deputados partidários da administração facciosa, e por alguns outros que illudidos se prestaraõ ás vistas iniquas dos Srs. Chaves, e Felisardo, apesar disemos daquelle nova especie de abaixo as.

da Patria conjurou-me a que usando de todo o meu influxo fosse manter o soego publico: vós sois o unico, me disia, que podeis livrar a Província dos males que a ameaçao, voai, acalmai, conciliai, e fasei deter o furor do Povo, evitai toda a effusao de sangue, assegurai-lhe que prompto regressarei, e elle applaudira minha justica.

COMPATRIOTAS! O nome da Patria nunca souo emvaõ aos meus ouvidos, e sempre me prestei voluntario a prestar-lhe meus serviços: acreditei as palavras enganadoras do Sr. Braga, e voei ao vosso lado; doceis ouvisteis minhas palavras de paz, delivesteis o braço já prompto a descarregar o golpe mortal sobre vossos agressores, e por mim confiaisteis novamente em voso Presidente. Mas, quem o acreditaria! o perfido havia me illudido, e meu Patriotismo taõ sómente lhe servio de instrumento para tambem illudir-vos, e desarmar-vos. Como poderá justificar-se semelhante conducta em a primeira Autoridade, que não deve ouvir outra voz, que a da justica, nem ter outras vistas que as do bem do Povo que rege? Se o ex-Presidente houvesse desejarão o bem-estar e tranquillidade da Província, naõ teria desamparado o lugar que a Lei lhe confiou, teria acordido promptamente ao ponto que ameaçava a conflagração, e o castigo dos facciosos teria satisfeito a justica de um Povo ultrajado.

Não por certo, não tinha em vista o bem da Patria quando levou des do Rio Grande a confusão e a discordia a todos os angulos da Província, quando em seu regresso à Capital approveu quanto de mais desatinado, e criminoso havia commetido seu lugar-tenente Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, quando afastou de si seus antigos amigos, os sustentadores das Instituições Livres, quando ingrato a meu zelo pelo restabelecimento da tranquillidade publica, ousou chamar-me caudilho de facinorosos, e revolucionario.

Insensato! Se eu tivesse querido levantar o estandarte da rebelliao, que melhor oportunidade que a exaltação em que se achavão os espíritos? Que motivo mais plausivel que o insulto feito à Nacionalidade? Que meios mais poderosos que as Cartas Brancas, que seu passado temor, e mais que tudo a certesa de que eu não abusaria delias, me havia confiado? Mas já era surdo à austera linguagem da verdade, e prestava tão sómente ouvidos às baixas lisonjas, e aos perfidos conselhos de um partido que queria vê-lo involvido em seus interesses, e cumplice em seus crimes para assegurar-se da impunidade e do triunfo dos principios retrogrados. Deixou o Sr. Braga de ser o Administrador de um Povo livre, desde que ao Imperio da Lei substituiu o espirito de ficção, e o Povo desde aquelle instante deixou de respeitá-lo. Sem força moral, seu opinião um governo não subsiste, se não pela desmoralização, pela intriga, e pela oppressão, e este foi o caminho cheio de precipícios em que se lançou o Sr. Braga. Vós o vistes, Rio-Grandenses, apoiar na Corte com sua autoridade as mais vergonhosas intrigas do Marechal Barreto, para perder aqueles, cujas luses, e patriotismo transformavão seus planos ambiciosos e despoticos; enquanto com seu poder n'esta Cidade, autorisava

as desejadas vinganças. O primeiro golpe dado contra a liberdade conduz insensivelmente, e de um modo inevitável a todos os outros: é uma porta aberta à arbitrariedade, e uma vez que ella se introduz ninguem pode prever em que ponto parará. Compatriotas! Vós testemunhasteis esta verdade, os Cidadãos mais decididos pela causa do Povo forão o alvo de uma systematica perseguição; se prodigalisaõ empregos aos homens mais impopulares, a aquellos que erão mais indigitados por professarem principios retrogrados, e anti-Nacionaes; o direito de petição garantido por nessa Constituição foi desattendido, e os petitionarios tratados como sediciosos; se encherão os carceres das Patriotas, e toda a Província foi involvida em processos e querellas; se introduziu a desmoralização na Guarda Nacional de Infantaria para dispersal-a, e se suspendeu arbitrariamente do seu Commando ao Tenente Coronel Silvano José Monteiro de Araújo e Paula, cujo crime era seu inabalavel patriotismo; criou-se uma Guarda pretoriana debaixo do nome de G. N. de Cavalleria para costodiar a Cidade; mandou-se com ingentes gastos, e detimento do Erario publico ao valente Batalhão de Caçadores N. 8 para as longínquas Fronteiras de Missões; removeu-se da Villa do Jaguarião para Bagé a Companhia de Caçadores que ali se achava por ordem da Regencia, duplicando sem necessidade, nem motivo plausivel as despesas, pelo custoso transporte de viveres, munições, e bagagem, a pontos tão distantes. Silva Tavares Capitão da extinta 2.ª Linha foi nomeado Commandante da Fronteira do Rio Grande, a despeito das instruções da Regencia de 8 de Março de 1854, sugeitando assim á nullidade, e malvadez deste homem perverso, um sem numero de chefes valentes e aguerridos; retirou-se do Commando da Fronteira de Rio Pardo ao veterano de nossos guerreiros o Sr. Bento Manoel Bibeiro, e foi substituído pelo Tenente Coronel da mesma extinta 2.ª Linha José Antonio Martins, cujo unico titulo é a particular inimizade que consagra ao Sr. Coronel Bento Manoel Ribeiro, e pertencer á facção do Marechal Barreto; vimos emfim debaixo da Presidencia do Sr. Braga o templo de Temis convertido em forja das mais injustas perseguições; vimos Cidadãos armados contra Cidadãos; vimos deportações; vimos violada por duas veses a sagrada garantia d'Hisbeas Corpus na pessoa do honrado Patriota Major José Marriano de Mattos; e vimos finalmente impune a escandalosa introduçao de Africanos, e da moeda de cobre, terríveis açoites desta malfadada Província. Com estes e outros muitos attentados que por brevidade omitto se satisfizerão as exigencias do Marechal Barreto, de Pedro Chaves, e da facção retrograda; mas era forçoso capear as perseguições com o manto da utilidade publica, era forçoso legalizar actos perpetrados contra a opiniao da grande maioria da Província. Chegou a época da installação da nossa Assembléa Provincial, e a falta do Presidente arrancou a mascara com que se cobria uma politica hypocrita e rasteira; a caluniosa maiatrez foi proferida em seu seio com alvez e ousadia, e a Província tremeu por sua tranqüillidade, e existencia ouvindo a voz da sua primeira Autorida-

signado (até agora desconhecido nos debates parlamentares) que representava a maioria da Assembléa, equivalia a uma votaçāo antes da discussāo, apenas passou por douz votos, e esta cohorte formidavel cujas despesas teriaão absorvido a enorme somma de dusentos contos de rs. annoaes, de facto foi feita e organissada pelo Sr. Braga que desfarte assomou os douz poderes. Tantas arbitrariedades, e tantos attentados em um Povo que se presa de ser livre deviaõ enfim cançar seu sofrimentos. A inquietação que desde os primeiros meses da Presidencia do Sr. Braga se tinha derramado na maior parte desta Provincia, e que por tantas vezes a prudencia, e amor á ordem havia acalmado, como accendida por virtude electrica appareceo novamente e se fez geral.

A nossa Patria pareceu ao esperto observador como um enfermo, a quem uma febre ardente mortifica, e que alternativamente espera e teme que a crise que o tormenta lhe de saude , ou morte. Envio Compatriotas, buscaveis uma taboa de salvao, ella estava na Carta, mas naquelles momentos a Carta era letra morta , as vias legaes vos erao obstruidas, a apathia do Governo Central nao vos deixava translusir a mais pequena esperanca de melhoramento, os males vos ameaçavao já de perito, qualquer dilacão era perigosa, a força vos ia dominar, e destruistes , Cidadãos, a força com a força. Cumprimos Rio-Grandenses um dever sagrado repellindo as primeiras tentativas da arbitrariedade em nossa chara Patria, ella vos agradecerá, e o Brasil inteiro applaudirá o vosso Patriotismo e a justica que armou vosso braço para depôr uma autoridade inepta e facciosa, e restabelecer o Imperio da Lei. Compatriotas, eu acrecentarei á gloria de haver sido em outros tempos vosso compa-

neiro nos campos de batalha, e haver-vos conduzido contra os vossos inimigos externos, a gloria ainda mais nobre e predurável de haver son corrido a libertad-a dos seus inimigos internos, e salva-dos a os males da anarquia. O governo de facção desapareceo de nessa scena política, a ordem se acha restabelecida. Com este triun pho dos princípios liberaes minha ambição está satisfeita, e no descanso da vida privada a que tão sómente aspiro gosarei o prazer de ver-vos desfructar os benefícios de um governo ilustrado, liberal, e conforme com os votos da maioria da Provincia. Respeitando o juramento que prestamos ao nosso Código sagrado, ao Throno Constitucional, e à conservação da integridade do Imperio, comprovarreis aos inimigos de nosso socorro e felicidade, que sabeis preferir o ju go da Lei a dos seus infractores, e que ao mesmo tempo nunca esqueceis que sois os administradores do melhor património das gerações que vos devem succeeder, que este património é a liberdade, e que estais na obrigaçāo de defendê-la a custa de vosso sangue e da vossa existencia. A execraçāo de nossos filhos cahirá sobre nossas cinzas, se por nossa desmoralisaçāo e incuria lhe transmitirmos este sagrado deposito desfalcado e corrompido; e suas bençāos nos acompanharão ao sepulcro, se lhe deixarmos exemplos de virtude e Patriotismo.

Porto Alegre 25 de Setembro de 1855.

Bento Gonçalves da Silva.

A respeito da igualdade das pessoas, é fácil me responder, não obstante as circunstâncias em que ainda estamos em quanto ao direito da usurpação balega, aliviar os privilégios de uma classe social, e assim, a Lei de 1850, que é a mais liberal das existentes.

Quanto ao direito de propriedade, é de se considerar que, em virtude da sua natureza, é mais lícita, e menos taxativa, o contrário porém, muitas vezes poderia ser diminuída.

E temos todo a esperança, que se vai aprovando o tempo em que a recém-ordenada seja suficiente para suprir a regular despesa de todo o Reino. A Comissão de Legislação continua na revisão e emenda do Código para os tribunais; projetos de lei sobre este assunto já foram provavelmente apresentados ao Conselho de Estado.

Depois da aprovação daquela Código, e de haver feito para temporária compleição das exigências relativas à simples e fraudulenta lei de 1850, todas as partes da nossa legislatura poderão ser levadas a effeito, e só tomará medidas para completar integralmente por hum Código penal.

E é de rir de tantas亮ngas com que a província tem favorecido o Nederland, nos augmentos e obligações de favorecer os desportos a maior gratidão, e com a assistência do Todo Poderoso, empregar todos os esforços para consolidar a formar tantas felicidades. Passado o tempo conto com a vossa cooperatora, seja para confessar a misericórdia de nossas justas deliberações, e prosperidade de nossos esforços.

INTERIOR.

S. PEDRO DO SUL.

PROCLAMAÇÃO.

Bravos Compatriotas da primeira Brigada de Caçadores! Hontem obtivemos o mais completo triunfo sobre os escravos da Corte do Rio de Janeiro, a qual, invejosos das vantagens obtidas de nossa Província, farão dar um piedoso e humilde homenagem a vosso compatriotas, para desfazer fôrça da pressa de vossas ambiciosas Miserias! Todas as vozes que sensi vossas sentinelas se tem apresentado diante das forças livres, tem succumbido, sem que este fato desengane os fagis desistir de seu plânio infernal. São sem numero os imbeciles felizes pelo Governo. Seus despotismos ha o mais alto. E os fraternos caídos na juventude? Não: nossos Compatriotas de São Pedro são estes dispostos como nós a alto sofrer por mais tempo a prepotência de hum Governo tyrano, ardente e cruel como o diabo!

Eu fôrde os singulos da Província não é de ouvir com espanto, Indiferença, Repulsa, Liberdade ou morte. Nem é de admirar, que os bons e honestos respeitam desconfiada parte desse solo de homens livres, mas, os declarar que preconizam nossa Independência, para o que uns são bastantes diretos a querer trair, para dizerem: o triunfo que hontem obtivemos sobre essas miseráveis escravas de pôr abaixo o Brasil! Nós que compomos a primeira Brigada do Exército liberal, devemos ser os primeiros a proclamar, como proclamamos, a Independência da Província, e que fôr designada desse dia a Província, e forma huma República Rio-Grandense, com o título de República Rio-Grandense, e cujo manifesto de Nações civilizadas se fará competente. Camaradas! Gritemos juntas: Viva a Independência! Viva o Exército Republicano! Viva o Rio-Grandense! Campo de Meleias, 11 de Setembro de 1855. — Antônio de Jesus Lira, Coronel Comandante da primeira Brigada.

Acta da declaração da Província Rio-Grandense do Sul pela primeira Brigada do Exército do Exército do Exército da Província Rio-Grandense.

Ass. no dia de 10 de Setembro do anno de 1855, no acampamento voluntário da Costa do Rio Grande, achando-se a Brigada em grande parada, estando os presentes o Coronel Comandante da mesma: Antônio de Souza Neto, e os Oficiais, Oficiais Inferiores que subscreveram por unanimidade destes, e tropa da dia, foi decidido que a Província do Rio Grande desse dia se constituiria Nação Livre e Independente, com o nome de Província Rio-Grandense, sob os termos que se seguem:

Art. I. Todas as mercadorias existentes nas Alfaidegas, Povoações e casas particulares do Estado, pertencentes aos subditos do Governo;

Art. II. Sôlo os cidadãos existentes nas Alfaidegas, Povoações e casas particulares do Estado;

Art. III. Sôlo os cidadãos existentes nas Alfaidegas, Povoações e casas particulares do Estado;

Art. IV. Os gados, animais muiros e cavalos, escravos, moveis, embarcações ou portos de trabalho, que possam pertencer aos subditos do Brasil;

Art. V. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. VI. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. VII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. VIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. IX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. X. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XI. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XIV. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XV. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XVI. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XXI. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XXII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XXIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XXIV. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XXV. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XXVI. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XXIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XXX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XXXI. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XXXII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XXXIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XXXIV. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XXXV. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XXXVI. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XXXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XXXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XXXIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XL. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XLI. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XLII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XLIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XLIV. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XLV. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XLVI. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XLVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XLVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. XLIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. L. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LI. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXI. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXIV. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXV. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVI. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXI. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXIV. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXV. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVI. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIX. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

Art. LXVIII. Os produtos dos bens sequestrados, e arrematados ou vendidos entrando para o cofre das rendas do Estado.

JORNAL DO COMÉRCIO

VENDE-SE hum oratório de dizer Missa; na rua da Cadeia n.º 96 A.

VENDE-SE huma perfeita serra de leito, e huma círcula, de idade 10 annos; na rua da Cadeia n.º 96 A.

VENDE-SE huma moeque de idade 18 annos, que se pagará por 500 Réis, por se precisar do serviço; na rua da Cadeia n.º 96 A.

VEND-SE huma preta com hum piqueno defeito n'humas mãos, que só lhe prohibe en-gombar, he huma cozinheira, lava e faxe o mais serviço de huma casa, e se dá por diminuto preço; na rua da Cadeia n.º 96 A.

VENDEM-SE duas pretas cozinheiras, que lavam, fogam e faxem o mais serviço de huma casa; se rata da Cadeia n.º 96 A.

VENDE-SE, a contento, huma preta de 45 a 50 annos, de boa figura, sabendo muito bem lavar de sabão o barrelo, engombar, cozinhar, tem a velhice e astúcia com muita perficiencia, tem inteligencia para tomar conta de huma casa de homem solteiro, ou viudo, e he moi carinhosa para tratar crianças, sabe vestir e pregar huma Sra. Trata-se na rua Direita n.º 29.

ALUGA-SE huma chascarraria com casa para pessoas familiares, e huma vila, para rapaz, e rapariga entrar as embargações. Na rua de Santa Theresa n.º 56.

TRASPASSA-SE a padaria da sua velha do Sr. Francisco da França n.º 159, para outro qualquie negocio, por ter bons commodos. Quem a pretender pode dirigir-se á mesma para instar. Tambem se vendem os utensilios. Quem se quiser procure na dita.

MAIS humas muitas superiores, em barricas e a uncouto, vendas no góto; vendem muito em conta na rua da São Bento n.º 67, e no árco do Teles n.º 6.

VENDE-SE na rua nova do Livramento n.º 70 huma rapariga com habilidades segui-tes: costura de forno e fogão, faz doces de todas as qualidades, refina assar, lava e engomma com perficiencia; a aliança-se não ter viços nem moléstias; huma escrava bom chascarraria, que entende de todas as plantações do paiz; e outro dito portador, que só sabe governar huma savelheira, por ter nadado de arame; e dous escravos pro-príos para cozinheiras, que terão 18 annos de idade, e alianças-se não terem viços nem moléstias. O motivo da venda he por haver pre-cidio.

VENDE-SE huma preta cozinheira, le-vadeira e cozinheira; outras boas cozinheiras e lavadeiras, e humas orçineiras de dez annos, por prego 100 Réis comum; na rua da Cadeia n.º 96.

VENDE-SE huma rapariga de idade 18 annos, pelo diplomado prego de 500 Réis, por se preciso de seu imporejo; na rua da Cadeia n.º 96 A.

ACHA-SE bife negro, bifas e frixão de lar-issanga; no hotel Pharoux, rua da Quitanda n.º 90.

ALUGA-SE huma preta bom cozinheiro e mul-her; na rua de S. Pedro n.º 59.

ALUGA-SE huma ama, parida de huma moeque, com abundancia de bom leite; na Praça da Constituição n.º 39.

VENDE-SE huma masseria de amassar pão, em vinhatico, com das pés de cozimento, dous de longas e 15 polgadas de altura: na rua da Cadeia n.º 115.

Venho de huma bonita chascarraria, com huma bona ossa na frente, con-tem um triste de pedra e osal, tem commo-dos para grande família, no Cosme Velho, de-frente da bica da Rainha. Para tratar pro-cesso: na rua da Alfândega n.º 55.

RECLAMA-SE huma rapariga preta, mocambesa, com muita bona leito de dous meses, e muito cozinheira para crissangas; sabendo muito bem cozer, engombar a lava. Quem a pretender dirijir-se à rua do Rosário n.º 35.

VENDE-SE huma moeque de 16 annos, pre-paga para qualquie officio; na rua da Quitanda n.º 25.

VENDE-SE huma casa de sedos e molha-dezes, com fendas ou sem elas; na rua de Fávera dos Cojeiros n.º 22.

DESENCA-MINHOU-SE na rua do Ouvidor hum preto de gásio, levando em hum costó de óculo da Cambra, as de Gil Vicente, e o Catio de Garrett; ar todo e volumes. Quem dellas souber, que as humas tiverem sido vendidas, fará quemque dirigir-se á rua dasas do Bispado n.º 330, que se pagará pelo que tiverem sido compradas, ou se derem altreiras, tendo sido ladrões.

AS TRANSAÇOES commerciais a cargo da extinta firma — Bernardo Rodrigues de Faria e Filhos, filio d'ora a vantagem sub a de — VIL-VA FARTA E FILHOS.

HOTEL PHAROUX,

rua da Quitanda n.º 90.

L. Pharoux tem a honra de participar as reu-pelentes publicas, que do 1º de Janeiro em diante, ha de ter prompta, de tres horas em ponto, huma mesa redonda, para as postas que o quizerem intimoscer com suas freqüen-cias. Achar se-hão tres qualidades de vistro, a saber: bordões, porto e lisboa, ao modo de Paris. O jantar ha de ser 10 Réis. O anuncio, cooculando como d'apres, se escreverá em talher para satisfazer suas fregueses que quiserem honra-lo, sendo pensionistas. As salas para jantares da esconderijo são ricamente mobiliadas.

VENDEM-SE duas pretas cozinheiras, que lavam, fogam e faxem o mais serviço de huma casa; se rata da Cadeia n.º 96 A.

VENDE-SE, a contento, huma preta de 45 a 50 annos, de boa figura, sabendo muito bem lavar de sabão o barrelo, engombar, cozinhar, cozinheira com muita perficiencia, tem inteligencia para tomar conta de huma casa de homem solteiro, ou viudo, e he moi carinhosa para tratar crianças, sabe vestir e pregar huma Sra. Trata-se na rua Direita n.º 29.

ALUGA-SE huma chascarraria com casa para pessoas familiares, e huma vila, para rapaz, e rapariga entrar as embargações. Na rua de Santa Theresa n.º 56.

TRASPASSA-SE a padaria da sua velha do Sr. Francisco da França n.º 159, para outro qualquie negocio, por ter bons commodos. Quem a pretender pode dirigir-se á mesma para instar. Tambem se vendem os utensilios. Quem se quiser procure na dita.

MAIS humas muitas superiores, em barricas e a uncouto, vendas no góto; vendem muito em conta na rua da São Bento n.º 67, e no árco do Teles n.º 6.

VENDE-SE na rua nova do Livramento n.º 70 huma rapariga com habilidades segui-tes: costura de forno e fogão, faz doces de todas as qualidades, refina assar, lava e engomma com perficiencia; a aliança-se não ter viços nem moléstias; huma escrava bom chascarraria, que entende de todas as plantações do paiz; e outro dito portador, que só sabe governar huma savelheira, por ter nadado de arame; e dous escravos pro-príos para cozinheiras, que terão 18 annos de idade, e alianças-se não terem viços nem moléstias. O motivo da venda he por haver pre-cidio.

VENDE-SE huma preta cozinheira, le-vadeira e cozinheira; outras boas cozinheiras e lavadeiras, e humas orçineiras de dez annos, por prego 100 Réis comum; na rua da Cadeia n.º 96.

VENDE-SE huma rapariga de idade 18 annos, pelo diplomado prego de 500 Réis, por se preciso de seu imporejo; na rua da Cadeia n.º 96 A.

ACHA-SE bife negro, bifas e frixão de lar-issanga; no hotel Pharoux, rua da Quitanda n.º 90.

ALUGA-SE huma preta bom cozinheiro e mul-her; na rua de S. Pedro n.º 59.

ALUGA-SE huma ama, parida de huma moeque, com abundancia de bom leite; na Praça da Constituição n.º 39.

VENDE-SE huma masseria de amassar pão, em vinhatico, com das pés de cozimento, dous de longas e 15 polgadas de altura: na rua da Cadeia n.º 115.

Venho de huma bonita chascarraria, com huma bona ossa na frente, con-tem um triste de pedra e osal, tem commo-dos para grande família, no Cosme Velho, de-frente da bica da Rainha. Para tratar pro-cesso: na rua da Alfândega n.º 55.

RECLAMA-SE huma rapariga preta, mocambesa, com muita bona leito de dous meses, e muito cozinheira para crissangas; sabendo muito bem cozer, engombar a lava. Quem a pretender dirijir-se à rua do Rosário n.º 35.

VENDE-SE huma moeque de 16 annos, pre-paga para qualquie officio; na rua da Quitanda n.º 25.

VENDE-SE huma casa de sedos e molha-dezes, com fendas ou sem elas; na rua de Fávera dos Cojeiros n.º 22.

DESENCA-MINHOU-SE na rua do Ouvidor hum preto de gásio, levando em hum costó de óculo da Cambra, as de Gil Vicente, e o Catio de Garrett; ar todo e volumes. Quem dellas souber, que as humas tiverem sido vendidas, fará quemque dirigir-se á rua dasas do Bispado n.º 330, que se pagará pelo que tiverem sido compradas, ou se derem altreiras, tendo sido ladrões.

AS TRANSAÇOES commerciais a cargo da extinta firma — Bernardo Rodrigues de Faria e Filhos, filio d'ora a vantagem sub a de — VIL-VA FARTA E FILHOS.

L. Pharoux tem a honra de participar as reu-pelentes publicas, que do 1º de Janeiro em diante, ha de ter prompta, de tres horas em ponto, huma mesa redonda, para as postas que o quizerem intimoscer com suas freqüen-cias. Achar se-hão tres qualidades de vistro, a saber: bordões, porto e lisboa, ao modo de Paris. O jantar ha de ser 10 Réis. O anuncio, cooculando como d'apres, se escreverá em talher para satisfazer suas fregueses que quiserem honra-lo, sendo pensionistas. As salas para jantares da esconderijo são ricamente mobiliadas.

Rio Gaúna e portos indispensáveis — Correio Ita-puré, Comm. e 1º Tenente João Nepomuceno da Menezes, passageiro, o Alferes de 1.º Heitor Luís Soares Viegas; o Americano John Wright, e os recrutas.

HANGARAS — Sum. Harmonia, 80 tons., M. Antônio Francisco Alcino dos Santos, equip.

8 e carga varios generos; passageiro, 6 escravos.

Sum. Coração de Maria, 65 tons., M. José Soares da Silva, equip. 8: carga, tolha, etc., etc.

Colono Português José Antônio, 60 tons., M. Antônio Ferreira Dias, Joaquim José da Rocha, Manuel Pinto, Antônio da Cunha, João Ferreira Dias, Joaquim José da Rocha, Henrique Gonçalves, Manuel Gonçalves, e Vicente Vieira.

Ete. Expresso de São Paulo, 30 tons., José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

Colono Português José Vieira, 50 tons., M. José da Silva Porto, equip. 6: cargo, tolha, etc., etc.

que se fela era o Coronel de Artilharia de exerto: da D. Miguel, Coelho, o qual comandava huma horda de artilharia pelo ventre: o Coronel França que morreu em 3.º dia do silo, ficou por Mr. de Laranjinhafoecund, e mesmo atrasado de huma hora dos carlistas, e morreu atirado de artilharia para o lado de Portugal, e levantando o silo, em consequencia da aproximação do General Espartero, deixando apenas algumas baixas de infantaria disputadas.

O General Espartero, quando tomou Gavatxe, pônti cuidadosamente fortificando pelas costas os carlistas, e onde inclui todos os depósitos de viveres; municições e prisioneiros, e os hospitais, etc. Esta ponto central entre os reinos de Valencia e Aragão era da maior importâcia.

— O General Espartero, a 25 de Junho, tentou penetrar na província das Asturias, destruindo todos os aprestos militares, que merecia ser marchando.

Forças que o Visconde das Armas, Francisco de Silveira, equip. 6:

Ata da Câmara Municipal de Jaguarão, reconhecendo a República Rio-Grandense, e indicando Bento Gonçalves como Presidente. 20 de setembro de 1836. (publicação da Typographya Republicana Rio-Grandense, 1838)

3209

SESSÃO EXTRAORDINARIA.

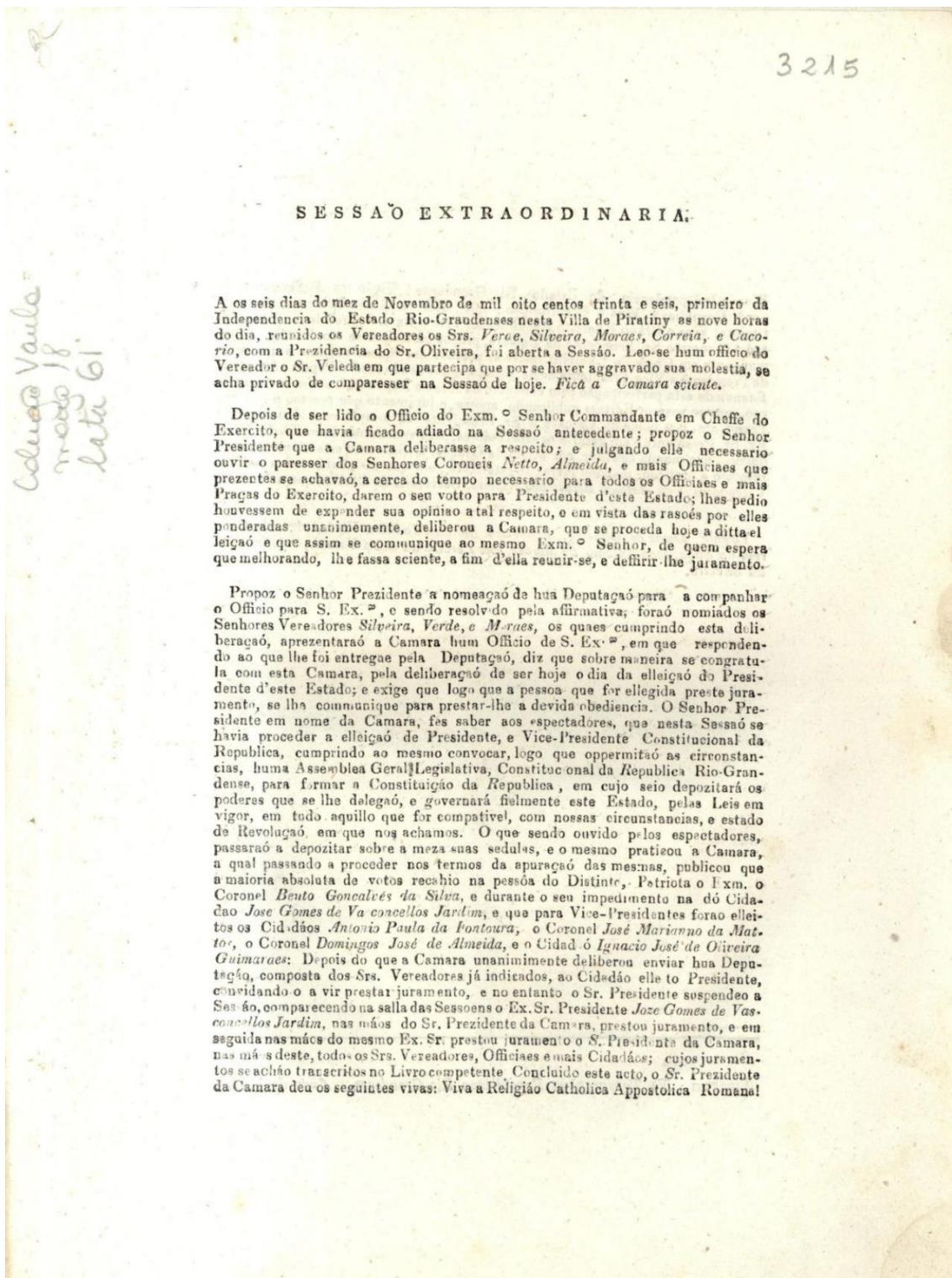
Presidencia do Sr. Moreira.

Àos 20 dias do mês de Setembro do Anno de mil oito centos e trinta e seis, primeiro da Independencia, e Liberdade Rio-Grandense, nesta Villa de Jaguarão pelas quatro horas de tarde abriu-se a Sessão com cinco Senhores Vereadores, e tomando assento o Sr. Presidente dica ter convocado a Camara para se fazer publico neste Municipio a deliberação da maioria da Província respeito à ficar desligada da Família Brazileira, e instituindo um Governo Republicano, e sendo aprovado com unanimidade de toda a Camara esta nova instituição, deliberou o Sr. Presidente, e foi aprovado, que isto se fizesse publico por Editaes, e se Officiasse ao Excelentíssimo Commandante Superior *Bento Gonsalves da Silva*, mostrando-lhe a deliberação, que tomou este Corpo Municipal, e pedindo-lhe queira derigir interinamente o Timão do Governo d'este Estado, como Chefe d'ele, e Protector da Republica, e Liberdade Rio-Grandense: devendo marcar o dia, em que se deve proceder a Eleição dos Deputados para a Assemblea Constituinte na mão de quem deve depositar os poderes que ora interinamente se lhe confiou, para esta os transmettir á quem achar conveniente. Em seguida o Sr. Presidente deu os vivas seguintes: — Viva a Independencia da Republica Rio Grandense! Viva o Excelentíssimo Commandante Superior *Bento Gonsalves da Silva*, Chefe d'este Estado! Viva a Revolução do Dia 20 de Setembro de mil oito centos e trinta e cinco, e todos os Livres que cooperaram para ella, o que com regozijo, e grande entusiasmo foram repetidos pela Camara, e mais circunstâncias que se achavam presentes. E nada mais ocorrendo lavrou-se esta Acta de pois do que aprovou-se, assignou-se, e feixou-se a Sessão.

Eu Joaquim Honório de Paiva Secretario a escrevi. — Assignados. — Domingos Moreira, José Fernandes Passos, João Antônio de Oliveira Valle, Mário Meirelles, Severino Antônio de Medeiros. — Esta conforme Joaquim Honório de Paiva.

Piratini : Na Typographya Republicana Rio-Grandense, Anno de 1838.

Ata da Câmara Municipal de Piratini, elegendo Bento Gonçalves da Silva como Presidente. 06 de Novembro de 1836. (publicação da Typographia Republicana Rio-Grandense, 1838)



Viva a Independencia do Estado Rio-Grandense ! Vivão os Deffensores da
nova Republica ! Viva a Constituição , que fizer a Assembléa Geral Cons-
tituinte ! Viva o Bravo Exercito Republicano ! Viva o Exm.^o Presidente deste Es-
tado ! O mesmo Sr. Presidente da Camara, propôz participar-se ao Ex. Sr. Com-
mandante em Chef do Exercito, quaes as pessoas em quem recachio a nomiação
do Presidente e Vice-Presidente deste Estado; o que sendo resolvido pela afirmativa,
foienviada esta participação pelo conductor da mesma Deputação: assim mais rezol-
veo, que se passem Editaes publicando, posse, e juramento que prestou o Ex. Sr.
Presidente Em nome da Camara o Sr. Presidente da mesma convidou ao dito
Ex. Sr. Presidente e em geral a os espectadores, para assistirem a hum *Theatre Lau-*
damus, que manda celebrar em acção de Gracás. E de como esta Camara assim
resolvo e praticou, mandou lavrar-se esta Acta , em que assignerão todos os Srs.
Vereadores; e eu *Antonio Belarmino Ribeiro*, Secretario da Camara que a escrevi.

Vicente Lucas de Oliveira, Francisco Moreira da Silva Verle, Antonio Cor-
reia da Silva, João Antonio de Moraes, Jose Pereira da Silva Cacorio, Serafim Jose-
da Silveira.

PIRATINI : Na Typographya Republicana Rio-Grandense, Anno de 1838.

Ata de Declaração de Independência da Província de Santa Catarina,
proclamando a República Juliana. 25 de julho de 1839.

mo dia assinar. Pm^r Presidente desa
Sociedade fechada exigiuendo com amigo Se-
cretário G. M. Morais

Vila do Corpo Floriano P.º de Andrade
dial de 25 de Julho de 1839.

Acta da Sessão extraordinária da
da declaração de Independência do
Estado Catarinense, como auxílio
do Pároco Francisco José de Andrade, e
Pároco auxiliar do seu desemb. e de sua
lara aos Eleitores da Paróquia para
Eleição do Pregador da Igreja

Sessão extraordinária do 29 de Julho de 1839.
Presidência do Vereador Clemente Vicente Francisco
de Oliveira.

Acharão se presentes todos vereadores faltando
com causa justa Antônio Joaquim Diderosa,

Aberta a Sessão e lida a acta da antecedente foi
sua Confidencial aprovado.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo
de Mil e setenta e trinta e nove ao Vinte e nove
dia de Junho de dito anno nosta Vila
de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, em as-
cadas da Câmara, e a chambora reunidos os Vere-
adores presentes aberta e lida a acta da antecedente

Versador a Gentil Vicente Francisco de Oliveira, ahí
 em Observaria Sérvia officio do Ilmo^r Sr^r Dom Passos
 Canabarro, Corpo de sua Majestade da Província e Assem-
 bladora e Liberdade da Rio Grande se declarado de
 Sinto cinco de d'isto mês de Junho declarasse a in-
 dependência do Estado Catarinense, Livre e Inde-
 pendente, adoptando-a a Fórmula Republicana
 Rio Grande, entendo o Sínodo que as Fazendas
 da Missão Evangelizadora, Liberdade Rio Gran-
 deiro bem atuado, neste Municipio, com orma-
 ía da Província, ficando assim formado hinc Esta-
 do Republicano Livre Constitucional e Independen-
 te; finas unanimis em que se expõe Pro-
 clamas atodo o Povo de Rio das Freguesias des-
 te Municipio declarando-se salvo todo unanimes
 que esta Camara se caba de soltar, que com
 maior autorização se lhe dê a divida publicidade
 de bem como que se expressa Circular atodo os Eligi-
 tores de Parochia p^r a media & de sua de obrelo p^r
 a ex-fatura se apresentem perante o Juiz da Faz.
 da Cabeça de Toma Município de suas respectivas
 Diplomas para isto se Marcar o dia véspera local
 da Reunião, para a Meia Província do Presi-
 dente do Estado, e aquelles que não forem pre-
 sentes, se expressa aos imediatos diplomas authen-
 ticos, servindo de negra para esta Coligas as
 Instruções de 26 de Outubro de 1824, e as mais em
 vigor incidentes a este objecto; Outro item que
 se expressa a proverar Ordens aos Com. das Es-
 colas e Missões, q^r Sínodo entendo a Reunião

Desejamos que procedas as provações orais das
 testemunhas que deram depoimentos na expediente. Declarou-se suspeito o
 Juiz da Fazenda Pública de Pernambuco para que em virtude
 das provas que o Juiz Comum da Fazenda fizerá em o Gê-
 stado, efeçio suspeito os bens e farrovadas das
 pessoas que deram provas, e da Vila em que
 residem, preceções ásma arrocações e judicial
 contada a individualidade e quem pertence ao
 mundo depositários dignos que delle tem em
 conta, ehe a direção da Gestaõ Procurador que
 se vai ouvir; Tendo o juiz dado nome ao Morador
 da Lameira Domingos Coutinho de Souza, e o Juiz
 da Fazenda por suspeito, e indicado como
 apódia e de seguida foram arquivados os Testemunhos
 apresentados e as Depoimentos p' a direção do Procurador
 informado este mesmo deles no Ministério, e o Procurador
 confirmou-lhe o seu nome, e o Juiz da Fazenda declarou
 que o Juiz da Fazenda suspeito p' desfazê-los
 exigiu mais Prova desta em uma Câmara.
 Sua Exceléncia o Procurador que
 apreendeu o Juiz da Fazenda p' a
 suspeita que o acusava, e o Juiz da Fazenda
 Secretário que o acusa.

Olímpio Padre de Carvalho
 Francisco José Leal
 José Joaquim de Oliveira

Sessão extraordinária de 31 de Julho de 1839
 Presidência do Vice-Admiral *F.º Vicente Fran de Almeida*
 Achando o presidente d'ince Moradores, faltando com
 participação o Morador Antônio Joaquim
F.º Vicente Fran de Almeida

17

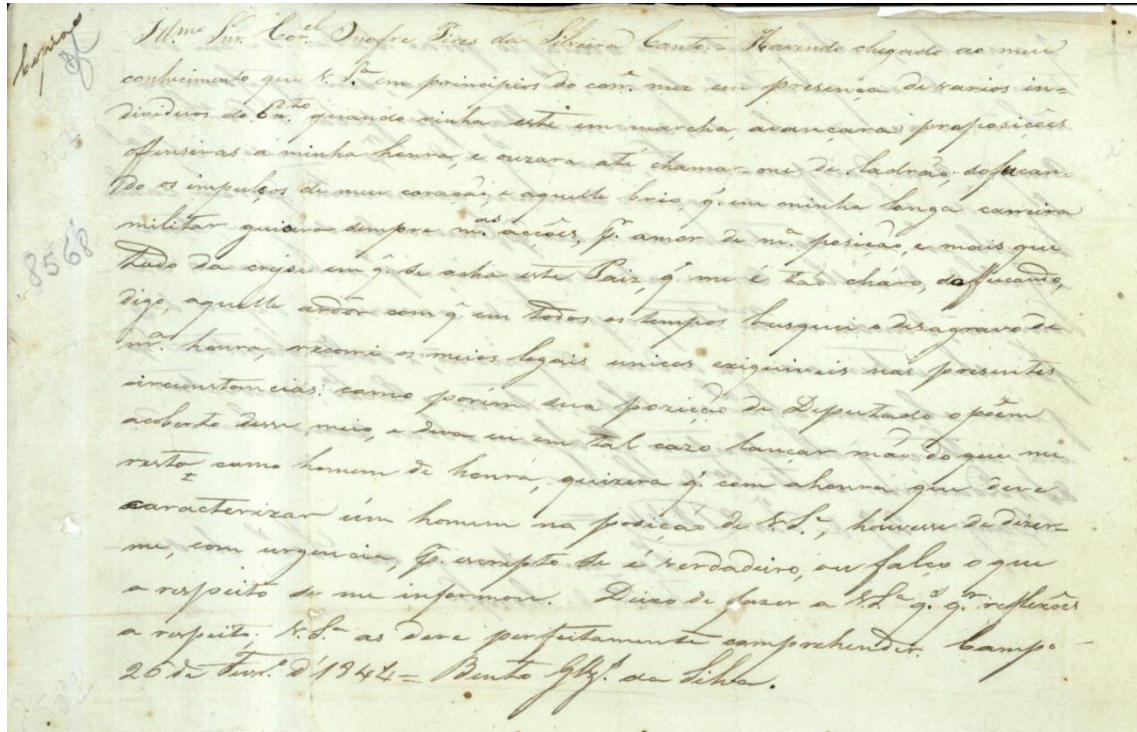
ATA DA DECLARAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DO ESTADO
CATARINENSE

Presidência do vereador Tenente Vivente Francisco Oliveira - acharam-se presente seis vereadores, faltando com causa justa Antônio Joaquim Teixeira.

Aberta a sessão e lida a ata da antecedente foi seu conteúdo aprovado. - Ano do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e oitocentos e trinta e nove nesta Villa de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, em a casa da Câmara e achando-se reunidos os Vereadores abaixo assinados presidi do pelo Vereador Presidente Tenente Vicente Francisco de Oliveira, afi em observância de um ofício do Ilmo. Sr. Canabarro, Coronel Comandante em Chefe da Divisão Auxiliadora e Libertadora Rio Grandense, datado de vinte e cinco do di- to mês de julho - declarou-se a Independência do Estado Catarinense, Livre e Independente, adotando o sistema Republi cano Rio Grandense em todo o círculo que as Fileiras da Di visão Auxiliadora Libertadora Rio Grandense têm alcançado neste Município e em os mais da Província , ficando assim formado um Estado Republicano Livre Constitucional e Inde pendente. Foram unanimes em que se expedisse proclamas a to dos os Juizes de Paz das Freguesias dêste Município, decla rando-se da vontade unanime o que esta Câmara acaba de cele brar e que com o maior entusiasmo se lhe dê a devida publi cidade, bem como que se expeça circular a todos os eleito res da Paróquia para que no dia 4 do mês de Agosto próximo futuro se apresentasse pérante o Juiz de Paz da Cabeça de Termo, munidos dos seus respectivos diplomas para êste lhes marcar o dia, hora e local da reunião para a eleição do Pre sidente Provisório do Estado e diaqueles que não forem pre sentes se expeçam os immediatos diplomas autênticos, servin do de regra para esta eleição às instruções de 26 de Março, de 1824 e as mais em vigor tendentes a êste objeto; outros sim, que se expeçam as precisas ordens aos Comandantes das Guardas Nacional, para que circulem em todo o Município e nas partes libertadas da cidade do Desterro, a fim de proce derem as precisas reuniões. Trataram mais de que se expedissem ordens aos respectivos Juizes de Paz do Termo para que,

Sr. Comandante em Chefe pusesse em o citado ofício respeito aos bens e fazendas das pessoas que desampararam desta Vil la e mais Distritos, procedam uma arrecadação judicial e com tôda a individuação a quem pertence, nomeando depositários seguros dêles tomem conta, até decisão do Goberno Provisório, que se vai crear. Deu-se então posse ao Vereador - da Câmara Domingos Custódio de Sousa e ao Juiz de Paz Antônio José Machado e cientificou-se aos mesmos que para o dia 4 de Agôsto foram avisados os eleitores a apresentarem seus diplomas para a eleição de presidente interino. Nesta mesma data se remeteram as proclamações acima ditas do Coronel da Divisão Auxiliadora, aos JuizesdePaz dos Distritos para, publicidade, assim mais outra desta mesma Câmara. O Sr. Presidente houve a presente sessão por fechada e assinaram. Eu José Pinto dos Reis, secretário a escrevi. (aa.- Oliveira - Andrade - Carpes - Freitas - Leal - Sousa. (COISAS VELHAS DE SAUL ULYSSEA - 1946 - pág. 68).

Carta de Bento Gonçalves a Onofre Pires. 26 de fevereiro de 1844. (cópia)



Ilmo. Sr. Coronel **Onofre Pires da Silveira Canto**. Havendo chegado ao meu conhecimento que V. Sa. em princípios do corrente mês em presença de vários indivíduos do Exército, quando vinha este em marcha, avançara proposições ofensivas a minha honra e ousara até chamar-me de ladrão, sufocando os impulsos de meu coração e aquele brio que em minha longa carreira militar guiara sempre minhas ações por amor de minha posição e mais que tudo da crise em que se acha este país que me é tão caro, sufocando, digo, aquele ardor com que em todos os tempos busquei o desagravo de minha honra, recorri os meios legais, únicos exigíveis nas presentes circunstâncias; como porém sua posição de deputado o põe a coberto desse meio e deva eu em tal caso lançar mão do que me resta como homem de honra, quisera que com a honra que deve caracterizar um homem na posição de V. Sa.. houvesse de dizer-me com urgência por escrito se é verdadeiro ou falso o que a respeito se me informou. Deixo de fazer a V. Sa. quaisquer reflexões a respeito. V. Sa. as deve perfeitamente compreender. Campo, 26 de fevereiro de 1844. **Bento Gonçalves da Silva.**

Resposta de Onofre Pires a Bento Gonçalves. 27 de fevereiro de 1844. (cópia)

8569

Ladrão da fortuna, Ladrão da vida,
 Ladrão da honra, e Ladrão da Liberdade, é o brado ingente que
 contra vós levanta a Nação Rio-Grandense, ao qual já sabeis q̄
 junto a m̄a convicção, não pela geral execração de q̄ sois
 credor, o q̄ lamento, mas sim pelos documentos justificativos q̄
 conservo. Não deveis pois, Sr. Genl., ter em dúvida a conversa
 q̄ a respeito tive, quando dela vos impôs tão prontamente
 esse correio tão vosso... Deixai de afligir-vos q̄ haverdes es-
 gotado os meios legais em desafronta dessa honra como
 dizeis, m̄a posição não tolhe q̄ façais a escolha do m̄a con-
 veniente p. q̄ sempre me encontrareis. Fica assim con-
 testada vossa carta de ontem. Campo, 27 de Fev. 1844.
 Vosso admirador Onofre Pires da Silveira Canto.

Cidadão General Bento Gonçalves da Silva. Ladrão da fortuna, ladrão da vida, ladrão da honra e ladrão da liberdade é o brado ingente que contra vós levanta a Nação Rio-Grandense, ao qual já sabeis que junto a minha convicção não pela geral execração de que sois credor, o que lamento, mas sim pelos documentos justificativos que conservo. Não deveis depois, Sr. General, ter em dúvida a conversa que a respeito tive, quando dela vos impôs tão prontamente esse correio tão vosso... Deixai de afligir-vos por haverdes esgotado os meios legais em desafronta dessa honra, como dizeis: minha posição não tolhe que façais a escolha do mais conveniente para o que sempre me encontrareis. Fica assim contestada vossa carta de ontem. Campo, 27 de fevereiro de 1844. Vosso admirador **Onofre Pires da Silveira Canto.**

Carta de Bento Gonçalves ao Barão de Caxias. 13 de outubro de 1844. (cópia)

Do Barão de Caxias ao General Bento Gonçalves

8573

Este momento me foi entregue o salvo conduto, que Sua Excia se dignou enviar-me por intermédio de Simão Soares da Sa, comissionado p. avisos meus p. manifestar a Sua Excia nesse vivo empenho de levar a effeito hinc conciliacão q. promulga termo aos males que affligem a este bella páis, e como não nasci para plenamente meus desejos, temo a liberdade de obter-lhe piso q. que o condicione. Avidamente ambiciono o termo à guerra civil, parem já mais mediocrii dos princípios q. segundo minha opinião ideal a R. verbalmente manifestei, e posto não fôrem entâo acitos por parte de mais cônspirano com o que neutralizaram meus esforços tanto hoje dados positivos para acreditar q. sôr adoptados. sim. Exmo Smo escudado p. meus amigos nesse afiançar a R. que se ainda como espero está penetrado das ideias que me manifestou e na resolução de considerar as vantagens que ultimam. Embrei para saber a dignid. do B. Gr. a paz entre nós vai ser sellada a despejo de sua vontade de hum em outro esaltado. Se o espero que Sua Excia se digne dar-me húa reposta cathegorica p. regular os ultímos passos que devo dar. se, como espero for afirmativa mui prompto estara com R. essa pessoa desidamente habilitada p. arrugar as bases da conciliacão que anhelo. Acredite Sua Excia que não há hum instante apoder-se a vista da atitude imponente do tyrano Pessas, de quem sera' presa o Continente se continua a dilacerar se mutuamente seus filhos destruindo os poucos elem. que restam p. disputar o pôlo ao despotismo Audaz que nos ameaça com aguerridas hostes, esta consideracão q. sobre mim jiza deve convencer a R. da urgencia de levar a eff. q. que proponho, noq. fará merecendo transcedentes serviços ao paiz que o río nascer, devorando o los males que lhe acarreta e protegendo desta hucta e mais que tudo impõe respeito ao feraz inimigo q. nos ameaça, para o q. a pesar de velho e cansado prestarei qostoso meus debois serviços a par de meus irmãos Brasileiros. Sou com respeito e Consideracão.

13 de Outubro de 1844 —

Do General Bento Gonçalves qd. S, ao Barão de Caxias

Neste momento me foi entregue o salvo-conduto que V. Exa. se dignou enviar-me por intermédio de **Ismael Soares da Silva**, comissionado por amigos meus para manifestar a V. Exa. nosso vivo empenho de levar a efeito uma conciliação que ponha termo aos males que afligem a este belo país, e como o mesmo não satisfaz plenamente meus desejos tomo a liberdade devolver-lho pelo portador que o conduziu. Ardentemente ambiciono o termo da guerra civil, porém jamais me desviarei dos princípios que segundo minha opinião individual a V. Exa. verbalmente manifestei, e posto não fossem então aceitas por parte de meus companheiros, com o que neutralizaram meus esforços, tenho hoje dados positivos para acreditar que são adotados; sim, Exmo. Sr., escudado por meus amigos uso afiançar a V. Exa. que se ainda como espero está penetrado nos desejos que me manifestou e na resolução de conceder as vantagens que ultimamente lembrei para salvar a dignidade do **Rio Grande**, a paz entre nós vai ser selada a despeito da má vontade de um ou outro exaltado. Pelo portador espero que V. Exa. se digne dar-me uma resposta categórica para regular os ulteriores passos que devo dar; se como espero for afirmativa, mui pronto estará com V. Exa. pessoa devidamente habilitada para arreglar as bases da conciliação que anelo. Acredite V. Exa. que não há um instante a perder-se de vista da atitude imponente do tirano **Rosas** de quem será presa o continente se continuam a dilacerar-se mutuamente seus filhos destruindo os poucos elementos que restam para disputar o passo ao déspota audaz que nos ameaça com aguerridas hostes; esta consideração que sobre mim pesa deve convencer a V. Exa. da urgente necessidade de levar a efeito o que proponho no que fará mui transcendentais serviços ao país que o viu nascer, desviando-o dos males que lhe acarreta a prolongação desta luta e mais que tudo impondo respeito ao feroz inimigo que nos ameaça, para o que apesar de velho e cansado prestarei gostoso meus débeis serviços a par de meus irmãos brasileiros. Sou com respeito e consideração. 13 de outubro de 1844. Do General **Bento Gonçalves da Silva** ao **Barão de Caxias**.

Carta de Bento Gonçalves da Silva a Davi Canabarro acerca do Tratado de Paz.
22 de fevereiro de 1845. Publicada no Jornal do Commercio de Porto Alegre
(abril de 1901).

Bento Gonçalves e a paz
22 Fevereiro 1845

Cidadão General

Em observação a quanto ordenais em vosso officio de 21 de Janeiro ultimo, chamei a Conselho os oficiaes superiores da força de meu imediato mando para emitirem suas opiniões sobre a transcendente negociação entabolada com o Barão de Caxias, Commandante em chefe do Exercito Imperial, e pela acta que aqui junta envio vereis o unanime acôrdo dos mesmos.

No dia 13 do corrente marchei do Christal no empenho de cumprir vossa ordem, depois de haver tomado as precisas medidas para a segurança daquella Força, e chegando a Jaguarão no dia 19 huma inopinada constipação me privou de proseguir a marcha a esse campo, e rezolvi a elle mandar o cidadão Ismael Soares da Silva, seguindo pelo Exercito Imperial, afim de ser informado do ponto qne occupais e estado da negociação pendente ; elle acaba de regressar voltando do campo d'este por saber que só aguardaveis minha chegada, e ser este impossivel segundo meu ináu estado de saude.

E' pois de meu dever dirigir-vos este para annunciar-vos quanto venho de responder e habilitar-vos com meu voto para concluzão de tão apetecido arranjo ; minha opinião Snr. General he, e será aquella que adopte a maioria de meus irmãos de armas, sempre que esteja nas raias do justo e do honesto, e, ainda mesmo, quando no caso vertente estes sagrados objectos deixem de ser observados, nem por isso serei capaz de a ella opor-me, tendo eu outros meios

em semelhante caso para deixar ileza minha honra e consciencia. A paz he indispensavel fazer-se, o paiz alamente a reclama pois infelizmente victimo de nossos desacertos nada temos a lucrar com os azares da guerra ; eu vejo, mao grado meu, que hoje não podemos conseguir vantagens, que estejão em armonia com nossos sacrificios, por se ter, a despeito de meus insessantes conselhos, perdido a melhor quadra de negociar-se uma conciliação honroza. Nada sei das condições em que se tenha a paz lavrado, e menos das instruccões que conduziu o Commissionado da Corte do Brazil, e sendo tudo para mim misterioso me a balanço a lembrar-vos que uma das primeiras condições deve ser o pleno esquecimento de todos os actos que individual ou collectivamente tenham praticado os Republicanos durante a luta, não sendo em nenhum caso permittido a instauração do prosseço algum contra estes nem ainda para revendicação de interesses privados Tendo omitido minha opinião, resta-me repetir-vos a paz he absolutamente necessaria, que, os meios de prosseguir na guerra se escaceião, o espirito publico está contra qualquer ideia que tende a prolongar seus sofrimentos, classificando de guerra caprizoza a continuação da atual ; huma conciliação he sempre preferivel aos azares de uma derrota ; a historia antiga e moderna nos fornece mil exemplos que não devemos desprezar.

Compenetrai-vos d'esta verdade e evitai quanto poderdes os funestos sucessos que vão aparecer se prevalecerem as bravatas contra os conselhos da sãa razão ; lembrai-vos que muitos que os pro-palam vos abandonarão no momento do perigo.

Eu pretendo esperar aqui vossa ulte-
rior resolução, e só depois d'ella poderei
mover-me quando minha saude permitta.
E' portador o Tenente José Narcizo An-
tunes por quem espero uma resposta ca-
thegorica d'este negocio.

Deus vos guarde.

Estancia do Velho Netto, 22 de Feve-
reiro 1845.

BENTO GONÇALVES DA SILVA

Ao cidadão David Canabarro, General
em chefe do Exercito.

(Jornal do Commercio, de Porto Alegre, do
5 de Abril 1901 - Do arquivo de Canabarro)

Artigos do Tratado de Paz de Ponche Verde. 25 de fevereiro de 1845. (cópia)

do Sul.

Artigos dos tratados de Paz o Convênios
do Governo Imperial e que derão andamento a
is da Guerra.

Artigo 1º.

Brifado que for encado pelos Republicanos para
dente da Província Será aprovado pelo Governo
rial e passará a presidir à mesma Província.

Artigo 2º.

Dívida Nacional será paga pelo governo Imper-
derendo a presentar-se ao Bahia os relações
editos para elle entregar a pessoa ou cassões
issos nomeados a importância que montar
a dívida.

Artigo 3º.

Pecúias da República que por novo Comando
Chefe forem indicados passarão a pertencer
exército do Brasil nos mesmos portos; e os que
em suas comissões ou não quiserem pertencer
exército regular, não serão jamais obrigados
uir tanto em guardas nacionais como
unha linha.

Artigo 4º.

Livros e como tal reconhecidos todos os
s que servirão à República.

Artº 5º

Causas Criminais não tendo malidade escandalosa
solidas, bem como todas as penas e
súcis eclesiásticas.

Artº 6º

garantida a segurança individual e da propriedade
em toda sua plenitude.

Artigo 7º
Tendo o Smr. o Barão de organizar o
Corpo de Linha receberá todos os oficiais
que servirão a Republica, sempre que
voluntariamente o quiserem.

Artº 8º

Nossos prisioneiros de guerra serão
postos em liberdade e os que seguirão para
Província serão recordados a elas.

Artº 9º

Não são reconhecidas em suas
patentes nenhos generais, porém garantão das
imunidades as de mais Cidadãos designados

Artº 10

O governo Imperial tratará definitiva-
mente da Linha fisionóia com o Estado Oriental.

Artº 11

Os soldados da Republica por seus res-
ponsáveis Comandantes relacionados estão isentos
do recrutamento de Linha.

Artº 12

Os oficiais e soldados que pertençam
ao Exercito Imperial e se apresentarem ao seu
Serviço são plenamente garantidos como
de mais Republicanos.

Campo, 25 de Fevereiro de 18

Antônio Vicente da Fontoura

Es Còpia

Artigos dos tratados de Paz do Governo Imperial e que deram andamento a conclusão da Guerra.

Artigo 1º.

O indivíduo que for indicado pelos republicanos para presidente da província será aprovado pelo Governo Imperial, e passará a presidir a mesma Província Província.

Artigo 2º.

A dívida Nacional é paga pelo Governo Imperial, devendo apresentar-se ao Barão a relação dos credores, para ele entregar, a pessoa ou pessoas para isso nomeadas, a importância a que montar a dívida.

Artigo 3º.

Os oficiais da República que por nosso Comando-em-Chefe forem indicados, passarão a pertencer ao Exército do Brasil nos mesmos postos, e os que quiserem suas demissões ou não quiserem pertencer ao referido Exército, não serão jamais obrigados a servir, tanto em Guarda Nacional como em primeira linha.

Artigo 4º

São livres e como tal reconhecidos todos os cativos que serviram a República.

Artigo 5º

As causas cíveis, não tendo nulidades escandalosas, são válidas bem como todas as licenças e dispensas eclesiásticas.

Artigo 6º

É garantida a segurança individual e de propriedade em toda a sua plenitude.

Artigo 7º

Tendo o Sr. Barão de organizar um corpo de linha, receberá todos os oficiais que serviram a República, sempre que assim voluntariamente o quiserem.

Artigo 8º

Nossos prisioneiros de guerra serão postos em liberdade e os que estiverem fora da Província serão reconduzidos a ela.

Artigo 9º-

Não são reconhecidos em suas patentes os nossos generais, porém gozarão das imunidades dos demais cidadãos designados.

Artigo 10º

O Governo Imperial vae tratar definitivamente da linha divisória com o Estado Oriental.

Artigo 11.^º

Os soldados da República, por seus respectivos Comandantes relacionados estão isentos do recrutamento de linha.

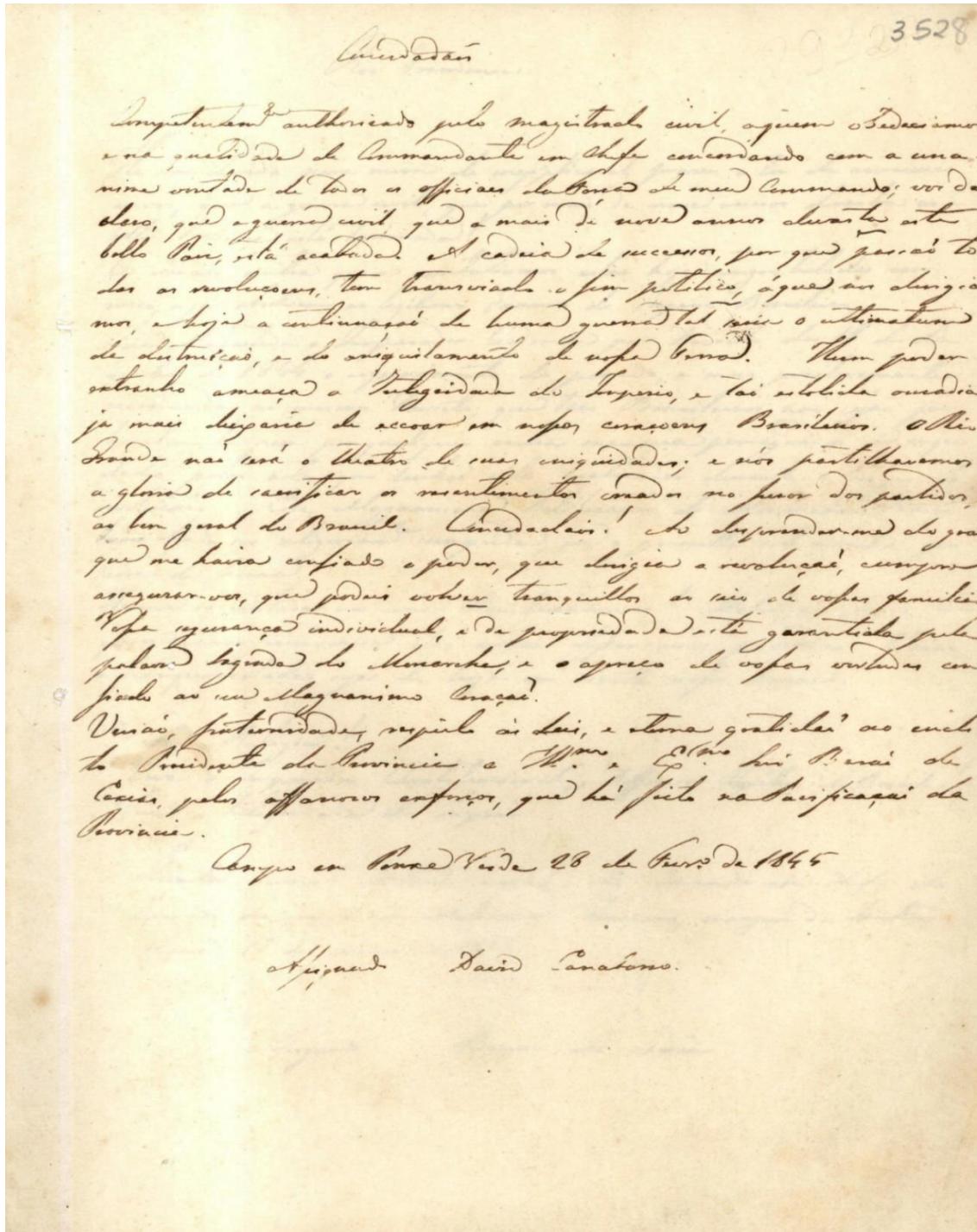
Artigo 12.^º

Os oficiais e soldados que pertenceram ao Exército Imperial e se apresentarem ao nosso serviço, são plenamente garantidos como os demais republicanos.

Campo, 25 de Fevereiro de 1845.

Antônio Vicente da Fontoura.

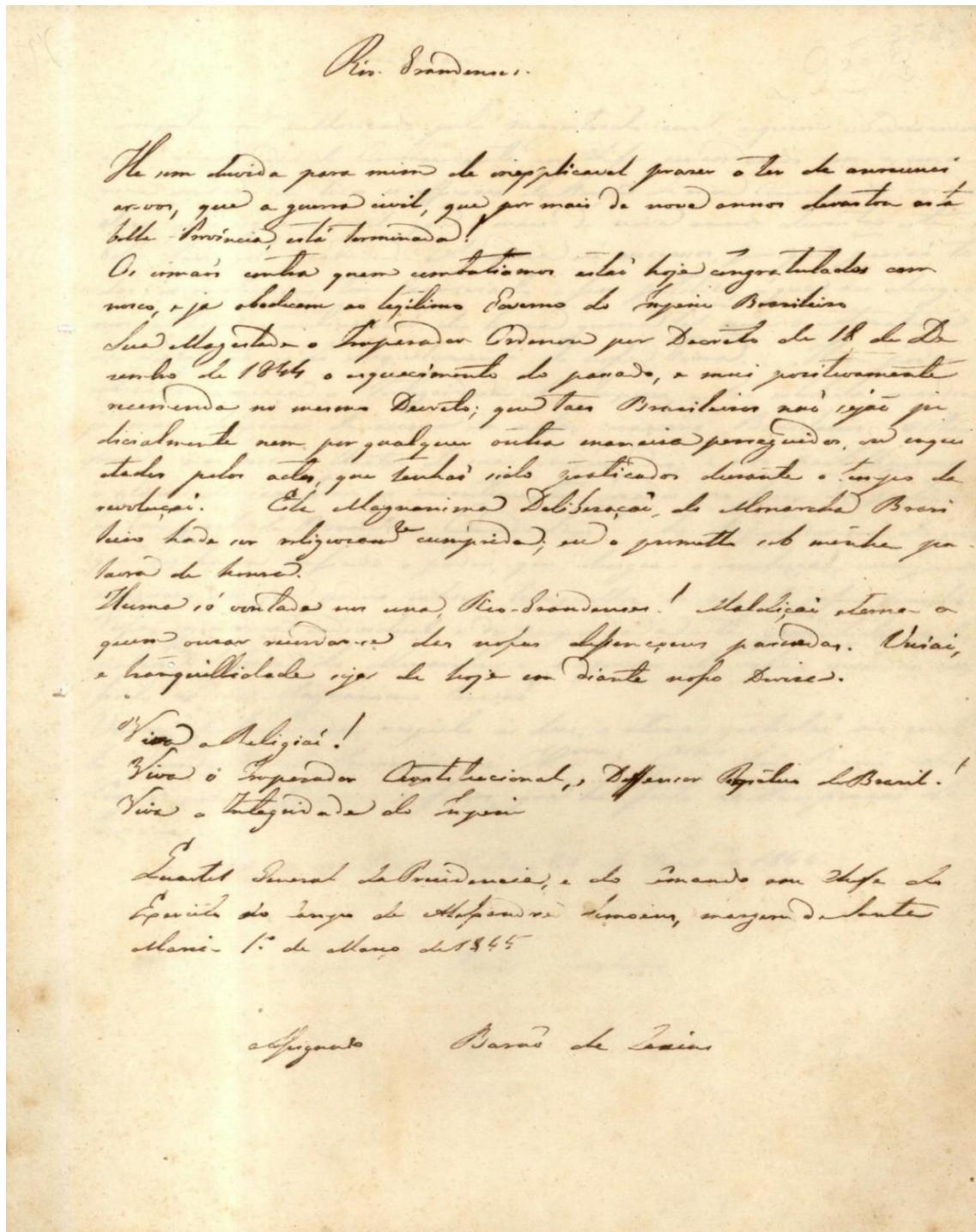
Proclamação de Davi Canabarro sobre o Tratado de Paz de Ponche Verde. 28 de fevereiro de 1845. (cópia)



Concidadãos!

Competentemente autorizado pelo magistrado civil a quem obedecíamos e na qualidade de Comandante-em-chefe, concordando com a unânime vontade de todos os oficiais da força de meu comando, vos declaro que a guerra civil que há mais de nove anos devasta este belo país está acabada. A cadeia de sucessos por que passam todas as revoluções têm transviado o fim político a que nos dirigíamos, e hoje a continuação de uma guerra tal seria o ultimatum da destruição e do aniquilamento de nossa terra. Um poder estranho ameaça a integridade do Império, e tão estólida ousadia jamais deixaria de ecoar em nossos corações brasileiros: o **Rio Grande** não será o teatro de suas iniquidades; e nós partilharemos a glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos ao bem geral do **Brasil**. Concidadãos! Ao depreender-me do grau que me havia confiado o poder que dirigia a revolução, cumpre assegurar-vos que podeis volver tranqüilos ao seio de vossas famílias. Vossa segurança individual e de propriedade está garantida pela palavra sagrada do Monarca, e o apreço de vossas virtudes confiado ao seu magnânimo coração. União, fraternidade, respeito às leis e eterna gratidão ao ínclito Presidente da Província, o Ilmo. e Exmo. Sr. **Barão de Caxias**, pelos afanosos esforços que há feito na pacificação da Província. Campo em **Ponche Verde**, 28 de fevereiro de 1845. **David Canabarro.**

Proclamação do Barão de Caxias sobre o Tratado de Paz de Ponche Verde. 01 de março de 1845. (cópia)



Rio-grandenses.

É sem dúvida para mim de inexplicável prazer o ter de anunciar-vos que a guerra civil, que por mais de nove anos devastou esta bela Província, está terminada! Os irmãos contra quem combatíamos estão hoje congratulados conosco e já obedecem ao legítimo Governo do Império Brasileiro. Sua Majestade o Imperador ordenou por decreto de 18 de dezembro de 1844 o esquecimento do passado, e mui positivamente recomenda no mesmo decreto que tais brasileiros não sejam judicialmente, nem por qualquer outra maneira, perseguidos ou inquietados pelos atos que tinham sido praticados durante o tempo da revolução. Esta magnânima deliberação do monarca brasileiro há de ser religiosamente cumprida, eu o prometo sobre minha palavra de honra. Uma só vontade nos une, rio-grandenses! Maldição eterna a quem ousar recordar-se das nossas dissensões passadas!... União e tranquilidade seja de hoje em diante nossa divisa, Viva a Religião. Viva o imperador Constitucional e Defensor-Perpétuo do **Brasil**. Viva a integridade do Império. Quartel-general da Presidência e do Comando-em-chefe do Exército no campo de **Alexandre Simões**, margem direita de **Santa Maria**, 1º de março de 1845. **Barão de Caxias**.

Anexo II – Entrevistas

Entrevista com Letícia Wierzchowski, concedida em Porto Alegre a 19 de setembro de 2021

Evandro Fantoni Rodrigues Alves: Existe algum motivo especial para a escolha de narrar *A casa das sete mulheres* a partir do ponto de vista das mulheres da família de Bento Gonçalves?

Letícia Wierzchowski: O livro nasceu do seguinte: eu não sei se tu chegou a ler *Os varões assinalados* do Tabajara Ruas. Eu conheço o Tabajara. Quando eu era criança ele estava no exílio, mas quando ele voltou eu devia ter uns 12, 13 anos, e o irmão dele é casado com a irmã do meu pai. Então, quando ele voltou do exílio, eu via ele com muita frequência nos almoços de família de domingo. Ele já tinha publicado seu primeiro livro, então ele foi o primeiro escritor que eu conheci, e quando eu comecei a escrever, eu me inspirava nele. Eu fui casada 15 anos, e escrevi *A casa das sete mulheres* em São Paulo. E, quando eu me casei, meu ex-marido na época estava trabalhando com o Ziraldo numa revista. Meu ex-marido é publicitário, mas sempre gostou muito de literatura. Ele leu meu primeiro livro, e a gente se conheceu por causa disso: meu primeiro leitor que me mandou um e-mail na vida. Ele era gaúcho, mas morava em São Paulo. O Ziraldo teve uma revista de literatura durante alguns anos, o Marcelo fazia com ele, e a entrevista daquele número era o Tabajara Ruas, então ele veio entrevistar o Tabajara Ruas, e eu dei muitos livros pra ele, mas não tinha *Os varões assinalados*, que tinha sido um folhetim no jornal. Aí nós compramos, e a gente se casou, e ele falou pra mim: “Letícia, dentro desse livro tem uma história que eu acho que tu vai gostar, mas eu não vou te falar nada. Lê!”. Aí eu peguei o livro, uma hora, para ler e, de fato, é um livro masculino, os varões, mas lá pelas tantas, não dá nem quatro parágrafos, ele fala que o Giuseppe Garibaldi chegou na casa das sete mulheres. Aí eu li aquilo e disse “Nossa! Que ideia”. Ele passa por isso, não para, a história dele é outra, mas contar a história dessas mulheres nessa estância, e a guerra acontecendo, e elas lá 10 anos esperando...

Era um hábito das famílias gaúchas mais abastadas reunir as mulheres numa estância só, por vários motivos: para elas se fazerem companhia, para poder mandar um chasque e ter informações sobre todas, se comunicar de maneira mais fácil; e eles

geralmente colocavam elas nas estâncias mais produtivas, porque aí elas ficavam tocando. Na Revolução Farroupilha mais ainda, porque essas estâncias que sustentaram a revolução. E aí eu falei “Puxa, se conta a guerra, mas é como se na guerra as mulheres deixassem de existir”, então eu decidi contar a história do ponto de vista da espera, dos 10 anos. Mas foi por causa da leitura do Tabajara Ruas, e como ele falava das sete mulheres da família do Bento, eu parti desse pressuposto.

Evandro F. R. Alves: Como se deu a escolha das cartas como meio para informar o leitor e as protagonistas sobre os acontecimentos da Revolução Farroupilha dentro da obra?

Letícia Wierzchowski: Quando você faz um romance, tem mil maneiras de avançar na narrativa, e para que não tivesse que tudo ser cena, tudo ser narrado, as cartas contavam coisas, principalmente porque o meu objetivo principal era contar *A casa das sete mulheres*, eu não podia ir para a guerra muito com o narrador, então a guerra vinha através das cartas.

Evandro F. R. Alves: Houve muitas críticas por você apresentar um lado mais humano das personagens históricas, como por exemplo o amor do Bento Gonçalves pela esposa e pelos filhos, a parte da insegurança dele quando é proclamada a República. Houve muita crítica em relação a isso? Porque a gente vê muito a construção de um herói.

Letícia Wierzchowski: Não, não houve, porque tu humaniza o personagem, n’Os varões assinalados o Bento Gonçalves também tem essas angústias. Quando o livro foi publicado ele recebeu muitos elogios. Ele foi apanhar mesmo quando foi pra Globo. Aí vai para a Globo e apanha do mundo literário, mas os cães ladram e a caravana passa.

Evandro F. R. Alves: Ainda sobre as cartas. Esse recurso faz com que o leitor se sinta dentro da narrativa: longe do palco da guerra, do palco principal do conflito, mas de certa forma ligado a ele com as próprias protagonistas. Eu falo que a gente se sente morando com elas dentro da casa. Esse efeito foi produzido de propósito?

Letícia Wierzchowski: Meu primeiro romance foi em 1998, já faz muitos anos que eu publico. Tenho 33 livros, contando com os infantis. Eu dou aula de narrativa longa,

e eu sempre falo para os meus alunos que a única obrigação de um romance é manter a coerência interna. O romance não precisa ter um vínculo com a realidade. Em *Cem anos de solidão* acontecem as coisas mais absurdas, mas elas têm lógica dentro da narrativa: fato A leva ao fato B. Então dentro da narrativa que eu estava me propondo, meu objetivo era o leitor experimentar essa solidão, esse afastamento do mundo, essa expectativa que aquelas mulheres viviam e que se prolonga por quase 10 anos, então tudo que eu tentei fazer foi para que o leitor vivesse junto com elas essa lentidão.

Evandro F. R. Alves: Essas cartas pessoais presentes n'*A casa das sete mulheres* são ficcionais, ou estão guardadas em algum arquivo, público ou pessoal?

Letícia Wierzchowski: Praticamente 95% das cartas trocadas entre os personagens do romance são ficcionais. Não tem nada disso guardado. As cartas trocadas de um chefe da revolução para outro, essas foram compiladas em um livro de 10 volumes, que a gente pode acessar em algumas bibliotecas do Rio Grande do Sul. O resto é tudo invenção. Como o livro está lidando mais com o tecido humano e pessoal dos personagens, as cartas são inventadas.

Evandro F. R. Alves: Como se deu a opção pela escrita dos capítulos intitulados “Cadernos de Manuela”?

Letícia Wierzchowski: *A casa das sete mulheres* foi meu primeiro romance histórico. Que tivesse um plano de fundo histórico. Então foi a primeira vez que eu precisei entender e estudar um evento histórico, um contexto histórico para poder construir dentro da ficção. O Manoel de Barros fala que o poeta gosta mais do vazio do que do cheio, então é isso. Estou contando uma história de vazios, porque ninguém sabe o que aconteceu com aquelas mulheres. Eu tinha poucas informações sobre elas. Muito poucas. A História era feita por homens para homens até muito recentemente. Naquele tempo uma mulher, se fosse de uma família rica como a do Bento, tu descobria o dia que ela nasceu, o dia que ela morreu, o dia que ela casou, e o dia que ela pariu. Era o máximo que tu descobria. O resto tu tinha que inventar. E quando eu fiz uma linha do tempo com os 10 anos da Revolução e coloquei os fatos que eu sabia sobre as mulheres, eu descobri que o casal principal da minha história – porque me interessava muito também contar esse outro lado da vida do Garibaldi, antes da Anita –, que o meu mocinho permanecia no romance 11 meses, e a história tinha 10 anos.

Era um dez avos da história. A primeira coisa que eu pensei foi: “Como é que eu vou resolver isso?” Um romance sempre é como uma partida de Xadrez: O que é que tem ao meu favor, e o que é que tem contra mim? Contra mim eu tinha isso. Eu precisava construir a narrativa de uma maneira que eu resolvesse esse problema. Por isso eu coloquei a Manuela como única narradora em primeira pessoa, e por isso vêm os “Cadernos de Manuela”, os diários dela, porque embora o Garibaldi ficasse apenas um ano de 10, eu construo a psiquê dela de maneira que ela sabe que ele vai chegar, ela está esperando e depois que ele vai embora ela continua esperando. Então é quase imperceptível o fato de que ele fica tão pouco tempo do convívio real, porque ele está o tempo inteiro envolvido: Ela pensa nele, ela conta dele. Então essa foi a minha intenção. E a outra coisa que fez com que eu deslocasse a narradora no tempo, porque alguns cadernos são da época da guerra e outros são com ela já aos 70, era porque eu precisava mostrar para o leitor que determinados acontecimentos tinham sido fundamentais para o desfecho da guerra. Se eu deslocasse a narradora no tempo, ela tinha a perspectiva histórica para contar isso. Se ela contasse ali, ela não poderia saber qual era a importância daquele fato. Então para que o leitor pudesse ter um pouco mais de noção histórica eu trabalhei com esse deslocamento dela no tempo. Foram essas duas questões que me fizeram construir os “Cadernos de Manuela”.

Evandro F. R. Alves: Por que a escolha da Manuela?

Letícia Wierzchowski: Porque justamente ela foi a noiva do Garibaldi. O Garibaldi é um personagem que eu admiro muito. Ele está ali em *Travessia*, que eu entreguei para a Anita, que é uma mulher incrível e merece. Mas assim, todo mundo sabe do Garibaldi, e todo mundo sabe da Anita. Sabe que ele é a figura histórica que tem mais estátuas ao redor do mundo. De toda a História do homem. O Garibaldi é muito amado, é quem tem mais estátuas ao redor do mundo. Ele lutou nos Estados Unidos, lutou na África, lutou em toda a Europa. Em 70% das guerras do século XIX ele se envolveu, e a Anita, no pouco tempo que viveu com ele, esteve em três guerras. Assim como eu entro na guerra pela porta dos fundos, de uma perspectiva feminina, eu também entro na vida do Garibaldi pela porta dos fundos, que é o amor que não ficou, não permaneceu, aí ela virou minha personagem principal.

Evandro F. R. Alves: Em seus cadernos, Manuela fala mais de uma vez do tema da espera, chegando a indicar a capacidade de esperar de uma forma inabalável como uma das qualidades da mulher gaúcha. O que te motivou a trazer esse tema da espera para o holofote da narrativa?

Letícia Wierzchowski: Porque o Rio Grande do Sul viveu grávido de guerras por 200 anos. Era a fronteira do Império. Então, da Cisplatina para a Revolução Farroupilha, da Revolução Farroupilha para a Guerra do Paraguai, guerras, guerras, guerras! As mulheres aqui do Sul passavam esperando, para ver se o filho ia voltar, se o marido ia voltar, se o pai ia voltar, se o irmão ia voltar. Então isso era uma perspectiva que me interessava, que o Erico [Veríssimo] aborda também.

Evandro F. R. Alves: Você acha que os valores dos revolucionários farroupilhas ainda são relevantes hoje? Quais lições poderíamos aprender com eles?

Letícia Wierzchowski: Na verdade a Revolução Farroupilha ganhou, no desdobramento da própria revolução, um caráter mais nobre, porque ela começa por questões peculiares, como toda a guerra: sobretaxa do charque. Isso era um grande problema deles. Eles alimentavam a máquina escravagista, produziam charque. Então eles não queriam acabar com a escravidão. Aí veio uma ala mais jovem, mais moderna, que rompe com tudo isso, proclama uma República, defende os direitos dos negros, luta pelo fim da escravidão. Óbvio que o Rio Grande do Sul se prejudicou muito, não houve um benefício. Os sonhos nem sempre se transformam em realidade. Foram 10 anos duríssimos. O Rio Grande do Sul empobreceu. Não tinha uma família que não tinha um morto, como o Erico diz, para chorar. O que eu acho que é bonito é essa capacidade de lutar por um ideal. Acho que hoje em dia a gente está sentindo falta disso. Eu admiro essa coragem de lutar por uma causa que se considera justa. O Garibaldi é um cara que eu admiro muito, justamente porque ele só lutava por causas que ele considerasse justas, e pelo lado que ele considerasse que era mais fraco.

Entrevista com Tabajara Ruas, concedida em Florianópolis a 28 de janeiro de 2022

Evandro Fantoni Rodrigues Alves: Quando você idealizou *Os varões assinalados* foi para a comemoração específica dos 150 anos da Revolução Farroupilha, você já tinha essa intenção ou foi uma coincidência de datas?

Tabajara Ruas: Não. Na verdade, quando eu pensei em escrever o romance sobre a Guerra dos Farrapos, eu não tinha ideia que seria comemorado os 150 anos. Eu não tinha essa visão da data festiva. Eu fiquei fascinado foi com a história mesmo. Eu estava lá em Lisboa e vi um livro bem pequenininho do Alfredo Jacques chamado *História da Revolução Farroupilha* e aquele pequeno livro é um romance de aventura fantástico. Foi isso que me fascinou.

Na verdade, agora me lembro, quando eu comecei a escrever, aí eu ofereci pra Zero Hora porque tinha um relação com a data. Teve essa relação aí.

Evandro F. R. Alves: O título da obra, *Os varões assinalados*, faz referência aos *Lusíadas*, os primeiros versos d'*Os Lusíadas*. Tem algum motivo especial para a escolha desses versos?

Tabajara Ruas: Tem a ressonância épica: Varões e assinalados. Marcados para uma coisa grande que iriam fazer. O épico é a história dos grandes feitos dos grandes homens, então, mais ou menos eu tentei conectar o título com a narrativa.

Evandro Fantoni Rodrigues Alves: Mesmo sendo uma narrativa construída dentro desse objetivo épico, a gente percebe que você não deixa de apontar os aspectos humanos desses grandes homens. Por exemplo: As preocupações do Bento Gonçalves em relação ao andamento da Revolução. Tem um trecho que os Lanceiros Negros estão conversando com o Teixeira Nunes sobre a questão da escravidão, e tem as preocupações do Teixeira Nunes nesse aspecto. Eu queria saber se teve muita crítica, porque geralmente a gente não vê em obras de romance histórico muitos aspectos humanizados dos personagens, dos grandes homens e você coloca isso. Queria saber se teve uma grande crítica a essa escolha?

Tabajara Ruas: Olha... não, não, não! Pensando assim nessas divagações literárias, essa narrativa precisa ter, para que seja um romance, uma ligação direta dos

personagens com o leitor. O leitor tem que acreditar no personagem, não só naquela figura heroica distante em cima de um cavalo. Eu acho que isso foi um dos aspectos mais bem saudados, por quem escreveu sobre o livro, mas não me lembro de uma crítica negando a qualidade desse tipo de texto sobre os personagens. Não me lembro, de momento, de nenhuma crítica negativa.

Evandro F. R. Alves: Você coloca temas polêmicos da Revolução na narrativa, como por exemplo os abusos que o Canabarro cometeu em Laguna, as atitudes dele e a possível traição dele no Cerro dos Porongos. Nesse sentido também não houve críticas negativas, de desmistificar um herói, no caso do Canabaro com suas atitudes bem autoritárias na República Juliana.

Tabajara Ruas: O Canabarro é possivelmente nosso personagem mais polêmico, não só da saga Farroupilha mas praticamente de toda nossa História. Ele e o Bento Manuel são os mais polêmicos. O Canabarro é muito venerado na região da fronteira, Livramento, Bagé. Lá existe uma turma que coloca ele como um grande herói e militar, e quando eu comecei a escrever o livro me guiava por essas premissas: “O cara era um sujeito legal”. A maior parte da minha pesquisa eu me baseei na *História da grande revolução*. São tomos de seis volumes e, aproximadamente, cada volume tem 800 páginas. Esses volumes colocam praticamente todos os documentos da guerra, uma quantidade enorme de documentos da guerra: Os escritos, as atas, as partes da batalha, as ordens, essas coisas estão todas ali, e ali começo a decifrar a história do Canabarro. O Canabarro era um fazendeiro poderoso, era pessoalmente um cara muito valente, mas ele não era de confiança de todo mundo. Eu estou em Santa Catarina há muito tempo. Conversei com muitos historiadores catarinenses, e a fama dele na época e da Revolução Farroupilha era de um tirano, um sujeito cruel que mandava matar, e até umas mortes horríveis, como o padre [Varella] lá de Laguna, e isso é documentado aqui em Santa Catarina como profunda verdade.

Evandro F. R. Alves: Ao longo da narrativa você traz uma série de documentos históricos dentro do texto, como a proclamação do Netto da República Rio-Grandense, várias cartas do Barão de Caxias, do Bento Gonçalves. Tem algum motivo especial pela escolha de colocar essas fontes históricas dentro da obra ficcional, ainda que seja um romance histórico?

Tabajara Ruas: A ideia era dar maior credibilidade à narrativa. O que ela tem de invenção, o que ela tem de imaginação do autor para contar a história é só os andamentos de consciência dos personagens, os seus pensamentos. Eles ficavam olhando coisas, e essa intimidade deles é o privilégio do romancista fazer, foi o que eu fiz. Mas eu quis amparar essas ideias, que podem ser extravagâncias ou não do romancista, com os textos históricos. Então foi para haver um equilíbrio nessa relação entre história e ficção.

Evandro F. R. Alves: O episódio histórico da presença em Lajes não é muito frequente nem em obras historiográficas, nem em obras de ficção histórica. Na verdade, a primeira vez que eu tive contato com esse episódio foi lendo seu livro e depois fui procurar e realmente teve essa presença e esse é um episódio que tem bastante ênfase n'*'Os varões assinalados'*. Eu queria saber o porquê dessa escolha? Pois é um episódio que a historiografia acabou não considerando tanto. Existe algo em especial para você nesse episódio para colocar ele em destaque?

Tabajara Ruas: Pensando só como romancista, isso é aproximadamente o meio do romance, e no meio do romance acontece uma coisa enorme na guerra. Não é levado muito em conta pelos historiadores, mas é uma coisa enorme: é a primeira grande derrota farroupilha. Eles foram escorraçados de Santa Catarina. Eles invadiram, tomaram Laguna, queriam avançar pelo estado, mas não conseguiram mais avançar, e em Lajes foi a derrota final. De Lajes eles tiveram que voltar para o Rio Grande, onde praticamente recomeçam um novo período da guerra. Mas aí também aconteceram grandes fatos românticos: o romance da Anita e do Garibaldi, a fuga da Anita, a própria ascensão do Teixeira Nunes como líder farroupilha. Então, esse momento é importante para a narrativa, até para a narrativa histórica. Mesmo assim acho que os historiadores deixarem um pouco de lado esse momento é uma falta de visão de que isso era um momento crítico na guerra.

Evandro F. R. Alves: Você acha que os valores dos revolucionários farroupilhas, principalmente do grupo mais jovem, mais revolucionário, mais republicano mesmo, ainda são relevantes hoje? E, se sim, que lições podemos aprender com esses revolucionários?

Tabajara Ruas: Para responder essa pergunta não é pelo ponto de vista político, porque as diferenças são muitas, mas do ponto de vista moral. Na verdade, é uma questão brasileira hoje, a questão moral. O país está em um ponto estranho, à beira de um certo abismo. E o que os jovens farroupilhas mostraram é que eles tinham uma conduta levada pela moral, pela coragem pessoal, pela vontade de fazer um mundo mais justo. Eu acho que isso aí é válido para os dias de hoje sim.

Evandro F. R. Alves: Na primeira edição *Os varões assinalados* foi publicado na íntegra, e depois houve outras edições em que ele foi publicado em três partes, se não me engano. Por que foi feita essa divisão posterior, existe algum motivo, alguma questão editorial por ter feito esta divisão posterior?

Tabajara Ruas: Na verdade isso foi uma iniciativa minha. Eu estava tentando achar um formato para o livro e um deles foi dividir em partes. Parte um, parte dois, parte três. A última edição do livro que trabalhei e que dou por concluída é a edição da Record [2010], que é uma bela edição, e ali o livro está dividido em três partes, que foram publicados em três livrinhos separados pela L&PM, se não me engano.

Evandro F. R. Alves: Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa sobre *Os varões assinalados*?

Tabajara Ruas: Eu acho que basicamente, e quase ninguém viu ou mostrou que viu, é que, na verdade, *Os varões assinalados* é a história de uma derrota. É uma história triste. Os ideais não são alcançados. Na verdade, é a história de uma derrocada. Pouco a pouco vai se deteriorando a relação dos farroupilhas à medida que a guerra avança. De certa maneira é isso.

Entrevista com Letícia Wierzchowski, concedida em Porto Alegre a 13 de abril de 2022

Evandro Fantoni Rodrigues Alves: Porque escolher a passagem da travessia dos lanchões como ponto de partida de *Travessia*?

Letícia Wierzchowski: Eu escolhi essa passagem porque como eu contei a história do Garibaldi n'*A casa das sete mulheres*, na convivência dele com a Manuela e com as parentas da família do General Bento, esse é o momento em que ele sai da casa das sete mulheres, e começa a se dirigir, sem saber, ao encontro da Anita. Como meu romance conta a história da Anita e dele, esse romance que dura 10 anos, esse encontro deles, eu começo no momento em que ele começa a se dirigir para lá, mesmo que ele não saiba que o resultado disso vai ser o encontro com a Anita, em Laguna.

Evandro F. R. Alves: Quando você escreveu *A casa das sete mulheres* já havia a ideia de dar continuidade à história, ou *Um farol no pampa* e *Travessia* foram ideias que surgiram posteriormente?

Letícia Wierzchowski: Quando eu comecei o livro, eu só estava preocupada com *A casa das sete mulheres*. Ao longo da escrita d'*A casa das sete mulheres*, eu pensei que eu queria dar continuidade ao romance, queria desenvolver a história da Manuela, que morre muito idosa, e não casa com ninguém, segue esperando o Giuseppe Garibaldi, é um fato. Ela era conhecida como a louca do bairro, aquela louquinha que as crianças tiram sarro, jogam pedra. Então ao longo do processo de escrita d'*A casa das sete mulheres* surgiu a vontade de fazer o segundo volume, e quando eu fiz o segundo volume, eu tinha a intenção de fazer o terceiro, e fazer uma trilogia. Se passaram muitos anos porque eu convivi muito com esse assunto, por causa do sucesso da minissérie da Rede Globo. Eu deixei passar, me dar distância, então eu escrevi esse terceiro volume só em 2016, e foi um tempo importante para que eu respirasse, fizesse outras coisas, e pudesse voltar a esse assunto com leveza.

Evandro F. R. Alves: Os capítulos dedicados à Anita em *Travessia* são de alguma forma um contrabalanceamento dos “Cadernos de Manuela” de *A casa das sete mulheres*?

Letícia Wierzchowski: Não. Os capítulos não são um contrabalanceamento, mas como a ideia é fazer uma trilogia, eu queria trabalhar com um espaço de unificação entre essas obras, e o que eu pensei foi o seguinte: “Se eu dei para a Manuela o direito da voz me primeira pessoa, eu deveria fazer o mesmo para a Anita Garibaldi.” Então eu faço. E faço também porque eu descubro que a vida da Anita Garibaldi são só pegadas. Não tem nada de certo na vida dessa mulher até que ela conhece o Giuseppe Garibaldi, e ainda assim ela é uma sombra. A História, até muito recentemente foi feita por homens para homens, e as mulheres não deixam de ser só pegadas, não importa o vulto histórico que uma delas tenha se transformado como a Anita Garibaldi. Uma mulher tão importante na Europa. Mussolini deu a última tumba para a Anita Garibaldi. Coitada, deve ter sofrido muito, onde quer que ela estivesse nesse momento, mas de qualquer maneira, ela tem uma importância muito grande na história, e o registro dela na história é ínfimo, então eu achei que tinha que também dar o direito de ela ter voz na minha história.

Evandro F. R. Alves: De onde surgiu a ideia de colocar a voz da alma de Anita Garibaldi como narradora, e não cartas ou um diário ficcional, por exemplo?

Letícia Wierzchowski: Eu resolvi colocar a voz da Anita como uma voz imortal justamente porque ela morre e o leitor sabe que ela morre. E se não sabe, descobre dando um Google em 30 segundos: Anita morreu aos 28 anos em Mandriole, na Itália, grávida do quinto filho. E, também, porque ao dar a ela essa voz imortal, essa voz da alma, eu dou para ela uma sabedoria, uma onisciência, que eu achava que ela merecia ter. Que voz eu daria a ela? A voz da menina de 18 anos que não sabia nem ler e nem escrever? A voz da mulher que morre aos 28? Eu achei que merecia dar para a Anita a voz do vulto histórico que ela se tornou.